



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA-PPGSCA**

**CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE**

**TESE DE DOUTORADO**

**QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA  
MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**



**MANAUS  
2021**

CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE

**QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA  
MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**

**TESE DE DOUTORADO**

Tese doutoral apresentada a banca examinadora do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora:

Prof (a) Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva

**MANAUS  
2021**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B612q Bindá Leite, Cynthia Maria  
Quilombo de Itacoatiara-Am: Um estudo de caso na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (2017-2021) : de Itacoatiara-Am: Um estudo de caso na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (2017-2021) / Cynthia Maria Bindá Leite . 2021  
315 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Heloísa Helena Corrêa da Silva  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Quilombolas. 2. Inclusão/Exclusão. 3. Projeto Pedagógico. 4. Habitus. 5. Interdependência. I. Silva, Heloísa Helena Corrêa da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE

**TESE DE DOUTORADO**

Tese doutoral apresentada a banca examinadora do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Heloísa Helena Corrêa da Silva.

Manaus, 30 de dezembro de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.(a) Dr.(a) **HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA**  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM (**Presidente**)

Prof.(a) Dr.(a) **ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN**  
Universidade Federal do Pará-UFPA (**Membra**)

Prof.(a) Dr.(a) **ELISABETE APARECIDA PINTO**  
Universidade Federal da Bahia (**Membra**)

Prof(a) Dr.(a): **MARIA ANTÔNIA CARDOSO NASCIMENTO**  
Universidade Federal do Pará (**Membra**)

Prof. Dr. **GLÁUCIO CAMPOS GOMES DE MATOS**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (**Membro**)

Prof. Dr. **CLAUDEMILSON NONATO SANTOS DE OLIVEIRA**  
Universidade Norte do Paraná-UNOPAR (**Suplente**)

Prof. Dr. **ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA**  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM (**Suplente**)

**MANAUS**  
**2021**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<b>ABA</b>	Associação Brasileira de Antropologia
<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias APA – Área de Preservação Ambiental
<b>ASPE</b>	Área sob Proteção Especial
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CF-88</b>	Constituição Federal de 1988
<b>DPA</b>	Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro – Fundação Palmares
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>EF</b>	Ensino Fundamental
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EM</b>	Ensino Médio
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>FUNASA</b>	Fundação Nacional de Saúde
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>INCAB</b>	Instituto Nzinga de Estudos da Capoeira Angola e de Tradições Educativas Banto no Brasil.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MEC – Ministério da Educação
<b>MOBRAL</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>NINC</b>	Núcleo de Inclusão Educacional
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OIT – Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental ONU – Organização das Nações Unidas
<b>PBQ</b>	Programa Brasil Quilombola
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais

<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>SECADI</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
<b>SECAD</b>	A Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade
<b>SECOMT</b>	Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Estado de Educação
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>SEPPIR</b>	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>SUS</b>	Sistema único de Saúde
<b>SUSAM</b>	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

*Dedico esta tese a Deus Todo Poderoso, ao Senhor Jesus Cristo e ao Doce Espírito Santo que me deu a honra de concluir esta pesquisa. A minha família, esposo, filha e filho, pela força e incentivo nos momentos mais difíceis. Aos meus pais, por ter semeado tudo que hoje colho.*

*Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele.*

*Provérbios 22:6 ARA*

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

*Nelson Mandela*

*(...) Quilombos e quilombolas como formas de identidade coletiva e de organização política objetivam-se como movimento social no Brasil contemporâneo. A questão central é onde esbarra o reconhecimento dos direitos territoriais e étnicos desses grupos. Grupos dominantes da elite têm-se mostrado céleres e eficientes para coagir esses processos encontrando apoio na tecnoburocracia do Estado. Essas terras figuram nos planos de expansão do agronegócio, da mineração, da pecuária extensiva, dos projetos de infraestrutura (MARIN, 2009, p.225).*

*No momento atual, para entender o significado de um quilombo e compreender o sentido dessa mobilização que está ocorrendo, é preciso compreender como historicamente esses agentes sociais se colocaram perante os seus antagonistas, bem como entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo, desenvolvendo suas práticas de interlocução. (ALMEIDA, 2002, p. 68-69)*

## AGRADECIMENTOS

A posição de agradecer é a mais sublime de todas. Este trabalho foi escrito por mim e construído coletivamente, por uma equipe de pessoas que acreditaram na possibilidade de minha conclusão do curso de Doutorado, quando muitas vezes me entristeci e achei que não conseguiria.

Aproveito para pedir perdão, se vier esquecer alguém, acredito que não conseguirei lembrar de todos, por qualquer lapso, defeito comum de uma memória cansada de quatro longos anos de caminhada. Saiba que esquecer faz parte do processo, porém vocês conseguiram contribuir com minha formação, agradeço a todos com muito carinho.

Assim, agradeço ao que ocupa o primeiríssimo lugar da minha vida. Esse lugar pertence **a Deus (Pai, Filho e Espírito Santo), na pessoa do Senhor Jesus Cristo, o Unigênito Filho do Deus Vivo**. O primeiro lugar será sempre Dele. Por tantas noites que acalmou-me sussurrando que eu seria capaz e que Ele me capacitaria. Tantas outras formas de estar perto de mim, nas madrugadas, nos momentos de decepções. Enfim, consagro ao Doce Espírito Santo esse título.

**A minha família**, na pessoa de meu **esposo Antônio Carlos da Costa Leite**, que não mediu esforços para ajudar-me em todas as horas. Esse Diploma é em grande parte seu. Pelas noites e madrugada que vimos o sol raiar, corrigindo planilhas e destacando conceitos, teorias e organizando as “falas” dos entrevistados. Por ser incansável ao meu lado.

Aos meus “bebês” **Marjorie Bindá Leite e Yuri Bindá Leite**, por tantas vezes que não pude acompanhar vocês nos passeios, viagens, enfim, vocês souberam ressignificar minhas ausências estimulando-me a seguir em frente.

Ao meu pai querido, **Raimundo Ferreira Bindá** (*in memoriam*), que me deu forças para ingressar e concluir esse doutorado, até quando ele mesmo sabia que não conseguiria aguentar até o final. O senhor foi morar com o Pai eterno em 2019. As vezes questionei sozinha o porquê o senhor não esperou um pouquinho. Contudo, Deus tem seus planos. Comemora comigo. Você foi o meu primeiro incentivador!

A minha mãe querida, **Noêmia da Silva Bindá**, aos **meus irmãos e irmã** que assim como o meu pai, sempre foram meus grandes incentivadores, apostando em mim. Pelos conselhos e as chamadas de atenção diante dos momentos de desânimo. Tudo valeu a pena.

**Aos membros da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/AM**, que amistosamente me acolheram e permitiram uma intrusa no quilombo.

Repassaram não só conhecimentos para a pesquisa, porém, a forma de viver, cultura e religião. Grandes ensinamentos levo do Quilombo de Serpa.

A minha orientadora Prof. Dra. **Heloísa Helena Corrêa da Silva** que de forma incansável, paciente em todas as horas, firme nas horas que precisava e uma profissional de raríssimo valor. Até nos momentos pandêmicos mais delicados, quando perdi familiares e amigos, soube ser solidária, nunca me deixou sozinha e orientou-me em todas as fases da pesquisa.

**A todos os professores do PPGSCA** que colaboraram de forma eficaz e ativa no sentido de viabilizar a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. **Claudemilson Nonato Santos de Oliveira**, quilombola, Historiador/Geógrafo que abriu as portas do Quilombo de Serpa, subsidiando-me em tudo que precisei. Muito obrigada, Deus usou sua vida. Não conseguiria êxito no campo de pesquisa sem sua ajuda.

**Aos membros da banca de qualificação e defesa:** Prof.(a) Dr.(a) Heloísa Helena Corrêa da Silva, Prof.(a) Dr.(a) Rosa Acevedo Marins, Prof. Dr. Michel Justamand, Prof.(a) Dr.(a) Elisabete Aparecida Pinto, Prof(a) Dr.(a): Maria Antonia Cardoso Nascimento, Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos, Prof. Dr. Alexandre santos de Oliveira, Prof. Dr. Claudemilson Nonato Santos de Oliveira.

**Aos colegas de doutorado:** Sandrelle Gonçalves, Salatiel da Rocha Gomes, Joaquina Oliveira, Viviane Zeferino, Liliane Costa, Israel Pinheiro, Rafael Lopes e Maria Goreth, turma que fez a diferença pela união, motivação e companheirismo. Nossa amizade ultrapassou os limites de uma sala de aula e um curso de doutorado. Aprendemos, brincamos, passeamos, choramos... o que importa é que vencemos essa etapa.

Ao professor **Gedeão Timóteo Amorim**, pelo incentivo intelectual, por acreditar que eu conseguiria e que seria capaz de concluir. Suas palavras eram alívio em momentos difíceis de aprendizado. Afinal, desde a adolescência o sr. cuida desse lado de minha vida.

As amigas de todas as horas, seja na igreja, no trabalho ou nos estudos, **Silvia Moreira de Souza, Carolina de Souza Reis e Calina Mafra Hagge** porque sempre me ajudaram a matar os leões das dificuldades com palavras de ânimo e incentivo.

As amigas de longas caminhadas e de todos os tempos, **Sirlei Henrique e Solange Furtado** que me incentivaram a concorrer para o doutorado e sempre apoiaram minhas saídas para as aulas, mesmo quando não tinha esse direito.

Ao amigo **Nixon Tavares**, que sempre ficou em meu lugar, executando as atividades, para que eu pudesse ir ao campo de pesquisa.

A professora **Hellen Matute**, Secretária Pedagógica da Seduc, por providenciar formas de trabalho de tal forma que eu pudesse cursar esse doutorado. Tal abertura de espaço contribuiu para que eu concluísse com êxito.

A **Missão Confins da Terra- MCT** que me incentivou patrocinando minhas idas e vindas ao campo de pesquisa e nunca deixou de orar e torcer por mim. Só Deus para nos conceder tão grande vitória.

## RESUMO

A tese intitulada Quilombo de Itacoatiara-Am: Um Estudo De Caso Na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo tem como objetivo geral, identificar os elementos culturais e políticos para a implantação do Projeto Pedagógico na escola existente no quilombo de Itacoatiara/Am, tendo-se como referência a Base Nacional Comum Curricular-BNCC. A investigação utilizou-se da abordagem qualitativa, por meios das técnicas de Entrevista em profundidade, Análise documental e Observação, com a participação de 55 participantes. Bourdieu e Norbert Elias sustentam a análise no campo social da tese, além dos teóricos, como Alfredo Wagner, Acevedo, Fanon, Sawaia, dentre outros ilustres teóricos que se dedicaram a explanação do tema. Os resultados mostraram que houve exclusão social em todos os momentos da história dos quilombos, antes e depois da constituição de 1988. Portanto, para participação ativa do cidadão quilombola nas lutas em prol do Quilombo do Lago de Serpa, há necessidade da parceria da escola. Nesse aspecto, o Projeto Pedagógico foi o responsável por essa conexão. A pesquisa com todos os participantes da comunidade, demonstrou tratar-se de uma comunidade de remanescentes de quilombos e que alguns moradores da localidade, não se autodeclararam por medo de perder algum benefício ou “voltar a ser escravo”. O entrelaçamento Escola/Quilombo contribuiu para maior mobilização da comunidade quilombola na luta contra todo tipo de exclusão, discriminação e preconceito. A construção do Projeto Pedagógico identificou elementos culturais e políticos envolvidos na construção da identidade do sujeito quilombola, o que permitiu enxergar com maior clareza, os problemas enfrentados tanto no Quilombo como na escola. Nesse aspecto, tal modelo de projeto poderá contribuir para a construção da proposta Pedagógica de outros quilombos. Assim, constata-se a veracidade da tese, pelo fato do Projeto Pedagógico ser o coração de uma escola, seja ela quilombola ou não. A comprovação de que na região do baixo Amazonas não existe projeto Pedagógico em escolas construídas dentro dos quilombos, o que é o caso da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, atesta a veracidade da tese. Assim, a ausência de conhecimento da importância social, cultural e política dos primeiros quilombos, como construtores de uma nova visão social acerca da injustiça em todas as áreas, sofridas pelos negros no decorrer dos séculos, antes e depois da libertação dos escravos, o não reconhecimento da história de luta da comunidade, dificultaram a participação ativa dos membros e alunos quilombolas da escola em pauta, nas questões em defesa de seus direitos individuais, da escola e do próprio quilombo. Nesse aspecto, a dinâmica das redes de interdependência resultou em significados tanto individuais, de forma única, como coletivos, o que remete a incorporação do *habitus* educacional, o que veio a gerar mudanças e perspectivas, comprovadas pela narrativa dos membros do Quilombo e comunidade escolar que lutam pela continuidade da educação na escola quilombola. Considera-se uma análise de um processo em continuidade, o que significa que se atualmente não há tanta luta por parte do Quilombo contra a exclusão social sofrida secularmente, o cenário do futuro poderá representar uma comunidade altamente conscientizada e ativa nas lutas em prol de seus direitos.

**Palavras- Chaves:** Quilombolas. Inclusão/Exclusão. Projeto Pedagógico. Habitus. Interdependência

## ABSTRACT

The thesis entitled *Quilombo de Itacoatiara-Am: A Case Study at the Engenheiro Casseano Secundo Municipal School* has as its general objective to identify the cultural and political elements for the implementation of the Pedagogical Project in the existing school in the quilombo of Itacoatiara/Am, having as reference to the National Curricular Common Base-BNCC. The investigation used a qualitative approach, using in-depth interview techniques, document analysis and observation, with the participation of 55 participants. Bourdieu and Norbert Elias support the analysis in the social field of the thesis, in addition to theorists, such as Alfredo Wagner, Acevedo, Fanon, Sawaia, among other illustrious theorists who have dedicated themselves to the explanation of the theme. The results showed that there was social exclusion at all times in the history of the quilombos, before and after the 1988 constitution. Therefore, for the active participation of the quilombola citizen in the struggles in favor of the Quilombo do Lago de Serpa, there is a need for a partnership with the school. In this aspect, the Pedagogical Project was responsible for this connection. The survey with all community participants showed that it was a community of quilombo remnants and that some residents of the locality did not declare themselves for fear of losing some benefit or “going back to being a slave”. The School/Quilombo intertwining contributed to greater mobilization of the quilombola community in the fight against all types of exclusion, discrimination and prejudice. The construction of the Pedagogical Project identified cultural and political elements involved in the construction of the identity of the quilombola subject, which allowed to see more clearly the problems faced both in the Quilombo and in the school. In this aspect, such a project model can contribute to the construction of the Pedagogical proposal of other quilombos. Thus, the veracity of the thesis is verified, due to the fact that the Pedagogical Project is the heart of a school, be it quilombola or not. The proof that in the lower Amazon region there is no Pedagogical project in schools built within the quilombos, which is the case of the Municipal School Engenheiro Casseano Secundo, attests to the veracity of the thesis. Thus, the lack of knowledge of the social, cultural and political importance of the first quilombos, as builders of a new social vision about injustice in all areas, suffered by blacks over the centuries, before and after the liberation of slaves, the lack of recognition of the community's history of struggle, hampered the active participation of quilombola members and students from the school in question, in issues in defense of their individual rights, the school and the quilombo itself. In this aspect, the dynamics of interdependence networks resulted in meanings both individual, in a unique way, and collective, which refers to the incorporation of the educational habitus, which came to generate changes and perspectives, proven by the narrative of the Quilombo members and the school community. who fight for the continuity of education in the quilombola school. It is considered an analysis of a process in continuity, which means that if there is currently not so much struggle on the part of the Quilombo against the social exclusion suffered for centuries, the scenario of the future may represent a highly aware and active community in the struggles for their rights.

Keywords: Quilombolas. Inclusion/Exclusion. Pedagogical project. Habitus. Interdependence

## ABSTRAIT

La thèse intitulée *Quilombo de Itacoatiara-Am: Une étude de cas à l'école municipale Engenheiro Casseano Secundo* a pour objectif général d'identifier les éléments culturels et politiques pour la mise en œuvre du projet pédagogique dans l'école existante du quilombo d'Itacoatiara/Am, ayant comme référence le National Curricular Common Base-BNCC. L'enquête a utilisé une approche qualitative, utilisant des techniques d'entretien approfondi, l'analyse de documents et l'observation, avec la participation de 55 participants. Bourdieu et Norbert Elias soutiennent l'analyse dans le domaine social de la thèse, en plus de théoriciens, tels qu'Alfredo Wagner, Acevedo, Fanon, Sawaia, parmi d'autres théoriciens illustres qui se sont consacrés à l'explication du thème. Les résultats ont montré qu'il y a eu exclusion sociale à tout moment dans l'histoire des quilombos, avant et après la constitution de 1988. Par conséquent, pour la participation active du citoyen quilombola aux luttes en faveur des Quilombo do Lago de Serpa, il y a nécessité d'un partenariat avec l'école. Dans cet aspect, le projet pédagogique était responsable de cette connexion. L'enquête auprès de tous les participants de la communauté a montré qu'il s'agissait d'une communauté de restes quilombo et que certains habitants de la localité ne se sont pas déclarés de peur de perdre certains avantages ou de « redevenir esclave ». L'imbrication École/Quilombo a contribué à une plus grande mobilisation de la communauté quilombola dans la lutte contre toutes les formes d'exclusion, de discrimination et de préjugés. La construction du projet pédagogique a identifié des éléments culturels et politiques impliqués dans la construction de l'identité du sujet quilombola, ce qui a permis de voir plus clairement les problèmes rencontrés à la fois dans les quilombo et à l'école. Dans cet aspect, un tel modèle de projet peut contribuer à la construction de la proposition pédagogique d'autres quilombos. Ainsi, la véracité de la thèse est vérifiée, du fait que le Projet Pédagogique est le cœur d'une école, qu'elle soit quilombola ou non. La preuve que dans la région de la basse Amazonie il n'y a pas de projet pédagogique dans les écoles construites au sein des quilombos, ce qui est le cas de l'école municipale Engenheiro Casseano Secundo, atteste de la véracité de la thèse. Ainsi, la méconnaissance de l'importance sociale, culturelle et politique des premiers quilombos, en tant que bâtisseurs d'une nouvelle vision sociale de l'injustice dans tous les domaines, subie par les Noirs au cours des siècles, avant et après la libération des esclaves, le manque de reconnaissance de l'histoire de lutte de la communauté, a entravé la participation active des membres quilombolas et des élèves de l'école en question, dans les questions de défense de leurs droits individuels, de l'école et du quilombo lui-même. Dans cet aspect, la dynamique des réseaux d'interdépendance a abouti à des significations à la fois individuelles, d'une manière unique, et collectives, qui se réfèrent à l'incorporation de l'habitus éducatif, qui est venu générer des changements et des perspectives, prouvé par le récit des membres Quilombo et la communauté scolaire qui se bat pour la continuité de l'enseignement dans l'école quilombola. Il est considéré comme une analyse d'un processus dans la continuité, ce qui signifie que s'il n'y a pas tellement de lutte de la part des Quilombo contre l'exclusion sociale subie depuis des siècles, le scénario du futur peut représenter une communauté très consciente et active dans les luttes pour leurs droits.

Mots clés : Quilombolas. Inclusion/Exclusion. Projet pédagogique. Habitude. Interdépendance

## RESUMEN

La tesis titulada Quilombo de Itacoatiara-Am: Un Estudio de Caso en la Escuela Municipal Engenheiro Casseano Secundo tiene como objetivo general identificar los elementos culturales y políticos para la implementación del Proyecto Pedagógico en la escuela existente en el quilombo de Itacoatiara/Am, teniendo como referencia la Base Común Curricular Nacional-BNCC. La investigación tuvo un enfoque cualitativo, utilizando técnicas de entrevista en profundidad, análisis de documentos y observación, con la participación de 55 participantes. Bourdieu y Norbert Elias sustentan el análisis en el campo social de la tesis, además de teóricos, como Alfredo Wagner, Acevedo, Fanon, Sawaia, entre otros ilustres teóricos que se han dedicado a la explicación del tema. Los resultados mostraron que hubo exclusión social en todo momento de la historia de los quilombos, antes y después de la constitución de 1988. Por lo tanto, para la participación del ciudadano quilombola en las luchas a favor del Quilombo do Lago de Serpa, existe la necesidad de una asociación con la escuela. En este aspecto, el Proyecto Pedagógico se encargó de esta conexión. La encuesta con todos los participantes de la comunidad mostró que se trata de una comunidad de remanentes de quilombos y que algunos vecinos de la localidad no se declararon por temor a perder algún beneficio o “volver a ser esclavos”. El entrelazamiento Escuela/Quilombo contribuyó a una mayor movilización de la comunidad quilombola en la lucha contra todo tipo de exclusión, discriminación y prejuicio. La construcción del Proyecto Pedagógico identificó elementos culturales y políticos involucrados en la construcción de la identidad del sujeto quilombola, lo que permitió ver con mayor claridad las problemáticas enfrentadas tanto en el Quilombo como en la escuela. En este aspecto, tal modelo de proyecto puede contribuir a la construcción de la propuesta pedagógica de otros quilombos. Así, se verifica la veracidad de la tesis, debido a que el Proyecto Pedagógico es el corazón de una escuela, sea o no quilombola. La prueba de que en la región del bajo Amazonas no existe un proyecto pedagógico en las escuelas construidas dentro de los quilombos, como es el caso de la Escuela Municipal Engenheiro Casseano Secundo, atestigua la veracidad de la tesis. Así, el desconocimiento de la importancia social, cultural y política de los primeros quilombos, como constructores de una nueva visión social sobre la injusticia en todos los ámbitos, sufrida por los negros a lo largo de los siglos, antes y después de la liberación de los esclavos, la falta de reconocimiento de la historia de lucha de la comunidad, obstaculizó la participación activa de los quilombolas y estudiantes de la escuela en cuestión, en temas de defensa de sus derechos individuales, de la escuela y del propio quilombo. En este aspecto, la dinámica de las redes de interdependencia resultó en significados tanto individuales, de forma única, como colectivos, lo que se refiere a la incorporación del habitus educativo, que vino a generar cambios y perspectivas, comprobados por la narrativa de los quilombos y quilombolas. la comunidad escolar que lucha por la continuidad de la educación en la escuela quilombola. Se considera un análisis de un proceso en continuidad, lo que significa que si en la actualidad no existe tanta lucha por parte del quilombo contra la exclusión social sufrida durante siglos, el escenario del futuro puede representar una comunidad altamente consciente y activa en las luchas por sus derechos.

Palabras Clave: Quilombolas. Exclusión inclusión. Proyecto pedagógico. Hábito. interdependencia

## SUMÁRIO

<b>PROLEGÔMENOS DA TESE .....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>1 INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL SOB DIVERSOS ÂNGULOS.....</b>	<b>58</b>
1.1 A DIALÉTICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO: INCLUIR PARA EXCLUIR? .....	67
1.2 EXCLUSÃO /INCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES.....	70
1.3 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL E NA FRANÇA: SINGULARIDADES E DIFERENÇAS .....	74
1.4 EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO SOB O MANTO DA FORMAÇÃO COLONIAL E DEMOCRACIA RACIAL .....	79
<b>1.4.1 Preconceito, raça, etnia como desencadeadores de exclusão social- .....</b>	<b>83</b>
1.5 O MOVIMENTO NEGRO COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL.....	88
1.6 INCLUSÃO/EXCLUSÃO NUMA FRONTEIRA ÉTNICA LEGAL.....	97
<b>1.6.1 Programa de Inclusão social para os quilombolas como revelador das desigualdades sociais.....</b>	<b>100</b>
1.7 EXCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA: A LUTA DO NEGRO PELO ESPAÇO ESCOLAR.....	103
<b>1.7.1 Exclusão social para Freire e Frigotto .....</b>	<b>108</b>
<b>1.7.2 Reflexos do capitalismo no ambiente escolar .....</b>	<b>110</b>
<b>1.7.3 Inclusão social no quilombo contemporâneo: a importância do <i>Habitus</i> para Bourdieu e Elias.....</b>	<b>112</b>
<b>2 QUILOMBO E ESCOLA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA ÉTNICA..</b>	<b>116</b>
2.1 A LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO DE ITACOATIARA: REFLEXO DOS QUILOMBOS ANTIGOS .....	120
<b>2.1.1 O Quilombo antigo como reflexo do quilombo contemporâneo .....</b>	<b>123</b>
<b>2.1.2 Organização Social e política do quilombo dos Palmares: Um modelo seguido pelo Quilombo de Serpa.....</b>	<b>126</b>
2.2 O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL.....	132
<b>2.2.1 Quilombos na Amazônia contemporânea.....</b>	<b>140</b>
<b>2.2.2 O Quilombo no Estado do Amazonas .....</b>	<b>145</b>

2.3	O QUILOMBO DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS .....	147
2.4	ORIGENS DO QUILOMBO COMO ÍCONE FUNDAMENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO .....	151
<b>2.4.1</b>	<b>Da Vila de Serpa a cidade de Itacoatiara .....</b>	<b>153</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Da colônia agroindustrial ao quilombo da comunidade Sagrado Coração de Jesus no Lago de Serpa .....</b>	<b>158</b>
2.5	EDUCAÇÃO NO QUILOMBO, LUTAS E DESAFIOS .....	162
<b>2.5.1</b>	<b>Um olhar crítico reflexivo sobre as Diretrizes Nacionais para a educação quilombola na educação básica. ....</b>	<b>169</b>
2.6	O RACISMO E AS LEIS DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO.....	173
2.7	RESSIGNIFICAÇÃO DO QUILOMBO COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA QUILOMBOLA .....	178
<b>3</b>	<b>PROJETO PEDAGÓGICO DE ESCOLA QUILOMBOLA: “O QUE GANHO COM ISSO”? .....</b>	<b>182</b>
3.1	A HISTÓRIA DA CIDADE DE ITACOATIARA E O LAGO DE SERPA NO PROJETO PEDAGÓGICO .....	185
<b>3.1.1</b>	<b>Projeto Pedagógico de Escola Quilombola: “Para que serve?” .....</b>	<b>187</b>
3.2	ESCOLA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA VERSUS ESQUECIMENTO. ....	195
<b>3.2.1</b>	<b>Implementação Da Lei 10.639 na Escola do Quilombo de Itacoatiara.....</b>	<b>197</b>
3.3	A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO : ZUMBI DOS PALMARES “O PONTAPÉ NA VIDA ESCRAVA” .....	200
3.4	O ESPAÇO ESCOLAR QUILOMBOLA .....	205
3.5	A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO QUILOMBO.....	209
3.6	MULTICULTURALISMO ÉTNICO COMO FATOR DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO .....	214
3.7	TECNOLOGIA VERSUS PANDEMIA NO QUILOMBO: POR UM PROJETO PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLE A INCLUSÃO DIGITAL .....	216
3.8	QUILOMBO E COMUNIDADE ESCOLAR: A ESSÊNCIA DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	226
	<b>A GUIA DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>2299</b>
	<u>REFERÊNCIAS</u> .....	241
	<u>APÊNDICES</u> .....	266
	<u>ANEXOS</u> .....	306

## PROLEGÔMENOS DA TESE



Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo - foto do acervo da autora

A reprodução das estruturas sociais e a forma de transferência de capitais de geração em geração tem como espaço consolidador a escola (BOURDIEU, 2002). Nesse aspecto, o aluno traz para o espaço escolar o legado econômico da família. Ao considerar que sociedade e indivíduo não existem separadamente, os conceitos de figuração e interdependência (ELIAS, 1995) estarão ligados diretamente aos símbolos representados no objeto de investigação, concernentes a forma de transmissão da cultura e ao patrimônio simbólico social.

A escola quilombola tem a sublime missão de reconhecer a luta do quilombo contemporâneo contra toda exclusão social, como uma herança do quilombo antigo. Nesse aspecto, foi de fundamental importância retomar a história dos quilombos antigos a partir do exemplo deixado por Zumbi dos Palmares que perpetuou o legado da resistência em prol da inclusão social e da liberdade (ELIAS, 1995) e que escravo é aquele que é obrigado a permanecer em tal posição por força maior que a sua e nunca existiu natureza escrava, mas homens escravizados.

As diversas formas de dominação demonstram-se por meio do preconceito que significa uma das subdivisões do racismo (FANON, 2008). Para o autor, supor que há comunidades inferiores e superiores tendo como prerequisite a cor da pele, consiste na pior forma de dominação psicológica com efeitos altamente nocivos a mente do povo negro. A imaginação de eterna submissão do negro, aparece de forma mascarada, como incapacidade de reação a toda opressão. Cabe a família, escola e sociedade reagir a essa falsa inclusão social.

### **Dos Estudos etnográficos com a temática da pesquisa**

A questão Inclusão e/ou Exclusão nos quilombos antigos e contemporâneos, foram ícones importantes de reflexão no projeto pedagógico da escola quilombola do Lago de Serpa. Portanto, estudantes pertencentes aos grupos socialmente excluídos (pobres, homossexuais, mulheres, deficientes), durante períodos históricos, puderam utilizar essa ferramenta de discussão para contribuir de forma significativa com práticas e estratégias para denunciar e eliminar toda forma de preconceito, discriminação (MELO, 2004; PLETSCHE, 2005). Esse modelo de reflexão e ação foi seguido e comprovou-se por meio dos relatos durante a construção da proposta pedagógica, o cenário de exclusão social vivido pelos remanescentes do Lago de Serpa.

No que se refere à pesquisa sobre a temática da Inclusão e Exclusão Social, Quilombolas e Projeto Pedagógico, os estudos de Paulo Freire, contidos nos livros: *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, política e educação* (2006), *Pedagogia do Oprimido* (1981), foram eixos fundamentais, portanto, destaca-se alguns artigos e teses que discutem o tema:

Dos autores: Maria da Piedade Resende da Costa e Paulo Cesar Turci, *Inclusão Escolar na perspectiva da Educação para Todos de Paulo Freire - Universidade Federal de São Carlos- Programa de Pós-Graduação em Educação Especial*, onde retrata por meio do documento emitido em 2004 sobre o resultado da avaliação escolar e aponta que as instituições estão sujeitas aos instrumentos de controle externo, isto é, pelo IDEB, calculado e divulgado pelo INEP que leva em conta o censo escolar e o SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica (BRASÍLIA/DF 2004).

Corroborando com o campo de pesquisa sobre Educação e Projeto Pedagógico, o movimento etnográfico chamado de hipóteses progressivas, permitiu a constante reflexão sobre o estudo desenvolvido pela oportunidade de reflexão em cada questão levantada (MATTOS, 2001). Os estudos, cujos temas são: *Terras de preto, Terras de santo, Terras de índio. Uso comum e conflito; A guerra dos mapas; os quilombos e as novas Etnias; Nova Cartografia Social da Amazônia*; dos pesquisadores (as): Alfredo Wagner, Rosa Acevedo e Patrícia Sampaio, foram fundamentais na análise da temática sobre o significado dos quilombos na antiguidade e na contemporaneidade.

A pesquisa realizada pelo historiador Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, responsável pelo dossiê sobre a história do quilombo do Lago de Serpa em Itacoatiara/Am e o acervo fotográfico de Thyrso Muñoz Araújo, dentre outros, foram alicerces para os contextos

explicativos do estudo sobre as comunidades quilombolas e o processo de inclusão social dos remanescentes de quilombos.

Outro estudo de relevância sobre a questão quilombola foi a tese escrita por Márcia Lúcia Anacleto de Souza “Ser quilombola: Identidade, Território e Educação na Cultura Infantil”, da Universidade Estadual De Campinas, Faculdade De Educação, onde destaca o estudo etnográfico sobre a exclusão em sala de aula a começar na idade infantil (SOUZA, 2015), aponta que as crianças consideram a escola como um local de sociabilidade, no entanto, destacam a lei do silêncio onde não se identificam como quilombolas tampouco valorizam sua cultura.

Observou-se no momento inicial da pesquisa, a ausência de investigações etnográficas quanto à implantação e implementação do Projeto Pedagógico em escolas dentro das comunidades quilombolas, principalmente no Estado do Amazonas, visto que a nova Base foi aprovada no ano de 2017/2018, contudo, está correto o percurso social por ser recente a publicação da nova BNCC, haja vista que os sujeitos sociais estão em construção do seu próprio histórico.

O acesso à escola é um direito adquirido, por meio das lutas sociais existentes em todos os momentos na sociedade Brasileira. Os momentos antes e após a abolição demonstram a exclusão social em todas as áreas da sociedade em relação ao negro em geral e especificamente dos remanescentes de quilombos (MUNANGA, 2006). Torna-se inexpressível pensar em Projeto Pedagógico sem especificar as conquistas relatadas pela brava resistência negra<sup>1</sup> O movimento negro representou um marco divisório que retratou lutas e conquistas, fundamentais para a discussão sobre o tema na área educacional.

### **O uso do termo “certo”**

Durante algumas entrevistas com membros mais novos da comunidade o termo “preto” foi descartado. A partir da narrativa, procurou-se rever cada vocabulário utilizado nas entrevistas. Se para uns o termo era o certo e aceitável, para outros era sinônimo de desprezo da sociedade. O senhor Luíz da Silva (nome fictício) declarou o seguinte:

---

<sup>1</sup> A insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos, Munanga (2006).

*Não quero ser considerado como preto... Sou negro...as pessoas olham pra nós como se nós fosse tudo diferente e errado. Não entregam nosso direito e na hora de distribuir alguma coisa falam mangando de nós “entrega aí para aqueles pretos”, eles não gostam da gente.<sup>2</sup> (LUÍZ DA SILVA- Entrevista em 16/10/2021)*

Essa e outras observações levou-nos a repensar cada passo das entrevistas para não entrar em conflito com a comunidade. Afinal, o objetivo não seria considerar os termos considerados certos, porém compreender como os membros do quilombo se auto identificam e o porquê de tais pensamentos a fim de responder as questões norteadoras e comprovar (ou não) a tese.

Em algumas entrevistas, optou-se por utilizar as palavras que não representavam exclusão em qualquer área. Palavras precisam ser analisadas para não representar a atuação e exercício do poder (FOUCAULT, 1996). Salienta-se que a ruptura no discurso, não significa que está errado o termo, no entanto, por representar para alguns, momentos de exclusão social, evitamos o uso de termos e vocabulários que não deixavam os entrevistados a vontade.

### **Ideias e Palavras de conexão: Exclusão/Inclusão, Quilombolas, Projeto Pedagógico, *Habitus*, Interdependência**

As primeira palavras de conexão, Inclusão/Exclusão são completamente interligadas (SAWAIA, 2001) e quando se luta pela inclusão em qualquer sentido, admite-se a exclusão preexistente. Tal visão que tenta incluir admite a lacuna da exclusão (FREIRE & HORTON, 2003) e os mecanismos utilizados para minimizar ou erradicar toda as formas excludentes de pensar ou agir, está intrinsecamente relacionada com quem elabora suas diretrizes.

A luta da Comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/Am, para garantir o cumprimento de seus direitos legalmente conquistados representa um quadro vivo e latente de exclusão social, conforme afirma Elimar Pinheiro Nascimento (NASCIMENTO, 1998). A discussão sobre a existência ou não de intencionalidade, por parte dos detentores do poder de decisão, no ato de excluir foi tema polêmico e tenso em todos os momentos de discussão, tanto na escola como na comunidade.

O significado de Exclusão/Inclusão social no sistema escravocrata remete a relação senhores e escravos (MARX, 1984) e o sistema de aquisição da mercadoria (escravos)

---

<sup>2</sup>Os erros ortográficos e de concordância, ocorrerá todas as vezes em que a palavra do entrevistado for transcrita, para não perder a originalidade da fala.

perpassará pela negociação entre os que detêm o poder de compra (ARRUTI, 2008). Assim, capitalismo e inclusão social seguem caminhos opostos. Alguns remanescentes de quilombos da comunidade Sagrado de Coração de Jesus, Lago de Serpa, temiam por “voltar a ser escravo” (Entrevista com o presidente da Comunidade, Sr Ernando, em 17/10/2021). Isso demonstrou a forma de resistência dos quilombolas, a qualquer tipo de escravidão.

Ao analisar a dialética Inclusão/Exclusão, comprova-se a forma perversa (SAWAIA, 2001) com que alguns representantes do poder público trataram os precursores da história do Brasil, os remanescentes de quilombo do Lago de Serpa. O fato de existir leis que amparam a legalização das terras quilombolas, a construção, implantação e implementação de escolas no quilombo, postos de saúde, dentre outros, não significa que saírao do plano teórico. O que se constata é a proposta do capitalismo vigente, onde promove uma “solução” repentina para tais questões, porém, para acessar esses direitos, exigirá lutas constantes.

Os remanescentes de quilombo do Lago de Serpa tiveram que arcar com despesas em busca de documentos que comprovassem que são os verdadeiros donos das terras, como a aquisição de todo tipo de certidões, entre outras exigências, o que naturalizou o fenômeno e apontou a fragilidade da sociedade (WANDERLEY & SAWAIA, 2001). A forma imperceptível (ou não) de cobranças para execução de Leis garantidas legalmente, a forma apática como a sociedade internalizou esses acontecimentos em coerência com as normas e orientações provindas da classe detentora do poder (BOURDIEU, 2002), representou um tipo de simbolismo da violência em todas as suas formas.

A discussão com maior profundidade do tema inclusão, na área educacional aparece de forma emergente em meados de 1997, nas propostas de governo apresentadas por FHC (CARDOSO, 1994; 1997), no primeiro mandato de seu governo (1995-1998), o que deu origem a várias políticas como: a política para educação especial em 1994, o PNE em 2001; as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no ano de 2001 e movimentos como: Normalização e integração escolar no viés da inclusão escolar, dentre outros que tem continuidade no seu segundo mandato, assim como o termo “inclusão” que ganha espaço em seus projetos de governo.

Os remanescentes do quilombo de Serpa, cumprem o papel que deve ter todo excluído, o de resistir ao fato de estar a margem da sociedade. Essa é a causa motivadora das lutas que envolve o quilombo de Serpa, a inserção, na sociedade (FREIRE, 1981). Os direitos intrínsecos a todo cidadão incluem os quilombolas que obviamente devem ter sua cultura e forma de sobrevivência respeitada, no entanto, não exclui os direitos comuns a todo cidadão que significa isolar um grupo.

O que realmente importa para essas comunidades, seja quilombola ou outra considerada minoritária, é lutar por um tipo de integração que incorpore os seus membros igualmente. O choque que ocorre no momento é que ao propor políticas de inclusão, o Estado denuncia sua incapacidade de esconder o que está visível, a exclusão social. O remanescente de quilombo está situado entre aqueles que ficaram à margem da sociedade pelo desrespeito aos seus direitos fundamentais.

Quando o estado propõe políticas de inclusão social, significa que não dá mais para camuflar o índice de exclusão social existente (GUARESCHI, 2001). Os avanços propagados para inclusão social do aluno quilombola são considerados grandes conquistas, contudo, a evidência da exclusão pré-existente comprova os mecanismos de controle do modelo capitalista. Os projetos para inclusão social do aluno quilombola propostos pelos órgãos de controle da Educação, seja Federal, estadual ou municipal propõem programas de inclusão em massa conforme afirma S.A Miranda (MIRANDA, 2012), em seu estudo sobre a educação quilombola em Minas Gerais.

Apesar dos avanços no campo da inclusão do aluno quilombola, há necessidade de estudos mais aprofundados devido a caracterização de cada comunidade e todo um contexto histórico social. De acordo com a Conaq<sup>3</sup>, contabiliza-se 6.330 comunidades quilombolas, conforme afirma Elimar Pinheiro (NASCIMENTO, 1998) e menos da metade dos territórios são certificados pela Fundação Cultural Palmares.

Os quilombolas, segunda palavra de conexão, foram durante muitas décadas, esquecidos, colocados à margem da sociedade, por serem culturalmente diferenciadas em vários aspectos, formadas por grupos étnicos constituídos pela população negra rural ou urbana, conforme afirma Alfredo Wagner (ALMEIDA, 1989; 2006). Tais comunidades se autodefinem pelas relações com a terra, parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias, porém, o significado da palavra quilombo, no Dicionário Aurélio (HOLANDA, 1993; 1989) é definido como local de escravos fugidos.

O dicionário Brasil Colônia, define o quilombo como reduto constituído pelos negros fugidos da escravidão no Brasil Colonial (BLANCO e BLANCO, 2018). Assim, o significado de um quilombo representou momentos de exclusão social. As definições apresentadas pela Legislação Ultramarina<sup>4</sup> ao considerar o quilombo uma reunião de mais de cinco negros, o

---

<sup>3</sup> Coordenação Nacional de Articulação das comunidades negras rurais quilombolas- BRASIL,2008

<sup>4</sup> O Conselho Ultramarino foi um órgão criado em Portugal no ano de 1643 durante o reinado de D. João IV, com atribuições em áreas financeiras e administrativas, primeiro, da África portuguesa e da Índia portuguesa e, depois, de todo o ultramar, incluindo o Brasil.[1] Era composto por um

reconhecimento da palavra "quilombo" no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e Decretos, onde se referia aos rebeldes do sistema escravista, a defesa da etimologia originária, bantu que significa, acampamento guerreiro na floresta (ILLICH,1972), foram alvos de intensas discussões. O termo que obteve maior aceitação pelos quilombolas contemporâneo do Lago de Serpa foi Guerreiros da Floresta.

Após a constituição de 1988 houve resistência por parte dos quilombos para consolidar legalmente seus direitos constitucionais, contudo, muitas conquistas também ocorreram. A palavra “rebelde”<sup>5</sup> recebe força até os dias atuais. A rebeldia daqueles que não se dobraram ao sistema vigente. Histórico? Com certeza, porém, exigiu um repensar crítico da própria história, sob pena de ser repassado a cada mente que se debruça ao ensino sobre a origem dos quilombos, a visão do colonizador, concepção essa, motivo de reflexão na construção da proposta pedagógica do Quilombo de Serpa.

A multidimensionalidade e complexidade do significado de quilombo através da história reflete diretamente na dialética Inclusão/Exclusão e na compreensão e amplitude do controle social exercido pelas bases de poder (HONNETH, 2003). Tal visão, estará aliada ao capitalismo vigente e ditará as leis que deverão ser executadas na escola. Nesse aspecto, houve a necessidade de um repensar crítico sobre quais os pilares de um Projeto Pedagógico para o crescimento da escola construído em território quilombola.

Nos anos 90 o Movimento Negro Unificado (MNU) deixou claro a existência de violência física e simbólica. A resistência do povo africano comprovou a não passividade frente aos maltratos e injustiças sofridas pelo negro (ALBERTI, 2007). O século XV é um norteador desses níveis de exclusão social vivido pelos negros. As concepções nesse período, sobre um modelo de “cidadão”<sup>6</sup> a ser seguido tanto na comunidade quanto na escola, desprezou as peculiaridades históricas dos remanescentes de quilombos que inclui desde a cultura, ao modo de vida, dentre outros. Essas reflexões são de fundamental importância na construção de qualquer Projeto Pedagógico em escola quilombola.

Ainda no século XV, navegadores europeus relatavam sobre povos diferentes nomeando-os como primitivos. O conceito sobre a criação do mundo nesse século tinha suas

---

presidente, do qual presidia o conselho; inicialmente, por três conselheiros, sendo dois fidalgos e um ligado a justiça e depois aumentado para quatro conselheiros.

<sup>5</sup> Toda vez que a pesquisadora usar aspas na referência de um termo significará que a palavra foi utilizada no decorrer da história, ou por alguém, no caso, historicamente, assim referenciava-se os quilombos.

<sup>6</sup> O modelo citado pela autora refletirá na proposta de inclusão social do quilombola tanto na comunidade como na escola, será norma a ser seguida.

raízes no catolicismo romano (MUNANGA, 1999; 2006). Ainda conforme o autor, a igreja católica abençoou a escravidão como o caminho para a conversão dos negros. A visão do século em discussão, deixa clara a exclusão social por meio da “supremacia” do homem branco europeu. Aspecto de relevância para um despertar crítico contra essas concepções, o que remeterá a um dos papéis da escola.

O estudo sobre os quilombos antigos e contemporâneos foram alicerces para a construção da visão social, política e pedagógica, à ocasião dos fatos e na contemporaneidade (SANTOS & MAIO, 2004). A história da comunidade quilombola do Lago de Serpa, trouxe os reflexos da luta do negro no cenário mundial no decorrer dos séculos.

O histórico de exclusão social do negro foi tema de embate e discussão, pela constatação óbvia de que todas as leis que regem a educação têm origem onde emana o poder, conforme afirma Simone Ritta (SANTOS, 2012). Nesse aspecto, a luta do Quilombo de Itacoatiara/Am, para apropriação de seus direitos conquistados legalmente permitiu o diálogo constante da educação com a história, filosofia, sociologia e antropologia.

Um outro ponto marcante de discussão, foi a leitura da obra *a queda do céu* (KOPENAWA, 2015), por alguns membros da comunidade. Tal obra, não retrata a história dos quilombos, no entanto, o povo indígena luta para manter viva suas tradições e pelo respeito aos seus direitos. Tais reflexões foram profundas sobre o capitalismo e a lógica de mercado que se torna tóxica aos grupos minoritários. A cena se repete na Amazônia, onde o desrespeito do poder público é demonstrado pela desapropriação dos territórios quilombolas e indígenas para instalar empresas, gasodutos, açudes, dentre outros.

A comunidade quilombola do Lago de Serpa/Itacoatiara, por meio da resistência, caracteriza a visão de quilombo do século XXI, conforme aponta Ilka Boaventura (LEITE, 2009). O foco de todos os embates é a garantia dos seus direitos fundamentais, como a construção de escola quilombola dentro do quilombo (o que obteve vitória parcial) e a luta por uma educação que contemple sua cultura, ancestralidade, formas de sobrevivência e valor histórico, conforme aponta Ana Paula Comin (CARVALHO, 2003). Assim, o Projeto Pedagógico (terceira palavra de conexão), da escola do quilombo, procurou valorizar tais aspectos como ferramentas de fundamental importância para inclusão social do aluno e comunidade quilombola.

A Floresta Amazônica abriga cerca de 150 comunidades quilombolas conforme dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2017). Especificamente no Estado do Amazonas, parte da grande Amazônia, cerca de oitocentos e vinte oito famílias quilombolas

ainda lutam pela obtenção de seus direitos fundamentais (INEP, 2020). Tais comunidades são diferentes entre si. Contudo, possuem seus direitos fundamentais conquistados legalmente.

A partir da Constituição de 1988 esses quilombos não precisariam lutar pela posse de terra. Contudo, a União, Estados e Municípios, mesmo com autodeclaração da comunidade como remanescentes de quilombos, precisam cumprir uma longa caminhada burocrática para posse de território (ALMEIDA, 2002;2006). Ocorre que para cumprimento dos parâmetros legais, a comunidade de Serpa fez empréstimos para sanar dívidas no sentido de organizar a documentação.

As lutas são travadas em todos os ângulos e principalmente no plano político. Como exemplo, alguns vereadores e representantes públicos resolveram negar a existência do Quilombo em Itacoatiara. Por meio das entrevistas realizadas, elencou-se o que de fato seria o início de uma proposta de Projeto Pedagógico para uma escola quilombola, ouvir os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. As famílias mais antigas, moradoras da comunidade, foram unânimes em situar o remanescente de quilombo entre aqueles que são conscientes de sua exclusão social por meio da sociedade, mesmo sendo possuidores de direitos já conquistados legalmente.

O Projeto Pedagógico instigou as discussões em torno do sistema educacional brasileiro. Ilka Boaventura (LEITE, 2007) situa a escola além da dimensão física por se constituir apenas um dos espaços possíveis de educação. Assim, todas as questões discursivas da entrevista, envolveram as diversas áreas do conhecimento como: sociologia, antropologia, filosofia e história. Os momentos de reflexão e discussão consolidaram as formas de representação social existente no quilombo (MARTINS, 2002). Nesse aspecto emergiu o estudo sobre a formação do *habitus* social.

O estudo sobre a construção do *Habitus* Social (BOURDIEU, 1996; 2004), quarta palavra de conexão, corresponde ao que foi incorporado no ser humano, trata-se de um capital mais reprodutivo que produtivo. A figuração representativa do contingente populacional negro vindo da África e da Europa, seguindo-se a análise de Norbert Elias e John Scotson (ELIAS & SCOTSON, 2000) revela a forte influência da formação dos hábitos e costumes do povo brasileiro, o que se consolidou no projeto de formação do cidadão quilombola. Nesse aspecto, a relação histórico sociocultural dos quilombos antigos ligada ao contemporâneo remete a outro fator chamado interdependência funcional.

Não há como realizar o estudo sobre comunidades sem a percepção da interdependência funcional (ELIAS, 1995; 2001), quinta palavra de conexão. Para o autor, o passado constituirá, os processos sociais do contemporâneo. Como exemplo, em 2021 o Brasil completou 133 anos

da Lei Áurea, no entanto, é fundamental a compreensão de que a abolição não se constituiu em um ato isolado (ALBERTI, 2007). Foi extremamente postergada com o objetivo de atender a figuração do momento que usurpava o negro como escravo. As tensões e conflitos do período, resultaram na assinatura da Lei Áurea.

Pela compreensão da diversidade representativa de cada quilombo, não houve como falar de políticas públicas em nível global, no início da construção da proposta, o que se seguiu os apontamentos de Ilka Boaventura (LEITE, 1995) onde destaca a importância de reconhecer as realidades de cada comunidade.

As formas propostas de sociabilidade e integração e as Leis que regem a educação quilombola, a história do Lago de Serpa e dos alunos da escola em questão, teve como um dos alicerces a proposta de Eliane Cantarino (O' DWYER, 2002) onde defende a importância do reconhecimento da interação entre Comunidade e escola, o que provocou instigante discussão acerca da proposta pedagógica. Tal documento, perpassou em todos os momentos, pela luta nos quilombos contemporâneos para obtenção dos seus direitos fundamentais já conquistados legalmente.

### **Dos Critérios para a escolha dos participantes<sup>7</sup> da Pesquisa**

Os critérios de inclusão comum a todos os participantes foram: Gozar de boa saúde física e mental, lucidez para descrever os fatos ocorridos, assinar o Termo de Consentimento livre e esclarecido -TCLE e especificamente para os:

- 35 líderes das comunidade Quilombo de Serpa: Ser o morador de mais idoso daquela família. Estar residindo na comunidade pelo menos há 10 anos. Ser indicado pelos moradores da comunidade como possível colaborador conforme o objetivo da pesquisa;
- Professores da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo- Ser professor quilombola, residir na comunidade, ter sido indicado pelos líderes da comunidade como colaboradores na luta antirracista. Ter até 70 anos de idade;
- 4 alunos da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo- Ser aluno regular da referida escola, residir na comunidade; ser indicado pela gestão da escola como alunos aptos a responder o questionário. Ter entre 7 e 17 anos de idade, corresponder a 2 alunos representando cada turno de ensino;

---

<sup>7</sup> Quadro 16- anexo

- Professores da Escola Estadual Ronaldo Marques - Atuar como professor da escola quilombola, ser autorizado pelo gestor para participar da pesquisa. Ter até 70 anos de idade;
- 2 alunos do turno noturno da Escola Estadual Ronaldo Marques (por tratar-se de adultos, pertencentes a educação de jovens e adultos) - Devem ser alunos autodeclarados ou não como remanescentes de quilombos. Que tenham participado de algum movimento social de luta pelos direitos quilombolas ou que compreendam os momentos de lutas das comunidades quilombolas. Que sejam indicados pelo gestor ou algum membro da comunidade. Ter entre 18 e 59 anos.

Os critérios comuns de exclusão para todas os participantes da pesquisa foram: não concordar ou se recusar a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, tentar receber algum pagamento para resposta a pesquisa ou ter alguma limitação na saúde física ou mental que incapacitasse o entrevistado de participar da pesquisa.

Considerando os critérios de exclusão, 8 participantes- 7 membros da comunidade, 1 aluno do turno matutino, não puderam participar, por julgarem-se sem condições físicas de responder e recusaram-se a assinar o TCLE. No caso do aluno menor, não foi autorizado pelos pais pelo medo de exposição da situação do aluno.

Todos os participantes obedeceram aos critérios comuns de inclusão/exclusão.

### **Dos procedimentos para análise dos dados e a definição das categorias**

Para a interpretação dos dados da pesquisa foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN,1977) por tratar-se de indicadores que permitem interferência de conhecimentos e expressam a forma como é produzida e reproduzida a mensagem recebida. As percepções dos indivíduos acerca da realidade que os cerca produziram relevantes eixos de pesquisa (GEERTZ, 1989; ALVES, 2003; PLETSCHE & GLAT, 2007) a partir do momento que foram inseridas questões inerentes a observação *in loco*.

A comparação dos dados obtidos por meio das abordagens qualitativas contribuiu para maior aproximação do objeto estudado, o que gerou maior credibilidade às informações recebidas (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014; CRESWELL; PLANO-CLARK, 2013; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Os objetivos propostos foram apreendidos por etapas. A primeira por meio de uma pesquisa ampla em materiais consolidados na temática estudada como: livros, teses, dissertações, artigos, jornais, revistas. A segunda pela revisão dos marcos legais, entre eles a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (9.394, de 20 de dezembro de 1996) e todos os documentos ligados a história do quilombo e a educação quilombola.

As visitas informais na comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa Itacoatiara, foram realizadas como Coordenadora do programa Brasil Alfabetizado (SEDUC/AM), bem antes do doutorado, respaldada pela Seduc/Am. Nessa ocasião, a comunidade estava em festa por inaugurar oficialmente a escola quilombola, o que representou a conquista de um direito consolidado legalmente, porém, adquirido por meio de lutas.

As primeiras inserções na comunidade objetivaram orientar a educação de jovens e adultos em escolas construídas dentro do quilombo do Lago de Serpa, conforme preconiza a seção VII da Lei Nº 12.288/2010 onde determina em seu artigo 41 (BRASIL, 2010) como deve ser regida a educação quilombola.

O distanciamento entre escola e comunidade quilombola e a informação de que trabalhavam por meio de uma proposta pedagógica que não fora construída pela escola do quilombo, contribuiu para a identificação do problema da pesquisa. Ressalta-se que as informações levantadas foram divulgadas em sites da SEDUC/AM, o que não representou ilegalidade ética.

Por ocasião das visitas informais, o que mais chamou atenção desta pesquisadora é que mesmo em face a tantas Leis em prol dos Remanescentes de Quilombo, somente em dezembro de 2014, conforme o Diário Oficial da União nº 239 (DOU,2014), o Presidente da Fundação Cultural Palmares – FCP, José Hilton Santos Almeida, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 1º da Lei nº 7.668, certificou a Comunidade Sagrado Coração de Jesus do lago de Serpa.

A partir da pesquisa documental e bibliográfica, a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico realizado em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet e em outras fontes acessíveis, realizou-se a discussão sobre todos os aspectos da pesquisa e após detalhada organização e compilação de dados (BOCCATO, 2006), prosseguiu-se com a investigação sobre o estado da arte.

Sob as orientações obtidas nas Disciplinas Seminário Doutoral e Ateliê de Pesquisa, obteve-se dados bibliográficos de três comunidades quilombolas do Estado do Amazonas para fins de conhecimento e comparação quanto aos pontos comuns e diferenças entre comunidades. As Comunidades do Jaú - Novo Airão e Comunidade do Barranco da Praça 14 em Manaus, foram analisadas por meio dos documentos a disposição nas redes sociais, simplesmente para composição de dados comparativos.

As primeiras informações foram sobre a espacialidade geográfica e a educação escolar das comunidades quilombolas do Jaú e do Barranco da praça 14. Nas pesquisas bibliográficas algumas informações como: nomes de lideranças do município, forma de acesso à escola, níveis de ensino, quantidade de sala, de alunos e de professores, foram possíveis de acessar pelas pesquisas via internet, nos dados de acesso público.

Considerando o período pandêmico que atravessa o Brasil e o mundo, a observação ocorreu durante e após as entrevistas, nos arredores da comunidade e na escola, de acordo com os prerequisites de segurança. As reuniões presenciais e não presenciais ocorreram em 9 momentos: 5 Com os membros do quilombo de Serpa, 2 com a comunidade escolar da Escola Municipal Casseano Secundo, 1 com a gestão da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo e 1 com o autor do dossiê sobre o Lago de Serpa e com o documentarista que cedeu os arquivos sobre a cidade de Itacoatiara e o Lago de Serpa.

Por ocasião das reuniões presenciais, com fins de evitar o contágio pela covid 19, algumas medidas foram rigorosamente cumpridas. Resguardou-se o número de 30 por cento dos alunos ou membros da comunidade. Deu-se preferência as reuniões ao ar livre, mantendo-se o distanciamento necessário e exigido por lei. Zelou-se pelo uso obrigatório de máscaras, aferição de temperatura, higienização com álcool em gel, antes, durante e após as reuniões e entrevistas<sup>8</sup>.

Ainda como medidas de segurança em período pandêmico, apesar das aulas no município de Itacoatiara ocorrerem de forma híbrida e de toda a comunidade ter tomado a segunda dose da vacina no mês de setembro/2021, duas reuniões com alunos da Educação de jovens e adultos- EJA, foram realizadas via google Meet e para tal, esta pesquisadora viabilizou o transporte até a cidade de Itacoatiara e o acesso à internet. Acordou-se com a comunidade escolar que 50% das entrevistas eles responderiam de forma virtual e restante enviariam por e-mail os questionários quando finalizassem, conforme aconteceu.

A categorização foi outra ferramenta utilizada para análise de conteúdo. Todos os dados gerais foram organizados para uma maior compreensão do problema da pesquisa (BARDIN,

---

<sup>8</sup> Ressalta-se que o fornecimento de máscaras, medidor de temperatura, álcool em gel, bem como a organização do distanciamento necessário, foi de responsabilidade pesquisadora. No espaço de 45 minutos, era aferida temperatura dos participantes, conforme orientação da Secretaria de Saúde Estadual/Am e Municipal/Itacoatiara. Em uma das reuniões, um membro da comunidade precisou ser atendido pelo serviço médico, com sintomas de infecção intestinal, o que foi constatado. Contudo, esta pesquisadora tomou todas as providências quanto a consulta, remédios, alimentação e acompanhamento. Fora essa ocorrência, todas as reuniões ocorreram dentro dos padrões considerados normais.

1977). A seguir, procedeu-se toda uma revisão das entrevistas e conteúdo do caderno de campo a fim de definir as categorias que originam os subtítulos desta tese.

As três categorias desta pesquisa, originadas de uma revisão sistemática do referencial teórico desenvolvido são: 1- Inclusão/Exclusão; 2- Quilombolas; 3-Projeto Pedagógico que se desdobram em subtítulos dos capítulos desta tese conforme o quadro 1 (anexo). O produto da tese foi a construção de uma proposta pedagógica com a coordenação e participação direta da escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo e do Quilombo do Lago de Serpa.

Há plena consciência do caminho a ser percorrido e dos obstáculos a serem vencidos para que o Projeto Pedagógico seja executado de fato, como o rodízio de profissionais e a não aceitação do quilombo por algumas autoridades competentes, dentre outros. Contudo, os passos seguintes serão a apresentação de tal proposta ao Conselho Estadual e Municipal de Educação, haja vista a constatação de que nunca houve a construção, implantação e implementação de um Projeto Pedagógico na escola quilombola do Lago de Serpa e todo o processo pedagógico para implementação da proposta.

### **Cumprimento Ético Legal**

Apesar de ter conhecimento do Quilombo de Itacoatiara e escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, devido ao meu trabalho na SEDUC/AM na Gerência de Atendimento Específico e à Diversidade-GAEED e superficialmente devido a família da pesquisadora residir nas proximidades do local de pesquisa (zona rural e urbana do município de Itacoatiara) a entrada no Quilombo de Itacoatiara, para fins de pesquisa, só ocorreu após a autorização do CEP/UFAM<sup>9</sup>.

Atendeu-se plenamente o que preconiza a Resolução nº 466/2012 (CNS -Conselho Nacional de Saúde/ MS-Ministério da Saúde). Nesse sentido, após obtermos as devidas cartas de anuências<sup>10</sup> da Secretária Executiva de Educação do Interior (SEDUC/AM), Secretária Municipal de Educação, Presidente da Comunidade, Gestor da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo e Gestor da Escola Estadual Ronaldo Marques, submeteu-se o projeto ao CEP/ UFAM que obteve total aprovação por meio do Parecer nº 51685621.5.0000.5020

A primeira semana no campo, com fins da investigação proposta, foi planejada para leitura e esclarecimentos sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa, assinatura dos Termos

---

<sup>9</sup> Anexo “A”

<sup>10</sup> Anexo “B”

de consentimento Livre e Esclarecido<sup>11</sup>. Alguns participantes perguntaram várias vezes sobre determinados itens, o que foi cuidadosamente esclarecido. Deu-se ênfase ao anonimato dos participantes e sigilo da pesquisa. Explicou-se ainda que a qualquer momento eles poderiam desistir.

Toda a pesquisa ocorreu dentro dos padrões éticos, principalmente em relação aos cuidados em período pandêmico. Preservou-se a identidade dos participantes. Os nomes dos participantes são fictícios, exceto o nome da senhora Mylena Kokama e outros que tinham documentos divulgados em matérias sobre os quilombos e em outros postes legais. Acrescenta-se que o nome do Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, é citado em vários momentos por ser o responsável pelo dossiê sobre a história do Quilombo do lago de Serpa em Itacoatiara e do Documentarista, Thyrso Muñoz Araújo, responsável legal pelo acervo fotográfico do referido documento que passou a ser um documento de pesquisa pública.

---

<sup>11</sup> Apêndice “A”

## INTRODUÇÃO

A força motriz para a escrita da tese foi a necessidade de um Projeto Pedagógico que permitisse alicerçar a luta política e a defesa do território pelos quilombolas. Nesse aspecto, ligada indiretamente a trajetória de minha<sup>12</sup>vida e ao contínuo processo de ensino-aprendizagem, percurso histórico-cultural, o qual esteve sempre presente e direcionou os fatos, escolhas pessoais por meio de imposições sutis.

Esclareço que o *locus* da pesquisa, Quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara-Am, não é o local de residência de minha família, tampouco conhecia a comunidade até que participasse dos momentos de lutas pelas quais passavam os quilombolas daquele espaço territorial (meados de 2013) por meio das visitas decorrentes ao meu trabalho na Seduc/Am.

O acesso aos direitos básicos fundamentais, em especial a educação, foi o objetivo perseguido por meus antepassados o que corrobora com o tema central de discussão desta tese, os motivos que levam a inclusão/exclusão do negro na história, com reflexo em todos os setores da sociedade, especificamente na educação, objeto desse estudo.

Ressalta-se que a história de vida dos participantes desta pesquisa, assemelha-se ao meu percurso histórico. A ação do capitalismo em todos os seus níveis, no Brasil e no mundo, o racismo contra o negro, foram sinônimos de segregação na vida de meus avós, tanto paterno como materno. A história de vida dos meus pais e a luta pelo espaço escolar demonstrou resistência e resiliência em busca dos direitos básicos intrínsecos a todo ser humano.

Os pontos fortes de discussão sobre a exclusão social dos negros no decorrer da história, assemelham-se às reflexões sobre minha vida, o que não pode ser expresso detalhadamente devido ao perigo de desvio do tema, fato peculiar a todo autor que envereda por essa área. Contudo, a história escolar, acadêmica e profissional da pesquisadora, apontará para os elementos correlacionados ao estudo em questão.

As raízes desse processo de luta e exclusão social, possui uma de suas origens na cor da pele de meus avós (materno e paterno) e de alguns irmãos que aliados a condição socioeconômica, os deixaram à margem da sociedade. Meu avô materno, descendente de nordestino, do Ceará, de cor preta<sup>13</sup>, minha avó branca, com descendência portuguesa. Ele,

---

<sup>12</sup> Em todos os momentos, ao destacar a história de minha vida, usarei a primeira pessoa do singular. Contudo ao dialogar com os autores e os participantes da pesquisa, usarei a 3ª pessoa do singular, por considerar a múltipla e multidimensional construção.

<sup>13</sup>Cita-se a cor da pele por ser o motivo de discriminação e preconceito no período elencado.

trabalhador do campo e soldado da borracha<sup>14</sup>. Recebeu tal alcunha por ser um dos inúmeros trabalhadores que trabalhavam diariamente no cultivo da borracha e repassava a maior parte aos seus patrões para fins de aquisição de sua própria terra.

Ao chegar em Território Amazonense, meu avô (materno) negociou um lote de terra, inicialmente arrendado, dos donos das terras em que trabalhava. Não pôde dar continuidade aos seus estudos pela dificuldade de acesso à escola, na ocasião dos fatos, não havia espaço para os considerados “pobres, negro e “ex-escravos”<sup>15</sup>” daquele tempo.

O serviço remunerado pelo título de soldado da borracha, tão esperado pelo meu avô materno, chegou muito tempo depois dos seus longos anos de trabalho, pelo fato de fazer parte do grupo de milhares de trabalhadores de várias regiões que não era considerado carente<sup>16</sup>. “naquela ocasião, contou-se com 50.500 homens e 19.760 mulheres, entre 1943 e 1944 e em maior número eram os nordestinos” (BENCHIMOL,1977, p.25). O autor afirma que os seringueiros tinham como papel principal suprir as necessidades dos donos das terras.

Meu avô paterno e o materno eram negros, descendentes de nordestinos, porém naturais do Maranhão e do Ceará. Minha avó era branca. Ele sempre trabalhou no seringal, na roça, caça e pesca, sendo contratado pelo Incra<sup>17</sup>sem nunca haver oportunidade de estudar por falta de adequação ao seu horário de trabalho. Nesse contexto, a pergunta em foco sempre foi “estudar ou trabalhar?” porque não havia como realizar ambas as atividades.

A exclusão social, na escola, era visível na vida da minha família. Meu pai tinha o mesmo sonho de meu avô, frequentar escola, tirar um “*deploma*”<sup>18</sup> a palavra errada que escrevia e pronunciava com ênfase. Quando jovem, foi aluno do programa de alfabetização chamado MOBREAL<sup>19</sup>, assim, prosseguiu até a 4ª série, mas achava difícil, era colocado de lado nas

---

<sup>14</sup>Soldados da Borracha foi o nome dado aos brasileiros que entre 1943/1945 que foram alistados e transportados para a Amazônia pelo Sema, com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América (Acordos de Washington) na II Guerra Mundial (BENCHIMOL,1977).

<sup>15</sup>Por muitas vezes foi rejeitado pelos próprios amigos, na escola a qual tentara estudar sem conseguir êxito. As palavras destacadas representavam a linguagem do meu avô ao perguntarmos a ele porque não estudou.

<sup>16</sup>Benefício de natureza assistencial, e não previdenciária, sendo devido aos carentes, A renda mensal vitalícia do seringueiro poderia ser transferida aos dependentes, desde que estes também fossem carentes, nos termos do art. 54, § 2º, do ADCT/88 e do art. 2º da Lei 7.986/89, que regulamenta o referido dispositivo constitucional.

<sup>17</sup>Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais.

<sup>18</sup>Linguagem cabocla utilizada por meu pai.

<sup>19</sup>Movimento Brasileiro de Alfabetização, existente dos anos 60 até os 80 que consistia no atual Eja alfabetização, programa do estado. A sigla tornou-se uma linguagem pejorativa que utilizavam como

atividades em detrimento aos outros alunos, porque havia uma diferença, desde os 9 (nove) anos, tivera que trabalhar na roça. Era chamado “caboquinho”<sup>20</sup>. Nunca chegava na hora certa na escola porque ajudava na criação de seus 5 irmãos.

Como trabalhador do campo, residente no município de Manacapuru-Am (local de meu nascimento), após longos anos de trabalho, meu pai conseguiu um emprego no INCRA e apesar de pouco nível de instrução, ocupou o cargo de agente de Portaria e trabalhou nessa profissão até a aposentadoria por invalidez.

Minha mãe, somente com o primário<sup>21</sup> ensinava algumas crianças a leitura e a escrita. A luta pelo acesso a escola, foi a forma de resistência ao capitalismo excludente. Contudo, para os 8 filhos, o conselho dado foi o mesmo “nunca desistam de estudar, para que consigam os diplomas de vocês e tenham um emprego digno”. Tal linguagem simples, expressava o desejo de uma vida honesta e acesso aos direitos fundamentais.

Parte do Ensino Fundamental, cursei nos municípios de Bela Vista, Manacapuru e Manaus, Escola Estadual São Luís de Gonzaga, no Bairro de São Raimundo. No Ensino Fundamental II, estudei na Escola Marquês de Santa Cruz onde destaquei-me nos jogos estudantis, ginástica rítmica, handebol, educação física e no grupo permanente de teatro. Como ponto marcante, cultural e religioso do momento, o coral do professor Nogueira, o violão com os amigos que mais à frente, destacaram-se na música. Era tão estimulante que na hora da *merenda*<sup>22</sup>, a turma reunia-se para cantar e assim treinar para a próxima aula no coral.

Após a aprovação no mini vestibular, tive que ingressar no turno noturno pela necessidade de trabalhar. No IEA<sup>23</sup> havia um diferencial, o turno contava com 4 tempos de aulas, porque os períodos de aula eram mais curtos. Assim, conclui o magistério em quatro anos. Ainda no IEA, no turno noturno fiz o curso adicional, com especialização em Educação infantil, curso com duração de um ano. Tanto Ensino Médio como adicional, cursei estudando e trabalhando às 8 horas por dia.

Ainda adolescente (1980-1982), concentrei meus trabalhos nos movimentos sociais em prol das comunidades carentes, negros, menores de Rua. Ingressei como catequista da

---

ofensa para referir-se às pessoas com pouca instrução escolar.

<sup>20</sup>Os denominados “caboclos” mudavam-se constantemente em busca de melhorias de sobrevivência e segurança. O “caboquinho” era o apelido do filho dos caboclos, contudo, soava como agressão às crianças envolvidas no processo.

<sup>21</sup>Primário, era o ensino de primeira à quarta série no contexto histórico do momento.

<sup>22</sup>No momento histórico era chamada hora da merenda o intervalo entre dois ou três tempos de aula.

<sup>23</sup> Instituto de Educação do Amazonas

Comunidade São Raimundo Nonato e estudava no contraturno, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, somente em cursos extras, como dança, canto, balé, teatro... bolsa concedida pelo meu bom desempenho na ginástica rítmica e de solo. Aqueles anos foram fundamentais para distinção entre os universos sociais. Bolsista e aluna regular, em minha opinião, não tinham o mesmo valor. Eu era uma exceção. Porque trabalhava com o que gostavam de fazer, entretanto, observava como eram tratadas as outras meninas. Isso me incomodava pelo trabalho paralelo que já executava com outras comunidades.

Tempos depois, ainda com dezesseis anos trabalhei como monitora de Educação física no IEBEM (Instituto Estadual do Bem-estar do Menor), com registro na carteira profissional<sup>24</sup>. Nessa Instituição, comecei a perceber a necessidade de inclusão de alguns alunos. A turma que eu lecionava era composta por 35 alunos, dentre esses, 12 alunos eram negros, dois cegos, um surdo e um síndrome de Down. Tais alunos não participavam dos jogos estudantis, no entanto, para suprir tal lacuna, eram envolvidos nas atividades mais simples como jogos de dama, dominó etc.

Para realizar a seleção dos alunos que iriam participar das competições nos jogos Estudantis, o Estado do Amazonas, por meio da Organização de Esportes, encaminhava professores de outras Instituições para atuar no núcleo naquele período. A escolha para os jogos estudantis nem sempre era justa porque raríssimas vezes os negros eram escolhidos, apesar do excelente desempenho no esporte como: futebol, salto em altura, salto à distância, corrida dentre outros.

Certa vez, ao indagar o motivo pelo qual a equipe de alunos negros não fora selecionada, os professores responderam que eram alunos “difíceis de lidar”. O mais estranho é que não os conheciam e quem lidava com eles era eu. Como monitora, não podia fazer as indicações e nem dar a palavra final. Mesmo após muita discussão, era quase impossível incluir os alunos com alguma deficiência física ou negros nas competições.

A rotina dos alunos com alguma deficiência era (grosso modo relatado) dessa forma: os alunos (Surdos e Down) passavam grande parte do tempo folheando revistas, os cegos, ficavam sem atividades e grande parte dos alunos e alunas negros não participavam das atividades externas. Eles eram os últimos a realizar qualquer atividade até dentro dos limites pertencentes à Instituição. No registro diário, era orientado que constasse que eles eram perigosos, e por eu

---

<sup>24</sup> Foto 1 (anexo)

ter apenas dezesseis anos, a direção, por motivo de *segurança*<sup>25</sup>, não deixava que eu fosse sozinha com eles. Havia necessidade da ajuda de outras monitoras.

A justificativa da Direção do núcleo e dos professores para a não participação dos alunos com alguma deficiência física era que não estavam preparados para aquele tipo de atividade. Quanto aos negros, eram identificados como rebeldes, desordeiros etc. Havia certo receio da equipe que trabalhava com eles. Era frequente ouvir-se de um ou outro professor, “se houvesse alguma agressão quem iria proteger a equipe desses marginais?”.

No decorrer dos anos, com o trabalho realizado, identifiquei nos alunos, a mesma falta de oportunidade de meus familiares, com o diferencial que se tratava de crianças e jovens abandonados, o que eu considerava mais complexo. Logo fiz amizade com as crianças e os jovens. Conseguia uni-los em muitas atividades. Realizei algumas competições entre eles e isso os motivava a estudar. Os alunos não poderiam permanecer na Instituição até os 18 anos. Contudo, alguns alunos e alunas chegaram a ingressar em curso superior após a saída da Instituição

Nesse ínterim, pelo meu envolvimento nos trabalhos de auxílio aos mais carentes, missões ribeirinhas, catequese, dentre outros, um questionamento e uma premissa eram latentes em minha mente, queria entender o porquê de tantas desigualdades sociais e qual era a essência real do “deus”<sup>26</sup> que pregavam.

Alguns dos autoquestionamentos eram: Por que a exigência quanto ao cumprimento das Leis não era igual para todos como ensinavam nas escolas salesianas (onde foi minha base)? Ingressei então em curso pelo CENESCH<sup>27</sup> no básico em Teologia, curso que não finalizei por diversos motivos não cabíveis de discussão no momento.

Intrigada com toda injustiça que presenciava e com a constatação de que os movimentos sociais necessitavam ter espaço e ser ouvidos, procurei um maior envolvimento nas discussões, seminários, enfim, tudo que oferecesse oportunidade de conquistar o direito a vez e a voz dos povos que eram “esquecidos” e não tinham chance de representatividade. Não conseguia entender o porquê de tanta exclusão.

---

<sup>25</sup> Expressão usada pela Diretora da Unidade. Todo cronograma de atendimento era feito por ela.

<sup>26</sup> A autora escreve “deus” com letra minúscula por não representar o Deus de sua crença. Deus criador de todas as coisas.

<sup>27</sup> 1971 – Instala-se o CENESCH – Centro de Estudo do Comportamento Humano. 2005 – O CENESCH muda de nome para ITEPES – Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior da Amazônia. No dia 8 de agosto, inauguração da Fazenda Esperança Irmã Cleusa Coelho (feminina).

Consegui a aprovação para Pedagogia (1991) em décimo terceiro lugar na Universidade do Amazonas-UA<sup>28</sup>e deixei o CENESCH. Em 1995 concluí o curso de Pedagogia. De 2001 a 2002 cursei a primeira Especialização (na UFAM) em Psicopedagogia, com carga horária de 510 horas. Excelente curso onde fui despertada para um olhar sobre as diferenças existentes a partir de nós para depois saber compreender e respeitar as diferenças entre outros seres humanos, em qualquer área de desenvolvimento.

Ao terminar a especialização em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus/AM, defendi o Artigo intitulado: *Explosão hormonal na adolescência versus aprendizagem: vencendo a reprovação na 5ª série*. Retratei, neste artigo, um estudo de caso sobre uma adolescente negra de 12 anos - Escola municipal de Manaus- que repetia pela terceira vez a 5ª série, por não haver acompanhamento pelos pais, responsáveis equipe pedagógica da escola e nem condições de estudo, pela distância da escola, ausência de material pedagógico, dentre outros.

Como professora de ensino fundamental e médio na SEDUC, cursei a Especialização em Melhoramento da Qualidade da Educação Básica, pela Agência interamericana de cooperação e Desenvolvimento, AJCD/OEA, Brasil, UNESCO onde defendi o trabalho de conclusão de curso cujo título foi: *Conflitos na Adolescência Versus Aprendizagem*, realizei um estudo de caso sobre o conflito de identidade de uma menina negra que pela imposição da família, dos amigos, desejava ter nascido branca. Tal choque de identidade a fez ter um tipo de ojeriza pela escola, o que resultou em ter que mudar três vezes de instituição. O curso teve carga horária de 560 horas que consegui fechar com êxito total, graças a Deus acima de todas as coisas.

Em 2009 ingressei no Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM, consegui a Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possibilitou fazer a defesa em tempo hábil (2011) cujo tema foi: *Inclusão e Exclusão em sala de aula :um olhar reflexivo sobre o lidar com as diferenças*. O tema foi resultado de reflexão sobre minha história de vida e pesquisa em duas escolas da Rede estadual de ensino sobre a *Inclusão do aluno cego e com baixa visão em sala Regular de Ensino*. Tive

---

<sup>28</sup>Em 12 de junho de 1962, através da Lei n.º 4069-A, foi criada a Universidade do Amazonas (UA), uma fundação de direito público mantida pela União, a qual absorveu a Faculdade de Direito. Era a federalização. Por disposição da Lei n.º 10.468 de 20 de junho de 2002 a Universidade do Amazonas passou a denominar-se Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como é conhecida até a presente data.

como orientador o Professor Dr. Orientador: Aristonildo Chagas Araújo Nascimento (*in memoriam*).

Como exposto, a questão social num contexto excludente sempre existiu em todos os momentos vivenciados por mim. Não é simplesmente a falta de oportunidade, a cultura do momento, o cenário de vida, porém, tudo está entrelaçado. E foi assim que por meio dos conselhos de meu orientador para alargar o espaço da pesquisa e sair da área de conforto, ousei concorrer com um pré-projeto, com uma visão bem mais ampliada, para uma investigação sobre a Inclusão Social do aluno quilombola, o que foi construído numa visão interdisciplinar.

Em 2017 fui aprovada para o Doutorado com um projeto sobre o currículo Escolar Quilombola numa visão antropológica, histórica, educacional e social, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. A motivação traz à tona a reflexão sobre a Inclusão/Exclusão social do aluno (a), gerada dentro e fora da Comunidade escolar, sempre usada como ferramenta principal dos mecanismos de poder pautada em atenuantes históricos, onde a família, a escola e a sociedade, contribuem de forma direta e/ou indireta para Exclusão Social.

### **Do Estado da arte**

A busca pela apreensão do objeto de pesquisa seguiu os parâmetros de clareza e transparência, conforme orientado por Mirian Goldenberg em seu livro “A arte de pesquisar” (GOLDENBERG,1999) e Linda Gondim, no livro “A pesquisa como artesanato intelectual” (GONDIM, 2010). A partir de tais apontamentos, enveredou-se para a construção de um trabalho detalhado e criterioso. O despertar da curiosidade veio acompanhado pela criatividade e exigiu muita disciplina, mesmo em face da paixão existente ao desenrolar de cada etapa da pesquisa. E assim, seguiu-se um percurso de naturalidade, organização, o que conferiu a tese investigada, um patamar criterioso.

A problemática da pesquisa, abordou três categorias analíticas: 1- Inclusão/Exclusão; 2- Quilombolas 3-Projeto Pedagógico<sup>29</sup>. O percurso pelos sítios eletrônicos, dentro da categoria Exclusão/Inclusão, ocorreu do segundo semestre de 2019 até o primeiro semestre de 2020<sup>30</sup>. O refinamento da pesquisa atendeu as exigências apontadas pela qualificação e acrescentou os textos, além dos artigos, dissertações e teses. Nos sítios: Scielo; Capes; USP, UNICAMP

---

<sup>29</sup> Quadro 1 (anexo)

<sup>30</sup> Quadro 2 (anexo)

acrescentou-se ainda, as publicações da UFAM <sup>31</sup>Contudo, grande parte dessas publicações, constava nas plataformas Scielo, Capes e algumas na USP e Unicamp.l

De 1988 a 2019, são três décadas de publicação e o número de pesquisa na plataforma Capes sobre a questão Exclusão/Inclusão social de forma geral, não referente ao título exato, em nível de mestrado foi de 831355 e doutorado de 284643. Ao buscar a questão inclusão e exclusão do negro, o resultado foi diversificado. Na plataforma Capes, contemplou-se mais pesquisas que nas demais plataformas. A somatória geral engloba artigos, dissertações e teses.

Para a construção da Tese, prosseguiu-se com as mesmas categorias de pesquisa, e em concordância com a sugestão da banca examinadora de qualificação, acrescentou-se, além de tese, dissertações e artigo, os textos com os temas elencados. Das publicações sobre o tema, Inclusão e exclusão social<sup>32</sup>, grande parte das pesquisas foi em nível de artigos, depois mestrado e por último doutorado com o menor número de publicações.

Acrescenta-se que na primeira década a predominância das pesquisas envolveu sociólogos e educadores. A segunda década envolveu também os antropólogos e a terceira, ampliou o número de pesquisas, incluindo até mesmo economistas e matemáticos, dentre outros. A Capes e a Scielo lideraram as pesquisas com o tema.

O tema escolarização do negro, alcançou maior destaque na terceira década da pesquisa na plataforma Capes. Na primeira década, quase não houve representatividade, contudo, o número de pesquisas em mestrado excedeu ao número de artigos publicados. A Scielo apresentou predominância de publicações no mestrado. A UNICAMP não apresentou grandes pesquisas na área, mas o doutorado predominou em sua estatística. Em sua grande maioria, todas as plataformas apresentaram de forma geral a escolarização do negro, como se não houvesse uma lacuna histórica de segregação.

A invisibilidade geradora da exclusão social do negro, nas três décadas de levantamento bibliográfico teve grande força no Brasil. Aos negros, foi-lhes cerceado o direito a escolarização o que evidenciou exclusão social em todos os níveis. Para Sampaio (2011) o mundo escravo é marcado pela visão radical de rebeldia, violência, sem que houvesse um estudo detalhado a fim de explicar o porquê de suas revoltas, haja vista tratar-se da conquista de seus direitos à força.

Grandes estudiosos sobre a exclusão social, passaram por cima da condição desumana pela qual os negros eram obrigados a sobreviver mediante a ordem escravista. Nesse sentido, eram passíveis de paixão, ódio, desejos, compreensão e de reivindicar contra sua condição,

---

<sup>31</sup> Quadro 3 (anexo)

<sup>32</sup> Quadros 4 e 5 (anexo)

assim como negociar, ter reações explícitas, ou não, contra tal ordem. Gil (2002) defende a importância dada aos direitos legalmente conquistados pelos cidadãos, isso inclui o direito de lutar por aquilo que é devido.

Na questão currículo quilombola<sup>33</sup>, a Capes também liderou o número de pesquisas, dessa vez completamente voltada a interdisciplinaridade e a educação, contudo, seu apogeu ocorreu na terceira década. A produção dos textos liderou todas as décadas. As teses de doutorado representaram menor impacto nas duas primeiras décadas, contudo na terceira alavancou um número considerado de trabalhos. Os artigos científicos foram superiores às pesquisas de mestrado na primeira e segunda fase.

Ainda na questão currículo quilombola, a Capes obteve maior número de pesquisas no item artigos científicos. Em segundo lugar, ainda com a Capes, os textos se destacam. Em todas as plataformas (CAPES, SCIELO, USP, UNICAM E UFAM), as dissertações de mestrado ocupam o terceiro lugar e por último, as teses de doutorado.

A análise da prática educativa, encontrara espaço em poucos trabalhos nas três décadas por tratar-se de uma análise de tema isolado, ou só currículo, ou prática, ou quilombos. Para Ghanem (2004), o currículo deve representar uma intervenção conjunta, o que implicará numa ação construída coletivamente. O produto dessa intervenção seria a aprendizagem em todos os seus níveis. Freire (1981) aponta que a educação é antes de tudo, um ato político.

A luta pelo território quilombola foi registrada em poucas dissertações, artigos ou teses. Essa discussão, trouxe à baila, o direito de todos a educação, o que na prática, não é o mesmo que o livre acesso para todos os cidadãos. O planejamento educacional é outro tema complexo que não consta nas dissertações ou teses, principalmente na Amazônia.

Para romper com as amarras da exclusão na área educacional, deve haver harmonia entre o currículo e o Projeto Político Pedagógico, principalmente no que se refere às comunidades quilombolas e comunidades historicamente excluídas. Contudo, tal tema é pouco discutido nas pesquisas de mestrado e doutorado. Romper com as amarras da exclusão ainda tão presente no contexto escolar, representa uma batalha a ser vencida.

No tema comunidade quilombola<sup>34</sup>, de forma geral, a Capes e a Scielo lideraram a pesquisa em todas as décadas com os artigos científicos e textos. Da mesma forma, a USP a Unicamp e a UFAM, ocupam o segundo lugar com maior representatividade em todas as décadas nos artigos científicos e textos. O mestrado ocupa o terceiro lugar com uma leve

---

<sup>33</sup> Quadros 8 e 9 (anexo)

<sup>34</sup> Quadros 10 e 11 (anexo)

diferença na UFAM. As teses ocuparam sempre o último lugar em todas as plataformas de pesquisas.

Mesmo com menor representatividade nas plataformas de pesquisas, as teses de doutorado, convergiram para o estudo da luta pelo poder. Para Almeida (1989), a questão dos quilombos tem caráter especificamente econômico, assim, o desrespeito aos direitos constituídos, responde o motivo pelo qual os remanescentes de quilombos enfrentam os maiores obstáculos para tomar posse do que pertence a eles legalmente. Como exemplo, o poder público negocia e constrói barragens, usa para área militar, rodovias, dentre outros projetos, sem levar em conta os verdadeiros moradores do local.

A junção dos temas comunidade e escola quilombola<sup>35</sup>, foi encontrado de diversas formas na pesquisa e voltado para área interdisciplinar. Na Capes, a pesquisa em nível de doutorado decaiu na segunda e terceira década. Na primeira década, os artigos científicos e os textos ocuparam o primeiro lugar, depois o mestrado e por último o doutorado. A Scielo, despontou na publicação de artigos na segunda e terceira década. Contudo, na primeira década reduziu-se bastante as pesquisas em nível de doutorado.

Ainda sobre o tema unificado Comunidade e Escola quilombola, a UNICAMP e a USP obtiveram boa produção de artigos científicos nas três décadas de publicação, em segundo lugar o mestrado e por último as teses de doutorado. Comunidade e Escola Quilombola devem estar interligadas, a fim de que produzam uma aprendizagem significativa que leve em conta a vida do aluno. Nesse aspecto, alguns trabalhos foram relevantes na área, por provocarem a discussão sobre a identidade do remanescente de quilombo. Para Acevedo (1985), se posicionar como sujeito quilombola para a garantia dos seus direitos territoriais e étnicos torna-se fator primordial.

Na pesquisa para apresentação de dados para fins do exame de Qualificação, o tema comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, apresentou menos trabalhos pesquisados em todas as plataformas. A expressão completa, teve 8 trabalhos pela Capes nas três décadas, apenas 2 de doutorado na terceira década. Nas anteriores os artigos representaram sua grande representação.

Ainda por ocasião da Qualificação, as plataformas da USP e da UNICAMP apresentaram trabalhos que envolveram indiretamente a comunidade, com representação de 1 trabalho de doutorado na primeira plataforma e 1 na segunda. As demais pesquisas foram representadas por artigos e dissertações de mestrado.

---

<sup>35</sup> Quadros 12 e 13 (anexo)

Após a Qualificação, por sugestão da banca examinadora, acrescentou-se a plataforma da UFAM e incluiu-se os textos. Em todas as décadas a UFAM superou as demais plataformas, tanto em artigos como em textos, dissertação e teses. Talvez o motivo tenha sido a localização do Quilombo dentro do Estado do Amazonas. Contudo, constata-se a invisibilidade da comunidade Quilombola em Itacoatiara existente desde 1889.

A invisibilidade de algumas comunidades deve-se a forma latente a exclusão social do negro em todos os momentos da sociedade (MOURA,1993). O autor afirma ainda que as pesquisas e estudos referentes as comunidades quilombolas as tornam visíveis no meio político social e possibilitam a conquista de seus direitos fundamentais.

Desde a década de 1980 o debate sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e culminou no ano de 1988 com os quilombos tornando-se matéria constitucional. Paulo Freire (1981) afirma que a vida da comunidade deve ser tão importante quanto a própria escola e a harmonia entre as duas contribuirá para inclusão social em ambos os locais, o que resultará numa consciência crítica de um sujeito ativo na própria sociedade. Para o autor há necessidade de identificar as causas da opressão (FREIRE, 2006) com fins de gerar verdadeiramente uma luta em prol da libertação. Tal processo deve acontecer associado a reflexão das causas que geram todo tipo de exclusão.

### **A construção do Objeto de pesquisa**

O objeto de estudo desta pesquisa é o destaque da importância da história dos quilombos antigos paralelo ao histórico de vida e a contemporaneidade dos remanescentes de quilombos, alunos da escola municipal quilombola Engenheiro Casseano Secundo e dos membros (mais antigos) da comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/Am a fim de contribuir para implantação do Projeto Pedagógico a luz da Base Nacional Comum Curricular-BNCC vigente como fundamentos principais para a participação ativa dos alunos na escola, comunidade e sociedade em geral. O objeto em destaque perpassa obrigatoriamente pela análise quanto a dialética existente entre inclusão/exclusão social do negro.

O histórico de luta e resistência dos quilombolas antigos se motivou pelas perspectivas sociopolítico econômicas, onde almejavam vida digna, longe das atrocidades da vida escrava. Tal exemplo, reflete-se nas comunidades quilombolas contemporâneas e está diretamente ligado ao real significado de inclusão /exclusão social defendido pela Constituição Federal,

pelas leis de inclusão social e pelas Leis que regem a educação, especificamente pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC.

A educação escolar quilombola contemporânea correlaciona-se de forma “discreta” a história dos quilombos antigos e não considera a força motriz de suas ações. Dessa forma, a transmissão de conhecimentos recebe alicerces nas leis que regem a educação brasileira. Coube ao Projeto Pedagógico da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, levar em conta os séculos de exclusão social vivido pela comunidade.

Para as discussões sobre Inclusão/Exclusão, levou-se em conta o sentido mais amplo e de seu significado. A partir da década de 1990, tais termos foram propagados por muitos teóricos, no entanto, não se tratava da mesma causa de exclusão social do indivíduo nem de conceito novo no senso comum, muito menos no vocabulário das ciências sociais. Seu uso sempre expressou algum problema social que trazia incômodo e revelava questões sociais em choque.

Várias são as causas da exclusão social e em cada país se manifesta de forma diferente. Apenas como exemplo, na França, a exclusão social é gerada pela inadaptação do indivíduo na sociedade. Inclusão/Exclusão social são termos intrinsecamente ligados (SAWAIA, 1999). É impossível o estudo do primeiro sem admitir a existência do segundo. Contudo, o lugar de quem elabora as explanações (FREIRE,1992), estará sempre em evidência, principalmente nos campos histórico, sociológico e filosófico, com fortes reflexos na área educacional.

No Brasil, o projeto governamental “Mãos à Obra, Brasil” (CARDOSO, 1994) elaborado para a campanha governamental de Fernando Henrique Cardoso, quando disputava a presidência da República objetivou combater todo tipo de desigualdade social, ao tempo em que levou a reflexão sobre o real significado de estar à margem da sociedade e destacou os ícones geradores da desigualdade social.

O objeto desse estudo aponta para as causas principais que levam a luta dos quilombolas pelo respeito aos direitos adquiridos, o que ainda representa uma afronta ao poderio econômico dos que exercem o poder de decisão e dos que possuem suas próprias concepções excludentes sobre as classes minoritárias (GIL, 2002). Ainda segundo o autor, os reflexos do capitalismo neoliberal e da historicidade dos quilombos herdada desde os primórdios, são representatividades de exclusão social na contemporaneidade.

A ação governamental, realizada após a posse de FHC, trouxe muitos frutos para o país, inclusive um grande crescimento econômico. Tais ações envolveram planejamentos para o combate ao índice de pobreza e proporcionara um crescimento espantoso na agricultura,

educação, saúde, o que beneficiou alguns grupos minoritários como: pessoas com deficiência física, negros, crianças, adolescentes e indígenas

Apesar de não ter ação diretamente voltada às comunidades quilombolas na Amazônia, a campanha para erradicação do preconceito e igualdade de direitos para os negros, do governo FHC, com força total dos movimentos sociais, instigou a luta dos quilombolas contemporâneos pelo respeito aos direitos adquiridos constitucionalmente (GIL, 2002). Tal fato comprovou a visão preconceituosa e excludente daqueles que detêm o poder de decisão. Para o autor, o capitalismo neoliberal existe desde a antiguidade de forma clara e atualmente, em formas de leis e projetos. Assim, admite-se a exclusão social existente mesmo com inúmeras tentativas de mascarar-la.

A comunidade Sagrado coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/Am, desde sua existência, escreve uma história de desprezo e esquecimento em todas as áreas. Contudo, o objeto da pesquisa enfocou principalmente a área pedagógica. A análise quanto a intrínseca relação histórico social ligada ao pedagógico, a correlação escola/comunidade/escola e sociedade em geral, foi fundamental para a construção da proposta pedagógica do Quilombo de Serpa.

A escola é um dos locais possíveis de aprendizagem e não há neutralidade no repasse do ensino (LEITE, 2008). Seus instrumentos e contextos educativos não existem de forma ingênua ou isolada, vão além do micro espaço da instituição. O sistema educacional Brasileiro é uma das engrenagens de um grande sistema que sofre os reflexos do sistema capitalista.

### **O Locus da pesquisa**

O *locus* da pesquisa é o Quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, lago de Serpa, Itacoatiara/Am, localizado a 258 km de Manaus/AM, na estrada AM 010 km 08 local onde está situada a Escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, única escola legalmente quilombola no Estado do Amazonas. Optou-se pela escola supracitada por ser a única em território quilombola no Estado do Amazonas, região do baixo Amazonas, na ocasião da pesquisa, que não contava com projeto Pedagógico para escola quilombola.

A Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/Am foi escolhida em primeiro lugar por ser o local onde está localizada a escola quilombola em estudo. Segundo por representar a residência, no período da pesquisa de 95 (noventa e cinco) famílias de remanescente de quilombos autodeclaradas e que ainda lutam pelo respeito e cumprimento de todos os seus direitos fundamentais adquiridos legalmente. Em terceiro lugar

por acompanhar o histórico de luta da comunidade por meio da SEDUC/AM. Em quarto lugar pelo município de Itacoatiara ser o local de residência de alguns familiares da pesquisadora.

A escola municipal Engenheiro Casseano Secundo CEP 69100-003 atende nos turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, Pré-escola, Ensino Fundamental (ensino regular) e no turno noturno 25 alunos quilombolas do primeiro e segundo segmento. Entretanto, a parte pedagógica da Educação de Jovens e Adultos recebe o suporte da Escola Estadual Ronaldo Marques, situada na zona rural da cidade de Itacoatiara/Am.

### **O problema**

O problema da pesquisa trouxe a indagação: O histórico de exclusão/inclusão social vividos pelo negro nos quilombos antigos e na contemporaneidade, assim como a valorização da história de vida dos remanescentes de quilombos que construíram a história do quilombo da Comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/Am, representa um dos pilares fundamentais do Projeto Pedagógico da Escola municipal Engenheiro Casseano Secundo?

No primeiro momento, obteve-se a informação de que havia um projeto pedagógico desde 2015. Contudo, ao ingressar no campo de pesquisa, detectou-se que a escola nunca possuiu Projeto Pedagógico próprio e não seguia nenhuma proposta auxiliar.

### **Dos objetivos**

Do desdobramento do problema da pesquisa, emergiu o objetivo geral: Identificar os elementos culturais e políticos para a implantação do Projeto Pedagógico na escola existente no quilombo de Itacoatiara/Am tomando como referência a Base Nacional Comum Curricular-BNCC. E a partir do objetivo macro, delineou-se os objetivos específicos:

- 1) Categorizar a exclusão/Inclusão vivida pelos remanescentes do quilombo de Itacoatiara-Am;
- 2) Desvelar a história de vida da família e dos alunos quilombolas, para construção do projeto Pedagógico;
- 3) Apresentar proposta para implantação do Projeto Pedagógico na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo construída em parceria com o Quilombo de Itacoatiara.

Por meio da devida contextualização do problema e das questões que nortearam a pesquisa emergiu a tese comprovada ao final da pesquisa.

## **Tese**

*O Projeto Pedagógico é o coração de uma escola, seja ela quilombola ou não. Assim, as escolas quilombolas do baixo Amazonas não possuem Projeto Pedagógico para escolas quilombolas existentes dentro dos quilombos. A Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, não possui Projeto Pedagógico. A ausência de conhecimento da importância social, cultural e política dos primeiros quilombos, como construtores de uma nova visão social acerca da injustiça em todas as áreas, sofridas pelos negros no decorrer dos séculos, antes e depois da libertação dos escravos, o não reconhecimento da história de luta da comunidade, dificultam a participação ativa dos membros e alunos quilombolas da escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, nas questões em defesa de seus direitos individuais, da escola e do próprio quilombo.*

## **A “Tecitura” metodológica da Tese**

Tecitura e não tessitura (geralmente utilizada para notas musicais e mais indicadas ao comparar-se a textos) está entre aspas por representar para a autora, o mesmo significado dos fios de um tear<sup>36</sup>, oriunda das palavras tecer + ura (HOLANDA, 1993). A Tese, na comparação feita pela autora, compara-se a um estilo de tecitura pelo fato de conter um emaranhado de informações onde apesar de existir objetivos, nada está organizado e acabado. O artesão tem como meta organizar os “fios” das pesquisas empíricas, teóricas e de campo que devem se entrelaçar harmoniosamente. Contudo, algumas vezes há necessidade de desfazer, refazer ou desprezar alguns tecidos por falta de sustentação, assim como substituir fios para uma melhor harmonia do que foi projetado.

Toda pesquisa precisa levar em consideração a adaptação a linguagem do local, a sensibilidade, a paciência, o extremo zelo metodológico com aquilo que se constrói para elucidação do objeto, conforme afirma Paulo Sales (OLIVEIRA, 1998). Isso representa o trabalho de um artesão intelectual. O artesanato metodológico das pesquisas científicas pode

---

<sup>36</sup> Tipo de ferramenta utilizada para tecer. Tricotar os fios juntos é o objetivo almejado para fazer um tecido. É tecnologia antiga. Apesar de sua substituição pelas máquinas de tecidos na modernidade, o tear ainda é muito utilizado por artesãos que criam peças únicas com toque individual de arte manual.

ser classificado e definido conforme sua abordagem, finalidade e procedimentos técnicos empregados (GIL, 2010; VERGARA, 2009; VERA, 1980), o que representou a forma de abrangência do objeto.

A estratégia de pesquisa evidenciou um estudo de caso, exigindo-se uma definição clara do objeto, organização dos tópicos e unidades a serem pesquisadas e analisadas correlacionando-as ao contexto social (YIN, 2005). Tratou-se de um estudo com abordagem etnográfica. Comportou o uso de técnicas diferenciadas (PLETSCH & GLAT, 2007; FONTES, 2007) como a observação participante, a realização de entrevistas em profundidade, análise de documentos, fotografias, a fim de permitir maior aprofundamento nos aspectos peculiares do caso investigado.

O estudo de caso foi escolhido por possibilitar a redefinição do caso (STAKE, 1998) e isso inclui a substituição de pessoas, grupos ou lugares, no decorrer da pesquisa desde que contribua para elucidação da tese. A falsa ideia de que um estudo de caso deveria obedecer a uma amostragem de um universo foi combatida em todos os momentos (YIN, 2005). Assim, tal análise aprofundada representou especificamente a comunidade quilombola pesquisada que se difere de outros quilombos em diversos aspectos.

A produção de conhecimento científico tomou o rumo das ciências sociais (FARIAS & FARIAS, 2014) pela investigação dos fatos do mundo real. A pesquisa de campo cumpriu o seu objetivo de apresentar a realidade investigada alicerçando-se ao referencial teórico proposto no estudo.

As questões norteadoras e as estratégias metodológicas foram utilizadas para apreensão empírica do objeto (POPPER, 2003) e configurou-se como um procedimento sistemático e reflexivo na aquisição do conhecimento através da descoberta de fatos, o que contemplou as áreas afins envolvidas na apreensão do conhecimento (GONDIN & LIMA, 2010). A compreensão de que os conhecimentos nunca representarão dados únicos, isolados de um universo, a conexão entre teorias, posicionamentos críticos de teóricos estudiosos do tema, serviram para melhor apreensão do objeto.

Para o alcance dos objetivos propostos, elegeu-se a abordagem qualitativa em seu universo e em um único momento foi utilizado dados quantitativos por existir um problema bem definido com informações e teorias suficientes a respeito do objeto de estudo (D & SIMON, 2005), como no caso da representação do número de famílias nos quilombos. Contudo, sua análise ocorreu pelo viés exploratório qualitativo. A realidade dinâmica entre o mundo real da investigação e a autora (CHIZZOTI, 2003) que esteve em contato direto com a comunidade

quilombola, contribuiu para sua ação e interação como parte integrante de todas as etapas da pesquisa.

A análise sociológica transcorreu à luz dos pressupostos de Bourdieu (2001, 2002, 2004) e Norbert Elias (1993; 1995; 2000; 2001). Tais autores, por meio da base teórica propõem um maior afastamento da sociologia clássica no estudo referente ao *habitus* social e a *moldagem* do indivíduo. A relação de interdependência defendida por Norbert Elias (1993) na constituição humana, foi de fundamental importância para a análise das relações sociais dos quilombos antigo e contemporâneo. O campo para Bourdieu (2002), na pesquisa em foco, foi representado pela influência política, religiosa, principalmente no meio educacional, onde ocorrem todas as relações sociais e simbólicas. Para o autor, os campos interagem e constroem o *habitus*.

Norbert Elias (1993; 1995) analisa a figuração social, pela constituição do indivíduo. No estudo em questão, o cidadão quilombola trará em sua formação, o *habitus* de sua família, da escola, do ambiente de trabalho etc. Assim, aluno e comunidade quilombola compartilham saberes e são partes constituintes de ambos. Para Elias (2000), não existe sociedade sem indivíduo e este recebe influência de toda essa estrutura que culmina com a formação do seu *habitus* social.

Para Bourdieu (2002), os agentes sociais receberão influência de ordem econômica e social, onde ocorre a luta pela dominação e culmina com a conscientização de classes. No aporte do conceito de *habitus*, a investigação quanto as políticas públicas para a educação brasileira das escolas quilombolas, norteou a análise sobre as consequências das ações do capitalismo e neoliberalismo na educação.

Os conceitos de sociedade e indivíduo para Elias (1993) não são independentes nem tampouco estáveis, porém, designam processos diferentes, dinâmicos e não indissociáveis. O autor acrescenta ainda que os indivíduos de forma interdependente alteram seu próprio *habitus* conscientemente. No seu livro *Sociedade da Corte* (2001) e *Sociedade dos Indivíduos* (1995), o autor afirma que o *habitus* da sociedade europeia influenciou os que estavam em condição subalterna.

Em busca da essência do objeto de pesquisa, Bourdieu (2001) enfatiza o tipo de dominação exercida mediante a violência simbólica. Nesse aspecto, a postura do pesquisador deve ser constantemente questionada para a transparência da investigação, por representar uma forma de poder (BOURDIEU, 2002) que reflete em todos os campos de domínios. O pesquisador deve fazer tudo para diminuir a violência do impacto simbólico, causado por ele mesmo.

Em alguns momentos da pesquisa foram utilizados os pesquisadores ocasionais que são pessoas orientadas sobre as fases de pesquisa e que têm acesso fácil e familiaridade a comunidade ou grupo em estudo. A advertência de Bourdieu, encontra concordância em Chamboredon e Passeron (1990) onde sugere o ato de vigiar epistemologicamente em todos os momentos da pesquisa por meio de uma revisão crítica dos conceitos e categorias. As atitudes de repensar cada momento da pesquisa, consistiu em uma prática constante da pesquisadora.

O olhar de Norbert Elias (2000) em seu livro “o processo civilizador” destaca que o imperialismo imposto pelos europeus influenciou o povo sobre o qual exerciam domínio. Tal visão, foi fundamental para a análise do quilombo contemporâneo na luta pelos direitos adquiridos constitucionalmente e uma das possíveis explicações sobre os motivos que levam alguns quilombolas resistirem a autodeclaração como remanescentes de quilombos.

### **A coleta de dados**

A investigação proposta utilizou várias ferramentas para coleta de dados, dentre elas, a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio das entrevistas em profundidade, o que teve como alicerce a observação direta (GEERTZ, 1989), presente em todos os momentos da investigação presencial. Nesse caso, o papel da pesquisadora tornou-se fundamental para a boa apreensão do objeto em análise.

A primeira ferramenta de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por representar grande suporte para análise de documentos científicos, conforme os conceitos de Paulo de Salles (OLIVEIRA, 1998), o que possibilitou a interpretação das entrevistas. Todo o aporte bibliográfico foi reconhecidamente científico.

O conceito de documento, ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos (FIGUEIREDO, 2007). Como fonte de pesquisa, pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres, resquícios arqueológicos, desde que levem a elucidação de questões na pesquisa. A segunda ferramenta foi a pesquisa documental, fundamental por possuir conter o documento como objeto de investigação. Os documentos consultados foram: o dossiê de fundação da cidade de Itacoatiara, do Lago de Serpa, achados arqueológicos que comprovam a existência dos primeiros moradores, tratados e documentos do quilombo de Itacoatiara pertencentes ao acervo público e disponibilizados por moradores antigos.

A análise documental possibilitou um olhar crítico sobre a fundação da cidade de Itacoatiara e a origem Quilombo do Lago de Serpa. Pontos chaves como a colônia agroindustrial

do município que gerou empregos para os primeiros quilombolas a chegarem na comunidade. Assim, Le Goff (1984) argumenta ainda que não está em análise apenas a escrita do documento, mas as ações geradas a partir deles para consolidação dos direitos legais.

A tese proposta consta a análise dos seguintes documentos: Decretos e Leis sobre os quilombos no Brasil, Amazônia e Amazonas especificamente, fotos e achados arqueológicos, digitalizados e fotografados, comprovantes dos batismos dos primeiros quilombolas da comunidade, documentação dos primeiros moradores, oriundos da África e Jornais do Movimento Negro. Dados online: Semed e Seduc/Am por meio do SIGEAM, Decretos, Leis, Regimentos e Projetos Políticos pedagógicos, comprovantes de fundação das escolas quilombolas na comunidade. Fotografias cedidas pelos moradores da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/AM.

### **A pesquisa de campo**

O pesquisador passa a ser a principal fonte de interpretação dos dados de uma pesquisa, com a preocupação fundamental de observar sistematicamente o espaço onde os eventos acontecem, por isso a necessidade da permanência no Quilombo e na escola pesquisada (PLETSCH & GLAT, 2007), devido a possibilidade de uma revisão teórica e metodológica contínua conforme as informações coletadas, ao despertar de novas questões de investigação. Contudo, em período pandêmico reduziu-se a permanência direta no local.

O planejamento de entrada em campo para a realização da pesquisa proposta, envolveria inicialmente 121 participantes e se realizaria em janeiro de 2020 até o mês de dezembro do mesmo ano, o que computaria 12 meses, com a permanência de 15 dias na comunidade a cada mês, perfazendo o total de 180 dias de observação e entrevistas. Contudo, devido ao período pandêmico crítico e em decorrência dos trâmites burocráticos para a autorização da pesquisa e sem a devida vacinação dos membros do quilombo, houve a necessidade de alteração dessa etapa da pesquisa conforme planejado.

Devido às circunstâncias elencadas no parágrafo anterior, reduziu-se o número de participantes da pesquisa. De 121 para 55 participantes com presença da pesquisadora nos três turnos. Assim, obedeceu-se ao período autorizado pelo CEP/UFAM. Note-se que o tempo era estabelecido em dias e com espaço de 15 dias para o retorno ao campo. Contudo, mesmo com a redução do número de participantes, houve a necessidade de 3 momentos diários com a comunidade e a escola.

Os participantes da pesquisa tinham liberdade para comparecer às entrevistas no horário adequado conforme adequação a seus compromissos, ou, com a devida autorização, a pesquisadora visitava a casa dos entrevistados. A busca do conhecimento não se processou de forma isolada, porém, por tratar-se de tese com cunho interdisciplinar com viés etnográfico, todas as informações decorrentes das entrevistas, além da análise dos subsídios bibliográficos, eram confrontadas com as observações *in locu*.

### **As observações**

A observação participante ocorreu no momento das entrevistas, especificamente nas mais distintas etapas e nos espaços de tempo em que a pesquisadora aguardava o (a) outro (a) participante. Prezou-se pela neutralidade em todos os aspectos (MATTOS, 2001) considerando-se as subjetividades e singularidades de cada indivíduo. O objetivo em cada etapa, foi o de identificar os principais problemas que envolviam a comunidade e a escola para fins de contribuir com a construção do Projeto Pedagógico da Comunidade quilombola em estudo.

### **Das entrevistas em Profundidade**

A justificativa principal para escolha da entrevista em profundidade foi a desmistificação do tão comum achismo, conforme orienta A.C. Gil (2010) e Richardson (2007), o que facilmente conduz a preconceitos e inverdades e poderia direcionar às decisões equivocadas. Assim, prosseguiu-se por meio das orientações de Minayo (1993) e Becker (1997) optando-se por perguntas abertas, semiabertas e fechadas para fins de manifestação das crenças, formas de pensar, sensações agradáveis ou desagradáveis, de aprovação ou reprovação em cada etapa da pesquisa, tanto na comunidade quilombola como na escola.

A entrevista em profundidade de forma semiestruturada, trouxe em seu bojo: a oportunidade de expressões livres, maior quantidade de respostas pela proximidade de entrevistador e entrevistado, conforme sugere J.W (CRESWELL, 2007), o que representou interação verbal e escrita com a devida leitura de significados. Esse tipo de entrevista, além da face a face, possibilitou a utilização do telefone convencional, do celular (quando conseguiam acessar o sinal de internet) e das redes sociais.

A entrevista oral, via telefone e google Meet como uma das estratégias da pesquisa, possibilitou maiores esclarecimentos nas questões propostas. Outra vantagem de tais entrevistas foi a representação da melhor amostra da população quilombola e a abrangência de pessoas não alfabetizadas, o que não poderia ser possível no caso do questionário escrito.

Os mais velhos se constituíram verdadeiros guardiões da tradição (BASTOS, 2009). Nesse aspecto, a história das comunidades tradicionais, rememoram o passado, como uma arte individual (PORTELLI, 1997), o que proporcionou momentos de discussão de grande importância e a oportunidade de conhecer e reconhecer as diferenças entre as comunidades e a sociedade em geral, tudo em busca da igualdade de direitos em todas as áreas e níveis.

O estudo de caso proposto incluiu 55 participantes. Utilizou-se para seleção dos entrevistados os critérios de inclusão e exclusão, exigidos pelo CEP/UFAM. Contudo, a indicação dos entrevistados pela comunidade e escola, foi de essencial importância para a apreensão do objeto de estudo. Todos os selecionados para entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O presidente da comunidade e os gestores das escolas, assinaram ainda, o Termo de Anuência.

### **A importância da memória de um povo: O recorte temporal**

A memória é um elemento importante e significativo para reconstrução da história de um povo, conforme aponta Camélia Miranda (MIRANDA, 2009). A preservação dos costumes, hábitos, tradições e história, tem sido o lema de guerra das comunidades quilombolas, o que representa a forma de transmissão do saber adquirido para os seus descendentes. A memória histórica dos quilombos, ainda que de forma superficial, representa o motivo de luta no presente em toda sua dimensão.

O recorte temporal abrange o período pré e pós Constituição de 1988 (quilombo antigo e contemporâneo) e representam o grande marco desse estudo. Historicamente narra-se o ano de 1570 por trazer em seu bojo o aumento do número de engenhos em Pernambuco e a sede dos grandes fazendeiro pela mão de obra escrava.

Os principais fatos ocorridos entre os anos 1570 e 2021 principalmente no que se refere aos quilombos, computam um período de 431 anos, respaldam a análise do processo social (ELIAS, 1993) e contribuem para análise da figuração do momento, haja vista, a compreensão da exclusão social sofrida pelo negro e a valorosa contribuição do povo de matriz africana para a história do Brasil o que torna tal debate, fundamental para o Projeto Pedagógico de escola quilombola.

Os anos 2017 a 2021 (constantes no título desta tese) foram dedicados ao estudo em questão.

### **Estruturação da Tese**

A tese estruturou-se em três capítulos, constituídos a partir do histórico de Inclusão/Exclusão social dos quilombolas antes e após a última Constituição, o que perpassou pela luta e o direito à escola, conquistados historicamente, com fins de construir uma proposta pedagógica que contemplasse a realidade do Quilombo de Itacoatiara.

A análise histórico social, sob o viés etnográfico (não é uma pesquisa etnográfica pela impossibilidade de permanência no local) considerou a ligação entre os pensamentos weberianos e marxistas, explorados por Pierre Bourdieu e Norbert Elias, ancorados na teoria social dos autores, principalmente no que tange ao *habitus* social estudados por ambos os teóricos, campo, na visão de Bourdieu e interdependência, conceito explorado por Elias, tão presentes nos quilombos antigo e contemporâneo.

O capítulo 1 cujo título é Inclusão/Exclusão social sob diversos ângulos, traz à tona a discussão sobre a dialética na visão de autores que se dedicaram ao estudo da temática, sem, contudo, ter o objetivo de esgotar o assunto. O movimento negro ocupou um momento fundamental de explanação, onde foi exposto que tal contribuição, denunciou todo tipo de exclusão e desigualdade social em relação ao negro. A discussão sobre a fronteira étnica legal e a luta do negro pelo espaço escolar, contribuíram para as discussões da comunidade quilombola no terceiro capítulo.

Inicialmente, a explanação teórica resgatou o sentido de igualdade de oportunidades, ligada a inclusão social, como um estado permanente de Direito (SASSAKI, 1999). Excluir/Incluir é diferente de Incluir/Excluir. Numa visão holística dos quilombos antigos e contemporâneos, a primeira expressão representou oposição a integração no sentido de adequar o indivíduo para ingressar na sociedade (SASSAKI, 1999). Tal tipo de inclusão, defendido em todos os momentos discursivos, representou a modificação da sociedade para que esses indivíduos usufruam da cidadania plena como direito adquirido.

As discussões teóricas sobre a exclusão social existente na sociedade e as possíveis formas de combatê-las, o fato de não existir análise da sociedade sem o indivíduo e nem vice-versa (ELIAS, 1993), perpassou por todas as esferas institucionais da sociedade, o que representou o campo onde se manifesta o poder (BOURDIEU, 2012), no caso em questão, os campos foram representados pela escola e a comunidade. Assim, a sociedade, intencionalmente

ou não, deixou de se adequar para receber o aluno e passou a propor os projetos de inclusão, o que contribuiu para a exclusão social.

O capítulo 2, intitulado Quilombo e Escola como símbolo de resistência étnica, abordará o segundo objetivo específico da tese: Desvelar a história de vida da família e dos alunos quilombolas para a construção do Projeto Pedagógico da Escola do Quilombo de Itacoatiara. Nesse aspecto a história de vida do aluno(a) e da família, suas origens, o conhecimento da história do quilombo em que vive, por conseguinte, a origem da cidade e do Lago onde situa-se o Quilombo, fundamentou o Projeto Pedagógico da escola quilombola.

A exclusão social vivida pelos quilombolas de Serpa que contam com séculos de história, apontado por grandes historiadores e comprovado por Claudemilson Oliveira (OLIVEIRA, 2007), somente no dia 9 de dezembro de 2014, depois de lutas incessantes no Ministério Público, Estadual e Federal, Incra, dentre outros órgãos, conquista o título de remanescente de quilombos.

A segunda parte desse capítulo, envereda pela discussão sobre o quilombo contemporâneo e a luta pelo território quilombola de Itacoatiara, o que demonstrou apenas a mudança de cenário e caracterização que diferenciará do quilombo antigo. Contudo, ambos no mesmo enfoque de luta pela terra, conforme aponta Clóvis Moura (MOURA, 1993) e a valorização de suas atividades de subsistência com respeito à sua cultura.

A origem do quilombo de Itacoatiara, outro ícone de composição do Projeto Pedagógico, contou com o aporte teórico de grandes autores e a participação de Claudemilson Oliveira que construiu o dossiê sobre a cidade de Itacoatiara onde relata a história do Quilombo de Serpa. Assim, comprovou-se que os remanescentes de quilombo do lago de Serpa, Itacoatiara/Am, têm origem e raízes das primeiras famílias que vieram da África.

Outra vertente forte de discussão ainda nesse capítulo teve como ponto de reflexão, o direito do negro de frequentar escolas públicas, de aprender, da sua real integração e participação na comunidade, conforme aponta Ana Paula Comin (CARVALHO, 2003). Tal escolarização que sempre esteve interligada a história do seu espaço territorial, estado, cidade e comunidade. Assim foi inevitável a discussão sobre a educação quilombola, as Leis de Diretrizes e Bases da educação e o racismo, numa discussão calorosa sobre a ressignificação do quilombo

No capítulo 3 intitulado Projeto Pedagógico de Escola Quilombola: “O Que ganho com isso”? corresponde ao terceiro objetivo específico desta tese: Apresentar proposta para implantação do Projeto Pedagógico na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo construído em parceria com o Quilombo de Itacoatiara. A pergunta de um professor expressou

de imediato que comunidade e escola poderiam não ter noção da importância de tal proposta para ambas.

Os tópicos de discussão com a participação da comunidade e da escola quilombola, envolveu: A história de Itacoatiara, o Lago de Serpa, a importância do Projeto Pedagógico, a escola em território quilombola, a história da escravidão desde Zumbi dos Palmares, o espaço escolar quilombola, dentre outras discussões que contribuíram para o apontamento dos principais problemas que envolve comunidade e escola em território quilombola.

O Multiculturalismo Étnico, representou um dos pontos fortes de discussão e perpassou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o que representou um grande desafio por requerer a valorização de um passado que representou o apogeu do Brasil. A educação escolar quilombola passou por várias reformas. A exclusão social do negro na área educacional, historicamente, repercute nas esferas de poder que direcionarão as práticas educacionais.

O *habitus* do quilombo foi investigado de forma coletiva e individual. A visão da comunidade escolar e do Quilombo de Serpa sobre os principais problemas existentes, embasou a construção do Projeto Pedagógico da Escola Quilombola e contemplou os elementos culturais e políticos de resistência e os itens da cultura quilombola quase extintos, pela apropriação cultural dos saberes europeus (BOURDIEU, 2002). Contudo, tal resiliência histórica é responsável pela divulgação da cultura quilombola até na atualidade.

Escola e Quilombo, como centro de discussão em torno de vários assuntos concernentes aos principais problemas que envolvem ambos. Nesse momento, foram evidenciados os benefícios diretos e indiretos da interrelação ativa Escola X Quilombo X Escola para a construção do Projeto Pedagógico da escola em questão o que culminou com o objetivo conquistado. Assim, apresentou-se ao final desse estudo, uma proposta de Projeto Pedagógico de acordo com a realidade que envolve Quilombo e Escola.

## 1 INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL SOB DIVERSOS ÂNGULOS

Um dos significados de inclusão é “estar incluído ou compreendido, fazer parte” (HOLANDA, 1993. p.175). A compreensão de tal definição, oriunda do dicionário Aurélio Buarque de Holanda, remeterá a importância da compreensão do histórico que envolve um quilombo. Nesse aspecto, igualdade representará um Estado permanente de Direito (SASSAKI,1999). E é nesse ângulo que se debruça toda discussão desse capítulo.

Integrar significa “modo ou processo em que partes ou elementos se unem para formar um todo único, inteiro e coerente” (HOLLANDA, FERREIRA, 1989, p. 365). Conceito usado regularmente na Ciência, nas áreas da matemática que envolvem física, química, biologia e até mesmo a ecologia.

Abolir a escravatura não deu aos escravos o direito a sua inclusão por meio de uma integração de fato na sociedade, como aponta Ana Maria Gonçalves (GONÇALVES,2006). Assim, entra em cena a relação capital-trabalho, o que representa uma passagem do escravismo sem lei para o modelo discreto de escravidão, dessa vez por meio de um salário, conforme afirma Dean Fábio Almeida (ALMEIDA, 2004). Corroborando com o autor, Silvio Almeida, afirma que a ausência do cumprimento dos direitos humanos e sociais básicos, dominam todo o histórico dos quilombos e comprova que os negros sempre trabalharam por valores inferiores aos brancos (ALMEIDA,2018), o que demonstrou privilégios e o domínio econômico e político.

A compreensão do território quilombola como local de pertencimento se relacionará com a cultura e identidade. Por outro lado, dos fundamentos da constituição de 1988 emergirá o real conceito de comunidades quilombolas. A discussão sobre a ação de Inconstitucionalidade de número 3239-9 evidenciará e questionará o Decreto 4887/2003 e assim, trará a luz o fato de ser autoaplicável o art. 68 da última Constituição Federal CRFB/1988 (CARDOSO, 1994). Portanto, torna-se ícone de debate entre todas as instâncias, seja federal, estadual, municipal e até mesmo no senso comum, o real significado de incluir/excluir socialmente. A vertente usada é: tento incluir o que está

A discussão sobre exclusão/inclusão social dos remanescentes de quilombo na sociedade é de grande importância não só no Brasil, mas no mundo todo. Nesse sentido, torna-se fundamental a compreensão do que gera exclusão/inclusão socialmente e sua contextualização à luz de toda uma trajetória histórica.

No período escravocrata, surgem os movimentos negros no Brasil, tendo como representante principal, Zumbi dos Palmares e a força do Movimento Liberal Abolicionista na

luta pelo fim da escravidão e a venda de escravos, o que culminou na abolição da escravatura (ALBERTI,2007). Nesse aspecto, acrescenta a autora, torna-se impossível o debate sobre exclusão/inclusão social do negro, seja nos quilombos ou em outro local da sociedade, sem o reconhecimento da importância do movimento negro, principalmente no período de 1889-2000 haja vista que no período republicano, com maior ênfase, as lutas desse movimento foi o resultado de muitos avanços para inclusão social do negro e as formas de superação do racismo em território brasileiro.

Este capítulo procurará dialogar, sobre os fenômenos que produzem a articulação dos indivíduos na sociedade, Florestan Fernandes (1967) aduz que integrar não foge ao significado original de ser incluído e fazer parte de uma sociedade (HOLANDA, 1993) e tais características são pontes norteadoras para inserção do indivíduo na sociedade. Argumenta ainda que para uma análise aprofundada de integração, a sociologia deverá abordar a formação da sociedade brasileira. Um exemplo claro dessa afirmativa é quando o autor analisa os Tupinambás, os Negros e a Revolução Burguesa e conclui que a sociedade se manteve estática, tal modelo de integração ainda existente no Brasil, o que impedirá qualquer tipo de evolução social. Ainda para o autor, histórica e socialmente, esses processos desencadearam-se hibridamente<sup>37</sup> conforme o contexto da colonização.

Sasaki (1999), sem contrapor-se a Fernandes (2006), acrescenta outro ângulo de integração diferente de inserir uma pessoa por meio de instrução com fins de adequação ao dinamismo da sociedade. A inclusão seria o inverso, a modificação da sociedade para que esses indivíduos usufruam da cidadania como direito adquirido (SASSAKI, 1999). As mudanças deverão ocorrer por meio da sociedade, o que resultará na melhoria das políticas públicas que favorecerão todos os cidadãos independente de seu país, língua, costumes ou a cor (SASSAKI,1999) e não ocorrerá de forma imediata por ser um processo que tem como fim, uma sociedade que reconheça e respeite os direitos de todos que estão inseridos nela.

Sawaia (1999) complementa a argumentação dos dois autores, Florestan Fernandes (1967) e Sasaki (1999) e destaca que a sociedade deve tecer estratégias para que ao “tentar”<sup>38</sup> incluir socialmente, não contribua para a exclusão social. Nesse aspecto, os momentos de lutas

---

<sup>37</sup>O hibridismo (final do século XX), como noção originalmente derivada da biologia do século XIX. Híbrido como resultado de procriação de espécies do mesmo gênero; mistura, mestiçagem, estendendo-se às “espécies” sociais, onde perde a estaticidade e adquire a forma processual e histórica nas ciências sociais (KERN, 2004, p. 54).

<sup>38</sup> Na visão da autora, não existe tal tentativa de inclusão e sim uma tentativa de mascarar a exclusão social existente.

vividos pelos negros no decorrer da história, são resultados de uma sociedade preparada para excluir e não para acolher os cidadãos, possuidores dos mesmos direitos intrínsecos a todos.

*Inclusão perversa* é o termo que Sawaia (1999, p.14) nomeará algumas propostas e planos de inclusão social, por representarem facetas implícitas de ações que tem como objetivo incluir os indivíduos em algum campo da sociedade, seja de direitos objetivos ou subjetivos, mas que resultam na exclusão social do indivíduo. Tais propostas de inclusão, na visão da autora, é perversa porque apesar de estarem na lei para cumprimento, não são cumpridas na prática ou tais direitos são excluídos na prática, ainda que exista no papel, o que clamará por luta para obtenção do que já foi decretado.

A Desigualdade social existente em relação aos remanescentes de quilombos acontece pelo não cumprimento aos seus direitos adquiridos conforme preconiza a lei (FERNANDES,1965). Ao analisar a Constituição de 1988 na parte referente aos direitos adquiridos, não é dado fazer qualquer distinção entre “raça”<sup>39</sup>, etnia ou cor (MtBEMBE, 2014). Assegurar o que a lei determinou tem sido o dilema das classes consideradas minoritárias e por muito tempo o capitalismo subdesenvolvido usou o termo inclusão, com fins políticos eleitorais, principalmente para referir-se aos negros e várias são as “tentativas”<sup>40</sup> de incluir socialmente sem o entendimento<sup>41</sup> que a ação se refere a um histórico de exclusão social com raízes profundas.

Esse universo das inúmeras formas existentes de exclusão, mascaradas ou não, apontam para a desastrosa desigualdade social, provocada no campo da injustiça. As ações para inclusão que resultam na exclusão (SAWAIA,1999), objetivarão a perpetuação da dependência do indivíduo e a função do mercado, será sempre, criar um estilo de perfeição, difícil de ser alcançada. A grande importância do movimento negro no decorrer da história, sempre foi o impulsionador das lutas e reflexões sobre a exclusão social do negro.

A contradição na tentativa de inclusão social é também apontada por José de Souza Martins (1997, 2002), para o autor "A sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra" (2002, p.17) e emergirá de uma sociedade capitalista juntamente com o problema da inclusão.

---

<sup>39</sup> Para Munanga (1988, p. 12), “etmologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que, por sua vez, veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie”.

<sup>40</sup> Ao referir-se às “tentativas” a autora enfatiza às manobras de alguns programas com fins diversos. O que difere do verdadeiro sentido de inclusão.

<sup>41</sup> A autora questiona tal ausência de entendimento, de fato o que existe são ações com propósito concreto de excluir quem a sociedade determinar.

São dois lados de um mesmo platô. O autor considera ainda que os momentos de contradição, uma vez que dependem da sociedade, leva os indivíduos para o interior da mesma sociedade.

Por isso são excluídos. Não só, nem principalmente, excluídos das oportunidades de participação social. Mas, excluídos das possibilidades ativas do fazer História. (...) Não podem impregnar por dentro o processo de reprodução ampliada do capital. A produção de novas situações e de novas relações sociais se dá sem eles. E a reprodução se dá sem sua participação direta. Diferente de quem efetivamente trabalha e é vital para o processo de acumulação ampliada do capital. São descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação (MARTINS, 2002, p.35)

Demo (1998) contesta o conceito de exclusão social por não se tratar de termo novo no final do século XX. O autor afirma ainda que mudará a fase do capitalismo, porém com a mesma essência e o centro será sempre a mais-valia. Ainda conforme o autor, os "excluídos" não representam para a sociedade, uma ameaça a sua ordem social, assim, está no mesmo sistema. Se há risco de exclusão significa que o grupo que sofre a ameaça está dentro da sociedade e não fora (DEMO, 2003).

A compreensão da pobreza encontrará explicação também no cunho político (DEMO, 2003). Para o autor, a parte mais externa da desigualdade social se caracterizará pela ausência material, o que representará uma forma de pobreza na política pela incapacidade do homem de gerir o seu próprio destino e sendo-lhe negada emancipação (DEMO, 2003). O autor enfatizará ainda que a injustiça social existente não será acerca da riqueza, mas decorrente de sua má distribuição.

O estudo da pobreza nos anos 70 não apontou às questões sobre os fatores que levam a desigualdade social e resultam em sérias consequências ao indivíduo, o que deixou de lado, o pano de fundo existente, conforme aponta Robert Castel (CASTEL, 1995). Nesse aspecto, todos os esforços seguiram para correção da consequência e não da causa. Outro questionamento feito por alguns estudiosos do tema, é a confusão entre os termos Exclusão social e desigualdade social por considerarem termos sinônimos. Contudo, o segundo termo será sempre antecedente do primeiro. Desigualdade social é a causa de toda exclusão existente.

Para Marx (1984), a forma de inclusão decorrente do sistema capitalista, traz em seu bojo, os mecanismos de alienação do trabalhador. A exclusão social sob o viés da integração social defendida por Robert Castel (1995) e Paugam (1996) apontará ainda para o desastre no rompimento de laços sociais (não integração) que ocorre pelas ausências de lugar social para o cidadão e conseqüentemente resultarão na exclusão do indivíduo da vida em sociedade.

A exclusão social será o resultado da desigualdade social. A má interpretação quanto as causas de tal ocorrência poderá dificultar as análises dos fenômenos sociais. No campo da sociologia, à crítica ao uso dos termos, é devido ao seu emprego generalizado que ocorreu a partir dos anos 80 onde não se caracterizou os fatores que levaram a tais lacunas na sociedade.

Enquanto no Brasil, ocorre um despertar para correção da lacuna social provocada pela desigualdade social nos anos 90, por ser latente a exposição de vulnerabilidade e privação, o que remeteu ao significado de exclusão social (LEAL, 2011), na França, na mesma década, quando o desemprego, alcançou seu apogeu, o termo Exclusão social toma a grande imprensa e perpassa pelos debates inflamados para a disputa na escolha do presidente, o que enriquece as investigações sobre o assunto (FRETIGNÉ, 1999).

Com fins a adequação do novo processo de globalização, Fernando Henrique Cardoso, ainda em disputa à Presidência da República no ano de 1994, apresenta ao público em geral o plano governamental “Mãos à Obra, Brasil”. Tal proposta apontava para a necessidade de uma adequação ao processo de globalização, no sentido de combater as desigualdades sociais ao tempo em que viabilizasse também o crescimento econômico (CARDOSO, 1994).

A intervenção estatal proposta por FHC, envolveria planejamentos para combater a pobreza com ação direta nas áreas de agricultura, educação, saúde, com propostas de geração renda e emprego, o que beneficiaria as pessoas com alguma deficiência física, negros, crianças, adolescentes e indígenas (CARDOSO, 1994). O plano Nacional de educação profissional em prol da pessoa com deficiência envolvia toda a qualificação para atuação em atividade produtiva (CARDOSO, 1997)

No Brasil e na França, a partir da década de 1990, o termo exclusão social foi bem propagado por muitos teóricos, no entanto, não se tratava da mesma causa de exclusão social do indivíduo (CARDOSO, 1994), nem de conceito novo no senso comum e muito menos no vocabulário das ciências sociais, seu uso sempre expressou algum problema social que trazia incômodo, e revelava questões sociais em foco, o que demonstrava os efeitos do capitalismo subdesenvolvido existente no Brasil, na França, após o período da segunda guerra mundial, assim como em outros países de terceiro mundo.

Considerar a exclusão social como fato histórico é como falar de uma questão social. O motivo das fugas dos escravos das fazendas ou das casas grandes, era poder viver em suas terras, cultivando seu roçado, caçando e fazendo o que era intrínseco aos seus costumes. Atualmente, os obstáculos vividos pelas comunidades quilombolas é diretamente ligado a desigualdade social que os leva a luta pelo seu próprio território. Tal modelo capitalista e

existente no Brasil e em alguns países do mundo, dão origem a luta pela igualdade de condições galgada por inúmeros movimentos sociais (NASCIMENTO,1998).

Os antigos escravos continuaram a ser escravizados mesmo após a tão famosa abolição da escravatura e tem representatividade atualmente pelos remanescentes de quilombos que continuam envidando esforços para aquisição de seus direitos fundamentais (CHAMBOLEIRO, 2006). A luta pela cidadania ativa é a motivação dos grupos sociais contra a exclusão e a desigualdade. Vencer e superar o capitalismo subdesenvolvido é a necessidade de construir um mundo voltado para uma democracia de fato que valorize o ser humano independente de qualquer ramificação social.

A invisibilidade da história do negro na Amazônia é apontada por Diogo Menezes da Costa (2016) onde afirma uma existência de um sítio arqueológico que comprova a descendência africana na Amazônia, no entanto, pouco explorada. Tal apontamento sobre a diáspora e a escravidão africana e o estudo das comunidades de quilombo especificamente no Amazonas não possui a atenção devida nem o cumprimento de seus direitos legalmente adquiridos.

Os quilombolas pertencem ao grupo dos sujeitos que construíram a história do Brasil, portanto, é um debate que precisa fazer parte de toda sociedade, em especial no currículo escolar (MACÊDO,2008). Os movimentos sociais representados pelos negros, retomaram a força no meio político social com o fim de que a história de resistências dos negros africanos e brasileiros, contra a Colônia, Império e a República fosse conhecido e reconhecido por toda sociedade.

Mesmo em face de tanta discussão sobre a questão quilombola, há necessidade da compreensão do significado do quilombo como uma das formas de resistência ao sistema de escravidão no Brasil. Esses locais em sua maioria, eram afastados da cidade, como característica principal a vasta preservação da natureza como um todo. Outra marca dos quilombos era a sua organização cultural e a preservação da língua original. Para Munanga (2020) sua ramificação veio do povo bantu que vieram como escravos para o Brasil (MUNANGA, 2006).

Os quilombos antigos eram invisíveis perante a sociedade, porém, a partir de Zumbi dos Palmares, mentor do quilombo dos Palmares, iniciou-se as lutas pelo respeito aos seus direitos e pela dignidade como seres humanos, mas, somente após a Constituição de 1988, ocorreu o início da visibilidade social, o que constituiu a resistência como base do habitus social. Diogo Menezes da Costa (2006) afirma que:

No Brasil, os estudos sobre a cultura material dos escravos já vêm ocorrendo desde a década de 1960, porém sob o olhar de pré-historiadores que viam nestes artefatos um exemplo da miscigenação na sociedade brasileira marcado pela abordagem historiográfica. As pesquisas específicas sobre sítios arqueológicos de ocupação africana no país, só começaram na década de 1970 e 1980 com investigações no Vale do Jequitinhonha, Serra da Canastra e Quilombo do Ambrósio em Minas Gerais. (COSTA,2006, p.74)

O quilombo contemporâneo ficou conhecido depois da homologação da constituição de 1988 e sua luta direcionou-se sobretudo, pela obtenção de seus direitos fundamentais, sendo a terra, educação e saúde, os principais. Nesse aspecto, o quilombo antigo representará um modelo de luta contra a opressão existente em meio a sociedade. A contemporaneidade do quilombo brasileiro, remeterá a cultura ancestral, portanto, seus territórios devem conservar estruturas importantes de um Brasil Africano (MBEMBE,2014). Ainda para o autor, os quilombos contemporâneos vão além de sua característica de resistência, representam materializações da organização social africana construídas em seus espaços urbanos e rurais.

Ao longo dos anos, esses territórios quilombolas contemporâneos lutam pelos seus direitos conquistados legalmente, em especial, pela posse de territórios e o processo de reconhecimento e titulação das suas terras depende de muitos interesses, pelo direito à educação de forma igualitária que respeite as diferenças culturais (ACELRAD, 1980). Os quilombos antigo e contemporâneo foram gerados pelas tensões, mal tratos e pela certeza de discriminação por parte dos “donos”<sup>42</sup> das terras, pela ausência dos direitos fundamentais como um todo, o que gerou exclusão social desde a antiguidade.

Na atualidade, um dos agravantes da desigualdade social é a questão etnia e raça pois representam termos complexos carregados de ideologia dominante (MUNANGA, 2020), portanto, há que se ter cuidado ao utilizar os termos inclusão e exclusão social pois a sua especificidade dependerá de muitos aspectos e em especial, do momento histórico e social, vivido por cada sociedade, sendo comum a confusão em seu uso e conforme aponta o autor, principalmente quando se refere aos interesses ideológicos.

É fundamental compreender por qual ângulo prossegue tal discussão que engloba inclusão e exclusão social e se tal vertente é responsável por traduzir todo o contexto histórico nos quilombos antigos que tiveram reflexos nos quilombos da contemporaneidade. Assim, torna-se imprescindível, a visão histórica do termo exclusão social, Avelino Oliveira (2002) afirma que:

---

<sup>42</sup> Expressão grifada pela própria autora como sinônimo de discordância quanto a palavra usada.

O [...] conceito exclusão encontra-se nos antecedentes das revoluções de 1848. Até 1792, e depois, durante a Restauração, de 1815 a 1830, reinou na França a dinastia dos Bourbons; com a revolução de julho de 1830[...]século XIX, uma possível vitória popular foi burlada pela aliança circunstancial da grande burguesia [...] desde julho de 1830 a fevereiro de 1848, ou seja, durante a chamada Monarquia de Julho observa-se na França um domínio exclusivo da aristocracia financeira que excluía outros grupos do poder político. (OLIVEIRA,2002, p.63)

Como tão bem explorado por Avelino Oliveira (2002), a questão exclusão social seguindo os mesmos moldes, sempre existiu no Brasil e especificamente pela cor da pele, onde alcançou um dos maiores níveis de discriminação e desigualdade social. Em continuidade dessa análise histórica, o tráfico transatlântico de negros para as Américas se realizava em condições desumanas.

Devido a forma desumana como eram tratados os negros, durante a viagem para as Américas, nomeavam como “carga viva” os que conseguiam completar o percurso, haja vista “20 a 30%” desses homens e mulheres não conseguiam completar destino da viagem, é o que afirma Clóvis Moura (MOURA, 1993, p.12), pois viajavam no mínimo de quatro a cinco semana para chegar às localidades. Ainda conforme o autor, o local que era destinado aos negros não havia espaço para circulação e ficavam amontoados pelos porões, quase sem alimentação, alguns morriam antes dos destinos, outros resistiam às doenças, mas chegavam fracos e desnutridos (MOURA, 1993).

Milhares de negros, mesmo com as mesmas raízes africanas, tinham origem diversas, que variava entre Guiné, Angola e Moçambique, enviados especificamente para trabalhar nos canaviais, nas fazendas de algodão, café dentre outros serviços braçais (MOURA, 1993). Conforme afirma o autor, dessa relação surge os fenômenos fuga e quilombos. Fiabani (2005) corrobora com o autor e acrescenta que o sofrimento dos negros causados pelas doenças, trabalho escravo, os castigos, maus tratos os forçava a fugir para as matas.

Avelino Oliveira (2002), afirma que a exclusão social não é um termo novo, mas uma nova definição, em cada momento recebe uma roupagem nova acompanhada de definição teórica conforme o momento e o entendimento do autor que a utiliza. Ainda segundo autor, por esse motivo, o termo exclusão social possui tantos questionamentos no mundo teórico e a questão da indefinição conceitual permanece até os dias atuais.

(...) desde que o uso da exclusão começou a se difundir e principalmente agora, quando chegamos a uma situação em que o termo é empregado por quase todo o mundo para designar quase todo o mundo, reveste-se de imprecisão e carece de rigor conceitual. (OLIVEIRA,2002, p. 9)

Para Oliveira (2002), a exclusão como desigualdade social é o significado encontrado nos dicionários em geral e especificamente no dicionário de referência sociológica em que tal significado, remete a concentração da renda de forma excessiva privilegiando grupo seleto de pessoas, o que leva grande parte da sociedade ficar aquém dos direitos fundamentais a todo cidadão, como o direito à moradia digna, alimentação, educação e saúde. Nesse aspecto o descendente de quilombo entra na relação dos excluídos historicamente, quando precisam lutar por direitos garantidos constitucionalmente.

Guimarães (2011) afirma que na contemporaneidade, outro fator gerador da exclusão social foi o que ocorreu nas Américas, a percepção das etnias como raças (de cunho biológico, pela cor da pele) que resultou na negação dos direitos de cidadania dos quilombolas e contribuiu para a exclusão social do negro. Por outro lado, Munanga adverte sobre a percepção da influência da política dominante de forma ideológica, portanto fazendo-se necessária uma compreensão política que envolvem a expressão para não

(...) cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas. Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo. (MUNANGA, 1999, p.15)

Depois de abolida a escravidão, institui-se a República como forma de governo tornando-se fundamental para qualquer mobilização coletiva, atuação livre como iguais, em toda a sociedade. Nesse aspecto, os quilombolas por meio dos movimentos sociais (ALBERTI,2007) e até mesmo ações isoladas, buscaram uma maior representatividade social que resultasse em suas atuações como cidadãos de forma igualitária diante da sociedade.

Os termos exclusão/inclusão social do quilombola, será utilizado pelo viés das ciências sociais, por meio dos pressupostos teórico-metodológicos. Este conceito traz a luz a perspectiva em evidência, a exclusão existente gera as tentativas de inclusão. É importante identificar em

que nível e em quais perspectivas o conceito é utilizado. Por serem inúmeras as perspectivas de utilização do termo, enveredamos para a que explica a exclusão social como aquela que produz um processo de afastamento e privação, impulsionado pelo sistema político e econômico, presente nos séculos passados, mas inerente ao capitalismo contemporâneo, o que gera um problema social.

### 1.1 A DIALÉTICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO: INCLUIR PARA EXCLUIR?

O ser e estar incluído socialmente exigirá o conhecimento de todo um percurso histórico do processo inclusão/exclusão a partir da análise de processos sociais claramente excludentes existentes na própria sociedade. No diálogo com autores que se dedicam ao tema, como Sawaia (1999, 2001) e Paulo Freire (1981, 1992, 2006, 2011) dentre outros, é possível entender a complexidade que envolve o assunto e a emergência de tal aprofundamento. Contudo, não ousamos esgotar o tema, mas levar o leitor a reflexão sobre as implicações ao analisar a dialética inclusão/exclusão.

As propostas de inclusão apresentam-se como uma forma de ilusão. “A sociedade exclui para incluir...” o que implica o caráter ilusório de tal medida” (SAWAIA, 2001, p.8) e não importará a forma de inserção econômica que caracterizará tal dialética. São processos únicos e nunca separados. Sua manifestação ocorre por meio de fatores e envolve: identidade, o lado afetivo, social e formas de consciência de cada indivíduo ou grupo (SAWAIA, 2001, p. 9). A autora afirma ainda que tal dialética é um produto do sistema capitalista e faz parte de sua essência que trará em seu bojo o viés da contradição. E para medida de contenção de tal impacto, os programas de inclusão social nas áreas de saúde e educação, dentre outros, crescem intensamente como grandes redentores da situação.

Paulo Freire (1981) afirma que o oprimido é aquele que não entendeu o pano de fundo de cada projeto social inclusivo e ainda não se conscientizou do seu papel de inconformação numa sociedade excludente. Bem antes de tal argumentação e dando sustentação ao autor, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em seu livro “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” identifica diversos tipos de desigualdades dentre elas, os que existem na organização das sociedades de cunho moral e político com fins de garantir a perpetuação dos fortes e fracos, miseráveis e ricos. Campos (2007) afirma que tais iniquidades processuais da sociedade produzem a extrema pobreza.

Ao imergir na formação colonial do Brasil, Veras (1999) destaca que os processos sociais excludentes se tornam mais complexo e com maior impacto durante a ditadura militar. A autora ressalta ainda, baseada nos estudos sociológicos de Francisco de Oliveira (1981), o desejo latente da classe burguesa na emergência da exclusão a fim de controlar e segregar os indivíduos. Essa conscientização que deve fazer parte de todo cidadão, é despertada por Freire (2011) ao propor a educação como porta para emancipação do homem.

Com o agravamento das desigualdades sociais e a proposta de políticas públicas neoliberais (CAMPOS, 2007), o que inclui as inovações na área tecnológica, a partir de 1970 as transnacionais representaram crescimento em alguns aspectos, no entanto, ocuparam lugar de destaque na geração de injustiças sociais na sociedade. Sawaia (2001) chama esse fato de uma forma de inclusão perversa. Primeiro gera-se o caos para depois propor mecanismo que vise a resolução do problema.

A emergência do termo exclusão, está embutida no contexto da globalização e estará ligada a esses e outros tratados internacionais (DUPAS, 1998) em todas as decisões que envolvem competições entre as multinacionais, o que gerou a precariedade em todas as áreas da sociedade. A consequência dessas ações neoliberais é o aumento das desigualdades sociais (FREIRE, 2006) para fins de atendimento aos interesses alheios ao bem-estar da sociedade

Embora os fatores socioeconômicos diversos como a renda, alfabetização, saneamento básico, dentre outros, tenham alcançado certo crescimento, são características da “velha exclusão social” (CAMPOS, 2007, p. 51), o que faz o cenário excludente tão notório que se implementa medidas de contenção (SAWAIA, 1999). Tais ações terão como objetivo o uso de uma cortina ilusória que destaca apenas os aspectos da inclusão sem destacar o porquê de tais medidas.

O despertar de uma atitude crítica constante é o que deve existir em cada projeto de Lei direcionado a inclusão social (FREIRE, 2011). Conforme o autor, é primordial a integração do homem, contudo, isso só ocorrerá com a resolução dos seus principais embates que significa o respeito aos seus direitos básico de saúde e alimentação, sua inclusão no mercado de trabalho, a casa própria, educação dos filhos, dentre outros.

As propostas para inclusão social estão ligadas a uma competição acirrada das diversas formas de emblemas políticos, conforme aponta Francisco de Oliveira (FRANCISCO, 1981) que tal ação, trará consequentemente em seu bojo as consequências desastrosas do processo competitivo político, onde, infelizmente, não é exposto o grande números de pessoas à margem da sociedade como as comunidades pertencentes às minorias.

Os não contemplados pelas políticas públicas, desempregados, moradores de rua, os que lutam por espaço territorial, as formas de precarização do trabalho, os que possuem rendas insuficientes para a sua sobrevivência de forma digna e os problemas gerados pela insegurança social ocasionada pelas “diversas formas de violência” (CAMPOS, 2003, p. 33), no Brasil, geram a nova exclusão social (FREIRE, 2011), caracterizada pela manifestação de novos tipos de desigualdades.

A implantação de medidas paliativas, conforme argumenta Vêras (1999, p. 46), terá o objetivo de conter os efeitos perversos de uma inclusão que não visa o bem-estar da minoria. A passagem do termo “pobreza” para “exclusão” (WANDERLEY, 2001, p. 20-24) denunciou as desigualdades que eram mantidas e propagadas como temporárias. E assim, os teóricos brasileiros começam a debater o real significado do termo exclusão social com ênfase em meados de 1980.

A dialética inclusão/exclusão exemplificada por Dupas (1998) enfatiza que apesar do aumento do desemprego em larga proporção (o que produz a exclusão), o capitalismo vigente promoverá a baixa de preços e a incorporação de novos horizontes no mercado de forma contínua para que haja participação na compra e na venda de produtos, como uma forma de incluir os que estavam a margem da sociedade, o que Sawaia (2001) analisará como um tipo de inclusão perversa que visa tornar natural tal exclusão social.

O fenômeno da naturalização da exclusão produzido por uma atmosfera de conformismo, tanto na esfera individual como no coletivo é outro aspecto estudado por alguns autores. Tal “conformação” revela a “fragilidade do vínculo da sociedade” (WANDERLEY, 2001, p. 20-21). Para Bourdieu (2002), significa violência instalada, de forma quase imperceptível na vida de alguns indivíduos. Fato esse instigado pela mídia que defende políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos sem a demonstração do quadro real pelo qual passa a sociedade.

A heterodoxia<sup>43</sup>, seria uma das soluções para a libertação da sociedade, o que representaria o grito de emancipação contra todo processo “opressor de violência simbólica” (BOURDIEU, 1996, p. 269-270), uma forma de evitar que a sociedade aceite em menor proporção, sua própria exclusão e internalize costumes e crenças opressoras provindas da classe detentora do poder.

---

<sup>43</sup> Forma de oposição a qualquer norma, padrão ou dogmas estabelecidos por um grupo ou individualmente (HOLANDA, 1989)

Sposati (1998) afirma que a compreensão do termo exclusão social avançará no campo das questões éticas e culturais ao comparar-se com a pobreza. Nesse aspecto, o indivíduo pobre será aquele que sofre o estado de privação total ou parcial de seus direitos enquanto cidadão, o que o deixará a margem da sociedade (podendo retornar ao superar tal nível de pobreza), enquanto isso as classes minoritárias, sofrem além da exclusão, o preconceito, discriminação, dentre outros e a conseqüente fragilização dos vínculos sociais.

Para José de Souza Martins (1997) e Paulo Freire (1992), não há outro caminho pelo qual o homem poderá se emancipar a não ser por meio das lutas sociais, no entanto, Martins (1997) valorizará a contradição por afirmar a não existência da exclusão e sim, as verdadeiras vítimas dos processos excludentes que ocorrem dentro da sociedade e não externa a ela e Freire (1992) enfatizará que os excluídos serão aqueles que não se conscientizaram da sua condição e que estão no estado de passividade, apenas conformando-se com os direitos que conseguem conquistar. Não entenderam que se trata de um horizonte bem mais amplo e real.

As reivindicações e protestos frente as injustiças sociais poderia representar uma forma de emancipação (FREIRE, 2006). Ainda conforme o autor, o equívoco ou utilização de forma errônea da dialética exclusão/Inclusão impedirá o bom rumo das discussões sobre o lado positivo e negativo dos projetos para inclusão social das classes consideradas minoritárias. Sawaia (1992), corroborará com o autor quando propõe um despertar para o real objetivo dos projetos que visam a inclusão social. Não se trata de negar os benefícios que trazem em seu bojo, no entanto, a reflexão consiste em saber de que forma esses grupos tomarão posse de seus benefícios.

Freire (1992) reascende a esperança no apogeu do oprimido, pertencentes ao grupo dos humilhados, marginalizados e como consequência, excluídos, distribuídos em várias identidades: o trabalhador injustiçado, o homem do campo explorado, o negro marginalizado, o quilombola invisibilizado, o índio desvalorizado, o mestiço discriminado, a mulher maltratada, o deficiente físico tido por incapaz. Homens e mulheres, cujas políticas públicas os deixaram aquém de seus direitos legalmente conquistados.

## 1.2 EXCLUSÃO /INCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes (1965) propõe uma análise da condição do negro em dois momentos, o tempo de escravidão e o momento em que o tornam “mercadoria”<sup>44</sup>. Por ser desfavorecido (em comparação aos graus de privilégios usufruídos pelo branco). O autor afirma ainda que o negro não foi integrado de nenhuma forma na sociedade capitalista, corroborando com Marx (2010), onde aponta a continuidade de uma relação marcante entre senhores e escravos, o negro representará a mercadoria do momento e mero objeto de negociação.

O processo de “comercialização” tem origem na violência em todos os campos da sociedade (MARX,1984). Contudo, o capitalismo estabelece um tipo de relação de produção modificável no decorrer dos séculos, conforme aponta José de Souza Martins (MARTINS, 2002). O autor usa como exemplo para sua análise, o Brasil que modificou suas relações de produção com a permissão para chegada e permanência de estrangeiros cujo objetivo era impedir que antigos escravos pudessem chegar ao patamar de colonos e assalariados por meio da venda de sua mão de obra.

Para Marx (1984), a acumulação primitiva está relacionada ao processo de exploração da América. Em meados do século XIX, Fernandes (2008) por meio das discussões acadêmicas sobre as ações desumanas provocadas pelo capitalismo no ocidente, introduziu os conceitos de “trabalho alienado” e “mais-valia” de autoria de Karl Marx, como ícones fortes de discussão sobre a economia do momento.

Fernandes (1967) dialogou com as obras de Durkheim, Parsons, Mannheim, Merton e Malinovski, para conceituar integração. Na sociologia atual, conforme o autor, corresponde aos conceitos de “integração sistêmica e de integração social” (p.14) tal qual foram propostas por Lockwood (1992, p. 400) e Habermas (1994). E assim, como “mercadoria”, ao negro não foi concedido nenhuma forma de integração.

Lockwood (1992) define integração social como aquela que se propõe a tratar conflitos ou consensos entre os indivíduos de uma sociedade. A integração sistêmica concentra-se na mesma tarefa, mas diretamente ligada as classes do sistema que envolve a sociedade. Tal função, envolve a criação, legitimação, reciprocação e categorização entre instituições ou na própria estrutura social de um grupo.

Integração sistêmica <sup>45</sup> ultrapassa o individualismo (LOCKWOOD,1992), enquanto a Integração social, clama pelos instrumentos de socialização, crenças, e tudo que tiver por

---

<sup>44</sup> A palavra entre aspas significa a forma desumana como o negro foi tratado.

<sup>45</sup> A Integração sistêmica refere-se às mudanças e às ações, ocorridas alheias às vontades dos participantes do processo social. Lockwood (1992) se dedica ao estudo dessas facetas.

Lockwood quer entender como as estratégias e lutas dos atores afetam as contradições sistêmicas e

finalidade habilitar o indivíduo para a sociedade e em contrapartida oferece a garantia de segurança em todos os seus níveis. Habermas (1994) argumenta que o indivíduo deverá estar apto a participar da sociedade como um todo, de forma inclusiva.

A inclusão estará alicerçada na integração social e sistêmica, portanto, segue na contramão do capitalismo vigente, o que emergirá tanto nas discussões sobre educação, antropologia, psicologia, sociologia, serviço social como em outros campos teóricos, sempre ligados a questão social. As formas de acumulação primitiva face a descoberta das terras na América, induzira ao capitalismo selvagem e marcará a era de ouro da produção capitalista

A descoberta das terras, do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1984, p. 285).

A análise de Marx sobre o sistema pré-capitalista origina-se dos países europeus, mas parece estar fazendo referência ao Brasil e seu sistema escravagista no período colonial. Para Marx (1984, p.285) o mundo é o local da guerra comercial originada na Europa, e acontece cronologicamente, tendo a “Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra” como fundamentos de tal guerra.

O exercício desumano do capitalismo, na antiguidade repercute nos tempos atuais e requer um repensar de suas ações na sociedade atual. A alienação provocada pelo sistema econômico representou para Marx (1984), a perda do lado humano dos operários que na fase de alienação tem como meta os produtos do seu trabalho que serão convertidos em capital.

Numa perspectiva global, a vida humana existente em todos os níveis da sociedade, principalmente, no que se refere ao valor e ao tempo de trabalho do indivíduo deverá ter um olhar voltado para o comércio da vida humana (MARX, 1984). Conforme o autor, uma coisa é o valor que o trabalhador recebe pelo seu salário, a outra é o quanto o seu trabalho rende para o capitalista. Os escravos trabalhavam no mínimo 14 horas por dia pela comida e moradia escassas, o que produzia geração incontável de riqueza aos seus “donos”.

Para Florestan Fernandes (1967) há exclusão social latente nas passagens das sociedades: colonial, escravista tradicional e de classes. Tais sociedades são consideradas:

---

vice-versa: “Por que se mantêm e por que mudam as estruturas sociais?” (p.207)

moderna e arcaica, aquelas que incluem e integram assim como excluem e discriminam. Esses movimentos históricos sociais, conforme o autor, determinam um hibridismo social no Brasil tanto por uma estabilidade social, quanto pela hierarquização e marginalização de determinados setores da sociedade, dentre eles as classes consideradas minoritárias.

A história do Brasil, com raízes fortes na escravidão (FERNANDES, 1967), dará origens a uma sociedade de classes. O autor corrobora com Marx e acrescentará as grandes lutas dos trabalhadores rurais a favor de seus direitos ocorridas no século XX. Ainda conforme o autor, há possibilidades de transformação social por meio de conscientização e luta numa sociedade. O Brasil, na interpretação do autor deverá atender aos anseios de inserção na sociedade, de povos diversos que variam entre índios, portugueses, africanos escravizados, europeus, dentre outros.

De um lado, a exclusão social como geradora da luta da classe trabalhadora para a formação de uma consciência não alienada. Por outro lado, a orientação ideológica que usa o termo inclusão social sob o cunho político e ideológico em quase todas as propostas de políticas públicas. O que ainda não se internalizou politicamente e de forma geral, é que, talvez intencionalmente, as políticas de inclusão, denunciam abertamente a exclusão latente e se constitui como uma dialética.

Bourdieu (2005) argumenta que toda e qualquer representação social sofre influência de ideias, ideologias e valores, religiosidades, cultura, existentes na história de um povo e que de uma forma direta ou indireta estará ligada a linguagem, senso comum, o que comporá o habitus de cada sociedade. Assim, a pobreza como fenômeno, ganha outras dimensões no estudo da sociedade e a exclusão social será um dos produtos desse múltiplo crescimento.

Norbert Elias (1993), aponta que a análise econômica não poderá ser o cume do estudo de uma sociedade e considera precária a visão de sociedade proposta por Marx. Para o autor, indivíduo e sociedade não podem ser analisados isoladamente. Elias (1995) aponta ainda que a vida em sociedade será sempre influenciadora e influenciável e não existe a casualidade. Contudo, Elias (2001) reconhece que é legítima a visão de Marx nos mecanismos que movem a sociedade.

Numa perspectiva pluridimensional, conforme os parágrafos anteriores, exclusão social designará toda forma de miséria ou pobreza, tudo que representar o motivo pelo qual o indivíduo está à margem da sociedade, diretamente relacionada ao desrespeito aos direitos humanos em geral e tudo que beneficiar uns em detrimentos de outros. E isso requer análise apurada do indivíduo e da sociedade, numa visão holística, sem separar o primeiro do segundo.

### 1.3 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL E NA FRANÇA: SINGULARIDADES E DIFERENÇAS

A autora propõe um olhar sobre a França, por tratar-se de luta pela terra, por moradia, luta dos quilombolas contemporâneos. Contudo, poderia usar outro exemplo por entender que a exclusão social é um problema mundial. No Brasil, o diálogo com a literatura francesa é empobrecido, entretanto, há o reconhecimento do ponto em comum e pontos aparentemente divergentes. As peculiaridades de uma nação em que ainda existem grupos que não possuem suas próprias terras ou que não lhes foi concedido direitos já adquiridos legalmente como alimentação, escola e emprego.

No Brasil, a situação dos quilombolas contemporâneos se assemelha ao considerado como excluído na literatura francesa, aquele que não possui moradia própria. Nos dias atuais, grande parte dos remanescentes de quilombo, ainda não tomaram posse de seus direitos conquistados legalmente na constituição de 1988 e isso é devido à grande injustiça social.

A França e o Brasil delinearam histórias semelhantes. A luta contemporânea dos quilombolas pela terra própria, pelo direito à moradia, também foi motivo de atenção depois da Segunda Guerra Mundial. Na França, em meados de 1950, os problemas de moradias provocavam o grande imbróglio. Para Silver (2005)

Exclusão [é] uma palavra-chave da retórica republicana francesa. Não só ela se origina na França, mas também está ancorada na interpretação da história republicana revolucionária francesa e do pensamento republicano. Desse ponto de vista, a exclusão não é concebida como um simples fenômeno econômico ou político, mas como uma falta de "nacionalidade", um esgarçamento do tecido social. (SILVER,2005, p.16)

A obrigação do governo francês seria construir casas para os que estavam à margem da sociedade, contudo, apesar de estarem amparados legalmente, o estado só acionou os mecanismos de proteção quando houve pressão de grupos sociais para resolução do problema. Da mesma forma que aconteceu no Brasil, após a promulgação da constituição de 1988, onde concedeu direitos legais aos descendentes de escravos, contudo, tal direito é acionado mediante as lutas dos movimentos sociais.

A questão da exclusão social como ruptura e fragilização de vínculos sociais começou a se desenvolver na França com o objetivo de um termo que desse conta dos problemas que assustavam a Europa a partir da década de 1970 (SILVER, 2005). Em 1980, a questão de exclusão foi abandonada pelas ciências sociais (PICRATE, 2004) e foi confundida com as definições liberais pertencentes a direita que classificavam a pobreza e toda exclusão social, como falta de adaptação individual, longe de reconhecê-la como um problema social.

Grande maioria dos teóricos atribuíra o termo originário que significava exclusão social a Lenoir, com publicação em 1974, na publicação *os excluídos: um entre dez franceses* (SILVER, 2005). A obra chamou a atenção sobre a exclusão social diante da economia da França, que superava o desemprego. Para o autor os que não se adaptavam eram considerados os que estavam a margem da sociedade diferente dos que obtiveram evolução econômica e social.

O termo exclusão ganha maior visibilidade no Brasil a partir das contribuições do teórico Cristóvão Buarque (1994, p.12)) onde alcança as discussões de ordem acadêmica e política. No seu livro *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*, atribui significado de exclusão como semelhante a “apartação social”. Nas discussões propostas pelo autor, está a sociedade brasileira da década de 90 na qual é constatado um estado de tolerância e aceitação da exclusão social por meio da miséria de muitos e riqueza de poucos. Para o autor

... Hoje em dia, se diz que há desigualdade, mas esta palavra, desigualdade, esconde uma realidade. Desigualdade é entre uma pessoa que tem uma Mercedes-Benz e uma que tem um Volkswagen, ou entre uma que se alimenta em restaurantes chiques e uma que come em casa. Apartação é entre uma pessoa que tem um carro e aquele que vai a pé para o trabalho porque não pode pagar o ônibus, ou entre quem come e quem não come. O conceito de desigualdade esconde a realidade brasileira. A realidade é mais perversa e mais maldita do que apenas a desigualdade. A ~~eu~~ eu chamo de ‘apartação’, pois do mesmo jeito que na África do Sul o que havia entre brancos e negros não era desigualdade, era um apartheid, eu inventei esse conceito de ‘apartação’, que é uma importação do conceito de apartheid racial para um outro, social. (BUARQUE, 1991).

Na França, do pós-guerra até meados de 1970, conforme afirma Paugam (1996), tudo que deixasse alguém à margem da sociedade, como pobres, negros, deficientes dentre outros, deveria ser tratado pela própria sociedade, pois afinal, era considerado como um problema do próprio indivíduo. Contudo, ainda para o autor, a partir dos anos 1970, inverteu-se a origem da

causa e a sociedade foi colocada como a que deveria prestar contas sobre a vida desses indivíduos

Tal inversão sobre a responsabilidade social, não mais coloca sobre os ombros do indivíduo a responsabilidade da sua situação, mas representará "uma consequência direta da incapacidade por parte da sociedade em inserir seus membros e não mais como o fruto de uma incapacidade individual em se solidarizar com o todo social" (PAUGAM,1996 p.60). Assim o cenário de pobreza na França, era representado pelos mais necessitados que saíam de um conflito mundial, após a segunda guerra cujo estado tinha o dever de resolver a situação. Além dos problemas em relação a moradia, a partir de 1955, ainda havia uma parte do povo que era classificado com os que não conseguiram se adaptar ao progresso.

...pobres de longa data, pessoas mentalmente desequilibradas, infelizes desprovidos de toda esperança, homens e mulheres enfraquecidos ou corrompidos pela vida, cuja readaptação à sociedade constitui-se como tarefa imprescindível"... (FRETIGNÉ, 1999, p. 53-54).

Para resolver a situação, foram construídos edifícios e destinados a acolher os "inadaptados" (FRETIGNÉ, 1999, p. 53-54). Os excluídos na França sofreram o olhar discriminatório e preconceituoso (PAUGAM, 1996). Ainda segundo o autor, os que foram excluídos eram os deficientes mentais e com algum distúrbio, os negros, os desempregados, enfim todos que causassem rejeição do meio social. Para o autor, a questão exclusão era vista como uma situação de inadaptação social temporária e a sociedade propunha o isolamento como uma forma de qualificação e treinamento, para correção do problema.

Ainda na França, a partir dos anos 80, para suprir as crises existentes com o desemprego que ocupou o lugar de vilão da situação, a nova roupagem da pobreza corresponderia a essa classe que pela própria questão econômica estava aquém da participação da vida ativa em sociedade (FRETIGNÉ, 1999). Na década de 90, a expressão exclusão social, estava consagrada a tal ponto de alguns teóricos considerarem uma questão social.

O desemprego foi o ícone principal de exclusão social no Brasil, no início dos anos 80. Alguns autores chegam a atestar que há um princípio excludente na própria questão de estar desempregado, conforme afirma Edson Nunes (1978) por ter como causa da questão social a desigualdade existente na sociedade. Nesse aspecto, os quilombolas elegem a terra, a floresta, rios e lagos, como seus locais de trabalho. Com o cerceamento de tais direitos, são partes desse quadro alarmante de descaso público.

Os reflexos do pensamento republicano francês tiveram repercussão no Brasil, no entanto, confundiu-se com solidariedade, fraternidade, amor ao próximo e envolveu a sociedade gradativamente, por meio do senso comum e nas academias (DURANA, 2002). Ainda conforme o autor, a partir dos anos 1980, o termo exclusão social enfatizou-se nas questões políticas e teóricas em escala internacional. Contudo, o conceito também obteve críticas quanto aos seus limites e uso abusivo

Definir exclusão social é algo complexo entre os teóricos (SILVER, 2005). Para o autor, a dificuldade de explicação, principalmente entre os sociólogos contemporâneos dá-se pelo desconhecimento de alguns paradigmas filosóficos. Para alguns historiadores, filósofos e sociólogos, os excluídos sociais, serão sempre as minorias étnicas, culturais e religiosas, dentre muitos, os índios, homossexuais, pobres, negros, toxicodependentes, desempregados, pessoas com alguma deficiência física ou mental.

No Brasil, o termo exclusão social, usado na virada do milênio, entre 1990 e 2000, representou um novo olhar crítico sobre o tema, principalmente na sociologia brasileira (BUARQUE, 1991). Ficou latente a realidade de que os indivíduos que estão na condição de excluídos, sofrem preconceitos, são marginalizados pela sociedade e lhes é vedado os direitos iguais intrínseco a todo cidadão e isso os coloca numa situação de desigualdade social causada pelo próprio poder público. Assim, considera-se que na virada do milênio, o conceito de exclusão social sofreu evoluções significativas.

Grande parte da Europa persistiu na literatura que apontava o desemprego como o vilão da exclusão, porém, para a África e a América Latina, o direito a terra tornou-se o imbróglio principal para a inclusão social. Contudo, há que se observar que na Europa o fator desemprego tornou-se quase um problema de ancestralidade (SILVER, 2005). Nesse aspecto, ter acesso a terras que não são produtivas, sem abastecimento de água potável, sem investimentos de melhorias e adequações necessárias, apontará para indícios de exclusão social.

Alfredo Costa (2006) aponta que o verdadeiro sentido de Inclusão social, banalizou-se em todo o mundo e nem entre os especialistas há unanimidade quanto ao real sentido das expressões. José de Souza Martins (2002) corrobora com a ideia no sentido de que representará sempre o resultado de mudanças conceituais e significam a realidade da sociedade sob o viés capitalista.

Com o “fim”<sup>46</sup> do trabalho escravo, o poder e o controle dos grandes proprietários assim como o domínio político tornam-se latentes em toda a sociedade e o avanço do desemprego,

---

<sup>46</sup> Grifo dado pela autora pela discordância do uso do termo. A realidade é que mesmo de forma oculta,

em 1970, nos países centrais, desmascara a situação a exclusão social do negro e destaca uma nova caracterização da pobreza (FRETIGNÉ,1999), remetidos ao último lugar para aquisição de seus direitos como seres humanos, nesse sentido, Fernandes (1978), aponta que o imigrante sempre tomava o lugar do negro:

O "estrangeiro" aparecia, aí, como a grande esperança nacional de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e ... um senso de barganha que convertia qualquer decisão em "ato puramente econômico". Desse ângulo, onde o "imigrante" aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente "negro" ou "mulato", pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho. (FERNANDES, 1978, p. 27)

O processo de constituição capitalista se efetivava mediante o trabalho assalariado essencialmente excludente, valorizando em extremo o trabalhador branco (o imigrante europeu) em relação ao preto. A constituição do capitalismo por meio da discriminação racial como regra para o modo de produção, visou "redefinir o trabalhador para redefinir a força de trabalho" (IANNI,1988 p. 25). O arianismo<sup>47</sup> do processo de revolução burguesa destacava a preguiça do negro como ponto marcante para a sua discriminação.

O debate sobre Exclusão social no Brasil e na França apresenta pontos aparentemente divergentes e pontos comuns. Na França, exclusão social é concebida como o fracasso da sociedade moderna, no Brasil o problema é atribuído como de uma sociedade aquém dos princípios de crescimento na era moderna, conforme afirma Elimar Nascimento (1994). De um lado, no Brasil, ausência de modernidade, por outro, na França, o excesso. Contudo, o autor afirma que Brasil e França apresentam como pontos em comum a falha na formação e concepção de uma sociedade igualitária.

---

o trabalho escravo permanece até os dias atuais.

<sup>47</sup> O arianismo foi uma visão cristológica antitrinitária sustentada pelos seguidores de Ário, presbítero cristão de Alexandria nos primeiros tempos da Igreja primitiva, que negava a existência da consubstancialidade entre Jesus e Deus Pai, que os igualasse, concebendo Cristo como um ser pré-existente e criado. Segundo Ário, só existe um Deus e Jesus é seu filho e não o próprio Deus. Ao mesmo tempo afirmava que Deus seria um grande eterno mistério, oculto em si mesmo, e que nenhuma criatura conseguiria revelá-lo, visto que Ele não pode revelar a si mesmo.

#### 1.4 EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO SOB O MANTO DA FORMAÇÃO COLONIAL E DEMOCRACIA RACIAL

A contextualização sobre os principais motivos que levaram a abolição da escravatura, cujo real significado representou o resultado de atos impostos pelos negros, como fugas e reações diversas contra todo sofrimento e opressão num processo longo, lento e doloroso com fins de provocar a reação da coroa portuguesa para assinatura do documento, é pouco discutida por teóricos que se dedicam ao assunto. Nesse aspecto, ressalta-se que tal evento não representou um momento de consciência e bondade da princesa Isabel, porém, as lutas constantes, a força dos abolicionistas a favor dos escravos, levou a abolição legal da escravatura.

Os grupos abolicionistas locais se uniam a pressão internacional com o objetivo de estabelecer o fim a exploração do serviço escravo que era visto como subdesenvolvimento e entrave para o desenvolvimento capitalista no Brasil, em meados do século XIX (PALIOTTI, 1998). Contudo, ainda conforme o autor, a primeira postura do país em foco, foi a de postergar qualquer compromisso assumido, em razão dos interesses da elite econômica brasileira, o que levou ao reforço do trabalho escravo ao invés de sua extinção.

O Brasil foi colonizado para fins de exploração dos recursos naturais (minerais e vegetais) e recursos humanos. O planejamento não tinha objetivo de melhorar o país “A ideia de povoar não ocorre inicialmente... É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território “primitivo e vazio” que é a América...” (PRADO JUNIOR, 2004, p.23). O processo de ocupação do território acontecia para suprir os interesses do consumidor externo.

O mercado ditava as normas para ocupação do território brasileiro. Prado Junior (2004), acrescenta que tal processo de ocupação territorial significava a busca de riquezas, explorando-se cada vez mais o território desconhecido em busca de terras férteis (OLIVEIRA, 2002). A mão de obra aqui existente migrava de acordo com tal planejamento. Nesse aspecto, a colonização contribuiu para a criação das classes sociais brasileiras (OLIVEIRA, 2002) e como consequência, o povo anteriormente escravizado passa a ser definido pela raça, o que os levou (forçadamente) ao nível de subalternos do povo europeu.

A manutenção e reprodução das hierarquias sociais deram origem a formação nacional. As políticas em “prol” da democracia racial tentavam mascarar a exclusão social do negro. Contudo, elevou os desmandes do capitalismo de uma forma discriminatória e preconceituosa, o que contribuiu significativamente para a desigualdade social entre brancos e pretos.

A igualdade efetiva de direitos não contém em seu bojo a separação de povos, com qualquer que seja a justificativa, porém, zela pela implantação e implementação de políticas públicas que incluam todo cidadão. Nesse aspecto, Faleiros (2006) e Bowser (1995) corroborarão com Sawaia (1999) ao argumentarem que a inclusão social (do negro) está vinculada à exclusão. De fato, com a tal “democracia racial” aumentou a discriminação de grupos com menor representatividade como o caso dos quilombolas, o que contribui para a injustiça social entre pretos e brancos no Brasil.

Desde a abolição até a contemporaneidade é o racismo é público e notório na sociedade, fato comprovado em inúmeras pesquisas realizadas dentro e fora do país (COTRIM, 2001). Conforme o autor, entre 1531 e 1831 registrou-se quantitativamente, excluindo-se as crianças, 4 milhões de negros, vindos do continente Africanos que desembarcaram no Brasil. Boulos (1994) corrobora com Cotrim (2001) e acrescenta que no percurso de viagem, dos navios negreiros, os escravos sofriam toda sorte de violência e privação.

Depois de serem atirados e trancados no porão do navio negreiro, os africanos eram marcados a ferro no peito, na coxa ou no ombro. Superlotados, carregando geralmente três vezes mais do que sua capacidade normal, o navio negreiro iniciava a viagem com cerca de 600 escravos. Espremidos nos porões abafados, recebiam pouca comida e um copo de água a cada dois dias. A viagem durava de 35 a 50 dias e cerca de 30% dos escravos morriam antes de chegar ao Brasil. [...] ao serem desembarcados no Brasil, os africanos eram separados de seus companheiros de viagem e misturados a outros escravos recém-chegados. Assim, centenas de negros de origens, línguas e hábitos diferentes eram expostos nos mercados de escravos existentes nos três principais portos do Brasil colonial: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. (BOULOS Jr., 1994, p.64).

Todo sofrimento que consistia na violência física, emocional e religiosa, expandiu-se para a questão cultural por meio da imposição dos costumes ocidentais em detrimento da africana, essa transgressão e desrespeito tinha como objetivo civilizar um povo que julgavam não civilizados e na escuridão, portanto teriam que levá-los à luz (PALIOTTI, 1998). Os escravos e seus representantes nas senzalas, foram autores de inúmeros movimentos reivindicatórios, invasões na Casa Grande para exigência de seus direitos, quando não havia como dialogar.

A desigualdade de cunho racial está profundamente enraizada. Nesse aspecto, Silvio Luiz de Almeida (2018) aponta que a sociedade propõe a consagração do fator miscigenação

como uma forma de “redenção” do negro. Para o autor, tal meritocracia aparece nesse cenário como uma forma do homem negro ter acesso aos mesmos direitos do branco.

Outras visões sobre a formação colonial no Brasil, destaca-se na posição teórica de Freyre (2005) o que se deve considerar a influência de diferentes autores, como Pater e Zimmern, conforme descreveu Pallares-Burke (2005) ao afirmar que Zimmern possuía uma visão de escravidão como humana e suave, o que segundo o autor, influencia Freyre (2005) quanto a afirmação de que a escravidão brasileira não era classificada como cruel, mas uma relação amigável.

A democratização da sociedade brasileira contou com os movimentos sociais dos negros e outros segmentos considerados minoritários, com atuação decisiva para garantia de direitos. Contudo, alguns grupos tiveram mais visibilidade que outros. Santos (2004), afirma que é possível entender essa ausência, principalmente ao referir-se ao negro, como intencional e ativamente produzida.

Com raízes profundas nas lutas e por meio das fortes representações dos grupos sociais, no ano de 1988 é promulgada a Constituição brasileira, nacionalmente conhecida como cidadã, por contemplar os direitos fundamentais do homem, haja vista, desde 1824, ano de promulgação da primeira constituição brasileira, contemplar-se a preocupação em prol da igualdade entre os brasileiros, conforme afirma R.V. Santos (SANTOS, 2004). O ponto forte entre as duas Constituições refere-se à função do Estado como o responsável pela promoção do bem-estar social de todos, independentemente da etnia, religião, sexo ou idade.

Na questão “território quilombola” a propagação da democracia racial é uma clara denúncia da discriminação sofrida por tal grupo que já possuía seus direitos garantidos pela constituição de 1988. Nesse aspecto, trinta e dois anos se passaram e uma grande parcela da sociedade brasileira, inclusive os negros, ainda são classificados biologicamente (PALLARES-BURKE, 2005) e continuam sob o manto da discriminação e preconceito gerado pela desigualdade social.

Conforme argumenta J. M. Carvalho (2002), com a instituição da escravidão, a reprodução da cultura dos europeus era inevitável, o que escancarou o desrespeito a cultura africana e demonstrou a desigualdade social existente. Nesse aspecto, não se contemplou um padrão evolutivo ou uniforme na questão igualdade social para todos os Estados-nação (TURNER, 1990; CARVALHO, 2002). No caso específico do Brasil, os quilombolas continuam em busca de seus direitos já conquistados legalmente.

A questão da desigualdade é um problema comum nos países do mundo inteiro, principalmente quanto ela está no campo social, cultural e econômico. Heller (1998) aponta

para a igualdade e desigualdade com regras concretas e abstratas, para a autora, ambas são direcionadas e redirecionadas muitas vezes de forma não visível diretamente em suas leis, mas em sua execução (HELLER,1998). Ainda conforme a autora, as normas concretas representam as leis a serem seguidas e as ações direcionadas.

As leis abstratas variam de acordo com sentimentos e necessidades, podendo ser diferente a cada situação. Para Heller (1998) o conceito de justiça significa a consistência da aplicação e cumprimento das normas “e regras a cada um dos membros de um agrupamento social aos quais elas se aplicam” (HELLER, 1998, p.20) as ações são determinadas por regras direcionadas. Para a autora, deve haver atenção na hora de aplicar as normas ou leis de tal forma que seja igualitária para todos. A autora acrescenta ainda que qualquer forma de injustiça poderá gerar desigualdade.

No final do século XX, a democracia racial é apontada como embuste. Mbembe (2014: 66-67), ao citar Foucault (2015), afirma que o estado estabelece e define os conceitos de racismo e raça para manter como lei os crimes praticados pelo próprio Estado e que o interesse de manter a democracia racial era com fins de banir qualquer iniciativa de combate ao racismo. Almeida (2018) aponta a falácia da sociedade em sua propagação incisiva de que todos tem direitos iguais e são detentores das mesmas oportunidades.

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como ‘piadas’, como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resistam em reconhecer casos de racismo, e que se considerem racionalmente neutros. (ALMEIDA,2018, p.59)

Para Silvio Luíz de Almeida (2018) o racismo se institucionalizou. Nesse aspecto, os estudos sobre a desigualdade racial representam uma tentativa de mascarar a exclusão social do negro. Para o autor, o direito é utilizado como ferramenta do Estado para apoiar condutas racistas e alguns países como a África do Sul e Estados Unidos da América, por meio das leis, institucionalizaram a exclusão social, como exemplo, o apartheid e a lei Jim Crown.

A vitória dos movimentos antirracistas e a intervenção da ONU, alterou-se as Leis extinguindo-se, ainda que parcialmente, as cláusulas de discriminação racial. Mbembe (2014), aponta que o colonialismo tornou a raça como seu instrumento de dominação e poder. Almeida (2018) acrescenta ainda, a respeito do sentido da intervenção pelo poder do estado, a dissertação

de mestrado de Marielle Franco, onde a autora argumenta que o racismo é instalado e consolidado no Estado (ALMEIDA, 2018) expondo assim o grupo marginalizado, a todos os infortúnios sociais e mazelas advindas do fato de estarem em posição subalterna.

As revoluções dos séculos XVII, na Inglaterra, e XVIII, na França estabeleceram normas e padrões civilizatórios que se propagaram pelo mundo pós-colonial conforme aponta T.H. Marshall (1977), onde classifica a cidadania a partir do estado de direitos que garantem o acesso aos direitos fundamentais, direitos esses, conquistados progressivamente na Inglaterra.

Diante de todo cenário de exclusão social, seja no período de colonização ou nas políticas para a “democratização racial” e a luta dos grupos considerados minoritários, para um tratamento igualitário a todo cidadão torna-se cada vez mais acirradas por somatizar com a discriminação, preconceito e localizar-se em todas as áreas da sociedade.

#### **1.4.1 Preconceito, raça, etnia como desencadeadores de exclusão social-**

As Leis nº 7.716/1989 e 8.081/1990 referem-se às punições para o crime de preconceito. A primeira contém 21 artigos para os crimes referentes ao preconceito de raça e de cor. A segunda amplia o leque e acrescenta etnia ou nacionalidade e religião que inclui as redes de comunicação ou qualquer que seja o instrumento público ou particular. Nesse aspecto, ainda que haja o amparo legal, muitos ainda ignoram os efeitos maléficos causados pelo preconceito, nas questões raça e etnia, ícones comprovadamente geradores da exclusão social.

Para início dessa discussão, saber distinguir preconceito, discriminação racial, etnia e racismo requer a compreensão de que não se trata de sinônimos. O Preconceito é uma autoconstrução predeterminada de um conceito sobre um determinado grupo, pessoa ou coisas. A discriminação racial é agir de forma diferenciada, menos honrosa, em razão da raça, enquanto o racismo para Silvio Luiz de Almeida (2018) é

“uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

O preconceito e a discriminação racial são originados do racismo, presentes em muitos discursos nos diferentes âmbitos da sociedade, sob disfarces nos embates políticos e nas ideologias (POTTER & WETHERELL, 1998). Ainda conforme os autores, as falas dos sujeitos

são dirigidas a outrem que usa de interação com o objetivo de explicitar um pensamento de ódio discriminatório e preconceituoso.

A caracterização das falas dos sujeitos que induzem ao preconceito e discriminação nem sempre acontece de forma clara e se dará no interior de grupos e instituições (TAJFEL, 1981, BAKTIN, 1981). Para os autores, ocorre sempre em meio a sociedade, seja familiar ou o no meio social que os indivíduos estão inseridos. Nesse aspecto, estar atentos a todo discurso é fundamental em qualquer momento de decisão, principalmente no que se refere as propostas de políticas públicas em prol de comunidades excluídas historicamente do cenário mundial, como no caso dos remanescentes de quilombos.

Os membros de determinado grupo social envolvidos nas propostas de leis produzem e reproduzem suas opiniões acerca de determinados assuntos e podem até buscar o apoio de outros grupos sociais para fortalecer suas ponderações (BILLIG, 1991). O autor sugere o dever de observar os argumentos apresentados por nunca expressarem os pontos positivos de outra opinião, porém sempre são radicalmente contra tudo que exigir uma análise rigorosa desses discursos em todos os seus âmbitos.

Negar ou fingir que não existe discriminação e preconceito contra o negro numa tentativa de tornar neutra as questões de desigualdades existente no Brasil é o mesmo que expressar opiniões que expressam racismo contra a população negra (RIBEIRO, 2019). Tais fatos são notórios em todos os veículos de comunicação social e há necessidade de atenção aos discursos, principalmente quando envolver o cumprimento de leis que beneficie tais comunidades.

Em pesquisa realizada por teóricos dedicados ao estudo sobre o preconceito e o racismo histórico no Brasil, Turra e Venturi (1995, p.11) apresentam o seguinte resultado: 89% dos entrevistados sabiam da existência do preconceito racial no Brasil, mas apenas 10% se auto reconheciam como preconceituosos, assim conclui “os brasileiros sabe haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, ter preconceito contra os negros”. Essa forma de preconceito é entendida por Francisco Rodrigues (1995, p.18) como o “Racismo Cordial”, o que consiste em não gerar ofensa ao que está sendo alvo de discriminação e preconceito. Contudo, até entre muitos teóricos persiste a confusão sobre o significado de raça.

A palavra raça tem sua origem etimológica do italiano *razza*, que se origina do latim *ratio*, cujo significado é espécie, sorte, categoria. Foi inicialmente utilizado nas ciências naturais para classificar vegetais e animais (MUNANGA, 1999). Na idade média, o latim medieval usou tal conceito para referir-se a linhagem, ancestralidade, pessoas com característica física em comum. O francês Bernier, no ano de 1684, classificou a diversidade humana como raça.

O conceito de raça não é estático (MUNANGA, 1999) e dependerá da forma de organização dos grupos sociais. Nesse aspecto, muitos autores concluem que a raça será uma ferramenta poderosa para manter o funcionamento de tais normas. A aceitação das diferenças por meio da genética é o que sugere as pseudociências dos séculos XIX e XX, onde propagam que existe uma espécie de hierarquização de raças, designadas pelos genes que a compõe.

Munanga (2006) afirma que o que caracteriza um povo é certamente sua identidade. O autor acrescenta ainda que a visão dos colonizadores definiu alguns povos, como o caso dos indígenas, *hierarquicamente*<sup>48</sup> apontando-os como povos de diversas crenças e etnias. Observa-se o uso da palavra etnia e não raça, no entanto com o mesmo significado, a classificação do indivíduo pela cor

Classificar geneticamente seres humanos pela cor é o mesmo que estagnar no tempo em todas as suas áreas, seja no âmbito social ou cultural, ao considerar que o uso do termo em 1684 denominou a grande diversidade humana e nos séculos XVI e XVII, conforme Nascimento (1994) a classe nobre da França, inaugura uma nova denominação e classifica os Francos, como raça purificada e superior aos Gauleses.

Um outro ponto fundamental nas discussões sobre preconceito, discriminação e exclusão social pela cor, é a separação entre os conceitos raça e etnia. Para Munanga (1999) ambos têm origem na desigualdade social. Conforme o autor, no primeiro momento o termo raça apontava as diferenças de cor entre os seres humanos e tais concepções foram deixadas de lado pelo crescimento das ciências. Contudo, o conceito etnia amplia o leque e inclui as diferenças culturais e de âmbito religioso.

O iluminismo toma o barco da razão e acredita ter o direito de avaliação e legitimação de um povo por considerar sua visão de mundo. O racionalismo toma apogeu na hierarquia dos pensamentos e visa uma cientificidade objetiva. Cassirer (1992, p.23), afirma que o iluminismo consistirá "na unidade e imutabilidade da razão". Nesse aspecto os ser humano passará pelo crivo de análise dos que acreditam ser os detentores do saber e da expressão verdadeira da razão.

O século XVIII, introduz uma forma diferente de ver a questão dominação. Tal século foi batizado como o século da razão e das luzes, para os iluministas o entendimento das coisas deve ter como fundamento a razão. Para Weber:

---

<sup>48</sup> A noção de hierarquia nesse momento, refere-se ao domínio capitalista da época marcado pelo colonialismo.

(...) quando a posição social de um cristão dependia de sua admissão à comunhão, os clérigos, com seu ministério, a disciplina da Igreja e a pregação exerciam uma influência que nós, homens modernos, somos totalmente incapazes de imaginar. Naquele tempo as forças religiosas que se expressavam por esses canais eram as influências decisivas na formação do caráter nacional. (WEBER, 2003; p.117)

O pensamento iluminista segue a trilha pretensiosa da razão, impessoalidade e objetividade. Hegel (2015, p. 27), se contrapõe a tal pensamento e estabelece a “hierarquia dos povos”, propõe um novo discurso sobre a questão racial. Para Cassirer (1994, p. 210), o racismo analisado por tal ângulo, associará o negro a aparência de animais, privilegiará a homogeneidade e preconceituosamente o conduzirá a incapacidade para “desenvolver a razão plena”.

A tão propagada razão é baseada no modelo europeu, o que legitima racismo. Nesse aspecto, em pleno século XX R. N Rodrigues (1933) e J. O Vianna (1932) analisa negativamente a formação da nação brasileira a luz da influência dos negros, com a justificativa de pertencerem a uma raça inferior biologicamente, expondo racismo em todos os aspectos.

Silvio Luiz de Almeida (2018), no livro “O que é racismo estrutural?” aprofunda-se sobre os significados de racismo. Para o autor, toda a sociedade está formada sob a linha estrutural dos conceitos de “raça” e isso permeia por todos os laços de relações sociais, portanto, as ferramentas políticas, de cunho jurídico e econômico, desencadeiam-se nas relações sociais como berço das desigualdades sociais.

Os conceitos de racismo como ícone das relações sociais o levam ao estruturalismo da raça, papel do capitalismo (MBEMBE, 2014) que fundou suas raízes na história de sociedades e fizeram deferência em relação aos grupos sociais. Almeida (2018) divide o racismo como: individualista, institucional e estrutural.

O racismo individualista está no cunho das deficiências patológicas, onde emerge o preconceito (ALMEIDA, 2018). O Institucional, confere desvantagens ou privilégios para determinados grupos, ou até de forma individual, dentro de uma instituição, por estabelecer a hierarquia do branco sobre o negro. O estrutural aponta para a “normalidade” na presença do racismo em todas as relações sociais, sejam elas de cunho jurídico, religioso ou econômico. Nesse aspecto, fará com que a responsabilidade tanto individual como grupal de atos racistas não elimine as reproduções da desigualdade social.

A partir do século XX, estudos sobre as diferenças raciais, intencionalmente, declaram a inferiorização do negro. Para Almeida (2018) “naturalizou-se” a inferiorização do negro e tentou-se justificar incapacidades, falta de determinação, o que elevou a “supremacia” do homem branco e reproduziu as injustiças sociais em todas as instâncias. Dessa forma, o autor demonstra que o racismo é de forma racional e intencional.

Um exemplo grave do racismo latente em todos os âmbitos da sociedade foi o estudo realizado por Mbembe (2014, p. 56-58) onde relata a falta de lucidez de alguns teóricos ao referir-se aos negros julgando-os por uma determinação biológica e social onde afirmam “evoluíram a partir da miscigenação com brancos ou tiveram contato com estes” e que “os negros americanos são mais evoluídos que os africanos porque tiveram mais contato com os brancos”.

Grandes acontecimentos são marcadores de épocas no Brasil, dentre eles destaca-se o marco constitucional de 1988 e os embates nos campos teóricos e por meio dos grupos sociais, contra o racismo em todas as suas dimensões (ALMEIDA, 2018). A garantia dos direitos legais amparados na Constituição Federal de 1988, é clara, porém, a norma legal está longe de ser obedecida principalmente no que se refere a igualdade de condições para o acesso aos direitos das comunidades quilombolas.

O conceito de etnia deriva do grego *ethnos* e remete a forma de pertencimento ao grupo, independente da questão sanguínea (MUNANGA, 1999). Os africanos foram arrancados de suas origens e culturas e não lhes foi concedido o direito de ter sua originalidade de vida. Ainda conforme o autor, os brancos, dominadores do momento, julgaram que a grande comunidade negra era aculturada.

O conceito de raça será bem explicado por Munanga (1999) onde remeterá a utilização do termo a um passado brutal, enquanto etnia apontará para os laços culturais que compõem o indivíduo. Assim a etnicidade vai além dos traços corporais e terá uma vasta dimensão sociocultural. Conforme o autor, o uso da palavra raça para seres humanos, é um terrível erro, por existir apenas uma raça humana e nem sempre abarcará a cultura da sociedade.

O conceito de raça, etnia e classe tem significados diferentes de acordo com a cultura da sociedade, com as influências ideológicas, sociais, religiosas, jurídicas etc. Há entendimento e análise de cada conceito não só no plano atual, como também na sua origem, pois os significados perpassam pelos homens brancos, negros, mestiços, índios e descendentes que, a partir da conscientização de saber quem é o seu “eu”, provocam e compreendem em cada instância o significado de cada palavra. Então, podemos dizer que esses conceitos são modificados culturalmente. (MUNANGA, 1999, p.12)

No limiar do século XX a definição de raça comum para animais e vegetais sofre alguns questionamentos e a etnia ganha destaque nas análises teóricas, o que apontará para o campo acadêmico. Contudo, Munanga (1999) expressa o cuidado com as facetas do racismo clássico<sup>49</sup> que introduz o “étnico” e eleva o preconceito latente na mente de quem utiliza o léxico.

A contribuição do negro na história do Brasil está fora de qualquer questionamento (RIBEIRO, 2014), haja vista, além da mão de obra escrava, a vasta cultura, costumes e tradições. Portanto, mais do que positiva tal participação em todas as fases históricas da nação brasileira (RODRIGUES,1945; VIANNA,1932). Desconsiderar tal fato, é o mesmo que defender a questão da hierarquia racial genética

Por outro lado, o pretenciosismo de alguns teóricos como Freyre (1933) que propagava a superação dos embates raciais originado na miscigenação que visou consolidar a democracia racial no Brasil obteve forças com a ditadura militar (1964-1985). O autor chega ao ponto de elevar o valor do mestiço, levado pela ausência das europeias na colônia, na justificativa que tal presença seria indispensável na casa grande.

Para Munanga (2006), a classe detentora do poder, no Brasil, queria valer-se de uma identidade nacional forte ao mesmo tempo que corria “riscos” com tal pluralidade racial. Em outro ângulo e no combate a crença da falsa democracia racial, alguns teóricos como Florestan Fernandes (1972); Elimar Pinheiro Nascimento (1998); Skidmore (1976) expuseram de forma latente suas convicções, onde não só demonstravam a ausência de tal democracia como negavam existir fortaleza de identidade no Brasil.

## 1.5 O MOVIMENTO NEGRO COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL

O primeiro momento discursivo do tema em questão, é a definição do que significa um movimento social e a importância de cada período de ação desses movimentos para a luta contra exclusão social do Negro. Para Ilse (1987, p. 13), movimento social é um "grupo (...) organizado, sob uma liderança determinada ou não, com programa, objetivos ou plano comum”, deve ser totalmente organizado e incluirá, ideologia, normas, princípios. Tudo com foco em

---

<sup>49</sup>Palestra proferida por Munanga no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ 2012

transformação e mudança da sociedade. O movimento negro enveredará pela tentativa de combater todo tipo de preconceito e discriminação do negro, seja no meio social, educacional, político, cultural e/ou religioso.

Retornando ao subitem anterior, a "raça" é importante a compreensão de que o movimento negro a reconhece como o conjunto de uma construção social que não possui o mínimo de referencial biológico. Nessa ideologia (racial), o negro é construído a partir da visão predominante que geralmente é oriunda dos brancos que detêm o poder. Para Telles (2003, p.283) "o uso do termo "raça" fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico". Joel Rufino dos Santos (1994), compreende o movimento negro como:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como "clubes de negros"], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos "centros de pesquisa"] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.  
(SANTOS,1994, p. 157)

O Movimento Negro foi organizado por fases diversas, desde a antiguidade até a contemporaneidade (SANTOS,1994). Na República, a partir do ano de 1889, ano posterior a abolição, momento histórico da Proclamação da República ao ano de 1937 instalou-se no Brasil diversas mudanças de cunho político socioeconômico, o que deixou as comunidades consideradas minoritárias aquém do acesso aos seus direitos fundamentais.

A nova fase política não assegurou vantagens a população negra (SANTOS, 1994). Ao invés disso, o racismo contra o negro, nas ciências, reforçado pela política do branqueamento, foi o grande vilão desse período. Ainda conforme o autor, resultou na formação de clubes, agremiações e associações com representatividade negra em alguns estados brasileiros e até em outras nações.

No lado econômico, as políticas de emprego tinham privilégios especiais para os imigrantes europeus em detrimento dos negros (SANTOS, 1994). Nesse aspecto, urgiu a necessidade de organização dos escravos libertos e sua descendência em prol de movimentos negros de reivindicações.

As associações eram de cunho recreativo, assistencialista, cultural e agregavam grande número de negros conscientes de seu valor enquanto cidadão e da desigualdade social existentes. As mulheres, reuniam-se em clubes e associações específicas, no entanto isso não as impedia de participar das reuniões lideradas pelos homens (SANTOS, 1994). Abaixo, relaciona-se alguns desses grupos representativos.

**Tabela 1 - Representação negra/ resultados de movimentos**

ESTADO	REPRESENTAÇÃO RESULTADOS DE MOVIMENTOS	NEGRA/ ANO
São Paulo	Agremiação negra Clube 28 de Setembro,	1897
	Clube 13 de Maio dos Homens Pretos	1902
	Centro Literário dos Homens de Cor	1903
	Sociedade Propugnadora 13 de Maio	1906
	Centro Cultural Henrique Dias	1908
	Grupo Dramático e Recreativo Kosmos	1908
	Sociedade União Cívica dos Homens de Cor	1915
	Associação Protetora dos Brasileiros Pretos	1917
	Sociedade Brinco das Princesas	1925
Centro Cívico Palmares	1926	
Rio de Janeiro	Centro da Federação dos Homens de Cor	1914
Pelotas/RS	Socorros Mútuos Princesa do Sul	1908
	Sociedade Progresso da Raça Africana	1891
Lages/SC	Centro Cívico Cruz e Souza	1918

Quadro construído pela autora

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro e educação do negro: a ênfase na identidade**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 86, ago. 1993

A autora catalogou ainda, a existência de 123 “associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937” (PINTO, 1993, p.84). A “Sociedade Brinco das Princesas” no Estado de São Paulo e a “Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul” em Pelotas eram especificamente formadas por mulheres e envolvia assuntos relativos às lutas contra a posição desumana da mulher na sociedade.

Muller (1999) registrou 72 associações e clubes em Porto Alegre no período de 1889 a 1920 e em Pelotas/RS, de 1888 e 1929, catalogou 53. De forma simultânea emerge a imprensa negra <sup>50</sup> conforme os principais registros do quadro abaixo:

**Tabela 2 - Principais jornais da imprensa negra**

<b>ESTADO</b>	<b>PRINCIPAIS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA</b>	<b>ANO</b>
São Paulo	A Pátria: Órgão dos Homens de Cor	1899
	Combate	1912
	Menelick	1915
	Bandeirante	1918
	Alfinete	1918
	A Liberdade	1918
	A Sentinela	1920
	Baluarte	1903
	Getulino	1923
	Clarim	1924
Uberlândia/MG	A Raça	1935
Curitiba/PR	União	1918
Porto Alegre/RS	O Exemplo	1892

Quadro construído pela autora

BASTIDE "A imprensa negra do Estado de São Paulo", Boletim de Sociologia, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951

FERRARA, Miriam Nicolau Ferrara, **A imprensa negra paulista** (1915-1963), São Paulo, FFLCH/USP, 1986

Os jornais acima citados, enfatizavam as mazelas sofridas pelos negros, no trabalho e no direito não concedido a educação, saúde e acessos sociais, com fins de um repensar crítico e denunciador do racismo existente no Brasil (FERRARA, 1986). Nesse aspecto, os negros

<sup>50</sup>: Uma espécie de imprensa alternativa a partir da publicação de jornais de autoria dos negros com objetivo de tratar assuntos referentes às lutas e barbáries sofridas causadas por preconceito e discriminação, tendo como principal representante, José Correia Leite.

eram proibidos de frequentar determinados locais como clubes, hotéis, locais religiosos, escolas, dentre outros, o que gerava motivos de denúncias constantes.

A partir da década de 1930 até meados de 1931 o movimento negro cresce qualitativamente, com a fundação da Frente Negra Brasileira, FNB (BASTIDE, 1951), considerada por muitos autores e críticos como a que sucedeu ao Centro Cívico Palmares. Em meados do século XX, a FNB liderou com representatividade em diversos estados como: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, o que chegou a arregimentar cerca de 20 mil negros na associação.

As militantes negras assumiam funções importantes e representavam a maior parte no movimento com exemplos de assiduidade e luta a favor da causa (DAVIS, 1981). Ainda conforme a autora, por meio da Cruzada Feminina, as mulheres mobilizavam as outras negras em prol dos serviços assistencialistas da população. Outra parte, como as Rosas Negras dedicavam-se a organização de festas e festivais para demonstração da cultura afrodescendente (GONZALEZ, 1984). Dessa forma as mulheres negras garantiam sua participação nos diversos movimentos e na sociedade como um todo.

A partir de 1936, com a transformação da FNB em partido político para participar das eleições com fins de representação negra no espaço político (BASTIDE, 1951), tal fundação ficou conhecida pela defesa de uma ideologia autoritária e tinha como lema, defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista (FERRARA, 1986). Seu principal líder, Arlindo Veiga dos Santos, tecia elogios públicos ao governo Mussolini e Hitler, o que transtornava os que estavam na posse do poder público da época.

Grandes foram as vitórias do FNB, dentre as quais uma audiência com o então presidente, Getúlio Vargas que resultou na revogação do decreto que proibia os negros de ingressar na polícia civil em São Paulo (GONZALEZ, 1984). Nesse aspecto, destaca-se o poder que o movimento negro conquistou. Em 1937, com o "Estado Novo", a FNB e todos os movimentos negros foram extintos. Contudo, muitos movimentos floresceram e tiveram representatividades fortes

ESTADO	MOVIMENTOS QUE FLORESCERAM A PARTIR DA FNB	ANO
São Paulo	Clube Negro de Cultura Social	1932
	Frente Negra Socialista	1932
Rio de Janeiro	a Sociedade Flor do Abacate	1934
Uberlândia/MG	a Legião Negra	1934
Salvador	Sociedade Henrique Dias	1937

**Fonte: Quadro construído pela autora**

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984

Os movimentos reivindicatórios foram tolhidos no período de 1937 a 1945 e a forte imposição repressora política tornou inviável qualquer contestação. Contudo, o fim da ditadura Vargas, trouxe atona o ressurgimento do Movimento Negro (ALBERTI, 2007), dessa vez com a característica de unificação, dando amplitude à sua ação. A União dos Homens de Cor, popularmente conhecida como Uagacê ou UHC cujo fundador foi João Cabral Alves, em 1943 em Porto Alegre, no primeiro artigo, descreve seu objetivo:

"elevantar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades".  
(SILVA, 2005)

Silva (2005) esclarece ainda que em meados da década de 1940 a UHC já possuía representatividade em pelo menos 10 Estados brasileiros e em 1948 contactava com 23 capitais. Para a autora, os debates na imprensa local, os periódicos publicados, assistência social, médica e jurídica, alfabetização de adultos e crianças, ações voluntárias e participação efetiva em campanhas político eleitorais representavam seus ícones de atuação.

Em 1964 a ditadura militar contribuiu para a opressão e fim de alguns movimentos sociais (NASCIMENTO, 1968). Contudo, o Teatro experimental Negro -TEN que foi fundado em 1944 contava com Abdias Nascimento como seu líder principal (MULLER, 1983). Conforme o autor, foi de fundamental importância esse grupo por contribuir com projetos de alfabetização, corte e costura, dramatização, publicação de jornais, em destaque o jornal "o quilombo" (MULLER, 1983, p.91), fundação do Instituto Nacional do Negro, museu do Negro, dentre outros. Em

1968, o TEN foi praticamente extinto e o seu líder principal Abdias do Nascimento, foi exilado nos Estados Unidos.

De 1945 a 1957, a imprensa negra ressurgiu com grandes jornais que a elevaram ao cume das reivindicações e denúncias de discriminação, preconceito e exclusão do negro. Dentre os principais jornais, na cidade de São Paulo, o jornal Alvorada em 1945, Novo Horizonte em 1946, Notícias de Ébano em 1957, O Mutirão em 1958, Níger em 1960 (FERRARA, 1986). Ainda conforme a autora, em Curitiba, destacou-se os jornais :União, em 1947. No Rio de Janeiro, os jornais: Redenção-1950 e A Voz da Negritude-1952. A autora acrescenta que em São Paulo, destacou-se ainda, o surgimento da revista Senzala em 1946. Contudo, o Movimento negro sofreu isolamento total, tanto da esquerda como da direita (ALBERTI, 2007). Foram longas lutas e projetos enviados com total desprezo dos que exerciam o poder. Contudo, em 1951, após o escândalo com uma bailarina negra, a lei Afonso Arinos é aprovada no Congresso Nacional.

Em 1970 com a ausência da defesa da questão racial na área pública, o desprezo político, as consequências da ditadura militar, tornou-se impossível a reunião de pessoas para a discussão das principais reivindicações (ALBERTI, 2007). Contudo, acrescenta a autora, longe de ficar na apatia, no período da Ditadura, no ano de 1972, em São Paulo, um pequeno grupo de artistas negros formaram o Centro de Cultura e arte negra-CECAN e no ano de 1974 a imprensa negra reaparece em São Paulo com os jornais Árvore das Palavras e O Quadro em São Paulo. Ainda em 1974 a publicação do jornal Biluga em São Caetano/SP e Nagô em São Carlos/SP no ano de 1975.

Em 1971 em Porto Alegre, o Grupo intitulado Palmares, luta e conquista a vitória substituindo as comemorações do dia 13 de maio para o festejo em 20 de novembro, conforme aponta Amílcar Pereira (2013). O autor acrescenta ainda que o Rio de Janeiro, desponta por meio da juventude negra com o movimento Black e com a fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras-IPCN, porém, tais iniciativas pareciam fragmentar-se e não apresentavam a mínima força política. Assim, ainda conforme o autor, no ano de 1978, fundou-se o Movimento Negro Unificado-MNU abrindo um cenário mais amplo para a luta negra.

No exterior, a luta negra se inspira sob dois ângulos: os direitos dos negros onde contempla-se a liderança de dois grandes nomes, Luther King e Malcon X (PINTO,1993). O primeiro, arregimentado por todas as organizações negras fundamentadas no marxismo. O segundo, por meio dos movimentos que visaram a libertação dos países africanos, dentre os quais: Moçambique, Angola e Guiné Bissau. Ainda conforme a autora, o movimento Unificado negro assume uma postura radical, talvez impulsionado por esses movimentos.

O jornal *Versus*, publicado pela Convergência socialista publicado nos anos 1977 a 1979, destinou uma coluna chamada "Afro-Latino América" (ALBERTI, 2007) com o objetivo de conchamar a guerra ao racismo contra o negro, posturas decisivas para os movimentos negros. A autora afirma ainda que no Estado de São Paulo, em junho de 1978, com a presença de grandes movimentos negros como CECAN, Câmara do Comércio Afro-brasileiro, dentre outros resolveu-se criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), cuja primeira ação foi um ato político público contra toda espécie de discriminação racial.

Outra ação marcante pelo MUCDR foi a propagação de uma Carta que incentivava os negros a formar associações e movimentos (GAY, 2014). Conforme o autor, tal documento circulou nos terreiros de candomblé e umbanda, vilas, prisões, escolas, o que organizava uma peleja contra toda espécie de opressão.

Em 1982, os principais objetivos das lutas (PEREIRA, 2013) foram: desmistificar a democracia racial; organizar politicamente a população negra; transformar o movimento negro em movimento de massa; formar leques amplos de movimentos contra o racismo; organizar o movimento negro para enfrentamento às forças policiais; organizar os sindicatos e partidos políticos; introduzir a história do negro e da África no currículo escolar do Brasil, buscar apoio internacional na luta contra o racismo.

Com a proposta de unificar as lutas, partidos e organizações antirracistas cuja meta era em um ano, fortalecer o movimento negro em todas as suas dimensões, ocorreu a ampliação do movimento, dessa vez, incluiu-se todo tipo de opressão sofrida pela sociedade (SANTOS, 1985;1994). Ainda conforme o autor, com o foco na ordem social, propagou-se em toda a sociedade a reivindicação sobre a emancipação do negro.

Como vitórias de tal período de reivindicações elencamos: O fim do culto à mãe preta, por representar a passividade negra. Substituição do dia 13 de maio- abolição da escravatura pelo dia da denúncia contra o racismo predominante na sociedade, estabelecendo-se o dia 20 de novembro como Dia Nacional de Consciência Negra, por representar, supostamente, o dia da morte de Zumbi e conforme declara Cunha Jr (1992, p. 78), o movimento negro unificado adquiriu grande visibilidade e "a grande imprensa descobriu existir um movimento negro no Brasil".

Outras mudanças e vitórias desse período foi o despojamento do termo negro, da forma pejorativa, proposta pelo MNU (ALBERTI, 2007, p.119) o que passou a ser usado por todos os ativistas com certo orgulho, deixou de significar ofensa. Baniu-se o termo "homem de cor". A autora relata que o movimento Negro passa a conquistar sutilmente o meio educacional. Foram denunciados os conteúdos que estavam na forma de preconceito e discriminação nos livros

didáticos, incentivo a capacitação dos professores, novas discussões sobre o real papel do negro na sociedade e no decorrer da história do Brasil.

Um fato marcante no período foi a incorporação da cultura africana, hábitos, estilos, moda, dança, música, cabelo, dentre outros, conforme aponta Ana Beatriz Gomes (2008). A autora afirma ainda a apropriação dos nomes africanos nas crianças que nasciam e que os novos ativistas assumiram as religiões de raiz africana, como o candomblé que representa o ícone da religião ancestral. Para Paiva (2003) houve um despertar para a armadilha da mestiçagem como o diluente da identidade negra e ponto estratégico da classe dominante para o enfraquecimento da identidade negra.

No período republicano o movimento negro teve toda uma trajetória e momentos de crescimento e decadência, marcado por avanços e retrocessos. Alguns ativistas estiveram presentes em fases diferentes (NASCIMENTO, 2002). Contudo, um novo momento do movimento negro, a partir do ano 2000 introduz o hip-hop, como uma cultura inovadora com as características de um movimento de linguagem periférica que rompe parcialmente com o discurso da vanguarda e do tradicionalismo das entidades negras (CUNHA JR, 1999). Tal movimento, expressa o lado rebelde dos jovens afrodescendentes. Para propagar a identidade do movimento seus ativistas substituíram cada vez mais o termo negro pelo preto<sup>51</sup>.

As formas de engajamento do movimento negro passaram por alguns momentos de transformação, porém, é importante ressaltar que não há ruptura com o movimento tradicional, mas uma mudança contemporânea introdutória de atividades (NASCIMENTO, 2002). O autor complementa ainda que o hip-hop, apesar de ser a representatividade da inovação do movimento negro do momento, não possui um programa ideológico de combate ao racismo. Contudo, ainda conforme o autor, não se trata de uma atividade específica para o negro, porém, os brancos marginalizados são adeptos de tal movimento, o que o deixa sem uma identidade única.

O não acesso ao emprego, a falta de moradia, o direito a educação e saúde motivou as lutas dos afrodescendentes e engajamentos nos movimentos negros (ALBERTI, 2007). Como destacado nas duas primeiras fases do movimento negro, há um afastamento da organização em forma de sindicato ou partido, o que não significou isolamento político, ao considerar alianças

---

<sup>51</sup> Os adeptos do hip-hop, ressignificam a tradução de black igual ao preto, assim como white remete ao branco, expressão utilizada pelo movimento negro dos Estados Unidos por décadas. A rejeição a expressão negro é pelo significado originado nos Estados Unidos que tem um significado pejorativo, originando-se de niger.

firmadas e compromissos políticos ideológicos. No entanto, no terceiro momento de luta, há um maior envolvimento com os sindicatos e partidos para o combate ao racismo.

O Movimento Negro Unificado acumula história de luta que percorre todo período republicano. A articulação dos ativistas negros permeava as gerações. Historicamente tal movimento tem início em 1930 com a FNB e retorna ao final dos anos 70. Entretanto, as mobilizações e protestos são responsáveis pelo diálogo do Movimento negro com o Estado e a sociedade brasileira para fins de erradicar o racismo por meio da inclusão do negro na sociedade brasileira.

## 1.6 INCLUSÃO/EXCLUSÃO NUMA FRONTEIRA ÉTNICA LEGAL

Os megaprojetos para o “desenvolvimento”<sup>52</sup> são intrínsecos às características do Estado Neoliberal, nesse aspecto, legitimar os direitos das populações quilombolas tornou-se obstáculo para o capitalismo (FIABANI, 2012). Nesse aspecto, a ideia de pertencimento liga-se ao princípio auto de atribuição étnica conforme respalda a Constituição Federal de 1988. Barth (1969) acrescenta a necessidade de reafirmar-se a questão da pertença. Para Barth (2000), trata-se das contradições do Estado neoliberal que remete a luta dos remanescentes de quilombos para o respeito aos seus direitos conquistados legalmente. A disputa está no campo social, político e econômico

Ao expor as questões exponenciais sobre os quilombolas, Alfredo Wagner Almeida (1999, p.157), alerta para os mecanismos de controles. O autor afirma ainda que os pertencentes a tais comunidades se tornaram uma “população cadastrável”. Tal ação impõe limites as próprias ações dos quilombolas e esse coletivo é obrigado a adaptar-se aos modelos classificatórios impostos pelo Estado. Para Bourdieu (2002), o próprio Estado presta sua contribuição na definição dos papéis sociais de cada indivíduo.

Ao referir-se às comunidades tradicionais, em sua obra “a miséria do mundo” Bourdieu (2003), acrescenta que caberia seu engessamento e adaptação ao modelo imposto pelo estado. O conflito que persiste entre o Estado e as comunidades tradicionais como os quilombolas têm se tornado cada vez mais tenso. Conforme o autor, desde a ascensão do Estado Neoliberal,

---

<sup>52</sup> Para a autora, desenvolvimento representa uma declaração legítima de que existe uma exclusão declarada.

ocorrido na década de 70, os acontecimentos intrínsecos a esses fenômenos, promoveram as diferenças econômicas.

Desconstruir a noção de verdade pela noção de que todo conhecimento adquirido é o produto das convivências e ações humanas. O fator integração e unificação, refere-se ao Estado concentrar a homogeneização imposição de ações sobre a sociedade. Nesse aspecto. Bourdieu (2012) em sua obra “o poder simbólico” afirma que o Estado forjará uma falsa preocupação com a sociedade, no entanto esse quadro representará os “dominantes economicamente e dos dominantes simbolicamente” (BOURDIEU, 2012, p.117). Para o autor, a noção de pertencimento recebe a configuração de identidades em movimento e estará sempre no campo de disputa, conforme aponta Bourdieu

“[...] nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais, por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.” (BOURDIEU 2012, p.124)

Para Bourdieu (2012), não deve haver ingenuidade sobre a luta existente de forma clara em busca do poder. Hall (2011) corrobora com o autor, ao afirmar que a identidade não segue o ser humano em seu nascimento, porém, forma-se e transforma-se conforme a representação de uma cultura. Para Wacquant (2011, p.11) a sociedade civil sofre o massacre dos que detêm o poder e tal controle dos “miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar no Brasil”, produzem grandes efeitos em sociedades com diferenças étnicas relevantes.

Dentre as inúmeras consequência do cerceamento dos direitos das diversas comunidades consideradas minoritárias, a não efetivação dos direitos sobre os territórios quilombolas implicam não apenas na questão burocrática, porém, efetivamente envolve o poder público do Estado. Alfredo Wagner Almeida (1999), alerta sobre os principais entraves para titulação das comunidades quilombolas

O primeiro concerne aos dispositivos jurídicos-formais e aos procedimentos burocráticos-administrativos que orientam a operacionalização do artigo 68; O segundo, por sua vez, compreende as estratégias de interesse econômicos que, detêm o monopólio da terra e são responsáveis pelos elevados índices de concentração fundiária, controlando as engrenagens de diferentes circuitos do mercado de terras, cuja expressão política maior consiste na ação de partidos conservadores, que aglutinam a chama „bancada ruralista“ e exercem pressão constante sobre o aparato de Estado. (ALMEIDA, 1999, p. 155-156)

Almeida afirma, a existência de forças contrárias para que os remanescentes de escravos não adquiram suas terras. Barth (2000, p.35), corrobora com o autor e acrescenta a emergência da “identidade imperativa”, o que significa as restrições feitas pelos próprios sujeitos sociais para fins de excluir as classes consideradas minoritárias e tal relevância consistirá em diagnosticar o pertencimento (BARTH, 2003), o que não caberá a sociedade externa delimitar ou optar quanto a tal relação.

Hall (2011) afirma que uma identidade fundamentada nas relações sociais terá ligação com a outra por referir-se à uma forma de interação do homem com a comunidade envolvida sob o pano de fundo do poder simbólico, onde será de fundamental importância, não só a certeza da existência da diferença, porém, a instância legislativa precisa reconhecer que existe uma generalização das identidades nacionais.

A década de 80 inaugurará uma “eticização das políticas públicas” (ANDRADE, 2009, p.51). Com a C/F 1988, multiplica-se os organismos com fins de orientar a aquisição e efetivação de direitos, numa crescente luta para obtenção dos direitos legalmente constituídos. Tais direitos legais, envolvia a noção de pertença, identidade, o que remeteu a uma ação de salvaguarda aos interesses diversificados, não apenas de posses dos territórios, mas surgem variados projetos para atender as necessidades daquelas comunidades.

Para o Estado, surge um novo momento, a existência legal de sujeitos possuidores de direitos e deveres, fazem parte do conjunto de normas do Estado, como legítimos cidadãos de fato e de direito. No Brasil, os direitos legais para as comunidades quilombolas é destacado pela Constituição federal (1988), principalmente por meio de seus artigos 68, 215 e 216. Alvarez (2000) apontará que a ordem legal autoritária instituída por duas décadas de governos militares é finalmente aniquilada.

Quanto aos direitos étnicos e territoriais destaca-se: Decretos: n.º 4.887/2003 sobre a titulação e regularização de territórios quilombolas, Lei n.º 6.040/2007 que regulariza o desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais; Lei n.º 6.261/2007 que estabelece agenda quilombola. Acrescenta-se ainda, no ano de 2004 o Programa Brasil quilombola; Lei n.º 12.288/2010 em seu art. 8º- Estatuto que rege a igualdade racial e aos incentivos específicos para as comunidades quilombolas (BRASÍLIA, 2012), o que garantirá o direito a novamente evocar o direito de acesso à terra

As leis a favor dos remanescentes de quilombos garantem uma inclusão ao menos parcial, contudo, Alvarez (2000, p.91) apontará para uma “Legalidade Truncada” onde a forma

da lei não contempla a heterogeneidade social e a demanda múltipla dos agentes sociais. Nesse aspecto, o Estado é ineficiente em suas próprias leis, como uma moeda de duas faces, ao tempo em que uma reafirma a legalidade para garantir a igualdade e o respeito as identidades múltiplas, a outra, remeterá a uma política neoliberal, apoiando as grandes empresas em seus projetos e abrindo espaço para exploração latifundiária.

Foucault (1996) afirma que toda forma de saber é política e alerta para o fato de atentar-se aos interesses intrínsecos em cada ato do Estado, em destaque o autor afirma ainda que o Estado se equipa dos saberes políticos e científicos, de forma simbólica ou não, com fins de postergamento de poder, principalmente ao referir-se às classes menos favorecidas. Contudo, não se obscurece os avanços conquistados para tal público. A história já contou com períodos altamente críticos quanto ao acesso aos direitos fundamentais dessas comunidades.

Os avanços obtidos pelos grupos considerados minoritários, especificamente pelos grupos étnicos, por meio da Constituição de 1988 demonstra que tal processo de reconhecimento coletivo de identidades ocorre num contexto que envolve a relação de pertença (BARTH, 2000). Na relação com o Estado, tal identidade quilombola, ocorre pela atribuição dos direitos conferidos por ela e isso confere o sentido das lutas políticas dessas comunidades.

A obtenção da titulação não finaliza a luta pela aquisição dos direitos legalmente conferidos aos remanescentes de quilombos, porém, prossegue-se para o segundo momento de embate para o acesso as políticas públicas. Isso demonstra que apesar dos preceitos legais que garantem os direitos dessas comunidades existirem na forma da Lei, a prática dependerá de lutas constantes e isso remeterá a exclusão social. Nesse aspecto, não basta a existência de Lei, mas a garantia de sua execução.

### **1.6.1 Programa de Inclusão social para os quilombolas como revelador das desigualdades sociais.**

Comunidades quilombolas são formadas por negros pertencentes a área urbana ou rural e que se autodefinem como grupos étnicos por meio da ancestralidade, parentesco, territorialidade, cultura, conforme preconiza o Decreto 4887 em seu artigo 2:

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento (2014), estima-se que há cinco mil comunidades quilombolas em todo território brasileiro.  
(LEITE, 1990, p. 14-16)

Tais comunidades de remanescentes de quilombo são originadas no período de escravidão (SILVA, 2012), onde um número considerado de escravos, fugiram e se organizaram com fins de garantir sua própria subsistência por meio de atividades diversas, o que lhe conferira uma identidade cultural e própria concebida historicamente.

Aboliu-se a escravidão em 1888, porém, não se garantiu direitos legais aos antigos escravos. Diante da visão preconceituosa da sociedade, os negros permaneceram à margem da sociedade por não usufruírem de direitos sociais e básicos para sua sobrevivência (RODRIGUES, 1995). Com a Constituição de 1988, contempla-se uma luz no fim do túnel em relação aos direitos étnico-raciais e ao direito ao território. Nesse período, as manifestações em prol das causas negras aumentaram consideravelmente tornando-se um problema social e político.

Em 1995 ocorreu o I encontro das comunidades Quilombolas Rurais, nesse aspecto surge com maior ênfase, o movimento negro culminando em uma representação que pleitearia suas reivindicações junto a Presidência da República. Posteriormente, em Brasília, a comemoração dos trezentos anos de Zumbi dos Palmares dá origem a Marcha do Zumbi, onde exigem a regularização de suas terras (SEPPPIR, 2009). Nesse aspecto, os programas sociais, ainda que não tenham atendido todos os interesses dos quilombos, surgem originados das lutas e com o objetivo de combater o grande índice de miséria e pobreza.

A pobreza como consequência do aumento das desigualdades sociais revela a razão da existência de programas sociais e denuncia o alto índice de pobreza no Brasil. Tal discussão, invade os debates acerca das medidas a serem adotadas para combater a exclusão social. Para Guareschi (2001) a sociedade parte de um princípio ideológico, movido por interesses internos e externos a ela para fins de substituir as formas de dominação e exploração com imersão nas modernas tecnologias.

Wanderley (2001), corrobora com Guareschi (2001) e aponta que muitas pessoas ficarão a margem da sociedade por não possuir tais habilitações para o exercício do processo produtivo, o que fatalmente remeterá a Exclusão social, fato esse que comprovadamente aumenta de forma considerável, o número de vítimas da desigualdade social existente no Brasil e no mundo.

As políticas públicas e os programas sociais, são necessários, entretanto, podem contribuir algumas vezes, para hegemonia do capitalismo. Wanderley (2001), a luz da reflexão sobre o texto de Sawaia (1999), aponta que o debate sobre a questão inclusão e exclusão social por meio dos programas sociais, apesar de amplo entre grandes teóricos, ainda não preencheram

a lacuna do seu real significado e que tais discussões deverão levar em conta as reais necessidades das comunidades. Contudo, há que se destacar além dos retrocessos, também os avanços alcançados por tais ações governamentais.

O programa Brasil Quilombola, em sua primeira edição em 12/03/2004, teve como marco, a demonstração das políticas públicas desenvolvidas a favor das comunidades quilombola e por meio do Decreto 6261/2007, inaugura-se a agenda social quilombola, com quatro focos de direcionamentos das ações: 1: As formas de legalização das Terras 2- Construção de moradias e propostas de melhoria da qualidade de vida; 3: Incentivo à produção local, utilizando os produtos da terra; 4- Direitos e Cidadania, os quais teve como objetivos:

1: execução e acompanhamento dos trâmites do título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas; 2: consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura; destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social; 3: apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades; 4: fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios (SEPPIR,2008)

Em destaque, grandes eixos voltados para a inclusão social das comunidades quilombolas, no entanto, ao considerar as propostas de cada ação, questiona-se o porquê de tanta desigualdade social no meio quilombola. Nesse aspecto, a implementação de tais ações, não foram avaliadas nas comunidades para o estudo de avanços e possíveis retrocessos. Contudo, o que se constata é a evolução dos níveis de pobreza.

O atendimento aos remanescentes de quilombos que estavam marginalizados pela sociedade por mais de 100 anos exigia uma avaliação dinâmica com estudos que apontasse os rumos a ser seguidos e as possíveis correções de falhas. Mesmo com tantos atropelos, ao considerar a burocracia e lentidão para acessá-los, o que deixou muitos beneficiários a margem de tais projetos, registra-se um avanço considerado significativo.

Os projetos para beneficiar as comunidades quilombolas são considerados um ícone de crescimento, mesmo com grandioso número de comunidades a ser incluída e beneficiada ficarem de fora de tais políticas públicas. Nesse aspecto, conforme os dados levantados pelo Incra (2014), constatou-se nos anos de 2010 a 2014 o aumento de titulações de terras recebidas pelos quilombolas, o que sinaliza como uma avaliação positiva de tais programas.

No Brasil contemporâneo, mesmo em face de alguns projetos considerados significativos e de avanço, a exclusão social dos negros e das negras é público e notório com profunda raiz econômica embasada historicamente, pré e pós libertação dos escravos. Esse conflito social brasileiro não tem início na passagem do Império/ República, porém, com maior impacto por meio da chegada dos navios trazendo os escravos negros para o Brasil, o que gerou todo tipo de revolta, com fins de resistência a escravidão.

### 1.7 EXCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA: A LUTA DO NEGRO PELO ESPAÇO ESCOLAR

O acesso a escola foi outro platô de exclusão social originado pela cor da pele, considerado histórico. O direito a escolarização conquistado por meio de muitas lutas com participação especial dos movimentos Negros, recebe um impulso no período de democratização do Brasil em 1985 (PIOVESAN, 2006) pela internalização dos tratados internacionais em defesa dos direitos humanos, o que o eleva pertencer ao grupo dos primeiros países a elaborar e fazer parte da defesa dos direitos humanos

Por meio do parágrafo 4º da Constituição de 1988 ressaltou-se a submissão que o Brasil deve ter frente ao Tribunal Penal Internacional nas ações ou pactos aderidos (PIOVESAN, 2006). Nesse aspecto, o poder do estado passa por limitações.

direitos público-subjetivos de pessoas (físicas ou jurídicas), contidos em dispositivos constitucionais e, portanto, que encerram caráter normativo supremo dentro do Estado, tendo como finalidade limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual” defendidos na Constituição de 1988 (DIMOULIS,2007, p. 54).

Os direitos humanos Brasileiros passam a conter as pactuações internacionais (DIAS & GORCZEVSKI, 2012), o que significa, o dever de obedecer aos acordos em prol dos direitos humanos. Para Piovesan (2006) o artigo 5º e o parágrafo 2º do documento constitucional, subdivide-se em três blocos que se diferenciam entre si. O primeiro são os direitos já expressos constitucionalmente. O segundo será aquele que estão implicitamente, baseados nos princípios legais adotados pela carta magna. O terceiro são os direitos latentes e expressos nos pactos internacionais aderidos pela nação brasileira.

os direitos enunciados nos tratados internacionais de que o Brasil seja signatário. Ao efetuar tal incorporação, a Carta está a atribuir aos direitos

internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a de norma constitucional (PIOVESAN, 2006, p. 23).

Com inúmeros pactos em prol do desenvolvimento humano em todas as áreas com abrangência global, seria impossível deixar de notar a luta travada pelos movimentos sociais para o direito a escolarização do negro. A partir de Marques de Pombal (1759) até a homologação formal da Constituição de 1988 retrata a invisibilidade do negro no cenário educacional, conforme afirma Eliana Marta Teixeira (LOPES, 2000). Para a autora, tal fato, demonstrou a grande desigualdade social, no entanto, mesmo com poucas oportunidades e sem notoriedade, eles(as) alcançaram apogeu e desenvoltura em todas as áreas de conhecimento.

No passado, a ausência do negro no cenário escolar foi respaldada legalmente. Com base nas leis da província, no ano de 1837 era proibida a frequência de negros nos estabelecimentos de ensino público “[...] são proibidas de frequentar as escolas públicas: 2º - os escravos e pretos ainda que livres ou libertos” conforme afirma com Ana Beatriz Gomes (GOMES, 2011 p. 4). Ainda de acordo com a autora, esse fator impediu os registros sobre a escolarização do negro nesse período.

Em contrapartida a tanta exclusão e discriminação entra em cena a “imprensa negra”, conforme argumenta Ana Beatriz Gomes (GOMES, 2011 p. 4), onde afirma que o objetivo principal era garantir ao negro o direito de frequentar escolas públicas. Tal movimentação nas redes sociais, teve autoria de um negro e denuncia a exclusão social sofrida pela comunidade, ao tempo em que demonstra claramente o domínio intelectual negro. Clóvis Moura (2002) é um dos escritores com força intelectual em jornal da época, no qual exigiu o direito a educação do negro em todas as instâncias, de forma social, como todo cidadão.

Com a proibição expressa, a qual tirava os negros das escolas públicas, o jeito foi depender da “benevolência” dos brancos (PAIVA, 2003). Ainda segundo o autor, muitos negros não só aprenderam a ler e escrever como ocuparam altos cargos. Freyre (2005), aponta que em 1835, na Bahia, as casas grandes, tinham menor número de pessoas com as habilidades de leitura e escrita do que em algumas senzalas. Contudo, essa conquista foi dos negros e não do Estado. Anos mais tarde, alguns escravos criaram suas próprias escolas.

**Quadro 1 - Escolas fundadas por negros período pré e pós abolição**

ANO	ESCOLA	LOCAL
1860	Colégio Perseverança ou Cesarino,	Campinas, SP
1902	Colégio São Benedito	Campinas, SP
Sem data específica	Escola Primária do Clube Negro Flor de Maio	São Carlos, SP
Sem data específica	Escola de Ferroviários	Santa Maria, Rio Grande do Sul
Sem data específica	Cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório para o ginásio, oferecido pela Frente Negra Brasileira	São Paulo, SP
Sem data específica	Escola criada pelo negro Cosme , no Quilombo da Fazenda Lagoa Amarela. Com o objetivo de ensinar a leitura e a escrita.	Bragança, Maranhão

Fonte: (PINTO, 1993; CUNHA JR., 1997; MACIEL, 1997; SANTOS, 1994; PEREIRA, 1999)

Após a Lei que aboliu a escravatura, em meados de 1889, inaugura-se uma importante reforma educacional orquestrada por Leôncio de Carvalho, com o objetivo de permitir a matrícula dos negros na escola, conforme afirma Rosa Fátima Souza (SOUZA, 1998). Ainda conforme a autora, devido a situação socioeconômica, os que se matriculavam não conseguiam seguir estudos, somente os ligados diretamente a casa grande ingressavam no ensino normal.

As reformas mais significantes na área educacional ocorreram em vários períodos da história. De 1920 a 1930 destaca-se as reformas estaduais: “de Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira na Bahia, Francisco campos em Minas Gerais” (SOUZA, 1998, p.120), todas tinham como objetivo a luta pelo ensino público e contra a elitização do ensino. No novo panorâmico pedagógico surge a importância do respeito a diversidade.

Na década de 1960, o aluno negro tem presença marcante nas universidades (PINTO,1993). Tal tendência obteve um recuo em 1964. Na década de 1970, os movimentos sociais negros reivindicam um ensino que valorize suas culturas e considerem a riqueza afrodescendente. Do tecnicismo a Constituição de 1988 ocorre um pequeno apogeu educacional com relação a educação do negro.

A classe elitizada impunha suas exigências no período colonial e tal posição perpassou pelo período republicano até o que se denominou estado novo<sup>53</sup>. Maria Luíza Ribeiro (1991)

<sup>53</sup>Período de 1937 a 1945 – Terceira fase da era de Vargas, caracterizado pela ditadura e por seu caráter ditatorial - [brasilecola.uol.com.br](http://brasilecola.uol.com.br)

aponta que a história da educação no Brasil está completamente submissa aos modelos de produção.

Na fase colonial o interesse das camadas dominantes era em relação às exigências das metrópoles e da exportação [...] Em seguida veio às influências positivistas em função da república [...] na sequência, a organização regimentar em decorrência do estado novo, entre outros. (RIBEIRO, 1994, p.17-19).

A questão econômica e financeira sempre esteve diretamente ligada a educação. A hierarquia de etnias, transparente ou disfarçada, remetera a exclusão social. Esse apontamento encontra abrigo no maniqueísmo como na frase “[...]. Que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza [...]” (PILETTI & Piletti, 2000, p. 207), o que demonstrará claramente o poder do homem branco como o detentor do poder, onde determina as leis e domina por meio delas. O preconceito latente remete a marginalização do negro em todas as áreas em tal período.

Nesse ínterim histórico, a igreja assume o papel de civilizar os povos. Essa missão era apoiada pelos reis e até a Proclamação da Independência os rastros jesuítico e pombalino deixa fortes heranças que refletem na atualidade (LOPES, 2000). Tal domínio eclesiástico exerce forte influência na escola e está em todos os níveis da sociedade como mecanismo de controle social.

As escolas mantêm ao longo dos tempos sua força no controle social da cultura, embora seja esse herdado atributo da história que vêm garantindo as transformações da ordem pública, que interroga as próprias políticas educativas e questiona as conquistas políticas. (HILSDORF, 2003, p.135).

Ainda vigorava a lei que proibia os negros de frequentarem os espaços dos brancos e isso incluía a escola por ser considerada ferramenta essencial para ascensão social, conforme afirma Rosa de Fátima Souza (SOUZA, 1998). Ainda conforme a autora, com o encerramento legal do trabalho escravo em 1888, inicia-se a fase republicana em 1889. Para o negro não houve mudanças tão significativas nesse período, apesar de deixar a escravidão, agora teria que vender sua mão de obra por baixo salário, ou até mesmo pela alimentação.

É indiscutível a contribuição do negro para a formação do Brasil, contudo, a herança histórica do período em que foram escravos, os torna vulneráveis numa sociedade que

discrimina e determina os parâmetros de igualdade e equidade social, conforme afirma Tomaz Tadeu (SILVA, 2006). Tais orientações, os fizeram depender das políticas públicas. No âmbito escolar, é clara a marginalização do negro através dos séculos.

De 1759 (Brasil Colônia) até a promulgação da Constituição de 1988, o sistema educacional brasileiro demonstrou claramente sua face excludente em relação ao negro, cenário que se repete até os dias atuais (FREIRE, 2006). Contudo, a partir dos anos 70, contempla-se estudos sobre preconceitos e discriminação do negro no meio escolar. Cunha Júnior (1999) enfatiza que em tal período aumenta o número de negros nas universidades públicas.

A temática sobre o destaque do estudante negro no meio educacional, começa a ganhar espaço por volta de 1978 especialmente em São Paulo/São Carlos (CUNHA JR, 1999). O autor acrescenta que tal temática é articulada e defendida pelos próprios negros que mesmo diante de críticas e desrespeitos produzem no próprio ambiente universitário.

A FCG foi a primeira a publicar um artigo sobre as questões étnicas no meio educacional, no entanto, em meados de 1979 até o final da década de 1990, contempla-se mais de 80 trabalhos em nível acadêmico produzidos por afrodescendentes (CUNHA JR, 1999) na área educacional, com o incentivo Ford que inicia a contribuição para o incentivo da produção acadêmica voltada para educação do negro no Brasil.

Na atualidade, é escasso o estudo sobre os negros que fizeram história mesmo sem direito a escola (CUNHA JR, 1999). Nos períodos pré e pós abolição até meados de 1990 as informações sobre a educação do negro, no Brasil e especificamente, na Amazônia são muito escassos. Na década de 90 há um acréscimo maior em tais históricos.

Essa aparente invisibilidade dos negros na educação brasileira e especialmente na Amazônia pode parecer uma ausência de levantamentos ou dificuldades de acessos ao saber formal, o que não justifica porque historicamente sabe-se que a população negra cresceu culturalmente por meio de suas próprias escolas; ou adentravam às redes públicas de ensino.

A educação escolar passou por várias reformas, o que demonstrou a latente marginalização do negro na área educacional. A escala de valores está intrínseca a cada organização escolar independente de qualquer esfera de origem e repercutirá nas escolas que direcionarão as práticas educacionais.

Com o avanço na área educacional em prol do aluno negro, após envidados esforços de profissionais, acadêmicos e vários intelectuais negros no ano 2000 e por meio do Instituto Afro-brasileiro de Ensino Superior principal mantenedor, foi fundada a Faculdade Zumbi dos Palmares (GONÇALVES, 2006), localizada na cidade de São Paulo. Conforme a autora, tal instituição privada, porém, sem fins lucrativos reserva 90% das vagas para os alunos

autodeclarados negros e 10% para o aluno branco para fins de diálogo contra o preconceito, discriminação, dentre outros assuntos no mesmo nível de relevância.

### **1.7.1 Exclusão social para Freire e Frigotto**

A separação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, seguiu os protocolos de globalização, onde sinalizavam pela necessidade de integrar-se aos padrões da economia mundial. Para esses países, tal ação, seria o ícone principal para bloquear a extrema pobreza e paralisar o afastamento do convívio social. Para Freire (2006), os conceitos de modernidade, pós-modernidade e globalização são utilizados de acordo com a conveniência dos que detém o poder e dependerá de quem ou para que estarão em eminência. Contudo, para Frigotto (2000), essa integração é uma farsa e tal modelo de desenvolvimento, encontrar-se no patamar da impossibilidade.

Outro fator, existente no processo de globalização que representa uma falsa revolução cultural na classe trabalhadora, seria um estilo de formação técnica especificamente para capacitar o profissional. Para Frigotto (2000), torna-se ingênuo a idéia de emprego para todos mediante essa proposta. Ainda para o autor, a escola, apesar de grande aliada em toda formação educacional, não definirá a posição que o indivíduo ocupará no mundo do trabalho e sim, o local de ocupação, a fonte de renda que o indivíduo possui, têm o poder de estabelecer inclusive, o tipo de escola que o aluno irá frequentar.

As diferenças socioeconômicas são alimentadas pelo capitalismo globalizado de forma neoliberal. Tais diferenças estão ancoradas entre os detentores (e controladores) da produção e todos que estão à mercê de tal poder. A resistência, o ato de não acomodação e de mostrar-se forte, para Freire (2006), significa a oportunidade de mudar o mundo e reflete a força do confronto entre rivais desiguais, onde a beleza do ser humano só encontra sentido na resistência. Para o autor, tal resiliência consistirá exatamente em rever a atuação da classe dominante.

diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivem os explorados, quando, aderindo realmente ao sonho de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue porque se disse que chegará (PAULO FREIRE, 2006, p. 138).

As reflexões de Freire (2006) remetem ao histórico de resistência dos negros, no continente africano, onde lutavam, resistiam e chegavam a perder a própria vida. Prática essa que perdurou durante todo o período escravista, entretanto, o maior relato de resistência na

história do Brasil foram as organizações dos quilombos que tomando-se como base os pressupostos de Freire & Horton (2003), é oposto a desistência.

Ao escrever a *Pedagogia do oprimido*<sup>54</sup>, Freire (1981), propôs uma profunda reflexão sobre a sociedade, contudo, até os dias atuais, ainda não ocorreram mudanças significativas e mesmo com tantas políticas públicas, ainda é latente, a fome, o desemprego, a desigualdade social, o que resulta em obstáculo para a inclusão social de fato na sociedade como um todo. O autor acrescenta ainda que a implementação de programas de preparação técnico profissional para o trabalho, acentuam a exclusão.

Frigotto (2000), corrobora com Freire (2006) acrescenta que a resolução do problema do desemprego pela qualificação profissional para o trabalho é ideológica e remeterá sutilmente a responsabilidade sobre o indivíduo e não na sociedade. Enquanto a atenção volta-se para o individual, a classe detentora do poder usufrui de todos os benefícios inerentes a sua condição.

...não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis” (FRIGOTTO, 1998a: p. 15).

Os desempregados estão impossibilitados pelas forças circunstanciais de arcar com a responsabilidade da qualificação profissional porque lhes faltará meios econômicos sociais para tal. Até mesmo para buscar algum tipo de ocupação no mercado informal ou na economia de sobrevivência. Assim, as questões sobre modernidade, pós-modernidade e globalização têm revelado desníveis sociais nos diferentes campos da atividade humana.

Para Frigotto (2000), estamos em plena época de expansão do capital e nesse aspecto, a exclusão é visível em muitas regiões e diferentes segmentos da sociedade, o que a torna não apenas como um produto histórico e antigo, mas intrínseco a atualidade. Paulo Freire & Horton (2003) tomam certos cuidados com o uso dos termos inclusão e exclusão social, principalmente com sua interligação a questão da globalização, para não entrar no que ele chama de mecanicismo da leitura de uma sociedade. Contudo, o próprio autor declara que é inevitável chegarem a esse julgamento mecânico e adverte no cuidado com as conclusões do novo senso, identificados nos movimentos e grupos, o que dispensam maiores reflexões. Para Frigotto:

---

<sup>54</sup> A expressão pedagogia do oprimido será usada no sentido lato, quando a grafia não terá nenhuma identificação especial, e no sentido estrito do título da obra de Paulo Freire.

... os diferentes modos de produção (tribal, antigo, medieval, capitalista, socialista) sempre envolvem a tríade constituída por uma base material (econômico-social), por dimensões supra estruturais vinculadas a valores ideologias, ideias, teorias, emoções e por instituições que consolidam, produzem e reproduzem as relações sociais. (FRIGOTTO 2009, p. 129).

O contexto na busca do "ser mais" (FREIRE, 2006, p.10) remete a lutas como os inúmeros movimentos sociais, dentre eles: das mulheres, antirracista, anticolonialista, que resultou na independência de países africanos. O autor não produz os seus escritos do vazio, mas dialoga com os seus interlocutores como: Hegel e Marx, Marcuse, Sartre dentre outros.

Os "esfarrapados do mundo" (FREIRE, 1981, p. 17) destacados no livro pedagogia do oprimido, são reafirmados em sua obra denominada Pedagogia da autonomia. Sua argumentação é confirmada ao referir-se aos "condenados da Terra, os excluídos" (FREIRE, 2006, p. 16). Argumentar e assumir essa nova nomenclatura compõe também o seu posicionamento epistemológico no livro Pedagogia da esperança (1992), onde destaca a necessidade do ser pós-moderno de uma forma progressista.

Para Freire (2006) a ideia de exclusão está diretamente ligada ao neoliberalismo e aí está o problema central que consiste na exclusão das minorias por meio da classe que detêm o poder. Na obra do autor, Pedagogia do oprimido (1981), não há preocupação com definições, seu posicionamento ético em favor dos "esfarrapados" é claro, denunciador e objetivo, o mesmo acontece com os condenados da Terra (1996), ambos estão excluídos da sociedade. A questão fundamental para o autor é o direito de igualdade de condições, legalmente constituídos, e isso está ligado a dignidade e liberdade de todo ser humano.

### **1.7.2 Reflexos do capitalismo no ambiente escolar**

O combate ao racismo e preconceito trará como forte aliada a escola. Para tal, é importante a reflexão sobre a ação do capitalismo no ambiente escolar. Para essa discussão, sob os pressupostos de alguns pensadores como Freire (1997), Petronilha Silva (2003), Ernane Fiori (1986); Oliveira, A da R. e Oliveira, N.A. (2005), dentre outros, trarão a luz os temas sobre as matrizes africanas e afrobrasileiras, a importância do conceito Educação, dentre outras contribuições

Para definir cultura, Fiori (1986, p.3), destaca que o conceito está carregado de “teoria diversa do homem”. O autor acrescenta ainda que o processo de educação exigirá uma conscientização e a busca incansável dessa premissa, mesmo face a condição de humanos. E assim, educação trará diferentes visões de mundo. Freire (1997) afirma que

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí” (FREIRE, 1997p. 20)

Educação para os autores, Fiori (1986) e Freire (1997) ultrapassará ao simples fato de cumprimento de normas e regras a serem cumpridas numa sociedade. Petronilha Silva (2003, p.101), pesquisadora de matrizes e conhecimentos com origem na África, aprofundou seus estudos sobre o modo de vida dos africanos (as) brasileiros (as) e dos negros nascidos no Brasil com descendência africana, a educação está ligada as “suas relações entre gerações, gêneros, grupos raciais e sociais, com a intenção de transmitir visão de mundo”. Desta forma, para a autora, educação significa o processo de construção da própria vida dos sujeitos envolvidos na história. Para autora os saberes transmitidos pela escola deverão incluir todo grupo social.

Em pesquisa realizada por Petronilha Silva (2003) foi constatada a importância da comunidade a qual pertencia cada pessoa. Freire (1987) afirma que os novos conhecimentos e abordagens adquiridos tendem a ajudar no desvelamento da realidade. Nesse aspecto, os negros terão como missão fundamental, conhecer sua história e ter orgulho dela, e aos que não são negros, cabe o dever de valorizar a ancestralidade histórica.

Conhecer os fatos negados ou não descritos corretamente sobre a história do negro, sua contribuição para a formação social do povo brasileiro e seu percurso escolar, incluirá momentos de discriminação e preconceito, fatos pertencentes a ideologia racista. Freire (1997, p. 18) esclarece a importância da complexa função do professor “Um ser que, tendo por vocação a humanização, se confronta... com o incessante desafio da desumanização, como distorção daquela vocação”. Tal atribuição, equivale a um dos alicerces principais para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, o professor é parte de uma grande engrenagem e sozinho não poderá ir muito longe.

O processo de desumanização passado pelos negros diariamente não deve ser ignorado em nenhum momento, principalmente na escola que tem a função de formar cidadãos (FREIRE,1997; SILVA, 2003). É importante a concepção de que a ação do racismo leva a

feridas que nem sempre são curadas. Para Freire (2000), a educação deve ser arma fundamental de repúdio a toda forma de discriminação e preconceito, portanto é de fundamental importância que a escola implante e implemente projetos contra todo tipo de ação neoliberal que vise a perpetuação do racismo.

A crítica ao neoliberalismo em educação originada no "consenso de Washington" foi ocasionada pela potencialização do uso das políticas neoliberais onde incluíram temas diversificados como "a privatização do ensino, o Banco Mundial e as políticas da educação, os mercados educacionais e o avanço da nova direita" (GENTILI 1998, p. 9). Nesse aspecto, a lógica capitalista sobre "dívida social, apartheid social, e expressões similares, não expressam da mesma maneira o círculo vicioso da exclusão"(ASSMANN, 1996, p. 214). Para o autor, a questão exclusão social, não ocorre pelos mesmos motivos no mercado capitalista.

A escola deve ser consciente das causas da exclusão social que variam conforme a sociedade histórica do momento (ASSMAN,1996). Para M. Castells (1999, p. 98) tal processo reflete o fato da não existência de grupos ou indivíduos de forma autônoma e sempre o mais fraco precisar do auxílio do que detém o poder. O autor, acrescenta ainda que se trata de uma das faces do capitalismo. Este argumento é retomado em Roberto Oliveira (2000) quando esclarece que o modelo exclusão/inclusão tem o objetivo de corrigir, ao menos a vista da sociedade, as próprias disfunções sociais.

A definição de exclusão social deve ser sinônima de identificação das desigualdades sociais, é o que afirma Avelino (OLIVEIRA, 2005) por ser o reflexo de uma luta de classes ainda que não identificada diretamente. Para Sposati (1998, p. 2) é "a ...perda de um patamar alcançado e do não-respeito à aquisição do novo direito à diferença...ou a perda do lugar conquistado na responsabilidade pública, social e a discriminação quando da não-realização do direito à diferença", a autora corrobora parcialmente com Lenoir (1974), na posição de que os excluídos são, os esquecidos alheios ao progresso e não estão adaptados à sociedade.

A escola, cujo objetivo é preparar o indivíduo para a criticidade e ampliação da visão de mundo de forma a transformar sua realidade e da comunidade, deverá estar ligada a todo esse histórico sócio cultural.

### **1.7.3 Inclusão social no quilombo contemporâneo: a importância do *Habitus* para Bourdieu e Elias**

A representação do habitus de uma sociedade estará representada numa região ou país onde há grandes diferenças de rendas e condições de sobrevivência, como é o caso do Brasil. Nesse aspecto, a má distribuição de renda e a ausência de investimento econômico que envolve a área social, saúde e educação, gera as disparidades econômica e desigualdade social, o que ocorre com relação aos quilombos na contemporaneidade. Os conceitos de habitus/figuração (Elias) e habitus/campo (Bourdieu), possibilitarão novas ferramentas de análise na luta pelos direitos adquiridos pelos quilombolas, constitucionalmente.

*Habitus*, na abordagem sociológica de Bourdieu (2002) e Elias (1995), possui algumas semelhanças pelo fato de os dois teóricos buscarem um desvencilhamento, ainda de forma discreta, da sociologia clássica. Bourdieu envereda por uma visão voltada em grande parte para o materialismo, o que valorizará a condição do homem como ícone principal para a formação do habitus. Elias valorizará a construção do homem/sociedade/homem, numa relação de interdependência como fator de formação da existência humana.

Bourdieu (2002), graças a experiência de guerra na Argélia, quando estava a serviço militar, na França, prestou relevante trabalho a sociedade ao pesquisar a questão do habitus social (VASCONCELLOS, 2002). Contudo, para Bourdieu (2012), não há como compreender o conceito de habitus desvencilhado de campo. Para o autor, o campo poderá ser espaço tanto dos dominantes quanto dos dominados, onde acirrarão a luta pela obtenção do capital, reconhecimento humano, dentre outros. Para o autor, campo e habitus estão interligados. Contudo o habitus estaria assim representado

(...) sistema de disposições duráveis e intransponíveis que, exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto. (...) constituído num tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos ou estéticos, exprime segundo a sua lógica própria a necessidade dessas condições em sistemas de preferências cujas oposições reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação, transmutadas, assim em distinções simbólicas. (BOURDIEU, 1976, p.110).

Para o autor, habitus está entrelaçado a posição social, no entanto, está representado pelo capital social, cultural e econômico, seria gerado pelo que o indivíduo traz individualmente e que recebe da sociedade. Ainda para Bourdieu (2012), apesar do habitus ser representado individualmente, sua construção ocorre no processo social e representa os bens adquiridos simbolicamente, assim como o gosto pela dança, artes em geral, músicas, dentre outros. Nesse

aspecto, indivíduo e sociedade estão estruturalmente ligados, sofrem influências diretas e se moldam de forma histórica.

Para Heller (1998), o risco consiste na hora de aplicar as regras ou leis, pela possibilidade de haver distorções como privilégios ou preferências e o problema central nesse contexto, é a não coerência da forma como foi construído o habitus social. Tal incoerência decorre do fato de como herdou-se tal hábito e/ou a forma de dominação exercida sobre os dominados.

Para Elias (1995) a solução para o dilema seria o estudo da formação de tal habitus. O autor acrescenta ainda em suas obras: a Sociedade da Corte (ELIAS, 2001) e a Sociedade dos Indivíduos (ELIAS, 1995) que o habitus dos europeus influenciou (desrespeitosamente na maioria das vezes) os indivíduos considerados por eles, subalternos. Elias (1993), em sua obra o Processo Civilizador, aponta ainda que o modo imperialista europeu era imposto a todos que estivessem em grau de subalternidade, o que gerou o habitus dos não europeus.

A definição de Campo utilizada por Bourdieu (2012) e configuração ou figuração social defendido por Elias (2003) são semelhantes em algumas nuances. As relações de poder estarão no espaço campo em Bourdieu, onde pode vir a ser o campo científico, religioso, político, econômico, dentre outros, a partir desses campos emerge o habitus. Para Elias (1995) a figuração social, local de emersão das relações sociais, ocorre por meio da família, no trabalho, na escola, o que influenciará na formação do habitus. Contudo, para Elias, o indivíduo assim como sofre mutações do meio, gera influências direta ou indireta na sociedade em que vive.

Norbert Elias, vinha de família economicamente favorecida, teve o privilégio de servir na Alemanha durante a primeira guerra mundial. Pierre Bourdieu, procedente de raízes menos favorecida, por meio do esporte consegue chegar à academia. Serviu o exército de forma exemplar, sendo ícone referencial para a França. Para Silva & Cerri (2013), mesmo procedentes de caminhos diferentes, ambos os teóricos são referências mundialmente, na área sociológica, com estudos que se harmonizam quanto ao habitus social.

Norbert Elias (1887-1990) e Pierre Bourdieu (1930-2002), mesmo com histórias de vidas diferentes, contribuíram de forma significativa para a formação do conceito sociológico de habitus. Assim, por meio desses pressupostos, concebe-se o não isolamento do indivíduo de tal processo.

O direito à moradia, saúde, escola é intrínseco a todo cidadão independente de qual grupo ele pertence. Contudo, a ausência de respeito aos direitos legalmente constituídos é herdada do habitus social europeu que não reconheceu os verdadeiros moradores das terras

brasileiras, o que gerou consequências desastrosas e desenhou o cenário que vive os legitimamente excluídos, de seus direitos fundamentais.

Os resquícios deixados pela escravidão (*habitus*) e a ausência de políticas públicas que absorvesse os cidadãos negros após a escravidão (*campo*, *figuração*), perpetuou a exclusão social do negro na sociedade que por sua vez, é consciente da exclusão social quando gera as leis para um grupo seletivo e outro para as minorias (WERNECK, 1998). No caso dos quilombolas contemporâneos, o passado traz as marcas do julgo de uma escravidão que perdurou até a atualidade e reproduz-se diariamente por meio do *habitus* social de quem está no poder. A abolição não contemplou os mecanismos para inclusão social. Os negros que conseguiram a liberdade não tinham como valorizar sua mão-de-obra.

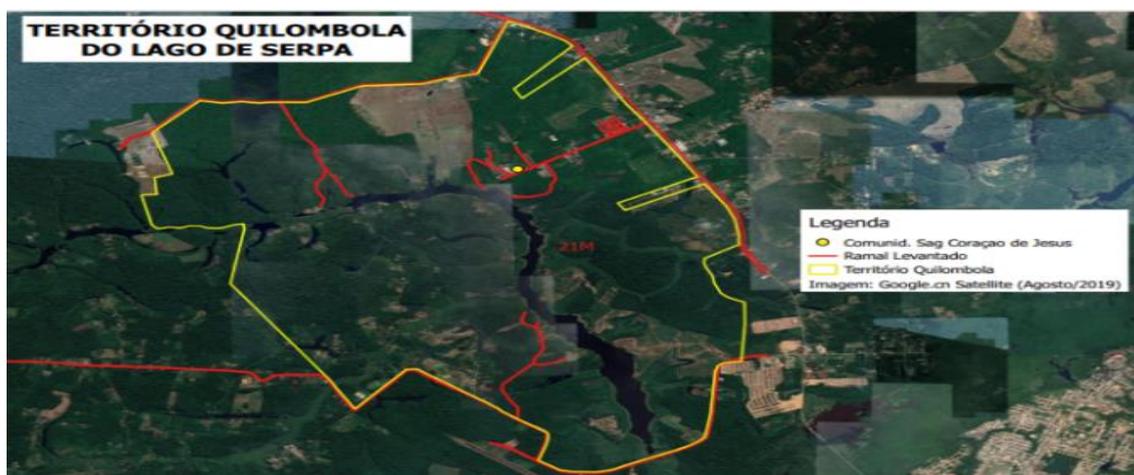
A Constituição Federal de 1988 incluiu no art. 68 (ADCT), o direito a titulação coletiva como modalidade de apropriação formal das terras destinadas aos remanescentes de quilombos, no entanto, conforme consta historicamente (ALMEIDA, 2002), até o momento da promulgação da última constituição, a população quilombola era completamente excluída de tal contexto social. O mesmo ocorre na atualidade, com o direito a educação de qualidade em comunidades quilombolas. Apesar de representar uma conquista legal, grande parte de tais comunidades na Amazônia, ainda luta pela aquisição desse direito, como o caso da Comunidade quilombola do Lago de Serpa.

## 2 QUILOMBO E ESCOLA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA ÉTNICA

Esse capítulo abordará o segundo objetivo específico da tese: Desvelar a história de vida da família e dos alunos quilombolas para a construção do Projeto Pedagógico da Escola do Quilombo de Itacoatiara. Nesse aspecto, a Comunidade quilombola sagrado Coração de Jesus Lago de Serpa, Itacoatiara/Am é o local onde está situada a escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, local da pesquisa.

A história de vida dos alunos e de suas famílias, o que incluirá suas origens, o conhecimento da história do quilombo, dentre outras, trará, por conseguinte, a origem da cidade de Itacoatiara e do Lago de Serpa onde situa-se o Quilombo. A Vila de Serpa e a cidade de Itacoatiara estão interligadas, o que torna fundamental que o Projeto de uma escola quilombola contemple tal histórico.

fig



Localização da Comunidade do Sagrado Coração de Jesus, Itacoatiara/Am

A importância de não desprezar a história de vida da comunidade escolar quilombola como parte atuante na sociedade é uma forma de valorização de suas raízes e combate a todo tipo de marginalização social (MACÊDO, 2008). Nesse aspecto, o ponto comum entre os quilombos é que todos serão marcados pelo selo da resistência.

Um outro ponto de reflexão sobre a importância das origens dos quilombos é sua representação na contemporaneidade e a importância de um projeto pedagógico que conceda valorização a esse histórico (RODRIGUES, 1945). Tal postura perpassará por um estudo detalhado e reflexivo sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a educação quilombola. Nesse conjunto analítico, a realidade da escola no quilombo em destaque e a educação básica quilombola será o foco de discussão.

A escola não poderá ficar de olhos vendados para a exclusão social existente na sociedade originada pelo capitalismo desde o período colonial até os dias atuais. Tal conscientização poderá mudar positivamente a vida dos residentes e domiciliados no quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa., Itacoatiara/Am.

Durante longos períodos, o tema liberdade e os reais motivos da luta negra foi excluída do meio literário “a presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizado que desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade” (PROENÇA FILHO, 2010, p.43). A visão do colonizador é cada vez mais privilegiada até mesmo nos livros de história e por mais que seja uma situação complexa, alguns negros desconhecem sua própria história:

A visão distorcida da realidade, empreende que o negro aceitou calado todos os sofrimentos e atrocidades. Pensar nesse sentido é predeterminá-lo para escravidão. Ao contrário, eles se posicionaram e lutaram pela igualdade de direitos, que infelizmente não se consolidou com a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 nem com a Constituição Federal de 1988 (MOURA, 1993). Ao contrário, com a abolição da escravatura, os negros foram inseridos numa batalha terrível em prol de sua própria sobrevivência.

Este capítulo se debruçará em vários momentos de discussão e reflexão, ao considerar que o quilombo representou o acolhimento para a força de resistência escrava. No primeiro momento instigar-se-á o leitor ao significado dos dois segmentos de quilombos, os antigos, que resistiram as pressões e sobreviveram as guerras antes da CF/1988 e os contemporâneos, que continuam os embates atualmente.

Os antigos se rebelaram pela fuga e os contemporâneos em prol de seus direitos já conquistados constitucionalmente, porém, negados na prática. Esses se identificam pela nova organização que inicia com o autorreconhecimento (MOURA, 1993). Outro momento forte de discussão é a definição de quilombo.

A constituição Federal de 1988, Artigo 68 do ADCT, garante a titulação dos territórios quilombolas. Nesse aspecto, tanto no meio acadêmico quanto no político, inúmeras vertentes lançam o olhar sobre o sujeito social quilombola, designando-o por meio de duas visões distintas. A primeira linha visionária estabelece a crítica ao significado de quilombo conforme estabelecido pelo Brasil colônia, constante na história considerada oficial, em corroboração com o Conselho Ultramarino no ano de 1740, onde definiu quilombo como: povo isolado geograficamente, possuidores da própria economia de subsistência, indivíduos que são oriundos de fuga.

De forma impressionante, tais sujeitos sociais, os remanescentes de quilombos, eram comparados a análise de pessoas que pararam no tempo. Contudo, Barth (2000), aponta que o olhar do historiador, principalmente o contemporâneo, deve levar em conta a forma como esses grupos estão se autodefinindo e como ocorre o reconhecimento pelos outros.

Após os momentos de discussão sobre o quilombo antigo e contemporâneo, a reflexão enveredará pelo quilombo na Amazônia, ao considerar que a chegada no território quilombola obedeceu a diversas formas de ocupação (ACEVEDO & NOGUEIRA, 2007). Tal ocupação não seguiu o mesmo percurso que os quilombolas do estado do Maranhão e do Pará (Oriximiná), onde grande parte dos moradores são oriundos das fugas das fazendas.

As fazendas eram os locais onde assumiam alguma responsabilidade de liderança e tinham certo grau de autonomia (ALONSO, 2006). Aos moradores de Óbidos e Santarém, conforme aponta Ilka Boaventura Leite (LEITE, 1990), faltou o respeito das autoridades públicas aos cidadãos residentes nos territórios. A autora afirma que passaram os tratores desapropriando as terras e deixando os moradores ao relento, sem nenhum aviso prévio.

Alfredo Wagner Almeida, aponta a existência de topônimos na Amazônia, como “comunidade dos pretos”, “lago do mocambo”, “rio dos pretos”, “lago dos pretos”, ou ainda “Comunidade dos morenos” (ALMEIDA, 1989, p. 38-39). Tais nomes atribuídos aos quilombos corroboram com uma leitura discriminatória e preconceituosa por parte de algumas autoridades.

No estudo sobre “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, Alfredo Wagner (ALMEIDA, 1996, p.41) propõe o rompimento com uma visão arqueológica e sugere o foco no processo de origem das comunidades negras e o seu processo de desenvolvimento, sua autonomia e as diversas formas de “aquilombamento”.

Com o foco voltado para a Amazônia, especificamente, o quilombo do Amazonas no final do século XIX, onde registra-se o surgimento do “rio dos pretos” ou “Pretos do Paunini” (ALMEIDA, 2002), topônimos dados pelos grandes navios e barcos que passavam pela localidade para a comunidade do Tambor. Os negros residentes nesse quilombo, que se localiza no Rio Jaú, são oriundos de Sergipe. Tais sujeitos ainda reivindicam suas culturas no tempo presente.

Por ocasião do Projeto “Transformações Socioeconômicas na área de influência do complexo Rio Madeira” (SAHLINS, 1987, p. 37-41) apontou-se a existência de “comunidades de pretos” nos municípios de Manicoré, Humaitá, Novo Aripuanã e Itacoatiara, onde na Vila de Serpa, Itacoatiara/Am foram nomeados “pretos carvoeiros”. Bates (1979) aponta ainda que

... os negros, devotos de um santo que tinha a sua cor – S. Benedito – fizeram sua festa à parte e passaram a noite toda cantando e dançando ao compasso de um tambor comprido chamado “gambá” e o caracaxá. O tambor era feito com um pedaço de tronco oco, fechado numa das extremidades por um couro esticado, era colocado horizontalmente no chão, e o tocador montava nele, percutindo-o com os nós dos dedos (BATES, 1979, p. 123-124)

A evocação da etnia quilombola é apontada por Bates (1979), por ocasião das festividades natalinas em 1949. Por meio do tambor, da dança, das manifestações socioculturais, os negros do Lago de Serpa, clamavam pela perpetuação de sua cultura. Comemoravam o Natal, do seu jeito, ao contar as histórias antigas, homenageavam àquele que representava o sentido da luta. O santo que trazia o legado de Zumbi.

O evocado pelos quilombolas no depoimento de Bates (1979) foi confirmado ao entrevistar o aluno maior, Márcio Afonso<sup>55</sup>, sobre o que ele lembrava de sua história dos antepassados ele respondeu com muita emoção no momento da entrevista.

Difícil lembrar de tudo, mas eu acredito que meus pais lembram melhor. o que eu sei dizer é que não éramos católicos e nem crentes nós gostávamos do Santo de proteção. Na época era São Benedito, mas nem todos acreditam nele só os que realmente eram do quilombo sabe por que eu digo isso né porque muitos moram aqui, mas não são daqui eu também tenho algo a dizer de tenho algo a dizer somos todos católicos mais ainda prestamos todo o respeito as nossas entidades divinas (Aluno maior-Márcio Afonso, entrevista em 21/10/2022)

O quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, iniciou com os trinta e quatro escravos livres, moradores da “colônia agroindustrial de Itacoatiara”, conforme aponta Claudemilson Soares Santos de Oliveira (2007, p.46), onde faz referência ao Diário Oficial da União n. 239, de 10 de dezembro de 2014. No quilombo de Itacoatiara, todas as lutas em prol de seus direitos persistem de forma profunda, como por exemplo o direito a escola no próprio território quilombola. Luta que obteve a primeira parte da vitória, ao considerarmos a escola inacabada.

---

<sup>55</sup> Todos os nomes são fictícios para preservação da identidade dos (as) aluno (as). O depoimento é transcrito sem omitir qualquer erro gramatical ou ortográfico, para manter a fidedignidade nas falas. Isso ocorrerá em toda transcrição.

O ponto extremo de discussão deste capítulo que justifica o porquê elencarmos tantos itens de reflexão, é o direito a escola, seu significado, o valor da educação conscientizadora, luta antiga e que se perpetua na contemporaneidade. Ana Paula (CARVALHO, 2003) afirma os reflexos desastrosos do descaso das autoridades quanto ao valor de uma ancestralidade tão importante que representa a raiz histórica do Brasil. Assim, o direito a uma escolarização que respeite às suas origens e transcenda a partir dela, o direito ao território, a história do município, do quilombo o qual residem, deverá fazer parte de um Projeto Pedagógico quilombola.

## 2.1 A LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO DE ITACOATIARA: REFLEXO DOS QUILOMBOS ANTIGOS

A luta dos quilombolas antigos se repete nos quilombos contemporâneos, com mudança no cenário e na caracterização. Contudo, a luta pela terra e o desejo de continuar em suas atividades de subsistência que se consolidam, dentre outras em “agrícolas e minerais que representava a cultura africana” (MOURA, 1993, p.13) é o ícone de ligação dos quilombos do passado e da atualidade. Ainda segundo o autor, os quilombolas antigos nunca suas raízes, o que inclui amigos e companheiros de luta. Tal realidade é relatada no quilombo de Serpa.

Sou remanescente de quilombo sim, da família Leal, que chegou de navio, trabalhou na colônia e morreu trabalhando na caieira. Eles enfrentaram tudo quanto foi doença, mas chegaram a comunidade. É difícil acreditar que o povo ainda quer negar isso. Nossa fala denuncia a gente, a forma da gente comer, se vestir, pentear os cabelos, quando dá (risos). (Senhora Jussara, Remanescente de Quilombo, Entrevista oral, transcrita conforme a fala da participante, em 28/10/2021)

O modelo de quilombo para os descendentes de escravos (e ex escravos) da contemporaneidade, foi o Quilombo de Palmares, os tratados arqueológicos apontam esse quilombo como o símbolo de luta e resistência (ORSER Jr, FUNARI, 1994). Tais achados arqueológicos comprovaram que se tratava de grupos de pessoas e não de indivíduos isolados, acrescentam ainda que a questão rebeldia é questionável e preconceituosa.

A luta do quilombo de Serpa está longe de ter um final e apesar de comprovada a etnia, está no impasse da posse territorial, já conquistada pela Constituição de 1988. Ataques em todas as áreas contra os moradores acontecem continuamente. Na questão territorial, não deveria ter questionamentos nem impasses, afinal, é oriunda da constituição, no entanto, a questão chega

em diversos âmbitos com fins de não conceder o direito dos remanescentes de quilombos. Dentre diversas frentes de resistência, transcreve-se apenas uma, a mais recente, por ocasião da escrita desta tese, a fala do Vereador, sobre a proposição de não conceder o registro de terras aos remanescentes de quilombos.

Requerimento de número 74 nos termos do inciso 22 no artigo 20 do regimento interno que será realizada audiência pública para tratar dos conflitos relacionados a implantação territorial dos quilombolas de Serpa, assim como as perspectivas futuras de expansão territorial no município Itacoatiara requer a presença do senhor prefeito Municipal de Itacoatiara, do Procurador-geral do município do Representante do Inca do Estado do Amazonas e representante da comunidade Sagrado Coração de Jesus Lago de Serra. Poderá apresentar quilombolas e demais pessoas interessadas discute teimam discussão seu ... existe um conflito no Lago de Serpa que precisa ser observado. Pessoas que se autointitulam quilombolas que foram reconhecidos pelo instituto Palmares porque o reconhecimento do instituto Palmares nada mais é do que uma auto intitulação quer dizer eu me intitulei índio e alguém disse que eu estou me titulando. então está reconhecido pelo instituto Palmares auto intitulação de quilombola existe uma tramitação no INCRA de uma delimitação de uma Terra que eu já adianto que sou contra porque lá é área de expansão no município de Itacoatiara não vai crescer para dentro d'água então a gente tem que pensar em planejar desde agora o crescimento do município Itacoatiara e ele vai crescer para essa região. .Eu sou favorável às pessoas que se auto intitulam quilombolas que elas se reconheçam como quilombolas mas quanto à demarcação de Terra eu sou o contrário é que cada um dentro do seu quadrado dentro da sua Terra dentro da sua limitação faça o que quiser mas que uma área tão grande do município de Itacoatiara área que está sendo discutida lá para a demarcação não prospere não chegue a prosperar então eu conclamo as ser ouvida em audiência pública de extrema relevância e que as partes envolvidas venham para cá para a gente discutir. (Fala transcrita apresentando a propositura do Vereador Renier<sup>56</sup>, em audiência sobre a posse territorial dos Quilombolas de Serpa em 17/11/2021) -

Por meio da fala do Vereador detectou-se pelo menos três tópicos: 1- Desconsideração do espaço quilombola como área de crescimento do município;2- Desconhece a importância da dos quilombos na construção histórica do Brasil e a necessidade de autorreconhecimento como remanescente de quilombo em suas práticas culturais, religião, forma de sobrevivência e isso requer espaço territorial. 3- Ignorou o verdadeiro motivo de pessoas não se auto reconhecerem como remanescentes de quilombos.

O tópico 3 descrito no parágrafo anterior pode estar ligado a vários motivos dentre os quais, ameaças sofridas e a possibilidade de vender suas terras por valores vantajosos. Contudo,

---

<sup>56</sup> Nome fictício.

para Oliveira (2007), Oliveira (2021), Sahlins (1987) a história do quilombo do Lago de Serpa, está perpetuada e associa-se a apreensão de 250 escravos vindos da Angola para uma pequena cidade no Sul de Pernambuco em 1855.

Depois da apreensão os escravos foram transferidos para o Arsenal de marinha do Recife e lá ficaram até 1857 quando pelo menos 50 desses escravos foram enviados para trabalhar na colônia agroindustrial para trabalhar. Esse empreendimento foi construído pelo Barão de Mauá na antiga Vila de Serpa. Eles começaram a viver na antiga Vila de Serpa até 1860 quando a colônia foi transferida para um particular. Então nesse período a colônia foi leiloada em hasta pública e quem ganha o leilão é a família de judeus chamado Marcos e Moisés Esagui. Ela adquire as instalações da colônia e os escravos que estavam trabalhando nela continuam também a trabalhar com a família Esagui. Em 1864 os escravos que vieram para a colônia ganham a chamada carta de alforria para todos eles. Então muitos deles não tendo terra para trabalhar migraram para o lado sul de Serpa a partir de 1866 (OLIVEIRA, 2021 Entrevista concedida ao Jornal a Crítica, ao programa de Ancestralidade na Amazônia, disponível no You tube)

O descaso com a população negra não vem dos dias atuais. O quilombo do Lago de Serpa foi reconhecido no ano de 1965 (OLIVEIRA, 2007) pela cidade de Itacoatiara. Fato esse, justificado pela própria cidade desconhecer a existência dos negros do Lago de Serpa. O geógrafo Oliveira (2007) afirma que a comunicação entre o quilombo e a cidade era difícil e o contato com a cultura e tradição dos negros (que na literatura são citados como negros carvoeiros porque a tradição de fazer carvão vem de suas origens) era muitas vezes, de forma preconceituosa e discriminatória. E depois de grandes lutas, o Quilombo é certificado pela fundação Palmares, em dezembro de 2014.



O Quilombo de Serpa foi certificado pelo governo Federal. É o segundo quilombo mais bem documentado do Brasil (OLIVEIRA, 2007). A partir dessa premissa, as terras quilombolas

recebem amparo da Constituição Federal em seu artigo 84. Nesse aspecto, segundo o autor, a história do quilombo em discussão, recebe força a partir do Barão de Mauá que era possuidor de vários empreendimentos no Brasil e no exterior.

O Barão de Mauá constrói na província do Amazonas a colônia Mauá em Manaus que dá origem ao bairro de Mauazinho e a colônia agroindustrial de Itacoatiara na Vila de Serpa que originará o Bairro da Colônia (OLIVEIRA 2007). O acesso a tais dados comprova a narração sob um compêndio de inúmeras documentações, inclusive de cunho arqueológico. Sem a mínima possibilidade de ser cerceado a esse povo o direito que lhe assiste.

### **2.1.1 O Quilombo antigo como reflexo do quilombo contemporâneo**

No Brasil Colônia os portugueses exploravam a plantação de cana de açúcar e vários Estados dependiam da força do trabalho escravo para o seu apogeu, principalmente no nordeste da colônia brasileira (ORSER & FUNARI, 1994). Conforme os autores, no início do século XVII a floresta era o local de esconderijo dos escravos e as aldeias cresciam nas bases das montanhas chegando a distanciar-se de 60 a 90 km das fazendas.

Em 1912, o primeiro quilombo, Palmares, sofre o ataque dos holandeses por diversas vezes (ORSER & FUNARI, 1994). O motivo dos ataques foi o crescimento do quilombo, o que deixava inquieta a elite de fazendeiros. Esse confronto perdura com intensidade a partir de 1640, quando Palmares multiplicara-se em nove aldeias.

Em 1670, depois que os holandeses partiram do Brasil, foi a vez da perseguição dos portugueses contra primeiro Quilombo (FUNARI, 1999). Ainda conforme o autor, de 1670 a 1678, sob o domínio de Ganga Zumba, se intensificou os ataques, devido ao declínio da comercialização do açúcar e a extrema competição com o Caribe. E o final da década de 1670, aponta um novo responsável pelo Quilombo dos Palmares, Zumbi.

O ponto comum entre os dois quilombos (antigo e contemporâneo) é o forjar guerreiros, E assim aconteceu com Zumbi dos Palmares e outros heróis da luta negra. Reis (1999) argumenta que na luta pela liberdade, valia todo tipo de esforço e não era possível conservar algumas vezes certos comportamentos padrões, o que os levava a infringir as normas legais para preservar a própria vida.

Na pergunta sobre o que os alunos (Educação de jovens e adultos) e a comunidade conheciam sobre o quilombo dos palmares, elencamos algumas respostas:

Foi o quilombo que demonstrou suporte de guerra e que poderíamos lutar por nossa liberdade (Ana, membra da comunidade, entrevista realizada em 17/10/2021)

Quilombo das lutas e do desbravamento; (Bruno, aluno EJA, entrevista realizada em 17/10/2021)

É por meio desse exemplo que lutamos hoje (João, aluno EJA, entrevista realizada em 17/10/2021)

Lutar foi a herança que recebemos; (Antonio, membro da comunidade, entrevista realizada em 17/10/2021)

Lutar ou morrer; O quilombo dos Palmares me representa (Ronaldo, membro da comunidade, entrevista realizada em 17/10/2021)

Os remanescentes do quilombo de Serpa, de forma superficial, conhecem a história de luta do Zumbi e sabem a contribuição dele para os quilombos da atualidade. Contudo, tal conhecimento tem raízes profundas. O estudo do quilombo antigo por meio de uma crônica escrita em 1678 pelo conselheiro Drummond, expõe a negociação de paz entre o governo de Pernambuco e Ganga Zumba.

Posso concluir dizendo que, se essa experiência política dos negros do Palmar profundamente centro-africana – não pôde ser reconhecida pelos historiadores até hoje, talvez tenha sido porque a maioria deles se acostumou a ler os documentos escritos no século XVII “desavisadamente”: ... observar os elementos textuais daquele documento não significa permanecer apenas na literalidade dos textos. É a análise simultânea de todos esses elementos que permite transformar os textos em fontes - em fontes de conhecimento histórico. (LARA, 2008, p. 33).

A autora afirma ainda que não encontrou produção sobre Palmares pelos residentes do local à época dos acontecimentos, os escritos devem-se as lideranças ligadas a coroa portuguesa. Os textos eram questionáveis por enaltecer os ligados a hierarquia da coroa. A autora, chama atenção ainda, para uma reflexão profunda sobre a questão ideológica.

Esse olhar crítico, instigado por Lara (2008) deve ser o ponto de partida de todos que se debruçam a qualquer estudo e se não houver esse rigor, corre o risco de interpretações errôneas

que se baseiam em dados não fidedignos sobre o cenário de luta vivido nos quilombos antigos que os levava a marginalização social.

Foram muitas incursões históricas para compor o legado dos quilombos, contudo, a confusão de dados, datas, lugares ainda assume grande proporção, assim como há muitas controvérsias sobre “o maior e mais duradouro quilombo brasileiro” (LARA, 2008, p.82). Palmares começa a representar na visão dos escravos, o ideal de conquista e liberdade, o que perdura “do século XVI ao século XVIII” (GOMES, 2006, p. 451). Tal resistência, pouco é exposta ou argumentada nos livros históricos. Nesse aspecto, reflete-se sobre o real sentido de tal omissão, inclusive em alguns projetos pedagógicos.

Apesar da referência mínima sobre o principal quilombo antigo e alguns teóricos divergirem em variados aspectos, nos apontamentos de Joel Rufino dos Santos (SANTOS, 1985) registra-se a semelhança do quilombo de Palmares com uma república sem as prerrogativas legais, pois tratava-se apenas de uma ação coletiva do campo. Ainda conforme o autor, o cultivo da terra obedecia às normas do quilombo.

As regras quanto a posse das terras e direito a agricultura de subsistência eram rígidas. Quem ocupasse terreno de plantio teria que cuidar da terra por um determinado período e depois passar para outra pessoa ocupar. Ninguém era dono da terra. “O excedente era recolhido aos armazéns do Mocambo, para prover emergências ou de calamidade como um incêndio de roças ateado pelo inimigo, por exemplo” (SANTOS, 1985, p 18). Assim todos teriam que zelar pelos territórios de ocupação e plantação para que ninguém viesse a sofrer.

Há controvérsias entre determinados escritos sobre a questão quilombola nos mais variados aspectos, o que dificulta a produção científica fidedigna e pode ser um dos ícones de preconceito e exclusão social, além de concorrer para uma visão errônea sobre o quilombo antigo.

Alunos, maiores e menores, que estudam na escola do Lago de Serpa, membros da comunidade, moradores antigos, responderam à pergunta: Você se reconhece como remanescente de quilombo e sabe do valor de seus ancestrais. Dentre as respostas, selecionou-se duas:

Ser quilombola significa pertencer a um povo de fé, tradições seculares que nunca perderam a esperança. Minha tia tem 101 anos e ainda sonha ver nossas terras sendo reconhecidas. Ela quer aprender a ler e escrever. Queremos o que é da gente. A lei não disse? A gente já provou que sabe o que a somo. O quilombola. Não queremos pedir nada de favor porque nós temos direito. Por que os outro rouba o nosso direito? Mais moça, não fala p ninguém que eu falei

isso, por isso que o .... não quer mais falar sobre isso. Fizeram ameaças e agora ele diz que nunca foi quilombola. Imagine isso é parente do Sabino<sup>57</sup> (Carlos Eduardo, membro da comunidade, entrevista em 23/10/2021)

Ser quilombola é fazer parte da família de quilombo. Importante na história. Minha bisá sempre contou muitas histórias para nós. (Antonio Carlos, aluno menor-Entrevista em 23/10/2021)

O depoimento do aluno Carlos Eduardo, maior de idade, reflete o quanto a comunidade tem consciência da sua identidade, no entanto, algumas vezes, teme por sofrer alguma afronta ou represália de pessoas que se julgam donos das terras. Não desconhecem na totalidade os seus direitos. Contudo, requerê-los implica em vários fatores de segurança. A resposta de Antonio Carlos, de 9 anos, induz ao pensamento sobre essa consciência, ainda que parcial, da importância da história dos quilombos e tal forma de pensar está ligada às histórias dos antepassados e a forma de vida.

Dos alunos entrevistados, todos (direta ou indiretamente) se enquadram nas famílias que deram origem ao lago. Essa linhagem precisa permanecer. Estão sendo ameaçados por interesses diversos. Talvez alguns desistam no meio do caminho. São muitas pressões. Eles precisaram ir para locais diversos a fim de conceder as entrevistas<sup>58</sup>. Contudo, mesmo em face às afrontas, o Quilombo de Serpa permanece firme com seus princípios culturais, políticos e socioculturais.

### **2.1.2 Organização Social e política do quilombo dos Palmares: Um modelo seguido pelo Quilombo de Serpa**

O quilombo de Palmares (e suas subdivisões), representa mais do que o primeiro quilombo, é a simbologia da força representada por um grupo inconformado com a situação de

---

<sup>57</sup> Famílias dos primeiros moradores do Lago de Serpa.

<sup>58</sup>No dia primeiro de outubro de 2021, deparou-se com um quadro triste. Tinha ocorrido um assassinato em terras quilombolas, a energia de duas moradoras estava sem energia elétrica, um empresário reivindicou o espaço que considerou dele. Contudo, depois de várias denúncias, ele foi obrigado a ligar novamente a energia. Outra situação, a escola não estava funcionando em todos os seus turnos.

escravos, de verdadeiros ícones da luta pela igualdade de condições e inclusão social, como Zumbi dos Palmares, portanto, merece o reconhecimento histórico, como quilombo altamente organizado que mesmo em face da grande organização capitalista demonstra o seu valor por meio da união de um povo.

O Quilombo de Serpa não é tão diferente do princípio de organização de Palmares. Perguntamos a alunos e professores Quilombolas, o que o fazia sentir que é verdadeiramente um remanescente de quilombo. Os que não responderam, preferiram não se pronunciar. Veja algumas respostas:

Respeitamos nossos amados que já foram pra longe (Ana, professora, entrevista em 14/10/2021).

A oralidade, as rodas de conversa, tudo isso é quilombo (Amanda, aluna maior entrevista em 14/10/2021).

Nossos costumes se baseiam no respeito aos mais velhos, suas histórias são repassadas e aprendidas como leis internas (Miguel, professor, entrevista em 14/10/2021).

O uso de plantas para a cura de nossas doenças, dificilmente recorremos aos médicos (Antônio, professor, entrevista em 14/10/2021) ...

...é uma luta constante (Carlos Eduardo, aluno maior, entrevista em 14/10/2021).

Os mais velhos aconselharam a não desistirmos de nada (Joana, aluna menor, entrevista em 14/10/2021).

A valorização da cultura da gente (Márcio, aluno menor, entrevista em 14/10/2021) ...

As práticas culturais para o coletivo. (Ângelo, professor, entrevista em 14/10/2021).

Religiões diversas (Anselmo, professor, entrevista em 14/10/2021)

Oralidade e linguagem... (Rodrigo, responsável pela escola, entrevista em 14/10/2021).

Minha avó disse que as brincadeiras e as rodinhas para conversarmos é coisa de quilombo (Joana, aluna menor entrevista em 14/10/2021)

A forma ética de pertencimento (Sérgio, professor, entrevista em 14/10/2021)

A valorização da terra e alimentação (Pedro, escola parceira, entrevista em 14/10/2021).

Nos quilombos privilegiava-se além dos treinos de resistências por meio de lutas, as estratégias de sobrevivências que incluíam as atividades agrícolas, venda de suas mercadorias, dentre outras (GUIMARÃES, 1999). Ainda segundo o autor, por mais que a designação para os quilombolas, era de escravos que fugiam de fazendas ou de outros locais de trabalho, os quilombos não eram iguais, cada um fortalecia-se em determinada área, contudo, preservavam suas culturas, linguagem e costumes.

São semelhantes na medida em que, constituídos por escravos fugidos em sua maior parte... São diferentes já que cada quilombo tem sua época de existência, sua região e seus mecanismos de sobrevivência, constituindo assim, uma configuração histórico-cultural específica (GUIMARÃES, 1999, p. 143).

Quando havia o comentário de um negro fugitivo, a população entrava em desespero, o medo tomava conta da localidade, pois muitos *donos*<sup>59</sup> de escravos criavam o clima de terror com intuito de obter ajuda na captura dos seus, conforme afirma Flávio Gomes (2005), onde exemplifica bem esse pânico implantado pelos proprietários das fazendas que perdiam algum escravo que além do terror causado ainda alimentavam pseudo informações de assaltos, estupros e assassinatos cuja autoria recaía injustamente sobre os escravos. O autor acrescenta ainda que as denúncias dos fazendeiros eram tão fortes que a força policial destruía qualquer quilombo que encontrasse.

Para um negro fugitivo, chegar a um quilombo não era tarefa fácil e nem sempre conseguiam, as vezes eram mortos no percurso (GOMES, 2005, p. 137). O autor acrescenta que ao chegar nos quilombos eram recebidos com as normas rígidas do quilombo para todos os

---

<sup>59</sup>Quanta ousadia do ser humano ter como propriedade outro semelhante! O racismo antes de discriminar pela cor, segrega pela ação dominadora capitalismo hierárquico... A autora

membros seus membros. Assim constata-se que os quilombos não eram construídos na desordem, ao contrário, seguiam rígidos padrões de organização. Inúmeros autores são unânimes em falar sobre a organização e rigidez do primeiro quilombo.

O tipo de organização político social do primeiro quilombo era tão intenso que as provas para o novo escravo, o fugitivo, alcançava todos os níveis, o que incluía desde a sua força para atuar como guerreiro até a prova de fidelidade para trabalhar ao lado de sua liderança, Zumbi (ALBUQUERQUE, 1978). Uma das provas contundentes dessa organização aponta para o negro Bambuza que ao passar por todas as provas torna-se um dos homens de confiança de Zumbi e assim ganha confiança indica o seu amigo Tonga.

Seguindo os princípios para indicar outro membro do quilombo, Bambuza e Tonga tornam-se “escudeiros” de Zumbi (ALBUQUERQUE, 1978). Ainda conforme a autora, os dois fortalecem a parceria para proteção de seu líder e descobrem que o governador Dom Pedro Almeida se armava contra Palmares. Zumbi, Bambuza e Tonga combatem ao lado dos outros soldados e obtém a vitória

Outra forma de organização política do primeiro quilombo é exemplificada no momento em que Zumbi aceita o acordo de paz oferecido por João Lucas, líder dos fazendeiros, que se dizia a serviço da Coroa (ALBUQUERQUE, 1978). De acordo com a autora, o líder quilombo sabia tratar-se de traição. Armavam outra guerra para destruir. No entanto, Tonga demonstra lealdade a Zumbi e denuncia o ataque que estavam para sofrer, apesar desse ato lhe custar a própria vida.

O zelo exercido por Tonga em defesa de seu grupo, levou-o a morte por uma facada de um dos componentes do exército do inimigo que também se infiltrara no quilombo (ALBUQUERQUE, 1978). Para a autora, Bambuza, tem papel fundamental nessa luta por conseguir desarmar o adversário, o que possibilitou a Zumbi que ordenasse sua decapitação

Com a ajuda de Tonga, o quilombo de Zumbi vence outra vez e passa a viver no quilombo da Salvação, na encosta da serra Gigante (ALBUQUERQUE, 1978). A autora relata ainda que Zumbi contava com mensageiros em todas as localidades inimigas. Nesse aspecto, o quilombo dos Palmares tinha sua forma de infiltração, assim como Tonga, em Porto Calvo, tinha Zulu.

O ex escravo e morador do quilombo dos Palmares, Zulu, desmontou a traição de Jorge Velho que tinha firmado um compromisso com o rei de Portugal para destruir Zumbi e seu exército tornando-os escravos novamente (ALBUQUERQUE, 1978). Contudo, inúmeras foram as versões da morte de Zumbi. O que se elenca para destaque, são as que mais se adequam a realidade daquele tempo, o que pode ter ao menos em parte, fidedignidade na narrativa.

Ganga Zumba liderou o quilombo dos Palmares entre “1645 a 1678, durante 33 anos e Zumbi de 1678 a 1695, no total de 17 anos” conforme afirma Flávio (GOMES, 2005, p. 137-138; 161). Ainda conforme o autor, as lutas travadas por Zumbi eram diferentes do seu “principal rival”, Ganga Zumba. Contudo, o autor acrescenta que as batalhas foram mais complexas na liderança de Zumbi, o que se intensificou com a morte do líder do primeiro quilombo em 1695.

A morte de Zumbi possui várias versões e muitos teóricos narraram de diversas formas, no entanto, algumas versões foram mais unânimes entre elas, a primeira, narrada por Albuquerque (1978) onde destaca que o quilombo começa a ser fragilizado por muitos ataques, porém, Zumbi não permitiu que o inimigo lhe tire a vida. Ainda de acordo com a narrativa da autora, Zumbi resiste até o fim de suas forças e chega a uma decisão, jogar-se do precipício, o que foi seguido pelos seus principais líderes. E assim, em continuidade a narrativa da autora, Jorge Velho teria conseguido ver o sangue de seu líder e de seus dirigentes escorrendo pelo precipício.

Outra versão da morte de Zumbi dos Palmares, é que ele escapou do ataque em 1694 (SANTOS, 1985, p. 44-45), contudo, em 1695, foi entregue depois de muita tortura por um de seus companheiros que “fingindo um abraço deu uma facada em sua barriga” e mesmo ferido, com a ajuda de outros soldados, “ainda consegue eliminar alguns do exército inimigo”, no entanto, isso o levou a morte no mesmo ano, conforme aponta Joel Rufino dos Santos.

A versão antropológica da morte de Zumbi é apontada nos estudos de Orser e Funari (1994). Os autores narram que depois dos inimigos desbravarem o sul do país e destruírem a capital de Palmares, Macaco, também conhecido como serra da Barriga, respectivamente no ano de 1694 (e não 1695), executaram todos os seus líderes, incluindo Zumbi (ORSER & FUNARI, 1994). Ainda conforme os autores, escreveram muito sobre Palmares, mas não com evidências arqueológicas, o que só ocorreu a partir de 1990.

O impulso de liberdade continuou com os residentes dos quilombos e ninguém conseguiu deter o seu crescimento até os dias atuais o que leva a história dos quilombos estar ligada de forma definida ao histórico do Brasil. Flávio Gomes (2005) apresenta uma pequena cronologia dos fatos:

#### **Quadro 2 - Cronologia Quilombola**

1. 1570-1590	O número de engenhos pernambucanos passa de 23 para cerca de 70. Não há como ficar sem escravos.
--------------	--

2.	1575	Na Bahia, ocorre o primeiro embate contra o quilombo “de que se tem notícia no Brasil” (GOMES, 2005, p.163)
3.	1597	Pelo menos 40 escravos fugiram de um engenho em “Porto Calvo no sul de Pernambuco” (GOMES, F., 2005, p.48)
4.	1602	Primeiros escravos fugiram para a região Palmares
5.	1630	Invasão Holandesa- Surgimento de Palmares
6.	1637	Início do mandato de Maurício de Nassau
7.	1640	Portugal se liberta do domínio espanhol
8.	1678	Acordo de Paz entre o Governador Pedro de Almeida e Ganga Zumba
9.	1680	Morte de Ganga Zumba por envenenamento
10.	1694/1695	Morte de Zumbi
11.	1697	Palmares é destruído

**Fonte: Cynthia Maria Bindá Leite (2020).**

O Brasil Colônia é constituído basicamente por escravos e senhores. Inúmeros negros eram enviados de Guiné, da Angola e de Moçambique (MOURA, 1993: 13) com o objetivo de servir nas lavouras, fazendas ou outras atividades pesadas. Para Fiabani (2005), o tratamento desumano seguido por carga pesada de trabalho resultou nas fugas dos ex escravos para as matas ou quilombos. Tudo para garantir a sua própria sobrevivência.

Com a “destruição de Palmares, no século XVII” (FUNARI, 1995, p. 32-34), como consequência da morte de seu principal representante que teve sua “cabeça exposta”, muitos locais onde se localizavam os quilombos ainda permaneceram, porém de maneira enfraquecida e, ainda conforme o autor, a mensagem repassada era para não desrespeitar autoridades investidas de poder, caso contrário, pagava com a própria vida.

Ana Paula Carvalho (2003) e Flávio Gomes (2005) afirmam que o período Brasil república acentuou a desigualdade que já era latente referente as comunidades quilombolas, por não haver proposta de inclusão social dos remanescentes de quilombos que respeitasse todo histórico sociocultural e valorizasse a sua grande contribuição para a formação da nação brasileira.

Mesmo com a abolição da escravatura a luta dos remanescentes de quilombos continuou. Dessa vez, mesmo livres, não tinham para onde ir e muitos tiveram que voltar ao

seu antigo lar, o que consagrou a desigualdade social. Assim, a igualdade efetiva entre brancos e negros não foi conquistada com a libertação dos escravos. Existia a prerrogativa legal no papel, porém, era negada na prática.

## 2.2 O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL

Instituições regidas pelos detentores do poder, não procuram verificar *in loco* as reais necessidades das comunidades consideradas minoritárias, no entanto, implantam e implementam leis para esses cidadãos. Tal atitude é provocadora de tensões como as construções de barragens, aeroportos, dentre outros, em áreas quilombolas (ALMEIDA, 2011). Nesse aspecto, torna-se mais prático para os que possuem o poder de decisão, negar a existência dessas comunidades, o que provoca grande desnível social.

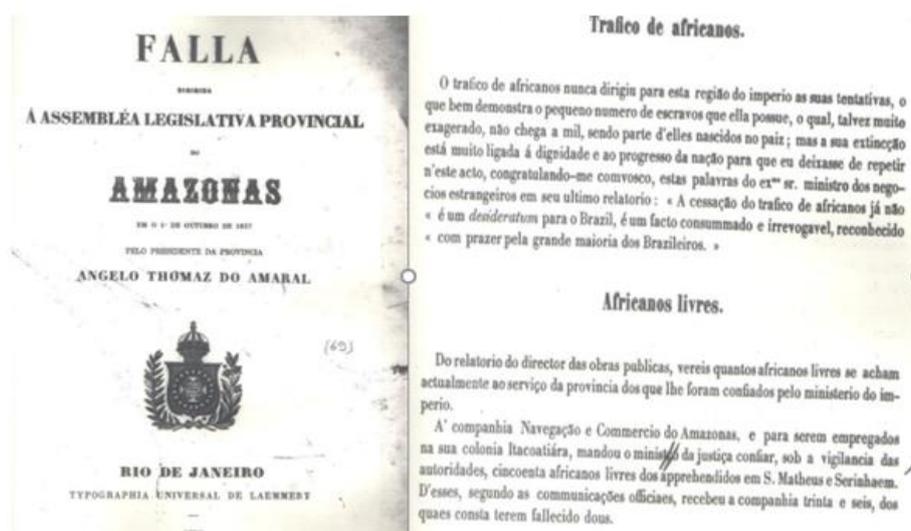
A razão de existência de um quilombo será sempre a desigualdade social, portanto, tais lutas e conflitos terão como produto, cidadãos a margem da sociedade (TOURAINÉ, 2003). Ainda conforme o autor, o quilombo contemporâneo luta pelos seus direitos legalmente constituídos e por aqueles ainda não enxergados legalmente ou mal interpretados conforme o interesse de quem detém o poder. Almeida (2011) afirma

As terras indígenas, as chamadas “terras de preto” ou das comunidades remanescentes de quilombos, as áreas tituladas e aquelas de posse aparecem aí alinhadas, uma após outra, num bloco compacto de reivindicações em que grupos sociais atingidos lutam para não serem removidos compulsoriamente (casos de barragens, campos de treinamento militar, ferrovias, rodovias, Base de Alcântara) ou para que não sejam forçosamente fixados (casos de garimpeiros face ao anteprojeto que institui o “regime de permissão de lavra mineral”, onde mudar de área explorada constitui crime). (ALMEIDA, 2011, p.16)

As comunidades de negros fugitivos, no passado e o quilombo contemporâneo, são detentores de histórias complexas como a ocupação das terras, territórios próprios, cultura material e imaterial. Para Gomes (2015, p.7) é nos quilombos onde reside a continuidade da história da escravidão que se caracteriza de outra forma, numa espécie de “pós emancipação”. A luta pela cidadania é uma prova viva de desigualdade social, uma espécie de nova escravidão.

A vista de tanta desigualdade social surge os grupos e movimentos sociais, cujo objetivo é a correção das injustiças sociais. O movimento negro, que teve uma determinação um tanto radical no início de sua atuação, pela necessidade de libertar os negros que estavam cativos como propriedade privada (TOURAINÉ,2003) é uma constatação de que os negros não aguentavam apáticos às atrocidades que sofriam e um exemplo claro de resistência em defesa de seus direitos enquanto cidadãos.

Nos quilombos contemporâneos, mesmo com enfoques diferentes, os quilombolas sofrem as mazelas do descaso daqueles que preferem manter-se na neutralidade ainda que saibam da existência de documentos que respaldam historicamente a existência dos quilombos. Os remanescentes de quilombo do lago de Serpa, Itacoatiara/Am, têm raízes nas primeiras famílias que vieram da África.



**Amazonas: Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas**  
**Fonte: Typ. Universal Laemmert, 1858, p. 41- 42.**

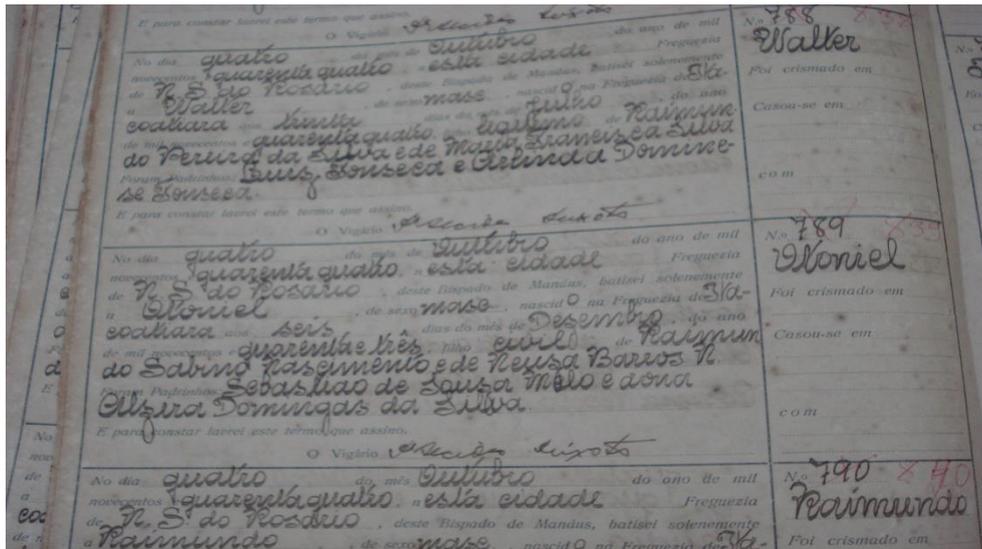
**Anexo 2:** Relação dos africanos que foram apreendidos no Palhabote de Serinhaém e depositados nos Arsenais da Marinha e da Guerra e no Colégio de Órfãos. AN- RJ, II-1, fl.327. Ofício da polícia de Pernambuco, datado de 19 de agosto de 1856.

N <sup>os</sup>	Nomes	Idades	Data de depósito	Onde depositados	Ocupações
1	André 1 <sup>o</sup>	22	25 de outubro de 1855	No arsenal da Marinha	Os africanos de n <sup>o</sup> 1 à 118 ocupam-se nos trabalhos próprios do arsenal da marinha e das diferentes oficinas do mesmo como

81	Roberto	22			
82	Rufino	20			
83	Simplicio 1 <sup>o</sup>	13			
84	Sabino 1 <sup>o</sup>	16			
85	Simião	14			
86	Sebastião 2 <sup>o</sup>	20			
87	Soledonio	18			
88	Trajano 1 <sup>o</sup>	17			
89	Trajano 2 <sup>o</sup>	18			
90	Tito	13			
91	Tomaz 1 <sup>o</sup>	21			
92	Virginio	13			
93	Veríssimo	14			

CYRA LUCIANA FERNANDES, Relação das famílias, chegadas na Vila de Serpa e logo a seguir as que povoaram o Lago de Serpa/Itacoatiara/Am -CIRA,1981

Conforme comprovado, em diversas instâncias inclusive federal, trata-se de comunidade remanescente de Quilombos. Reconhecido inclusive pela liderança religiosa, devido à autodeterminação, a comunidade Católica passou a ser a igreja pertencente aos remanescentes de quilombo, por ser considerado legalmente um grupo étnico.

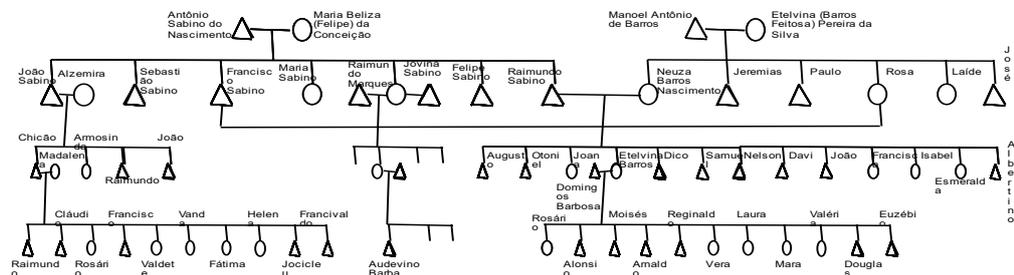


CYRA LUCIANA FERNANDES, Relação das famílias, chegadas na Vila de Serpa e logo a seguir as que povoaram o Lago de Serpa/Itacoatiara/Am -CIRA, 1981

A Associação Quilombola da Comunidade Quilombola do Lago de Serpa contribuiu para a união da igreja católica e os interesses religiosos do Quilombo. Em entrevista com alguns alunos, professores e membros da comunidade sobre a sua linhagem com as famílias que chegaram da África, Otoniel Sabino foi o primeiro a se auto identificar como remanescente de Quilombo pertencente às primeiras famílias da comunidade. No decorrer das entrevistas, observou-se as semelhanças com as famílias de origem.

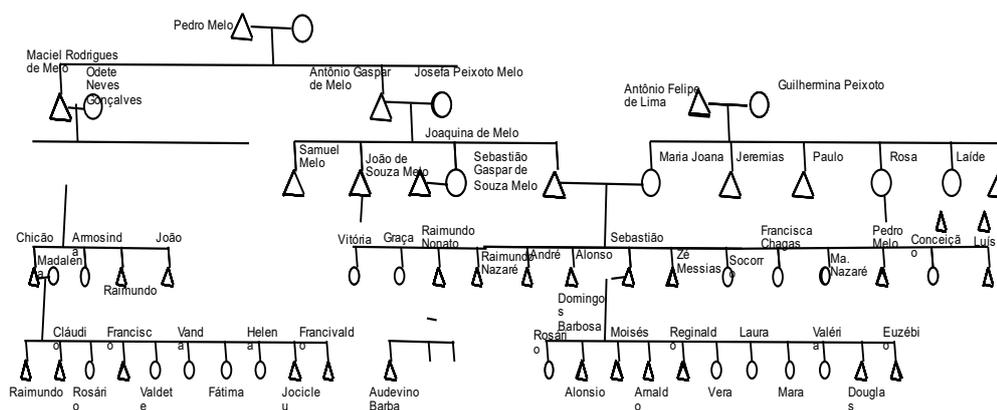
## Famílias

Família Sabino: Etelvina, Raimundo e Davi



# Famílias

## Família Melo: Joana Felipe de Lima (Maria Joana)



Fonte: (OLIVEIRA, 2021)

Minha Bisavó é da família Melo. Não adianta ver o nosso quilombo como outros quilombos. Ele é muito diferente. Ainda lembro de como minha avó falava. Minha mãe dizia que era coisa da África (Francisca, membra da comunidade, entrevista em 26/10/2021)

Matriz africana, não sei o que é, mas a tia Janete disse que é pertencente à família Lima, primeiros moradores. (Roberta, membra da comunidade, entrevista em 26/10/2021)

A minha casa é de todos, o que eu tenho é de propriedade dos amigos também. Pertengo a uma família que era do candomblé mais agora somos católicos. Gosto de tudo da igreja. Minha família é a do Sabino. Só não recordo o parentesco. Minha cabeça me trai. (Arminia, membra da comunidade, 101 anos, entrevista em 26/10/2021)

Oh minha filha, tínhamos a nossa caieira. Carvão não faltava. Dinheiro tinha pouco mais tinha. Menina, esse lugar é o lugar que enterrei meu umbigo. Como posso vender ou sair daqui. Ajuda a gente. (Genival,

membro da comunidade, entrevista em 26/10/2021)

O Quilombo traz a luta pelo território e preserva a coletividade. Por exemplo sou filha de Mariana, tataraneta de Benjamin, filho da Laura, da linhagem de Etelvina. (Maria, aluna maior, membra da comunidade, entrevista em 26/10/2021)

Nossa história vem lá da África. É ancestral. Tenho prova de que minha família é de Maria Joana. Muita luta e pouca atenção dos que governam. (Luís, professor, entrevista em 26/10/2021)

O homem europeu levou a metade da nossa cultura, ainda quer tirar nossa terra? Família Sabino por natureza. Por favor, vê se consegue ajudar a gente. (Juliana, professora, membra da comunidade, entrevista em 26/10/2021)

Todas as entrevistas preservam a identidade dos participantes, portanto, são fictícios os nomes dos entrevistados. Não há dúvida quanto a linhagem desse quilombo. Os membros da comunidade se auto identificam como remanescentes de quilombos e enquadram-se com as características do quilombo contemporâneo.

Os quilombos do Brasil, na Amazônia, especificamente no Estado do Amazonas, apresentam como ponto comum a resistência contra a opressão invisível por parte dos que elaboram e executam as leis. Mesmo com provas evidentes, os quilombos no Baixo Amazonas passam pelo crivo dos interesses latifundiários que lutam pela posse da terra. A definição apresentada por Nascimento (2002) sobre o quilombismo e sua organização comprova que o quilombo contemporâneo segue a estrutura do primeiro quilombo.

(...) o quilombismo se estruturava em formas associativistas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo (NASCIMENTO, 2002, p. 264).

O “quilombismo” representou uma das formas de organização associativa onde aconteciam os encontros dos escravos para tratar de assunto de interesse do grupo

(NASCIMENTO, 2002, p. 264), geralmente em esconderijos, nas matas, nas igrejas, ou em residência, afastada de circulação. Assim, tal associação” representou a reação contra as forças hierárquicas de poder exercidas de cima pra baixo existente no mundo inteiro desde a antiguidade.

Nascimento (2002) afirma que os escravos não possuíam locais próprios para reunião, precisavam de locais públicos. Nesse aspecto, tais encontros é parte do processo histórico da formação do Brasil. Para o autor, tal momento histórico é carregado de injustiças e opressão contra a população negra. Portanto, ao narrar sobre os quilombos na Amazônia a história do Brasil estará interligada como um elo que perde o sentido com o desvencilhamento.

A história do Brasil sem o primeiro quilombo traz incompletude em seu contexto. Nesse aspecto, o quilombo moderno ou contemporâneo traz a história do Brasil. Separar completamente o quilombo moderno do antigo e da história do Brasil pode acarretar descaracterização e consequentemente segregação.

Um outro fator em destaque no quilombo contemporâneo é o significado do quilombo na atualidade. Como destacado, a origem de tal quilombo está interligada com a história do Brasil colônia” (ARRUTI, 2008, p. 4) e sua principal características seria: “reunião de cinco escravos fugidos ocupando ranchos permanentes, porém, posteriormente, na legislação imperial, bastava três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos fixos.

O quilombo contemporâneo, no Brasil República, remete a resistência de um povo. Arruti (2008) acrescenta que o quilombo começa a ser visto não como um esconderijo de escravos, porém, como um movimento histórico, além da definição de um agrupamento de fugitivos. Para o autor, pelo menos três significações são atribuídas ao quilombo moderno que simbolizam a resistência em seus diversos níveis: cultural, político e movimentos sociais que são a demonstração da força dos movimentos negro.

O Artigo 68 ADCT/CF-1988 que concede as “comunidades remanescentes de quilombos” (ARRUTI, 2008, p. 12) o direito ao seu território não representa a sua atuação na prática. Nesse aspecto, mesmo após a aprovação do documento constitucional surgem as indagações sobre quem seria o sujeito possuidor de tal direito. Contudo, Almeida (2011) afirma que será necessário muito tempo para que todos os quilombolas sejam contemplados por tal lei.

Não é que o tempo passado engendre nestes textos discussões tomadas ao “realismo mágico”, revestidas da divinização da resolução de conflitos sociais; é que o presente, na acomodação da burocracia oficial que não titula as terras das comunidades quilombolas e se, porventura

o faz, procede a conta-gotas, sem dirimir os antagonismos, traz a incerteza da reprodução física e cultural. Constata-se que, passados 23 anos, foram titulados menos de 5% do total de hectares até o momento reivindicados pelas comunidades quilombolas. Mantido este ritmo tem-se que em um século após a promulgação da Constituição Federal e dois séculos após o ato que declara a Abolição, se terá titulado um total inferior a 20% das áreas reivindicadas. (ALMEIDA, 2011, p.13)

Depois de muitos embates que envolveu a representação agrária, o movimento negro e alguns teóricos que envidaram esforços para inclusão, na prática, dos direitos dessas comunidades de quilombos, na década de 80 surgem os estudos antropológicos sobre as origens das comunidades negras brasileiras.

Até a existência do Artigo 68 da Constituição Brasileira não havia preocupação sobre o direito ao uso comum das terras, haja vista, serem os residentes do local se auto reconhecendo e unindo-se em seus propósitos e interesses comum. Contudo, para Almeida (2011) a morosidade para regularização dos documentos de posses de terras, deixa muitos cidadãos aquém de seus direitos e a margem da sociedade.

Intencionalmente, o termo “terra de uso comum” (ARRUTI, 2008, p. 15) ganha destaque entre defensores do capitalismo e gera diversas interpretações, sobre o que significaria o texto e o contexto do artigo 68 da Constituição Brasileira.

Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos. Garantindo também os direitos culturais, definindo como responsabilidade do Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes (BRASIL, 1988)

Enquanto debatiam sobre quais seriam os verdadeiros possuidores do Direito Constitucional, outra questão norteava os teóricos, a verdadeira identidade dos autodeclarados remanescentes de quilombos. Havia um movimento capitalista silencioso, que lutava na surdina para que os possuidores das terras não legalizassem seus territórios.

Verifica-se uma prática oficiosa de repescar-se em um modus-operandi retrógrado de recusa da titulação definitiva das terras das comunidades quilombolas, uma prática de dominação intimamente ligada à ideologia da concentração fundiária como sinônimo de progresso numa economia agrário-exportadora, apoiada na monocultura, no trabalho escravo e na concentração

fundiária -, procedimento que remete à sociedade colonial, cujos princípios são vividos inconscientemente pelos aplicadores do direito como de um império imorredouro. (ALMEIDA, 2011, p.13)

[...] tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto, domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos (ARRUTI, 2008, p. 15).

Entra no cenário a representação fundiária que não pode deixar de ser acompanhada e arguida pelo movimento social dos negros. Nesse aspecto, o significado dessas terras ganha repercussão nacional. Para melhor definição sobre tal questão e os sujeitos de direitos, foi estabelecido o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que determina algumas etapas para a titularização das terras, em obediência ao que preconiza Constituição de 1988.

As comunidades das diversas etnias dentre elas, índios e negros aparecerão no final do século XIX, conforme informa Ana Beatriz (GOMES, 2011), portanto, o quilombo consistirá nas práticas de resistência e dos modos de vida em prol de seu lugar no espaço territorial.

O grande entrave do século XX foi justamente a definição de quais seriam os donos legítimos das terras. Contudo, antes de 1988 algumas famílias de remanescentes de quilombos já estavam lutando em todo Brasil para reconhecimento de suas terras pelo fato de muitos empresários e grandes fazendeiros intitulem-se donos dos territórios. Esse foi o caso da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara/AM.

### **2.2.1 Quilombos na Amazônia contemporânea**

Os quilombos na Amazônia ficaram segregados por um longo período em decorrência do cenário capitalista existente. Após a homologação do art. 68 da Constituição de 1988, onde respaldou legalmente as comunidades quilombolas, posteriormente com o Decreto Federal nº. 3.912/2001 revogado pelo Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003 que definiu os detentores do direito territorial, a vida das comunidades quilombolas na Amazônia passou por profundas modificações.

Art. 1º Compete à Fundação Cultural Palmares - FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

§ Único. Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e

II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

Art. 2º O processo administrativo para a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário de suas terras será iniciado por requerimento da parte interessada.

§ 1º O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da Fundação Cultural Palmares - FCP, que determinará a abertura do processo administrativo respectivo.

§ 2º Com prévia autorização do Ministro de Estado da Cultura, a Fundação Cultural Palmares - FCP poderá de ofício iniciar o processo administrativo.

**(DECRETO Nº 3.912 DE 10 DE SETEMBRO DE 2001 disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3912.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.html) 2017)**

#### DECRETO Nº 4.887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Artigo 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

**(DECRETO Nº 4.887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.html) 2017)**

Conforme exposto nos dois Decretos, há uma dinamicidade de ações que envolve os parâmetros para definição do seu verdadeiro significado, principalmente pelas inúmeras representações em campo de disputa territorial, como no caso da Amazônia. Para Almeida (1996) mesmo em face da publicação do Decreto, alguns legisladores ainda insistem na

caracterização dos quilombolas como restos arqueológicos ou dos remanescentes de Zumbi. E isso é fator histórico.

Com o ressurgimento no século XX do novo quilombo no Brasil (ARRUTI, 1997; ALMEIDA, 1989), destaca-se os fatores coletividade, organização e luta em prol dos seus direitos, ligados a identidade desses grupos (ACEVEDO, 2005). Nesse aspecto, os verdadeiros remanescentes de quilombos seriam os que se autodeclaram com as prerrogativas legais para tal ação.

Na Amazônia, por sua localização geográfica e fatores que lhe são peculiares, o entrave para regularização desses territórios representa maior complexidade (ARRUTI, CARVALHO & MAROUN). Na região Amazônica, a regularização dos territórios exige alguns trâmites burocráticos e devido a tal localização, as informações nem sempre ocorrem em tempo real.

A outra questão para regularização dos territórios na Amazônia é a forma como as autoridades competentes compreendem o significado do quilombo na contemporaneidade e um remanescente deste. Para autodeclaração levou-se em conta o verdadeiro significado de um quilombo. Para Moura (1993, p.121), o termo quilombo tem origem no termo “quilombo sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), constituído por pessoas de vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades”. Nesse aspecto, um quilombo pode ser formado por diversidades étnicas.

Para Salles (2003), o quilombo será definido como grupos de ex escravos negros fugitivos. Tal definição poderá incorrer no equívoco do pejorativismo e no reforço ao preconceito. Para Almeida (2002), o Conselho Ultramarino de 1740, definiu quilombo dentre outras informações como grupos isolados e isso ficou estabelecido na visão de alguns teóricos e de muitos livros de história alicerçados por tais conceitos.

As formas de concepção do significado de um quilombo historicamente são criticadas por diversos teóricos. Almeida (1999, p. 15) acrescenta ainda que o Conselho Ultramarino estabeleceu a definição de quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada... que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. O autor argumenta que tal visão está ultrapassada para os dias atuais e a tendência é um olhar não fidedigno às reais dificuldades do quilombo da atualidade, principalmente em território Amazônica.

Sobre a visão conceitual do Conselho Ultramarino, Almeida (1999) argumenta ainda que não traduz a verdadeira representação de um quilombo contemporâneo pela desvalorização de sua constituição em todas as suas características. Conceber tal conceito é enveredar pelo véu da estaticidade e defender o estudo de indivíduos que pararam no tempo e/ou estão

*congelados*<sup>60</sup>.e Tal desvalorização não traduz fidedignidade aos cidadãos que construíram e reconstruíram sua história. O autor enfatiza ainda a importância dos estudos etnográficos que visem uma interpretação crítica e dinâmica do quilombo da atualidade.

(...) se pode reinterpretar criticamente o conceito e asseverar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do "bom senhor", tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento" (ALMEIDA, 1999, p.14-15)

Com a proposta de ressemantizar o termo quilombo, Almeida (2002, p.37;15) aconselha o rompimento com a “concepção arqueológica” por meio da análise da forma como se constituem as “comunidades negras...” e não desprezar as formas de “aquilombamento” e das inúmeras situações atípicas existentes na Amazônia.

O termo quilombo passou a adquirir interpretações com bases ideológicas, políticas e capitalistas que envolvia a origem histórica de um quilombo (O'DWYER, 2002). A autora acrescenta ainda, a conotação de isolamento, rebeldia, povo homogêneo, ligados a escravidão e territórios ocupados centenariamente. Esse impasse de interpretação levou a exclusão social no decorrer da história.

Os novos embates quanto a significação e ressignificação do quilombo na atualidade perpassam pela heterogeneidade de situações. O ponto comum entre comunidades consideradas minoritárias, o que envolve todos os quilombos do Brasil e do mundo, antigo ou contemporâneo, é a luta pela conquista de seus direitos e a forma de sobrevivência, porém, em cada localidade há uma realidade diferenciada. Acevedo (2006) ao analisar o espaço territorial da região de Campos, no Pará, acrescenta que tanto negros como índios utilizaram a roça como estratégia de sobrevivência.

Para Acevedo & Nogueira (2007) as formas de acesso à terra acontecem desde as práticas mais comuns de ocupação que perpassa inclusive por herança às terras recebidas por pagamentos de serviços. O estado comanda as diversas formas de distribuição e ocupação dos territórios na Amazônia. Tal comando está atrelado as políticas públicas para todos os fins

---

<sup>60</sup> Congelados significa, num êxtase de pensamento, a revolta pelo desprezo demonstrado ao cidadão quilombola.

existentes na região. Para Alonso (2006), a questão étnica é caracterizada por ações pontuais que estão subordinadas às políticas governamentais.

Na Amazônia, o processo de ocupação do território quilombola são originados de diversas formas (ACEVEDO & NOGUEIRA, 2007). Ainda segundo os autores, muitos escravos que fugiam das fazendas, concentraram-se no estado do Maranhão, sendo essa característica forte dos moradores do quilombo maranhense.

Para Alonso (2006) o território pertencente aos escravos é legítimo e consta como resultado da falência das grandes fazendas, surgindo no cenário os escravos autônomos, que eram responsáveis pela propriedade na ausência do dono e por meio das doações de terra por serviços de guerra prestados para os donos das terras e os seus herdeiros.

Para Ilka Boaventura (LEITE, 2007), no Pará, em Oriximiná, como no Maranhão, muitos quilombos são resultado das fugas das fazendas. Em Óbidos e Santarém houve desrespeito total aos que já viviam nas terras. Conforme afirma autora, as grandes indústrias ocuparam os territórios quilombolas. Os movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos da raça negra, assim como a ABA e muitos teóricos de renome discutiam o direito ao território quilombola, o que resultou na arguição ao Ministério Público do Estado do Amazonas para analisar e se posicionar diante de tal situação.

Em 1994, os pesquisadores por meio do GT- Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, tornaram sem efeito a tendência de vincular a definição de quilombo a “questão arqueológica e biológica” (LEITE, 2002, p.10), de resíduos, ou ocupação temporal. A exigência fundamental seria a autodeclaração como remanescentes de escravos.

Os apelos dos movimentos sociais, a luta das comunidades negras e a conscientização por meio de teóricos como Almeida (1999), Acevedo e Nogueira (2007), Arruti (2008), Leite (2000), dentre outros, resultou na extinção da ideia de povo isolado e inaugurou-se um conceito historicamente mais abrangente que diferenciou o remanescente de quilombo na contemporaneidade com a visão antiga daqueles que fugiam apenas em busca de terra e refúgio.

Para Leite (2000) destacar o real significado do quilombo a partir da Constituição de 1988, seus laços de parentesco e pertencimento convergir para sua autodeclaração, que deverá levar em conta todos os aspectos socioculturais e privilegiar as memórias de um histórico de formação.

Na atualidade, muitos fatores deveriam ser levados em conta como a forma de constituição do quilombo, forma de organização, relacionamento e a dinamicidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do significado de um quilombo sem desprezar sua real importância no passado. Nesse aspecto, a presença

histórica dos grupos negros ganha maior visibilidade das instâncias governamentais como a Fundação Cultural Palmares que teve um significado ímpar nas questões territoriais da luta quilombola. Valorizar as lutas sociais, representa um dos importantes caminhos para a compreensão do real significado do quilombo moderno na Amazônia.

### 2.2.2 O Quilombo no Estado do Amazonas

A história sobre a existência de quilombos no Amazonas ficou apagada por longa décadas. Contudo, o estado em questão, conta-se com 8 comunidades quilombolas localizadas nos municípios de Barreirinha (Santa Teresa do Matupiri, São Pedro, Trindade, Itaquara e Boa fé); Novo Airão (Quilombo do Tambor); Manaus (Barranco de São Benedito da praça 14 de Janeiro); Itacoatiara (Lago Serpa, Quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus) conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 3 - Comunidades reconhecidas como descendentes de escravos no Amazonas**

MANAUS	BARREIRINHA	NOVO AIRÃO	ITACOATIARA
BARRANCO	SANTA TEREZA DO MATUPIRI	TAMBOR	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS-LAGO DE SERPA
	SÃO PEDRO		
	TRINDADE		
	ITAQUARA		
	BOA FÉ		

Fonte: Cynthia Maria Bindá Leite (2020).

O “Quilombo do Tambor”, Novo Airão/Am, foi a comunidade que inaugurou o reconhecimento legal no Amazonas (PONTES & PONTES, 2016), porém, não aconteceu o mesmo com suas terras que aguardam o laudo do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), devido a sua localização no Parque Nacional do Jaú, área de preservação natural que não pode ser ocupada por humanos, contudo a comunidade vive no local e preserva o patrimônio ambiental. A Advocacia Geral da União (AGU) está em análise desse caso desde o início do pleito.

No município de Barreirinha, localizam-se as comunidades quilombolas, reconhecidas pela portaria Nº 176, Diário Oficial da União no dia 25 de outubro de 2013.pela Fundação Palmares, onde vivem cerca de 2790 famílias residentes na comunidade distribuídas em 558 residências (OLIVEIRA, 2007). Dessas famílias, apenas 95 se autodeclararam remanescentes de quilombos

A fuga de um escravo na região Amazônica, especificamente no Amazonas, não significava que em todos os momentos ele iria diretamente para o refúgio dos quilombos, algumas vezes ficava em companhia dos indígenas ou circulava em outros espaços (FURNES, 1995) conforme aconteceu na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara, município pertencente ao Estado do Amazonas, onde está localizado o quilombo com o mesmo nome, com 2.525.814 hectares de terra. Tal comunidade recebeu o título de remanescente de quilombo no dia 9 de dezembro de 2014, o antigo quilombo.

A luta das comunidades quilombolas, no Estado do Amazonas reflete o quadro de exclusão social das comunidades negras do Brasil. Para Hall (1996, p. 70) cada comunidade apresenta sua própria identidade o que definirá “suas crenças, ritos, modos de vida” e será o fator fundamental para sua inclusão social. Foucault (2000) acrescenta ainda que ancorará a complexidade da questão por entrar em pauta a relação de poder existente em uma sociedade.

Durante o período colonial, sob a égide da plantation<sup>61</sup> era fundamental a força de trabalho dos escravos. Salles (2003, p. 37), afirma que diferente das outras localidades da colônia, onde a plantation era desenvolvida com maior fluidez, na Amazônia, a “extração de drogas do sertão e alguns produtos naturais”, ganhava espaço na economia. Ainda conforme o autor, o Baixo Amazonas, cresce por meio dos serviços dos escravos, na plantação do cacau e nos rebanhos de gado.

As inúmeras autodefinições nos tempos modernos sobre o termo quilombo, são classificadas por Marshall Sahlins (1987, p.506) como “autoconsciência cultural (...) todos descobrem ter uma cultura”. Corroborando com a idéia, Turner (1990) distingue essa tal consciência como “a tentativa do povo de controlar suas relações com a sociedade dominante, incluindo o controle sobre os meios técnicos e políticos até aqui usados para torná-las vítimas. Para o autor, os movimentos sociais são fundamentais para o discernimento de seus objetivos na prática.

Para Alfredo Wagner Almeida (1996), o conceito de quilombo, não deve estar ligado unicamente às análises arqueológicas, haja vista, às características de um quilombo que se auto evidenciam, o que acontece na Amazônia, onde existem inúmeras definições para um quilombo, desde povos e comunidades tradicionais, povos da floresta, povos tradicionais, comunidades de preto...Todos eles referem-se aos quilombolas, comunidades indígenas, dentre outras.

---

<sup>61</sup>O sistema plantation no período Brasil Colônia, tinha a função de produzir os produtos tropicais para o mercado externo, sendo necessária a força escrava.

Dentro do Estado do Amazonas, apesar das comunidades quilombolas lutarem com muitos objetivos comuns, a questão “famílias” envolverá todos os laços de pertencimentos, sejam eles socioculturais, emocionais e/ou de forma diferenciada. Acevedo & Nogueira (2007), apontam a necessidade da valorização das diversas características socioculturais de cada comunidade como as formas de organização e conquista de territórios.

O quilombo dos Palmares empresta para todas as comunidades quilombolas do Brasil e do mundo, seu histórico de resistência e luta. Tal referencial, torna o Estado em questão, diferenciado em suas comunidades quilombolas (ALMEIDA, 2002) por possuir apenas 8 comunidades de remanescentes de quilombos em 3 municípios e um histórico de luta diferenciado em cada localidade.

A presença do negro na Amazônia foi desprezada por longas décadas (SAMPAIO, 2011). A autora identifica dois momentos da história negra na Amazônia, o primeiro é a proporção numérica de valor insignificante, o que gerou um desprezo quanto a presença do negro na região, inclusive no Amazonas (SAMPAIO, 1997). Ainda segundo a autora, o segundo momento trata-se da luta contra a pseudo falta de conhecimento da presença do negro no Amazonas. Corroborar com essa opinião Acevedo (1985); Gomes, (1997); Chamboleiro (2006) dentre outros.

Alguns teóricos contribuíram para divulgação da presença do negro no Amazonas, dentre eles, Alfredo Wagner (ALMEIDA, 1999), Sampaio (1997, 2011, 2012), foram ícones diferenciais para o reconhecimento dos remanescentes de quilombos no Amazonas. Destaca-se ainda na cidade de Manaus, no século XIX, Farias Júnior (2003) que acrescentou muito nesse sentido, com seus estudos sobre o rio dos pretos, Novo Airão e o quilombo do Tambor.

No bojo de inúmeras denominações estão os desafios desses remanescentes de quilombos do Amazonas, principalmente contra o poder capitalista que deixa em último plano os direitos legalmente constituídos como território, utilização do recurso natural que são fontes de sobrevivência, preservação da cultura, saúde e educação.

### 2.3 O QUILOMBO DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

O quilombo do lago de Serpa está localizado no município de Itacoatiara, na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, no Estado do Amazonas. Situa-se a 258 km de Manaus/AM, onde residem 141 famílias de remanescente de quilombos, que ainda lutam pelo

respeito e cumprimento de todos os seus direitos fundamentais adquiridos legalmente e os que ainda vislumbram a conquista.

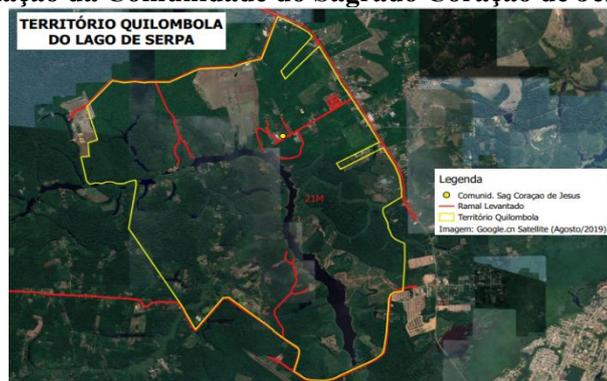
**Figura 1 - Lago de Serpa, Itacoatiara/Am**



Fonte: acervo pessoal da autora

O quilombo do Lago de Serpa já foi designado por diversos topônimos como Lago dos Pretos e Pretos Carvoeiros (FARIAS JUNIOR, 2003; 2007 e 2011). Esses topônimos constituem mais do que nomes diversos mais uma questão social. Com um extenso histórico de luta por reconhecimento de seus direitos fundamentais, no dia 9 de dezembro de 2014, por meio da FCP, ligada ao Ministério da Cultura, depois de penosa luta, foi concedido, aos que se autodeclararam, o título de remanescente de quilombos, conforme aponta Claudemilson Nonato Santos (OLIVEIRA,2007). Ainda segundo o autor, na ocasião, a comunidade era formada por pouco mais de 500 habitantes e nem todos se autodeclararam como remanescentes de quilombos.

**Figura 2 - Localização da Comunidade do Sagrado Coração de Jesus, Itacoatiara/Am**



Fonte: GOOGLE (2019).

Os momentos de tensão e conflitos vividos pelos remanescentes de quilombos da comunidade Sagrado Coração de Jesus, resultaram em algumas conquistas. Contudo, os motivos que obrigam as comunidades prosseguirem lutando são os desmandes do capitalismo. Tal

corrida pelo poder (FOUCAULT, 2000) deu margem a todo tipo de desrespeito aos direitos adquiridos legalmente.

Um exemplo contemporâneo da corrida pelo poder e desrespeito ao cidadão quilombola, foi o ocorrido com os moradores da comunidade sagrado coração de Jesus do Lago de Serpa, Itacoatiara/AM, quando alguns empreiteiros lotearam os terrenos da comunidade (OLIVEIRA, 2007) como se não existissem moradores e anunciavam a venda de tais locais por meio dos veículos de comunicação.

O motivo apresentado pelos empresários para a venda das terras era a ausência de documento legal que respaldasse os moradores da comunidade quilombola, o que resultou na destruição da vegetação ao redor do lago e prejuízo às nascentes dos rios com os aterramentos que beneficiavam as construções em prol dos fazendeiros que se auto constituíram donos das terras quilombolas.

No início dos acontecimentos, a comunidade quilombola não apresentou denúncia por desconhecer às leis que as amparava, o que causou inúmeros prejuízos para as famílias. A seguir, depois que muitos infortúnios já tinham acontecido, o estado resolveu fazer intervenção. Contudo, não por iniciativa dele próprio, mas por intermédio do historiador e geógrafo que na ocasião dos fatos, fazia sua pesquisa de Doutorado.

Ao ver a situação em que se encontrava a comunidade quilombola frente a ação empresarial, o doutorando não se conteve e reuniu representatividades da comunidade para acionar o poder público. Claudemilson Nonato Santos de Oliveira (2007) destaca ainda que uma de suas motivações para a luta constante a favor da comunidade, foi a tentativa de preservação da natureza que auxilia os próprios moradores como a água que é utilizada por toda comunidade. Contudo, mesmo com a intervenção, o lago foi duramente atingido com o início do loteamento.

Outra questão marcante nas discussões em prol da comunidade, destacado pela associação quilombola do Lago de Serpa, em jornal de grande circulação<sup>62</sup>, foi o mau relacionamento entre o representante da comunidade e a prefeitura de Itacoatiara, no ano de 2010, ocasião dos fatos. Tal ausência de relacionamento amistoso, prejudicou o quilombo que foi impedido de ser beneficiado por meio de ação social que abrangia desde atendimentos médico e odontológico a emissão de documentos básicos de identificação.

Os pretensos invasores das terras convenciam os moradores de algumas irregularidades, causando-lhes medo de confrontar-se com as autoridades, o que os levavam a negociar suas

---

<sup>62</sup> Jornal Acrítica em 23/03/2015 e blog do Pávulo em 02/07/2015, confirmado por meio de entrevista

terras rapidamente. De acordo com depoimentos de jornais e blogs<sup>63</sup>, muitos moradores queriam vender rápido suas terras pois temiam uma desapropriação por não possuírem a documentação exigida pelo Incra. De acordo com depoimentos fornecidos inclusive pelos donos dos terrenos, aos principais jornais, os donos das terras, recebiam ameaças até dos que moravam em comunidade não quilombola que já estavam unidos aos empresários.

Mesmo em face de todo esse contexto de luta pela terra, a Coordenadora Nacional, representante da Moradia Popular<sup>64</sup>, elogiou o apoio recebido dos três poderes para as conquistas almejadas pela comunidade e relatou a importância de morar com qualidade e que sem o apoio do poder público torna-se difícil a missão. Contudo, pelo ocorrido com os quilombolas e os empresários, tal visão pode significar olhares diferenciados sobre determinado objeto.

Outra ocorrência, dessa vez na área da saúde, onde apontou para o descaso do poder público em relação ao quilombo de Serpa, considerando que o município de Itacoatiara está distante a apenas 176 quilômetros de Manaus, foi o fato de não constar nos relatórios da SUSAM e dos órgãos locais de saúde-SEMSA, o registro de covid 19 no quilombo do Lago de Serpa. Contudo, constatou-se por meio de uma visita in loco realizada pela Seduc/Am, no mês de julho/2020, em conversa com o presidente da Associação Quilombola da Comunidade, 9 (nove) casos de contaminação e 1 (uma) morte.

**Figura 3 - Estrada de acesso ao Quilombo da Comunidade: Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa/Itacoatiara-Am**



**Fonte: acervo pessoal da autora**

A indagação aos órgãos de saúde, tanto local como nacionais é o porquê da ausência de informações, haja vista, o município ser tão próximo a cidade de Manaus? Em pleno período de pandemia nada justifica a ausência de um acompanhamento eficaz e a exclusão do registro

---

<sup>63</sup> Jornal Acrítica em 23/03/2015 e blog do Pávulo em 02/07/2015, confirmado por visita realizada a comunidade no dia 03/08/2015.

<sup>64</sup> Milena Kokama

oficial da morte no quilombo. Tal ocorrência, pode ser classificada conforme aponta Almeida (2018), como racismo estrutural, o que resulta em desigualdade social entre sujeitos negros e brancos.

Para Almeida (2018) a inclusão dos quilombos nos documentos emitidos pelos órgãos de controle da Saúde, constitui uma ação para que o movimento negro possa amenizar sua reivindicação. Estudos sobre a desigualdade social com relação aos negros, não existem por acaso, mas com a intenção de consagrar a inferioridade lhes imposta e está longe de demonstrar as lutas sofridas pela classe, é o que afirma Silvio Luiz de Almeida (2018).

Racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2018, p. 25)

A ausência do fator reflexão nos estudos sobre questão racismo deve-se ao fato de uma ligação extrema com o imaginário de nação brasileira. Nesse aspecto, não evidenciam os efeitos destruidores que geram a desigualdade e exclusão social em todas as áreas da sociedade (ALMEIDA, 2018). Contudo, 75% dos que estão na área da mais extrema pobreza, representados pelos índios, pretos ou pardos e que possuem salários inferiores aos brancos, passam despercebidos (IBGE, 2013), o que remete a exclusão social dessas classes consideradas minoritárias, historicamente.

O movimento negro e inúmeros teóricos dedicados ao tema do racismo, demonstram as desigualdades sociais existentes em relação a tal população em todos os níveis. Nesse aspecto, essas desigualdades comprometem a visão de um país onde reine a democracia de fato e que contemple a igualdade de oportunidades em todos os níveis.

#### 2.4 ORIGENS DO QUILOMBO COMO ÍCONE FUNDAMENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO

A Vila de Serpa dá origem a cidade de Itacoatiara, conforme aponta Claudemilson Nonato Santos (OLIVEIRA, 2007), o que torna fundamental e imprescindível que o Currículo escolar esteja aliado ao projeto Pedagógico da escola quilombola, a qual estudam os alunos itacoatiarenses, contemple tal histórico. Macêdo (2008) corrobora com o autor ao afirmar que o Projeto Pedagógico precisa estar ligado à realidade da comunidade escolar.

Em alguns currículos de escolas quilombolas, de forma geral, ainda existe uma lacuna na questão histórica e cultural dos estudantes (CUNHA, 1999) e isso deve-se a inúmeros fatores quanto ao real significado de um quilombo na contemporaneidade (ALMEIDA, 2002) e suas ligações com o quilombo antigo. Isso refletirá nos avanços e/ou retrocessos na educação do aluno quilombola no Brasil e no mundo. O quilombo contemporâneo reunirá características em comum com o quilombo antigo dentre elas, as lutas.

O território quilombola sempre representou o ponto de conflitos (ACEVEDO, 2004) de todas as comunidades de remanescentes de quilombos. Como consequência, se não há território próprio para moradia, fica mais complexo o pleito para construção de escolas assim como posto de saúde e/ou outras benfeitorias. Nesse aspecto, poucas comunidades possuem escolas quilombolas (ARRUTI, 1997), o que leva muitos estudantes a evasão e abandono escolar. Esse é um dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas que trará reflexos negativos na vida sociocultural do indivíduo.

Por considerar as dimensões educacionais de cada região, na Amazônia, seus aspectos sociais, políticos e culturais significativos e as particularidades como localização comparado as demais regiões, tanto no que diz respeito à localização, quanto às condições socioeconômicas, tudo se torna mais complexo. Na questão educação quilombola, pode-se afirmar que se contempla conquistas na área, como a homologação da Resolução CNE 08/2012 (BRASIL, 2012) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A organização do ensino quilombola representa outro grande desafio que é o cumprimento do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola sem excluir a história do Quilombo e a valorização de um passado que apesar de muito sofrimento, representou apogeu para o Brasil (MACÊDO, 2015). Nesse aspecto, não só a história contemporânea do quilombo será essencial, porém as conquistas do passado como resultado das lutas nos primeiros quilombos. Ainda segundo o autor, as leis que regem a educação brasileira não conseguem suprir tamanha complexidade.

A luta do quilombo na contemporaneidade ocorreu de forma similar nos períodos pré e pós abolição, tempo em que foi cerceado ao negro o direito de frequentar escolas públicas, de aprender, da sua real integração e participação na comunidade conforme afirma Ana Paula (CARVALHO, 2003). Assim como o quilombo antigo estará de forma indireta ligado ao contemporâneo, a escolarização do negro em geral estará interligada a história do seu espaço territorial, estado, cidade e comunidade e são pontos fundamentais no currículo escolar, o que não deve estar ausente de seu projeto pedagógico.

A exigência fundamental para o cumprimento e a execução do currículo quilombola é o respeito à especificidade étnica e cultural de cada comunidade (ARRUTI, 2017), o que perpassa pela formação de seu quadro docente, materiais didáticos dentre outros e isso deverá convergir no Projeto Pedagógico da escola, conforme afirma Thomaz Tadeu (SILVA, 2006), o que poderá ser construído conforme as dificuldades e desafios da Comunidade como um todo.

As lutas e desafios são enfrentadas pelos quilombos no Brasil inteiro, dentre eles está o quilombo da comunidade Sagrado coração de Jesus, Lago de Serpa que conforme levantamentos bibliográficos, tal comunidade tem início no século XIX, no ano de 1855 como consta nos apontamentos de Claudemilson Nonato Santos (OLIVEIRA, 2007) e compõe o histórico da cidade de Itacoatiara.

Dentre as inúmeras lutas dos moradores do quilombo de Serpa estava o anseio de uma escola na própria comunidade. Assim, após inúmeras reuniões com Ministério Público, petições junto ao MEC (OLIVEIRA, 2007) que contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, inaugurou-se a Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, dentro da comunidade quilombola, conforme orienta a Lei.

O Projeto Pedagógico de uma escola, principalmente àquelas em território quilombola, deverá estar ligado ao histórico e seu espaço territorial. Assim como as raízes e motivações do Quilombo antigo farão parte do quilombo contemporâneo, de forma direta ou indireta, a história do município, vila e lugarejo onde está situado cada quilombo deverá ser parte integrante do Projeto Pedagógico da escola quilombola.

#### **2.4.1 Da Vila de Serpa a cidade de Itacoatiara**

Para a introdução da história de Itacoatiara, torna-se fundamental o destaque da história da Vila de Serpa que teve sua origem no século XIX. Nesse período, as cidades interioranas do Amazonas, eram verdadeiros polos de atração de diversos tipos de pessoas vindas de diferentes locais do mundo.

A disputa diplomática entre o Brasil e os EUA (LUZ, 1968) na abertura do Rio Amazonas para a exploração do extrativismo atrai todo tipo de interesse para a região. Nesse aspecto, “ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, árabes, italianos, franceses... migrantes de outras regiões do País se deslocavam para a Amazônia” (OLIVEIRA, 2007, p. 35). Diante de tal complexidade, houve necessidade de adequação à essa nova realidade.

A imigração no Amazonas cresceu a tal ponto que exigiu nova política que reorganizasse esse fenômeno. Para Oliveira (2007), tal crescimento culminou na formação de

alguns povoamentos e a abertura de grandes indústrias agrícolas em diversas cidades do estado, como é o caso de Itacoatiara.

Manaus possuía um diferencial em comparação às outras capitânias, sua localização geográfica. Nesse aspecto, a partir de 1833, Serpa é encaminhada ao cenário da disputa comercial (OLIVEIRA, 2007). Contudo, ainda conforme o autor, por equívoco justificado, seu nome não constou no documento oficial da capitania, o que levou o Dr. José Joaquim Machado de Oliveira, encaminhar a seguinte retificação:

Como por esquecimento não se mencionasse a Villa de Serpa na divisão judiciária, que há pouco procedeu-se em consequência do Código do Processo; tem o Governo em Conselho, em sessão extraordinária de 8 deste mês, resolvido que, perdendo ela o predicamento de Villa, e sendo considerada como Freguesia, com a mesma denominação que tem, fique compreendida no Termo dessa Villa de Manáos, visto ser o que lhe fica mais próximo: o que participo a V. M. e para sua inteligência, e ter a devida execução. Deus guarde a V. M. Palácio do Governo do Pará, 12 de outubro de 1833. José Joaquim Machado d'Oliveira P. Snrs, Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Villa de Manáos (REIS, A. C. F.,1999, p. 65).

A questão política administrativa ocasionou a lentidão, no entanto, estimulou a vinda de alguns moradores atraídos pela localização geográfica e a natureza ímpar. Não havia ainda a definição de urbano ou rural no espaço geográfico da freguesia (OLIVEIRA, 2007). A facilidade locacional e o porto reforçaram a tendência do comércio fluvial. Ainda segundo o autor, pelo custo alto da moradia “a população de menos recursos ocupava os caminhos e estradas, ou seja, morava na periferia” (OLIVEIRA, 2007, p.36) e conseqüentemente ocorre o divisor de status social. A Vila de Serpa, continua em pleno progresso populacional:

**Figura 4 - Evolução Populacional**

<b>ANO</b>	<b>1774</b>	<b>1840</b>	<b>1856</b>	<b>1859</b>	<b>1868</b>	<b>1873</b>
<b>FREGUESIA/VILA DE SERPA</b>	366	1.017	2.587	1.120	4.627	2.650

Fonte: Silva, 1997

A evolução dinâmica de Serpa está representada no quadro acima. Para Oliveira (2007) a primeira fase remete a “fundação do aldeamento missionário no Madeira” (p.38). A segunda, “com a transferência para o Amazonas a partir de 1759, por meio da ação mercantil monopolista

da Companhia do Grão-Pará e Maranhão” (OLIVEIRA, 2007, p.38), cujo objetivo era introduzir a agricultura por meio dos escravos e do serviço dos colonos. Para o autor, a terceira fase ocorreu entre 1778 e 1850 com o fim da companhia Pombalina e o choque negativo na vida econômica de toda região, inclusive a urbana.

A navegação a vapor (1853) foi marco histórico para Serpa por emergir numa grande ação do governo pela questão espacial (LUZ, 1968). Assim, segundo o autor no ano de 1851, por meio do “Capitão William Lewis Herndon” inicia-se a exploração do Rio Amazonas. “a partir dos Andes” (OLIVEIRA,2007, p.42). A viagem tinha como objetivo fundamental a exploração do algodão e manter a escravidão isenta de qualquer ameaça de perda ou coisa similar, para que não houvesse abalo na economia.

Claudemilson Nonatos Santos de Oliveira (2007) acrescenta que o real objetivo do Congresso dos Estados Unidos em aprovar a expedição era “confirmar a navegabilidade de alguns dos afluentes do rio Amazonas e identificar as possibilidades de incrementar alguma atividade de agricultura ou outros campos do comércio” (OLIVEIRA, 2007, p.42). Segundo o autor, a viagem não obteve muito êxito na região amazônica pois fora considerada demasiadamente isolada e um tanto selvagem.

Com tanta dificuldade burocrática para a navegação a vapor na Amazônia, o Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, obteve o apoio legal por meio da “promulgação do Decreto n. 1.037, de agosto de 1852, pelo Conselho Presidencial do Pará, uma vez que se limitava à costa brasileira, até Belém” (PENNINGTON, 2009, p. 86). Conforme o autor, tal lei permitia o Barão de Mauá explorar a navegação por 30 anos. Para Loureiro (1989) tal contrato obrigava a colonização europeia em território amazônico. E assim, inaugura-se a navegação a no ano de 1853.

A fundação da cidade de Itacoatiara é confundida por alguns teóricos com a elevação da Vila de Serpa a categoria de Cidade. Tal localidade tem início em 1683, conforme afirma Francisco Gomes (SILVA, 1997). Ainda segundo o autor, a fundação da cidade de Itacoatiara acontece no mesmo ano, considerando-se que a vila dá origem a cidade de Itacoatiara. Assim, no final do século XVII impulsionada pelos padres jesuítas registra-se a fundação da cidade de Itacoatiara que no ano de 2021 completou 338 anos de fundação.

Maggi (2017) corrobora com Silva (1997) e destaca que a fundação de Itacoatiara ocorreu no século XVII e contou com a contribuição da colonização portuguesa. Contudo, originou-se por meio de uma pequena aldeota itinerante, liderada pelos padres jesuítas:

Itacoatiara está entre os agrupamentos urbanos fundada no século XVII pela colonização portuguesa. Inicialmente uma aldeia itinerante do médio Rio Madeira administrada pelos padres jesuítas, o núcleo foi trasladado em 1758 para a beira do Rio Amazonas, onde no ano seguinte recebeu os fôros municipais com o título de Vila de Serpa e, finalmente, a 25 de abril de 1874, ganhou a categoria de cidade com a atual denominação. Devido à sua excelente posição geográfica, possui um relevante papel no contexto de ocupação da Amazônia Ocidental (MAGGI, 2017, p. 37)

De aldeia itinerante no médio Rio Madeira para a Beira do Rio Amazonas. A cidade de Itacoatiara é conhecida como Cidade da Pedra Pintada “itá: pedra e coatiara: pintado, gravado, escrito, esculpido” (SILVA, 1997, p. 12). Atualmente é um dos municípios que possui excelente localização na região metropolitana de Manaus/Am. O autor acrescenta ainda que o nome da cidade tem origem indígena (tupi ou nheengatu).

O município de Itacoatiara está distante a 271 km de Manaus. O acesso de carro leva em média 3 horas e de ônibus, cerca de 4 h30min65 conforme condições da Rodovia Vital de Mendonça<sup>66</sup>. O acesso é realizado pela estrada AM-010. De avião, o percurso é de 177 quilômetros em linha reta, com 50 minutos de duração. De barco, o percurso é de 204 quilômetros numa viagem que poderá durar de 6 a 8 horas,

Na cidade de Itacoatiara, localiza-se um dos polos agropecuários mais importante com localização na região norte do Brasil <sup>67</sup>, no rank nacional, considerado um fator de crescimento dinâmico no Brasil. De acordo com informações do IBGE (2017) a cidade possui uma área de 10. 2412 km<sup>2</sup>, o que representa “0.5661 % do Estado, 0.2308 % da Região e 0.1047 % de todo o território brasileiro”.

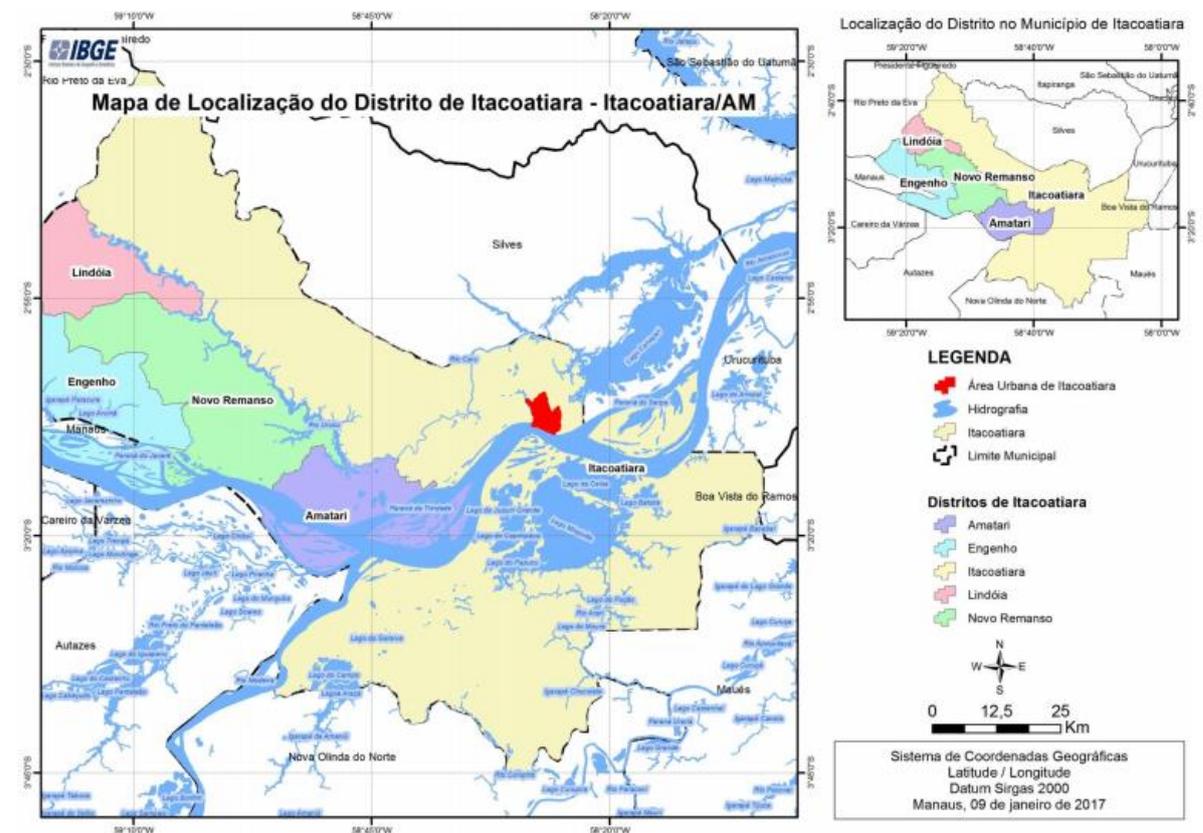
### Figura 5 - Localização da cidade de Itacoatiara

<sup>65</sup> <https://www.google.com/maps/dir/Itacoatiara,+AM,+69100-000/Manaus,+AM/@-2.8821472,-77.1663172,6510350m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1>

<sup>66</sup> Mapa de controle rodoviário da cidade de Manaus a municípios adjacentes (SILVA, 1997)

<sup>67</sup> Posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da agropecuária e participações percentuais,

relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2008». IBGE. Consultado em consultado em 5 de setembro de 2017 (Wikipédia)



Fonte: IBGE (2017)

Os 10.2412 km<sup>2</sup> de área na cidade de Itacoatiara estão situados em perímetro urbano<sup>68</sup>. Com um grande Porto Fluvial, a cidade também recebe e transporta grandes quantidades de mercadorias, é o segundo maior porto fluvial escoador do país (IBGE 2017). De acordo com dados do mesmo Instituto, a cidade da Pedra Pintada<sup>69</sup> é a terceira de mais expressividade populacional com “99 854 habitantes”<sup>70</sup>.

A temperatura média anual de Itacoatiara, segue a mínima de 25 °C e a máxima de 34 °C (IBGE, 2012). Ainda conforme o Instituto, em 2009, havia 106 estabelecimentos de saúde. Possui um IDH de 0,711, considerado inferior à média nacional, e comparada com ao IDH do estado, que foi de 0,780<sup>71</sup>

Na questão política pedagógica, tal cidade deverá fazer parte do conjunto de

<sup>68</sup>Estimativa populacional 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultado em 5 de setembro de 2017 (Wikipédia).

<sup>69</sup>Na entrada está situada na área urbana uma pedra pintada com um escrito indígena do tupi ou nheengatu itá: pedra; e coatiara: (pintado, gravado, escrito, esculpido) que deu origem ao nome atual da cidade

<sup>70</sup>Frota 2009».Cidades@ - IBGE. Consultado em 1 de fevereiro de 2017.

<sup>71</sup>O IDH no Brasil. Brasil Escola. Consultado em 17 de maio de 2017 (Wikipédia).

conhecimentos dos alunos residentes no município. Em relação aos alunos do quilombo torna-se fundamental o conhecimento da história de sua cidade.

#### **2.4.2 Da colônia agroindustrial ao quilombo da comunidade Sagrado Coração de Jesus no Lago de Serpa**

Como resultado da exigência imposta ao Barão de Mauá, haja vista a navegação exercer principalmente o cunho político, a Província do Amazonas recebe duas “colônias Mauá e Itacoatiara, uma nas Lages, a 9 milhas a jusante de Manaus, e a segunda na vila de Serpa” conforme afirma Claudemilson Nonato Santos onde tem como base o relatório do 1º vice-presidente da província do Amazonas.

Pelo relatório do 1.º vice-presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, de 185723 tem-se, em linhas gerais, a configuração espacial e a infraestrutura da Colônia Industrial Itacoatiara, relatadas a este pelo seu diretor, o francês Le Gendre Decluy. As construções eram de nove casas, três telheiros, uma estrebaria, uma serraria, uma olaria e um estaleiro. Mantinham terreno anexo para agricultura extensiva, criação de animais, cuja mão-de-obra era representada por trabalhadores colonos em número de oitenta, sendo vinte e três chineses, vinte e um portugueses e trinta e quatro africanos livres. (OLIVEIRA, 2007, p. 46)

Os africanos foram resgatados no navio que traficava escravos em 1857 (meados do século XIX) e foram trazidos da “Inglaterra, Espanha, Portugal e Países Baixos” (MAMIGONIAN, 2017, p.33-34). Os trinta e quatro escravos livres, da “colônia agroindustrial de Itacoatiara”, que se refere Oliveira (2007, p.46), deram início ao quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara (Diário Oficial da União n. 239, de 10 de dezembro de 2014). E mesmo em face de séculos de história, resta a comprovação arqueológica.

**Figura 6 - Fragmento cerâmico enterrado no roçado de D. Tereza Clarindo 1**



Fonte: INCRA-2017

A existência do quilombo do Lago de Serpa desde 1857 é fato confirmado inclusive pelo Presidente da Província do Amazonas (1857), Ângelo Tomás do Amaral do Partido Conservador, onde reporta que foram entregues pelo Ministério do Império a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas na vila de Serpa, trinta e seis africanos livres dos quais dois morreram. Confirma-se assim a chegada dos escravos em 1857, assim como o batismo em águas “pelo Pe. Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque na Igreja de Nossa senhora do Rosário” (CÚRIA, 1857, p.38). Os fragmentos encontrados na residência de Dona Tereza, onde historicamente era apenas roçado, é outra comprovação viva do quilombo de Serpa no passado

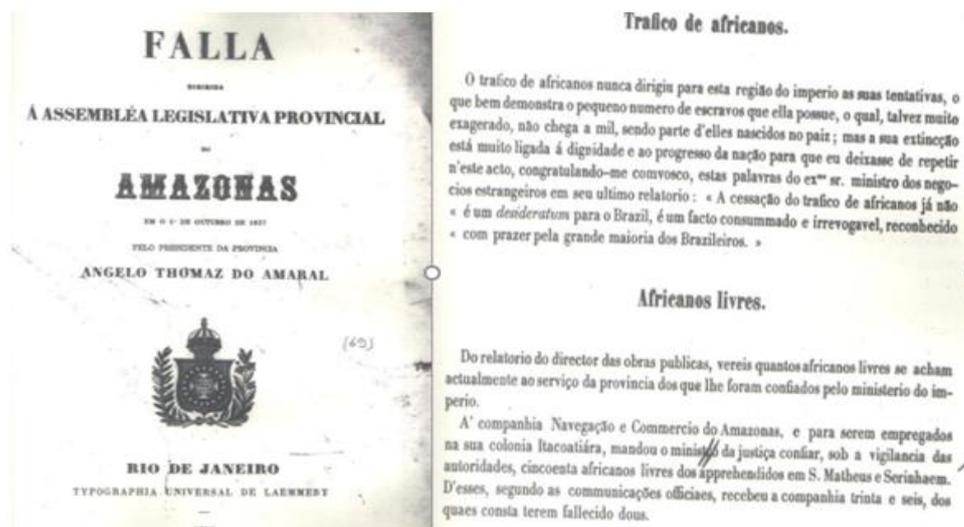
**Figura 7 - Fragmento cerâmico enterrado no roçado de D. Tereza Clarindo**



**Fonte: INCRA-2017- ACERVO CÚRIA PRELATÍCIA DE ITACOATIARA. Caixas documentais referente aos anos de exercício do Padre Manoel Florêncio da Costa. Prelazia de Itacoatiara: ACPI, 1903, 1904, 1905. Itacoatiara: Cúria Prelatícia, 1905.**

Claudemilson Nonato Santos de Oliveira (2007, p.47) acrescenta em seu dossiê, os nomes de 07 moradores constantes nos relatórios da coroa: “Paulo, Bernardo, Estevão, Rodolpho, Jeremias, Filizardo e Augusto”. Escravos que eram registrados o primeiro nome, sem direito ao sobrenome, contudo, são partes vivas da história do Brasil, do Estado do Amazonas. Ficaram invisibilizados durante muitos anos pelo poder público, pela academia e até mesmo por pseudo desconhecimento do senso comum quanto ao seu real valor.

**Figura 8 - Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1.º de Outubro de 1857, pelo Presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral**



Fonte: AMAZONAS Typ. Universal Laemmert, 1858, p. 41- 42.

A maioria dos escravos que chegaram a Serpa tinha entre “21 e 48 anos”, só havia duas únicas mulheres e os homens eram vistos de forma preconceituosa “o comportamento deles era classificado como mau, péssimo, turbulentos e dados ao vício de embriaguez” e tinham que completar o que restava do tempo de serviço até que tivessem direito a emancipação (BRITO, 2018, p.37). Tal visão perpetuou-se até os dias atuais em determinados livros de história e na voz de alguns teóricos. Nesse aspecto, pouco ou nada se sabe sobre a Vila de Serpa existente legalmente desde 1859.

**Figura 9 - Villa de Serpa, 1864**



Fonte: (REIS, 1864).

Em meados de 1859 a colônia já registrava 20 casas, o que representava o dobro do número de casas que deram início a colônia (SILVA,1997). Conforme o autor, em 1865 o número de casas sobe para 36 e por solicitação de Gustavo Adolpho Bloem, a Câmara de Serpa apresenta um limite entre a vila e a CIA que consistia em numa demarcação de madeira em forma de cerca que chegava até o início do rio. Conforme o autor, esse espaço territorial chegava

até ao lago de Serpa. A vila de Serpa é promovida a cidade por meio da “Lei Provincial nº 283, de 25 de abril de 1874” (SILVA, 1997, p.38), e no próximo 25 de abril/2022 completará 148 anos.

O quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, saiu da invisibilidade, graças ao levantamento situacional da Vila de Serpa realizado por estudos e pesquisas de alguns teóricos e a contribuição valorosa do geógrafo e historiador, Professor Doutor Claudemilson Nonato Santos Oliveira que já conhecia a comunidade e defendeu a tese sobre o município de Itacoatiara. Nesse aspecto, a SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Desporto, divulgou informações públicas em seu site.

A autodeterminação da comunidade quilombola do lago de Serpa, convergiu para torná-la em um grupo étnico e por meio do Processo nº 54270.000164/2015-71, de 24/04/2015<sup>72</sup> a comunidade quilombola de Serpa deu entrada no processo para regularização do território da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa.

No ano de 2015, a associação da comunidade Sagrado Coração de Jesus, sofreu uma cisão que deu origem a uma nova Associação quilombola (OLIVEIRA, 2007). O motivo da cisão foi a necessidade de continuar com o processo de reconhecimento do território quilombola, haja vista, a associação anterior ter desistido de continuar com a petição.

O território quilombola é representado geograficamente assim: Área: 2.528,9363 ha, Perímetro: 28.925,30m, Área de uso coletivo: 45,3389 ha. (OLIVEIRA,2007). De acordo com o autor, em 2017, o território quilombola de Serpa era representado pelas famílias: Sabino: Etelvina, Raimundo e Davi, Melo: Joana Felipe de Lima (Maria Joana), que estão ligadas diretamente as famílias dos fundadores da comunidade. Ainda conforme o autor, em 2017 cadastrou-se 141 famílias ligadas a tais ramificações familiares, perfazendo o total de 530 pessoas.

<b>FAMÍLIAS</b>	
<b>1857</b>	6
<b>1859</b>	20
<b>1865</b>	35
<b>2017</b>	141

Quadro construído pela autora

<sup>72</sup> Depoimento do historiador e geógrafo Claudemilson OLIVEIRA para a associação quilombola do estado do Amazonas em 20/04/2016

Computou-se no máximo 7 pessoas por núcleo familiar e no mínimo 1 pessoa por família perfazendo um total de 141 famílias, sendo 76 na faixa etária até 6 anos de idade, 103 de 6 a 14 anos e 73 de 14 a 21 anos, num total de 530 (OLIVEIRA,2007). Para Arruti (1997) a atitude coletiva de legalizar a comunidade quilombola com o título devido de remanescentes de quilombos representa uma conscientização dos seus direitos territoriais conquistados constitucionalmente.

A etnicidade não marcaria, portanto, o reconhecimento de semelhanças previamente dadas, inscritas naturalmente nos corpos e nos costumes e cuja explicação estaria no passado, mas uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um projeto comum, ou seja, cuja vinculação e razão de ser está no futuro. (ARRUTI, 1997, p. 25)

Ainda se registrou, entre os quilombolas no ano de 2017, 79 com lotes e 37 sem lotes e em destaque, 10 que não residem na comunidade. De acordo com Oliveira (2017) em relação aos documentos para respaldo legal das terras, ainda aguardam resposta do ofício Nº 242/2017 enviado para o Incra dia 29 /05 / 2017 sendo reenviado dia 21 /06 /2017- via e-mail.

Como a educação poderá ficar apática a tais acontecimentos e não considerar assuntos fundamentais como os temas em foco, nos debates em prol de um Projeto Pedagógico? Assim, em todos os debates constarão posições acerca de tais lutas.

## 2.5 EDUCAÇÃO NO QUILOMBO, LUTAS E DESAFIOS

As origens da Cidade de Itacoatiara, a luta pela subsistência e pelo território quilombola, o direito a escola bem como o multiculturalismo étnico racial são partes essenciais de um Projeto Pedagógico que vise a inclusão social de seus membros e isso requer adequação na área educacional.

A escola no quilombo do Lago de Serpa representou uma conquista ímpar, resultado de reivindicações de grupos sociais que se recusaram a ver a educação brasileira pela ótica das pessoas que detém o poder das decisões. Com o cenário delineado para educação quilombola, o que restava às comunidades seria sobreviver às tentativas de extermínio social, cultural e político dos quilombos. Nesse aspecto, o real significado de educar, torna-se tão importante quanto a questão da ancestralidade, é o que afirma Georgina Helena Nunes:

(...)os vínculos entre educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; ancestralidade é tudo o que antecede ao que somos, por isso ela nos forma. Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente através de uma resistência que não é passiva, que apenas reage às diversidades, mas que é, igualmente, provocadora de reações [...] (NUNES, 2006, p. 142).

A resistência é o selo que marca todos os quilombos, sejam contemporâneos ou antigos. No meio educacional não é diferente, grandes são os traumas e prejuízos sofridos pela comunidade educacional para obter uma educação que interaja com sua cultura e respeite seu histórico de vida.

A contradição acadêmica, cometida por teóricos e constante em determinados livros de história, foi considerar a questão cultural bantu brasileira como algo desconfigurado com a realidade, conforme afirma R.N. Rodrigues (RODRIGUES, 1945). Esse total (pseudo) desconhecimento perpetua-se na cultura brasileira e contribui para exclusão social no meio educacional alastrando-se pela sociedade em todas as suas dimensões.

Por meio da Constituição de 1988, o Brasil começa a despertar para a discriminação e preconceito existente no decorrer da história. Com a proposta de um país democrático que vise o restabelecimento da cidadania, a nação brasileira por meio da pressão dos movimentos sociais como o movimento negro, integra no âmbito legal, políticas públicas para amenizar tamanha segregação social (ARRUTI, 2011), principalmente no que se refere aos negros e quilombolas, especificamente, que carregam um histórico de intensa segregação e exclusão social.

Os movimentos, negro e quilombola tiveram atuação importante para que o Estado reconhecesse seus direitos constitucionais. Por meio dos artigos 215 e 216, estabelece a proteção as manifestações culturais e ordena o tombamento dos sítios históricos dos quilombos antigos. O Artigo 68 (ADCT), entra na relação de conquistas por conceder aos remanescentes de quilombos, direitos legais sobre seus territórios.

Art. 215, § 1o - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216, § 5o - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL,1988).

O direito às manifestações culturais, o tombamento de sítios arqueológicos e o reconhecimento de suas propriedades como definitivas, representaram conquistas (ALMEIDA, 2002) e denunciaram a necessidade de atendimento específico para a população quilombola em todas as áreas, nas suas próprias comunidades, inclusive o direito a escola no quilombo onde reside o aluno.

Como exposto no capítulo anterior, seja no Brasil Colônia, na época imperial ou atualmente no Brasil república, é latente a discriminação do negro com maior ou menor intensidade (ALMEIDA, 1993) e isso ocorreu com marcas profundas na área educacional. Como exemplo claro desse tipo de desigualdade, Pinto (1993) afirma que o próprio Decreto 1.331 de 1854, excluiu os escravos do direito à escola e somente depois de muita luta, o Decreto nº 7.031-A/1978 determinou que os negros poderiam estudar desde que no turno noturno.

Os remanescentes de quilombos trazem um histórico de lutas e sobrevivências frente a todos os desafios impostos pelos seus descendentes desde a época em que o Brasil era colônia, quando os consideravam de difícil convívio social e incapazes de participar ativamente da sociedade por serem classificados como povo inferior. Com tantas lutas por respeito ao direito comum de cidadãos, foi instituída por meio da lei 7668 de 1988<sup>73</sup> a fundação Palmares que é criada justamente para proteção dos direitos quilombolas.

A Fundação Palmares, inicia sua trajetória com a proposta da preservação da cultura quilombola, prestes a entrar novamente no esquecimento. Por conseguinte, no hall das suas atribuições destaca-se logo no artigo 1º a responsabilidade da promoção e valorização de tal cultura com destaque na valorosa influência negra para a formação da sociedade Brasileira.

A educação escolar quilombola, recebe a base legal em diversas leis federais, dentre elas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, “a lei nº. 10.639/2003; Oriunda da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 27/06/ 1989; o Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (Decreto 6.040, 2007); e a Resolução nº 7, de 2010, do Conselho Nacional de Educação” (ARRUTI; CARVALHO; MAROUN, 2011, p. 30). Tais Leis surgiram com o objetivo de resguardar os direitos da população quilombola e as demais populações tradicionais.

As comunidades quilombolas por meio dos movimentos sociais, lutavam por uma educação que valorizasse seu histórico-cultural ao tempo que não desprezasse sua

---

<sup>73</sup>Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/FundaCultural\\_Palmares](https://pt.wikipedia.org/wiki/FundaCultural_Palmares).

contemporaneidade (FREIRE & HORTON, 2003). É fundamental destacar que a educação quilombola integra a educação do campo, ainda que exista a diferença no estilo de organização dos quilombos urbanos. Contudo, a diferenciação étnica cultural será fator preponderante de maior especificidade.

O Decreto 592/92 foi promulgado no Brasil por suas diretrizes serem documentos oriundos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos<sup>74</sup> de 1966 que compõe uma das três divisões da Carta Internacional dos Direitos Humanos<sup>75</sup>. Foi o primeiro a dar enfoque aos direitos das classes consideradas em minorias<sup>76</sup>.

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não devem ser privadas do direito de ter, em comum com os outros membros do seu grupo, a sua própria vida cultural, de professar e de praticar a sua própria religião ou de empregar a sua própria língua. (YAMATO, 2013, p. 39).

As minorias étnicas encontram respaldo para manter sua cultura e língua, no Decreto 592/92. Na questão educacional, o artigo 4 orienta os estados sobre a importância de estimular o conhecimento das tradições e cultura como um dos pré-requisitos para valorização de um povo que construiu a história do Brasil.

Os Estados deverão, sempre que necessário, adotar medidas no domínio da educação, a fim de estimular o conhecimento da história, das tradições, da língua e da cultura das minorias existentes no seu território. Às pessoas pertencentes a minorias deverão ser dadas oportunidades adequadas para adquirir conhecimentos relativos à sociedade em seu conjunto. (BRASIL, 2004)

A UNESCO tem grande participação na luta pela valorização dos grupos étnicos por meio de movimentos contra o racismo e a favor da livre expressão étnica contrária a discriminação. A Declaração/ 2001, no parágrafo 97, ressalta a necessidade do estreito

---

74O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos teve como alicerce a Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966. É um pacto mundial, em vigor no ano de 1976 (Brasil, 2013).

75Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948

76A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, de 1992, foi inspirada no art. 27 daquele pacto.

relacionamento entre direito e educação.

97... os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos, e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação. (DECLARAÇÃO, 2001, p. 30)

O crime contra o racismo ou qualquer intolerância principalmente no âmbito educacional é expresso claramente em tal Declaração. Tal luta torna-se mais impactante após a segunda guerra mundial (PIOVESAN, 2006, p.20), o que trouxe, segundo o autor, a “nova feição do Direito Constitucional ocidental, aberto a princípios e a valores”. Aos Estados foi recomendado:

132. ... introduzirem ou reforçarem a educação em direitos humanos, visando ao combate de preconceitos que levam à discriminação racial e a promoverem o entendimento, a tolerância e a amizade entre diferentes grupos raciais ou étnicos nas escolas e em instituições de ensino superior e a apoiarem os programas de educação formal e não-formal desenhados para promover o respeito pela diversidade cultural e pela autoestima das vítimas. (DECLARAÇÃO, 2001, p. 75)

O primeiro Encontro Nacional Quilombola, ocorreu em 1995 e tinha como fundamento as reivindicações contra o racismo e por uma educação diferenciada, conforme afirma Maria da Glória (MOURA, 2011), nos mesmos moldes das reivindicações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no ano de 2009, seguida pela Conferência Nacional de Educação-Conae/2010. Todas as pautas dos documentos apontaram para uma educação que respeitasse as diferenças étnicas.

A condição de igualdade prevalece em todas as instâncias da Constituição, no entanto, o respeito às diferenças étnicas ocorreu por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção 169/2003. As decisões tomadas na convenção supra, foram ratificadas pelo Brasil pelo Decreto 5.051/2004, respectivamente em seus artigos 26 e 27.

Medidas deverão ser tomadas para garantir que os membros dos povos interessados tenham a oportunidade de adquirir uma educação em todos os níveis pelo menos em condições de igualdade com a comunidade nacional” (OIT, 2003).

(...)para que possam satisfazer suas necessidades especiais e incorporar sua história, conhecimentos, técnicas e sistemas de valores, bem como promover suas aspirações sociais, econômicas e culturais” (OIT, 2003).

Com o objetivo de fortalecimento do diálogo para o desenvolvimento das comunidades tradicionais e levando em consideração os parâmetros da OIT/2003, foi publicado o Decreto 6.040/2007 para instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais.

garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto os não-formais” (item cinco do artigo 3º - Anexo) (BRASIL, 2007).

Nesse mesmo período, a Resolução nº 7/2010 CNE, tornou obrigatório que o ensino fundamental passasse de 8 para 9 anos na educação básica, o que representou mais uma conquista das comunidades quilombolas, dentre aos principais avanços, a orientação para que as atividades pedagógicas fossem desenvolvidas em escolas dentro das comunidades legalmente de quilombos, respeitando todas as leis que regem a educação brasileira.

Seção VII Educação Escolar Quilombola Art. 41 A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (BRASIL, 2009)

A orientação para a composição das Diretrizes Curriculares gerais para a educação básica teve como precedentes o Parecer nº 7/2010 e a Resolução nº 4/2010. Independente da modalidade de ensino, a educação quilombola faz parte desse conjunto geral de leis (MACÊDO, 2015). Ambos os documentos ressaltam que haja um tratamento específico que valorize a cultura dos remanescentes de quilombos e conforme aponta Craveiro (2010) orienta ainda que

a organização do corpo docente da escola seja preferencialmente em escolas quilombolas situadas nas comunidades e que os professores sejam remanescentes de quilombos.

A Resolução nº 4/2010 do CNE, incluiu a educação específica para as comunidades quilombolas, nas diretrizes para a educação básica. Nilma Gomes (2012) acrescenta que o Conselho Nacional de Educação realizou no ano de 2011, três reuniões que resultaram em audiências, o que proporcionou a oportunidade de consulta a várias comunidades quilombolas sobre a questão da diversidade, cultura e realidade dessas comunidades em todos os seus aspectos.

O Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico assim como algumas pesquisas do INEP confirma a exclusão social da população negra. A Lei 10.639/03, apesar de ter alcançado grande avanço para a educação do negro, de forma inexplicável, não faz referência as comunidades de remanescentes de quilombos, como se houvesse uma lacuna a ser preenchida.

O Decreto nº 4.887/2003, no artigo 2º, especificamente na questão etnia, define os quilombos da seguinte forma: "grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003) Nesse aspecto, depois de muita luta e a interferência dos movimentos sociais, contempla-se a especificidade de uma educação includente nos quilombos.

Ao analisar as comunidades de quilombos no Brasil e no mundo, há que se considerar a complexidade existente em cada localidade e até mesmo, dentro dos mesmos estados, por apresentarem características próprias de luta, diversidade de moradores dentro das próprias comunidades (ARRUTI, 2011). Essa diversidade, deve-se ao fato de se encontrarem distribuídas em todo o território nacional, tanto no campo quanto nas cidades.

O governo federal criou algumas secretarias com o objetivo de criar e acompanhar as políticas sobre a diversidade. No ano de 2003 foi criada a Seppir e em 2004 a Secad, ambas foram incumbidas de ações específicas que envolvia os remanescentes de quilombos. A primeira foi entregue a missão do "Programa Brasil Quilombola" (2008). A segunda à "implementação da Lei 10.639" conforme aponta S.N. de Oliveira (OLIVEIRA, 2013, p. 67). Avanços registrados como crescimento na questão inclusão social do aluno quilombola.

A proposta do governo federal para educação quilombola, por meio do Ministério da Educação (MEC) incumbiu a SEPPIR da criação e acompanhamento das políticas para a educação quilombola de forma geral. Contudo, a proposta em pauta deverá contar com análise crítica que enxergue as entrelinhas de tal proposta e sua execução.

(...) em relação à Lei nº 10.639/ 2003 e de construção de escolas nas comunidades podem ser acessados através da apresentação de propostas de convênios elaboradas pelos governos municipais e Estaduais e remetidos à Coordenação de Diversidade da SECAD/Ministério da Educação...Formulação, negociação e proposição política também receberá investimento dos governos Federal, estaduais, do Distrito Federal, iniciativa privada e sociedade civil. A proposta é fomentar a participação e o controle social dos quilombolas, visando a aplicação dos direitos sociais e de cidadania. (SEPPIR, 2008, p. 32).

Com o objetivo de construir as bases para as diretrizes do PNE que absorvesse a EEQ, ocorreu o segundo seminário para a educação escolar quilombola em dezembro de 2012. Para Miranda (2012), no mesmo ano intensifica-se o debate sobre a ampla função da escola em âmbito social.

A educação para as comunidades quilombolas, na esfera federal, passou por um momento de reorganização devido ao Ministério de Educação e Cultura- MEC ter repensado a nomenclatura de suas siglas. Para Oliveira (2013), devido a mudanças de concepções sobre questão diversidade, a Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – passou a ser Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, a partir de fevereiro de 2012.

Compreender os íterins legais das Diretrizes para a educação quilombola é de fundamental importância (GOMES, 2012). Apesar da proximidade de datas da aprovação dos documentos, o Parecer nº 16/2012 do Conselho Nacional de Educação, refere-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Resolução nº 8/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Tais assuntos contribuem para uma educação quilombola que contemple a importância das lutas em prol de tais comunidades, o que se torna viés integrativo de uma proposta pedagógica.

### **2.5.1 Um olhar crítico reflexivo sobre as Diretrizes Nacionais para a educação quilombola na educação básica.**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola, orientou os sistemas de ensino no sentido de valorizar a história dos quilombos em todos os seus aspectos, conforme afirma Nilma Gomes (GOMES, 2012). Contudo, a autora acrescenta que são orientações gerais, sem especificar a educação dentro das comunidades quilombolas. Estende-se unicamente aos estabelecimentos que receberam os remanescentes de quilombos.

De forma geral, as Diretrizes para a educação escolar quilombola, garantem a base legal para compor todas as etapas da aprendizagem da educação infantil ao ensino médio e todas as modalidades de ensino (GOMES, 2012). De acordo com a autora, a articulação para o cumprimento dessas etapas é de responsabilidade dos entes federais, estaduais e municipais.

As Diretrizes para a educação escolar quilombola na educação básica, além de abranger desde o material didático específico, deverão estar incluídas na proposta pedagógica das escolas situadas nas comunidades quilombolas. A Resolução nº 08/2012 deixará clara a importância da comunidade em todas as discussões para a construção de seu Projeto Pedagógico.

O histórico de vida da comunidade escolar, a preservação do meio ambiente, as lutas social e política das comunidades quilombolas, são partes fundamentais num Projeto de cunho Pedagógico da escola quilombola (CNE, 2012), com fins de promover o respeito e valorização da história e da cultura no sentido de preservação de tão grande contribuição de tais comunidades.

A Resolução Nº 8/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. É certo que tais direcionamentos, representam um grande avanço para educação dessas comunidades, entretanto, como em todo documento legal, deve-se refletir sobre as lacunas encontradas nos documentos e estas devem ser trabalhadas no meio pedagógico com o intuito de preservar a qualidade do ensino em todas as suas áreas.

A primeira parte do parágrafo 1º do artigo 1º das Diretrizes curriculares para o ensino quilombola, tem como propósito a organização do “ensino ministrado nas instituições educacionais” (BRASIL, 2012). A respeito de tal artigo, algumas observações não devem ser esquecidas no cumprimento legal.

Art. 1º... § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas reminiscentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade. (BRASIL, 2012)

Apesar do artigo 1º definir a organização do ensino quilombola, não se identificou o que é fundamental para a aprendizagem, com apenas uma pequena ressalva no parágrafo 5 “deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade” (BRASIL, 2012). As comunidades quilombolas lutam pela apropriação legal dos conhecimentos tradicionais, o que inclui a cultura, religiosidade e formas de subsistência.

No artigo 2º destacou-se a responsabilidade da União, estados e municípios quanto ao fornecimento de material didático e pedagógico para atender às propostas para educação Quilombola. Contudo, V. R. Silva (2012), aponta que se deve estar atento ao capitalismo mercantilista na reprodução do material didático e em outras execuções de programas federais e estaduais com esse fim.

O artigo 3º contempla o que preconiza a convenção 169/2003, onde define e retrata a o significado de um quilombo por meio da regulamentação do decreto 4887/03. O artigo 4º define as comunidades quilombolas como “comunidades tradicionais” (BRASIL, 2012, p.10), assim caracterizadas:

- I – Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais;
- II – Possuidores de formas próprias de organização social;
- III – Detentores de conhecimentos, tecnologia, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- IV – ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (BRASIL,2012).

No título I, no item 6 “zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais” (BRASIL, 2012), não há uma compreensão ampla do que foi entendido como direito do aluno quilombola. Esse direito poderá ser interpretado conforme a compreensão de quem a aplica.

No artigo 8º, é destacado os norteadores da Educação Escolar Quilombola. Na ação nona refere-se à “efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças” (BRASIL, 2010), o que deixa respaldo para a atenção e interação devida entre a escola e comunidade e as diversas lideranças em prol do bom desenvolvimento de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. Nesse aspecto, torna-se arbitrário e ilegal pensar na educação sem essas ações participativas. Contudo, não se contempla essa ação na maioria das escolas.

No artigo 9º do título III, no parágrafo único “A Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas... Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola” (BRASIL, 2012) e definirá a escola quilombola como aquela localizada em território quilombola. Arruti (2017) alerta para o fato que na realidade, o censo escolar tem definido se a escola é quilombola e esta informação é repassada pelo gestor escolar o que representa uma posição política.

O item III do artigo 6º das Diretrizes para a educação quilombola, não define o tipo de atividades que deveria ser ministrada. O direito à uma educação que tenha um significado na vida do aluno é constitucional. Tal definição seria necessária para que os planejamentos seguissem um rumo pedagógicos com sua real significância.

O parágrafo 2º do artigo 39 “A gestão das escolas quilombolas deverão ser realizada, preferencialmente, por quilombolas” e o artigo 48 complementa com: “A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas”. Todas as secretarias tanto municipais como estaduais devem seguir esta norma. Contudo, a realidade é diferente em quase todas as comunidades quilombolas.

O Dia da Consciência Negra é bem lembrado no artigo 11, na parte em que se refere ao calendário escolar, no entanto, a forma de abranger tão grande significado nesse dia e sua discussão política, pedagógica e ideológica não é contemplado. Apesar de ser uma iniciativa que significa conquista em todas as áreas, corre o risco de em algumas escolas comemorar-se somente no dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra e depois do evento não haver prosseguimento na vida cotidiana da comunidade escolar.

No título VII são ressaltadas as ações de uma proposta pedagógica das escolas quilombolas, o que deve ser autônoma e coletiva (GHANEM, 2004). Cabe as escolas, buscar estratégias para melhor desenvolver seu currículo junto à comunidade. Esse título torna o Projeto Pedagógico, o coração da escola.

O Ensino curricular deve estar rico da cultura de todas as regiões por contarmos com remanescentes de escravos em cada localidade, o que torna esse ensino como uma das expressões de cultura popular no Brasil (SILVER, 2006). O autor afirma ainda que tais descasos quanto a esse tipo de cultura deve-se pelo fato de muitos intelectuais com poder de decisão e o senso comum em geral, considerar a cultura popularizada não tão intelectual no meio educacional.

Para alicerce a reflexão proposta, apresenta-se a sinopse das leis que respaldam a educação quilombola, como: O Parecer nº 16/2012-CNE/CEB, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, a Resolução nº 8/2012-

CNE/CEB, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o Parecer nº 8/2020- CNE/CEB que remete às Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, o Parecer nº 3/2021- CNE/CEB, Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8/2012 que normatizou as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas

Os direitos à educação escolar quilombola são constitucionais e respaldados internacionalmente. Os detentores desses direitos são amparados legalmente e devem ser legítimos descendentes de quilombos. Contudo, de acordo com Munanga (1996), o quilombo no Brasil é uma representação do primeiro quilombo, o quilombo dos Palmares. No palco das discussões entra um novo impasse, o real significado de quilombo na contemporaneidade e os verdadeiros detentores de tal etnicidade.

## 2.6 O RACISMO E AS LEIS DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO

O objetivo desse momento de discussão é refletir sobre a forma como as leis da educação nacional se posicionaram na questão discriminação racial entre pretos e brancos na escola. As Leis de Diretrizes e bases da Educação referem-se a tais questões de forma discreta, contudo, contempla-se avanços obtidos na atual Lei da Educação Brasileira.

No cenário discursivo, serão analisados, ainda que parcialmente, avanços e retrocessos em relação a educação no combate ao racismo na questão étnica racial e as leis 4.024/61, 5692/71 e a 9394/96. A discussão proposta iniciará pelo decreto nº 528/1890 sobre os pré-requisitos legais de imigração para o Brasil, conforme preconiza o Art. 1º:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL Decreto 528/1890- grifo nosso)

Conforme consta no Decreto, a questão de raça tomou os rumos políticos, o que envolveu inúmeros pesquisadores. Na educação, a escola fortalecia seu discurso ao tempo que confessa a discriminação e preconceito existente. O projeto de Lei 4.024/61 coloca em pauta novamente a luta iniciada em 1956 e deflagrada 1958, a qual contemplava duas vertentes de

educação, investimentos públicos que contemplasse escolas privadas e confessionais e escola pública para toda população.

A Lei de Diretrizes e bases da educação nº 4.024/61 tentava a conciliação das duas vertentes. O que estava em questão seria os recursos públicos e seu direcionamento às escolas públicas, privadas e confessionais. E só em segundo plano, de forma leve, a lei tratara da questão preconceito, raça, dentre outros. A discussão sobre raça fez parte da LDB supra, porém, em segundo plano. Contudo, a população negra era a que mais sofria pela ausência de uma escola pública e gratuita.

A forma como o Brasil alicerçou a sua identidade foi a consequência de todo o descaso na Lei educacional 4024/61. Educadores não conseguiam pensar criticamente em tal educação. É óbvio que a educação pública teria um beneficiário principal, o negro, no entanto, a educação estava inebriada com a pseudodemocracia racial, o que não ocorreu com as leis 5.540/68 e 5692/71 e que representaram tentativas de ajustes ao momento político. Contudo, no histórico de implementação dessas Leis pouco ou quase nada aponta para a correção da lacuna social com a população negra.

Após 10 anos da Lei nº 4.024/61 o país enfrenta as consequências da repressão e fragmentação. A lei 5.540/68 dedicou-se às normas para o Ensino Superior enquanto a 5692/71 ao primeiro e segundo graus<sup>77</sup>. Quanto a questão racial, não há mudanças na lei 5692/71, mantêm-se o texto relacionado ao assunto na parte relacionada aos fins da educação.

Em 1986 inicia-se um movimento intenso a favor da nova LDB e assim, a IV Conferência Brasileira de Educação, após vasta discussão, aprova a “Carta de Goiânia” que apresenta propostas ao congresso nacional. Em meados de 1987 inicia-se os momentos de intensa discussão sobre os novos focos da proposição de lei. Um dos enfoques de críticas e propostas é a questão da raça nas antigas Leis de Diretrizes e bases da educação. Com dois momentos principais de debates impulsionadores, o Centenário da Abolição, 1988 e o aniversário de 300 anos da Morte de Zumbi dos Palmares em 1995.

Os 100 anos comemorativos da abolição da escravatura, ganha amplitude em todo território brasileiro. São Paulo e Rio de Janeiro saem na frente com manifestações e publicações em jornais e revistas. Os 300 anos da morte de Zumbi é impulsionado pelo movimento negro que assume sua posição reivindicatória a favor da população negra, o que leva a intensos debates tanto na academia quanto no meio político e culmina na Marcha que tem como foco a

---

<sup>77</sup> Nomenclatura dada ao ensino fundamental e ensino médio, na ocasião dos fatos.

história de Zumbi dos Palmares, onde reúne mais de 10 mil negros e negras em Brasília com o documento de reivindicações assinado pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso.

A transformação do racismo em um crime inafiançável pela Lei 7.716/89 artigo 5º, inciso XLII, representou grande progresso comparado à Lei Afonso Arinos que dava como punição aos atos de racismo apenas multa sem qualquer previsão de prisão, opinião inclusive do movimento negro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP 3/2004 deu origem a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e teve o propósito de legalizar e organizar a alteração da Lei 9.394/96 por meio da lei 10.639/2000 (BRASIL, 2009) e assim, fazer cumprir o estabelecido na constituição de 1988 em seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216.

É indiscutível destacar os avanços na educação escolar quilombola por meio dos principais documentos legais como, a alteração da Lei 9394/96, ocorrida no ano de 2003, destacada no parágrafo anterior, a Conferência Nacional de Educação em 2010 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (CNE, 2012). Para Moura (2011) são resultados de luta intensa dos movimentos sociais em prol da verdadeira democracia em todos os seus ângulos.

O Plano Nacional de Educação é amparado pela Lei nº 10.172-2001 e “estabelece um prazo para os projetos pedagógicos das escolas serem formulados segundo esses parâmetros” (GHANEM, 2004b, p. 22). Porém, o questionamento principal na escola quilombola em questão é: Qual o programa oficial a ser seguido? O programa da escola está compatível com o currículo? A LDB deixa claro que cada localidade poderá adaptar os currículos a sua realidade:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 2012)

Ghanem (2004) destaca que os conteúdos dos parâmetros são apenas uma proposta para o aperfeiçoamento da aprendizagem, podendo ser utilizado ou substituído com conteúdo de igual equivalência com a devida justificativa. A escolha dessas atividades e conteúdos dependerá do público-alvo daquela proposta.

Estabelecida por meio da Lei 9394/96 e por suas Diretrizes Legais, o MEC apresenta uma proposta curricular para a educação escolar quilombola. Para Ghanem (2004), quem elaborou a Lei e os critérios para apreensão do conhecimento, exercerá influência na comunidade escolar durante todos os momentos de aprendizagem de inúmeras formas.

O que a comunidade escolar precisa internalizar é que se trata de uma proposta curricular mínima que pode ser ampliada e apesar de não contar com a intervenção do professor e da comunidade escolar em sua elaboração, ao chegar na escola poderá ser ampliada conforme a realidade escolar (SILVA, 2006). Assim, devido os professores não terem participado dos debates para elaboração dessas propostas de forma coletiva, a escola fica alheia a real necessidade dos alunos Para Ghanem (2004). É um desafio que inclui todos da comunidade escolar. Se ocorrer de forma isolada corre o risco de não representar os desafios enfrentados por aquela comunidade escolar.

Todos os conteúdos podem e devem ser contextualizados. Do que adianta ao aluno ser o detentor de todo conhecimento e conteúdo se não souber aplicá-lo na vida? Freire (1981) acrescenta que para que isso aconteça, as aprendizagens precisam ser realmente significativas e para tal, o professor deve conhecer o aluno, sua história e seus anseios de vida.

A teoria deverá estar ancorada e algumas vezes alicerçada na prática. Por outro lado, a educação como um direito de todos deve permitir que seu público-alvo tenha direito a aprendizagens relevantes em todas as suas dimensões e (FREIRE & HORTON, 2003) e isso inclui os espaços formais e não formais da educação.

A educação formal e não formal é ponto de discussão e impasses entre alguns teóricos. Mccowan (2010) afirma que os dois aspectos têm que ser considerados e deve existir em todo tipo de educação “(...) assegurar... acesso tanto à educação formal quanto à educação não formal de alta qualidade. Ainda conforme o autor, assegurar tais tipos de educação poderá representar a solução do momento.

Aprender significativamente vai além dos espaços formais de educação. Para Ghanem (2004, p.26) a expressão “aprendizagem significativa” emprestada de Piaget, acontece de uma forma positiva, com a mudança de foco da educação quando os conhecimentos o levam a reconstrução do saber por meio da vida.

Uma atividade ou experiência resultará em aprendizagem significativa se possibilitar operações, coordenação de ações, abstrações e formalizações, que repercutam na reestruturação intelectual na solução ou compreensão dos problemas. (...) não se trata, enfim, de “melhorar” ou “aumentar” a qualidade da educação escolar. Trata-se de mudar de qualidade, edificar um outro modelo baseado na produção de conhecimento... mais importante que

estabelecer um padrão nacional ou internacional, é que cada grupo local estabeleça, com crescente nitidez, o conhecimento que necessita produzir, podendo, por conseguinte, tornar evidentes os conhecimentos já existentes que suportem essa produção. (GHANEM, 2004a, p. 200; 219).

Pensar a questão educacional como rotina escolar, é se esquivar do significado da aprendizagem que adquire sentido na vida do aluno e da comunidade escolar. Essas ferramentas podem ser potenciais para o auto crescimento do aluno e transformação da sociedade em geral (GHANEM, 2004). Para o autor, trata-se dos de definir os saberes que devem ser transmitidos de forma consciente.

Numa aprendizagem com real significância os profissionais da educação, “seguem sendo formados prioritariamente para ensinar e não para aprender” (GHANEM, 2004b, p. 22). e esta é a exigência da classe detentora do poder de decisões. Para o autor, tais profissionais perdem a oportunidade de construir com o coletivo escolar e de interagir e aproveitar as possibilidades de aprender com seus pares.

A proposta de organização da aprendizagem seria “uma intervenção pactuada em certos aspectos da realidade de que ambos fazem parte, seria uma abordagem coletiva, racional e negociada sobre o que será enfrentado e as formas pelas quais isso será feito” (GHANEM, 2004b, p. 23). Nesse aspecto, a aprendizagem deixa de ser um fim e torna-se um meio para sua utilização na vida do aluno.

Como discutido anteriormente, a proposta curricular quilombola tem origem em todos os documentos legais que regem a educação escolar brasileira como a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira; as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Propostas Curriculares Estaduais e Municipais. O Projeto Político Pedagógico da escola quilombola trará em sua essência todo o amparo legal por meio de uma consciência pedagógica ampla que valorize a história dos quilombos, antiga e contemporânea.

O currículo escolar é muito mais do que um documento proposto para as escolas, simboliza o repasse de formas de pensar, ideologia, enfim, interesses em geral, conforme aponta Tomaz Tadeu (SILVA, 2006). O autor enfatiza a existência de um ato de cunho político onde emerge as opiniões que podem direcionar a comunidade escolar tanto ao crescimento em todas as dimensões como ao preconceito, racismo, segregação e exclusão social.

O remédio contra a força do capitalismo na vida escolar é um repensar consciente junto à comunidade escolar sobre a execução da proposta curricular. Esse tipo de aprendizagem exerce total significado na vida do aluno e nada mais é do que “um ato político” (FREIRE, 1981, p.12) porque trata-se de uma ação cuja finalidade permite entrada e interação com a vida

do aluno, o que evitará as formas de exclusão existentes algumas vezes de forma oculta no currículo escolar.

## 2.7 RESSIGNIFICAÇÃO DO QUILOMBO COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA QUILOMBOLA

A educação escolar quilombola representa um desafio, tanto para o estado como os municípios devido à ausência de dados oficiais necessários ao respaldo das discussões. Contudo, há que se observar além de todos os papéis concernentes ao currículo, a visível ou invisível relação de poder. Paulo Freire (2006) instiga um repensar na educação para a vida. Compreender o histórico do quilombo antigo e sua ressignificação na contemporaneidade são fatores fundamentais no currículo escolar quilombola e indispensável para o aluno quilombola do século XXI.

(...) é preciso compreender como historicamente esses agentes sociais se colocaram perante aos seus antagonistas, bem como entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo, desenvolvendo suas práticas de interlocução. (ALMEIDA, 2002, p. 68-69)

Alfredo Wagner, assim como alguns teóricos que se debruçaram sobre a questão da ressemantização do conceito, apontam que “o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata” (MUNANGA, 1996, p. 63). Para o autor é uma questão de pertencimento e isso não se trata de laços sanguíneos e nem significa tratar-se de restos arqueológicos, porém, a presença dos quilombos, representa a história viva do Brasil.

Arruti (2017) convida o repensar sobre as diversas fases de ressignificações que consiste em definir os termos considerando a visão política dos momentos históricos. Freire (1981) acrescenta a importância dos movimentos sociais que associam o termo em suas diversas realidades. Munanga (1995) corrobora com a idéia e acrescenta que na colônia e no império o termo significou acusação e conseqüentemente crime. A sociedade contemporânea deve rever a ligação dos conceitos de quilombo e o seu real significado atualmente.

No período Brasil República, o termo quilombo perpassará por intensos ressignificados. Porém somente com a carta constitucional de 1988 “o termo torna-se objeto de uma longa

controvérsia, ainda inconclusa” (ARRUTI, 2017, p. 110). Esses intensos questionamentos levam muitos teóricos a convergi-lo para o resultado de lutas e resistência.

o quilombo deixava de ser uma formação histórica definida pelos critérios da legislação repressiva colonial e imperial para ser reinterpretada como um precedente da luta social contra o capital e a dominação das elites agrárias” (ARRUTI, 2017, p. 111).

Observa-se na fala de Arruti (2017), um novo olhar sobre o conceito de quilombo. O autor aponta outro foco de discussão que não deve deixar de fazer parte do currículo escolar e remete a forma como aparece o termo quilombo no artigo 68 Constituição de 1988 no Ato das disposições Transitórias pelo fato de não lhe concederem definição substantiva.

O real significado do quilombo em tempos modernos fluirá em diversas áreas do conhecimento e inúmeras são as formas que teóricos e o senso comum apropriam-se do termo (ARRUTI, 2017). Ainda para o autor, tal conceito estará envolvido nas lutas para reforma agrária, discussões acadêmicas e estudos com base sociológica sobre o homem do campo dos quilombos, o que terá como foco, a forma de transmissão e o controle para o acesso ao território das comunidades negras.

A proposta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994) começa a visualizar a formatação do quilombo contemporâneo. Apesar de incompleto, notou-se a preocupação com seu complexo significado:

(...) grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (BARTH, 1969)

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. Consideramos que o Dispositivo Constitucional Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, reconhece a existência desses grupos, cabendo ao Ministério da Cultura como autoridade competente para legalizar as situações assim identificadas. Nos processos que envolvam a aplicação do artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988 caberá à Associação Brasileira de Antropologia, a indicação de peritos para os laudos antropológicos que se fizerem necessários. (ABA, 1994, p. 81-82).

A conceituação indicada pela Associação Brasileira de Antropologia empresta de Barth (2000) o significado de grupos étnicos como: “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como características organizar as interações entre as pessoas” (BARTH, 2000, p. 27). O autor critica características existentes em grupos étnicos no que se refere a continuidade de uma comunidade pela própria etnia.

As características culturais que assinalam a fronteira podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo. Mas o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não-membros nos permite especificar a natureza da continuidade e investigar forma e conteúdo culturais em mudança. (BARTH, 2000, p. 33).

A seguir, Barth (2000) aponta as principais semelhanças e diferenças que produzem identificação de forma visível e até na invisibilidade sendo elas “objetivas” (BARTH, 2000, p.33). Para o autor, a categoria de pertencimento segue normas que envolve o comportamento do indivíduo no grupo em que ele pertence.

Não importa quão diferentes sejam os membros em termos de seu comportamento manifesto: se eles dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B. Em outras palavras, declaram sua adesão à cultura compartilhada por A. Os efeitos disso, comparados com outros fatores que influenciam o comportamento efetivo, podem então ser tomados como objeto para investigação. (BARTH, 2000, p. 33).

Depois de embates no campo teórico e reação por parte dos grupos sociais, em 1994, a ABA se pronunciou quanto ao significado de remanescentes de quilombo e procurou desfazer a retirar a idéia de povo isolado e “processos insurrecionais” (BARTH, 2000, p. 27). Assim a fronteira defendida pelo autor remeterá a questão étnica, territorial e social.

Diante de tantos impasses quanto a ressignificação do termo quilombo, o que se tem por certo diante das lutas em campo aberto pelo direito a terra, saúde e educação, os remanescentes dos tempos atuais não podem ser definidos por ocupação de territórios ou somente por autodeclaração como remanescente de quilombo (BARTH, 2000), porém, por meio de um conjunto de significados que incluem a cultura, a continuidade e preservação de sua identidade e o pertencimento.

Para construção do Projeto Pedagógico de uma escola a pergunta fundamental é :Como o currículo escolar quilombola concebe o significado de quilombo? Para Munanga (2006) os quilombolas antigos não se conformavam com o fato de serem escravos por isso eram chamados de rebeldes. Os quilombos contemporâneos foram legalmente reconhecidos em 1988. Contudo, o currículo quilombola deve considerar a ressignificação de quilombo na contemporaneidade, suas manifestações e lutas e não desprezar todo o seu histórico de lutas

O fundamental é que as “políticas específicas...respeitem e se adequem às particularidades históricas, sociológicas e culturais dessas comunidades” (ARRUTI, 2017, p. 114). O currículo quilombola deve ter esse ponto de discussão como ícone principal para a construção do Projeto Pedagógico da escola quilombola. Para Nunes:

(...) educação e aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios que as comunidades quilombolas vem construindo desde o período escravista requer a promoção de uma leitura de mundo ... a disposição para a transformação. Ser quilombola é estar sempre com as armas da perseverança, sabedoria e solidariedade coletiva (NUNES, 2006, p.149)

Paulo Freire (2006) corrobora com a prática educacional que vise a educação por meio de uma leitura de mundo, o que elevará a participação do aluno conforme a sua realidade e história de vida permitindo-lhe autonomia e crescimento em todas as áreas . A Educação nas comunidades quilombolas deve proporcionar a discussão nos diversos níveis quanto ao real significado de quilombo e isso envolverá a participação da comunidade em todos os aspectos Para Cunha (1999), permitir uma visão dinâmica da ancestralidade do quilombo e sua evolução na contemporaneidade pela luta desigual do negro durante toda história do Brasil. Portanto, sem uma proposta pedagógica adequada, torna-se inviável uma educação emancipatória para o aluno quilombola.

### **3 PROJETO PEDAGÓGICO DE ESCOLA QUILOMBOLA: “O QUE GANHO COM ISSO”?**

Esse capítulo contemplará o terceiro objetivo específico desta tese: Apresentar proposta para implantação de Projeto Pedagógico na Escola Quilombola Engenheiro Casseano Secundo. A pergunta entre aspas no título desse capítulo, foi do professor Anselmo Dumont<sup>78</sup> (nome fictício) na entrevista realizada dia 17/10/2021, onde referiu-se a falta de incentivo para os professores do Quilombo e o desprezo total por parte dos responsáveis pelas políticas públicas educacionais.

O primeiro diálogo com fins de entrevista em profundidade (oral e/ou escrita) foi com o professor Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira e o Documentarista Thyrso Muñoz sobre a história de Itacoatiara, com os devidos detalhes sobre a Vila e o Lago de Serpa, onde está situada a Comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus. Prosseguindo-se com os membros da comunidade, o que incluiu o presidente e o responsável pela associação quilombola da comunidade. A seguir entrevistou-se o coordenador da educação quilombola do município de Itacoatiara.

O penúltimo momento foi com a comunidade escolar da escola localizada no quilombo e com os alunos do EJA que estudam na referida escola, porém, são alunos da Escola Estadual Ronaldo Marques, Itacoatiara/AM. Ainda no penúltimo momento, participaram os professores da Escola Estadual Ronaldo Marques que executam suas atividades na Escola do Quilombo. Na terceira e última parte, foi apresentada a comunidade, uma proposta de Projeto Pedagógico que após aprovada pela Secretaria Municipal, deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal de Educação para sua implantação e implementação.

A metodologia que norteou a pesquisa apresenta resultados de forma geral e específica em alguns momentos. Na análise, contempla-se desde a documentação, base para a história do lago de Serpa, a entrada em campo, onde consta as entrevistas e as reuniões com a comunidade. As observações nas idas e vindas ao campo de pesquisa foram registradas desde janeiro de 2019 e estão expostas nos relatórios e sites da SEDUC, trabalho respaldado e realizado pela Seduc/AM. Contudo, a entrada em campo com fins da pesquisa proposta ocorreu no ano de 2021.

As entrevistas semiestruturadas em profundidade foram realizadas por escrito,

---

<sup>78</sup> Para melhor organização estabeleceu-se que a comunidade escolar e os membros do Quilombo terão nomes fictícios. Contudo, o Historiador/Geógrafo, o Documentarista e o Presidente da Comunidade, terão seus nomes divulgados por já terem divulgação de seus nomes por haver em matéria sobre o quilombo e por permitirem a ausência de anonimato.

pessoalmente e em algumas ocasiões de forma oral e via online. Apesar de estabelecer-se os momentos de arguição dos participantes, suas falas foram analisadas conforme exploração dos assuntos elencados, não necessariamente na ordem de entrevistas. As entrevistas emergiram de 3 blocos: 1- Primeiro Bloco – Exclusão/Inclusão: Conhecimento E Reconhecimento da Comunidade; 2- Quilombolas: Conhecimento e Reconhecimento da história dos Quilombos; 3- Terceiro Bloco: Projeto Pedagógico: Quilombo e Escola.

De cada bloco foram selecionadas as respostas mais significativas e de maior relevância para o aporte do objeto de pesquisa. Todas as entrevistas tiveram duração de 2 a 9 dias. Alguns membros voltaram até 5 vezes para explicação sobre o instrumento, por isso a necessidade de permanência no Quilombo nos três períodos de sua realização.

As reuniões (incluindo as informativas, preparatórias e de sensibilização) envolveram além da comunidade, os membros representantes da Comunidade Pedagógica (conforme os critérios de inclusão e exclusão) das escolas municipal Engenheiro Casseano Secundo, da Escola Estadual Ronaldo Marques que tem parceria com a escola quilombola por atender remanescentes de quilombos no EJA e alguns representantes internos e externos da comunidade que acompanham a parte pedagógica tanto Municipal quanto estadual.

O objetivo das reuniões e entrevistas, nesse momento, foi adquirir parceria e subsídios para a implantação do Projeto Pedagógico em escola quilombola com fins de gerar ações que afirmem uma política de identidade, o que inclui o reconhecimento do histórico de vida dos remanescentes quilombos, na contemporaneidade por meio de seus ancestrais e a importância do movimento negro. Tais momentos, instigaram a autonomia da escola em prol da comunidade e vice-versa nas frentes de lutas pelo cumprimento dos seus direitos adquiridos legalmente.

O maior desafio para a visibilidade da comunidade quilombola em questão, está no palco do capitalismo que é o autor de políticas públicas que objetivam a inclusão, contudo, mesmo em face dos direitos conquistados, são excluídos do processo, por tratar-se de uma inclusão de forma perversa (SAWAIA, 2001). Corroborar com a autora, o Historiador/Geógrafo:

A Comunidade Quilombola do Lago de Serpa é detentora de um histórico riquíssimo, porém foi por muito tempo invisibilizado, não havia nenhum documento que atestasse a veracidade e documentação do quilombo até que entrássemos no território. Hoje, é o quilombo mais bem documentado de toda Amazônia.

(Professor Doutor Claudemilson Santos de Oliveira, 25/01/2015)

Se não havia documentação, tampouco poderia existir um projeto Pedagógico que contemplasse a história de um povo. Contudo, mesmo em face da luta contra o poder do capitalismo, o historiador conseguiu levantar todo um histórico que descrevia o Quilombo de Itacoatiara, o que envolveu além de documentos, achados fósseis e arqueológicos que comprova a existência das primeiras famílias. Tal contribuição, foi de fundamental importância para a construção do dossiê de Itacoatiara, onde consta a história do Lago e do Quilombo de Serpa.

“...a principal dificuldade para escrever a tese, cujo histórico constou a história do Lago de Serpa, foi sobretudo a parte que relatava o quilombo de Serpa. Não existia bibliografia sobre o tema” (Professor Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, 14/10/2021).

O Historiador/Geógrafo, clareou fatos sobre a cidade de Itacoatiara, ponto fundamental num projeto Pedagógico. Dentre eles, identificou a origem da cidade de Itacoatiara, a importância do Lago de Serpa e as primeiras famílias de remanescentes de Quilombo.

A cidade de Itacoatiara teve sua origem na missão Jesuíta dos Iruris no Rio Maturá, afluente do Rio Madeira, em 1683. E deste Rio a missão foi transferida pela primeira vez no ano de 1691 para a missão Canumã. Em 1696 para a missão Abacaxis, e finalmente em 1759 foi elevada a categoria de Vila de Serpa transferida para o Rio Amazonas. Portanto, Itacoatiara completou em 2021 338 anos. (Professor Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, 15/10/2021).

A vida do quilombo de Serpa está intimamente ligada ao lago e foi por meio dele que os africanos livres em 1860 conheceram as terras que hoje eles habitam. É do Lago que se denomina o quilombo. É do Lago que vem o alimento e a água para beber e tomar banho. O Lago é extremamente importante para a subsistência do quilombo de Serpa. (Professor Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, 15/10/2021).

As primeiras famílias a residirem na comunidade quilombola do Lago de Serpa foram: Sabino, Macêdo, Melo, Leal, Clarindo dentre outras... (Professor Doutor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, 15/10/2021).

O Documentarista, detentor de todos os direitos autorais dos documentos oficiais

constantes no dossiê do Lago de Serpa, corrobora com Claudemilson e afirma que nos documentos originais da fundação de Itacoatiara constam a elevação da missão Jesuíta a missão Canumã e desta a missão Abacaxis que culmina na Vila de Serpa em 1759.

### 3.1 A HISTÓRIA DA CIDADE DE ITACOATIARA E O LAGO DE SERPA NO PROJETO PEDAGÓGICO

A história da cidade de Itacoatiara/Am está ligada ao Quilombo do Lago de Serpa. Elaborar um Projeto pedagógico que sirva de norteador dos problemas existentes num Quilombo na contemporaneidade e o reconhecimento do valor de um povo que construiu a história do país deve representar aporte de extrema importância na proposta pedagógica de uma escola quilombola.

Ao todo foram entrevistados 6 alunos, 3 menores da Escola Municipal em foco e 2 maiores da Escola parceira. O menor Antonio Carlos, aluno do 4º ano, em resposta a pergunta: “Você sabe o que é um Projeto Pedagógico?”, ele respondeu: “mas para que serve isso?” (entrevista em 17/10/2021). Dos entrevistados menores de idade, 3 responderam que não sabiam o significado de tal documento e 1 respondeu de uma forma interessante:

Nunca ouvi falar nisso, mas eu já participei de uma gincana que o professor disse que era para fazer um documento. Eu não entendi qual o documento, mas ele disse que iria melhorar p nós. Achei parecido com o que a senhora disse na reunião com nossos pais. (Joana-Entrevista oral em 17/10/2022)

A aluna Joana referiu-se ao dia da reunião com os pais cujo objetivo era explicar a importância do projeto pedagógico. Contudo, confundiu a atividade “gincana cultural” para fins de aprofundamento na disciplina “ciências do meio ambiente” com a proposta em questão, o que significa desconhecimento com o objetivo da proposta pedagógica. Os 2 alunos maiores posicionaram-se da seguinte forma:

Projeto Pedagógico seria o que foi explicado na reunião com a comunidade? Eu e minha família nunca fomos convidados pra fazer parte de nada na escola a não ser o futebol no campinho que uma vez eu e meu irmão participamos. Como posso saber se meu povo é importante? Sei que nós é muito, mas eles querem nos tirar daqui. (Carlos Eduardo, aluno maior, entrevista em 21/10/2022)

Não sei o que significa isso, mas um dia o diretor falou que é importante nossa participação sim. Nós tem muita preguiça, mas de vez em quando fazemos peça sobre a comunidade que nós vive. A Elisa, pedagoga comprou um joguinho sobre a história do Brasil e nós participa toda vez. É de criança, mas ajuda a distrair. (Márcio Afonso, aluno maior, entrevista em 2/10/2022)

Os professores da escola “X” foram unânimes em declarar que na escola quilombola não havia projeto pedagógico. Os docentes da Escola parceira sabiam da existência de Projeto Pedagógico, na referida escola, mas não compreendiam sua importância. O Quilombo de Itacoatiara por meio de seus membros respondeu:

Eu nem sabia que projeto pedagógico teria que envolver a comunidade porque pelo que eu sei escola é para a meninada e quilombo é quilombo... imagina criança e professor tendo que fugir da polícia carregar água e brigar pelo transporte acredito que cada um deve ficar no seu lugar (Sr. Manoel Roberto, remanescente de quilombo, entrevista em 22/10/2021)

Moça, deixa quieto... esse negócio de tanto projeto só atrapalha. A escola já não dá aula imagina entrando um projeto assim... Porque eu tenho que participar e porque eu tenho que responder depois meu nome vai para o jornal aí não vai prestar. Aqui só entra pessoas para levar nosso nome por jornal e depois não fazer nada por nós então deixa a escola no seu lugar (Sra. Célia Maria, remanescente de quilombo, entrevista gravada em 22/10/2021)

Eu nunca ouvi falar de Projeto Pedagógico. A Senhora explicou tudo e não disse nada... eu nunca ouvi falar que eu teria que ir para a escola do meu filho falar sobre meus problemas. Os meus problemas são meus não são da escola é melhor que cada pessoa faça a sua função...Um dia desses a professora do meu filho me chamou para ajudar aí eu falei que estava ocupada, ela ficou chateada e disse que eu não acompanhava meu filho só porque não pude varrer a escola. Eu não posso estar varrendo a escola toda hora então cada um cuide do que é seu. (Sra. Ana Carla, remanescente de quilombo, entrevista em 22/10/2021)

Destacou-se os depoimentos com algum conteúdo informativo das entrevistas com os membros da comunidade quilombola do Lago de Serpa. Ressalta-se aqui a existência de pais de alunos como membros mais antigos da comunidade, como o caso da Sra. Ana Clara. Os 35

entrevistados foram unânimes em responder que não sabiam o que era Projeto Pedagógico e não compreendiam em que poderia ajudar.

Entrevistou-se ainda o Coordenador Geral da educação quilombola no município de Itacoatiara, Sr. Antônio Leal e o responsável pelas escolas pesquisadas, sr. João Antônio e sr. Pedro Paulo (Entrevistas realizadas em 18/10/2021) que foram categóricos em afirmar a inexistência de projeto Pedagógico na escola municipal Engenheiro Casseano Secundo.

Por meio dos depoimentos da comunidade escolar, membros Quilombo de Itacoatiara/AM e coordenação educacional do município constatou a inexistência de Projeto Pedagógico na escola do Quilombo de Itacoatiara.

Por meio do Parecer do Conselho Nacional de Educação número 16 do ano de 2012 da Câmara de Educação Básica, observa-se a denominação de quilombolas como comunidades tradicionais e destaca-se a necessidade de uma relação profunda com as dimensões sócio-históricas e políticas, econômica e educacionais. Torna-se impossível falar de Educação Quilombola sem a devida consulta ao histórico das comunidades envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse aspecto, a força política de um Projeto Pedagógico ainda estava longe de ser compreendida ou acionada.

### **3.1.1 Projeto Pedagógico de Escola Quilombola: “Para que serve?”**

Apresentar os objetivos de um projeto Pedagógico não foi tarefa fácil. A pergunta subtítulo desse momento discursivo, foi de um aluno do turno noturno, Educação de Jovens e Adultos- EJA ao ser arguido sobre o seu conhecimento acerca de um projeto Pedagógico. A resposta ao questionamento foi : “E, para que serve?” ( Márcio Afonso, 22 anos, 18/10/2021). Nota-se que pelo menos nessa turma, não foi explicado os benefícios de um Projeto Pedagógico.

De uma forma democrática e participativa deve ser a construção da proposta pedagógica de uma escola quilombola. Planejar solidariamente para construção de uma realidade não consiste em organizar relatórios e dados, mas conhecer o presente para transformar o futuro. A pergunta: Você conhece as principais dificuldades do quilombo, no qual você reside? As três respostas, dos alunos da escola em foco, foram:

Quem sabe dessa resposta é minha mãe. Eu só vi um dia meu pai triste porque queriam tomar nossa casa (Joana, aluna menor de idade, do 6º ano, 25/10/2021)

Sobre o quilombo, não conheço muito, mas ouvi falar que no quilombo antigo eles sofriam muito que nem a gente. Acho que não gostavam deles por serem negros. No Quilombo não existe escola com todas as séries de ensino. Ai precisamos correr atrás de vagas. Preferi fazer EJA mesmo (Aluno maior, Carlos Eduardo, Entrevista em 25/10/2022)

Se não tiver mais pandemia, vai ficar tudo bem, porque minha mãe e meu pai brigam constantemente devido a casa ser pequena e ter que ficar 15 pessoas numa mesma casa de 1 quarto ( Márcio, aluno do 4º ano do Ensino Fundamental, 25/10/2021)

A primeira resposta referia-se ao momento em que empreiteiros lotearam e tentaram vender os terrenos dos remanescentes de quilombos. O fato principal é que o documento de posse dos terrenos foi averbado e concedido parecer positivo pelo Ministério Público, contudo está aguardando os parâmetros legais para a posse definitiva dos imóveis, a saber o direito que adquiriram por receberem o título de remanescentes de quilombos.

A luta pela escola no quilombo foi outro momento de tensão. Ocorreram várias reuniões, instigadas pelo presidente da comunidade e pelo pesquisador, na ocasião dos fatos, Claudemilson Oliveira, apoiada por Thyrso, documentarista. Depois de longos embates na justiça, construíram a escola, sem as devidas condições necessárias. Contudo, é o primeiro passo para uma escola que de fato atenda a demanda do quilombo. A terceira resposta, deve-se ao fato da inadequação das moradias dos quilombos para a convivência de mais de 8 pessoas em cômodo de três compartimentos.

O historiador/Geógrafo foi arguido sobre as principais lutas dos moradores do Quilombo de Serpa e as parcerias com os movimentos negros para a conquista de direitos garantidos constitucionalmente mas não adquiridos na prática.

O descrédito na história do quilombo...a pressão exercida por empresários e fazendeiros em não aceitar o quilombo...a incredulidade das autoridades de Itacoatiara (Prefeitura, Tribunal de Justiça, Cartórios, Câmara municipal dentre outras) sobre a existência do quilombo de Serpa, a dificuldade de comunicação com a fundação cultural Palmares- FCP...a falta de bibliografia sobre o quilombo...a desistência de algumas famílias em aceitar a história do quilombo. (Professor Doutor Claudemilson Santos de Oliveira em 18/10/2021)

Conforme esse momento discursivo, conforme afirma Freire (2006), não basta delinear objetivos de um Projeto Pedagógico, porém, conhecer a comunidade deve representar o ponto fundamental e inicial para solidificação de cada meta proposta. Nesse aspecto, torna-se uma proposta que contém os anseios da comunidade e as sugestões práticas de melhoria.

Toda ação proposta, para a construção do Projeto Pedagógico de uma escola quilombola, deverá envolver gestor, pedagogo, comunidade escolar em geral e os moradores do Quilombo numa força propulsora em prol da socialização e que vise a luta para o alcance de seus maiores objetivos, respeito às diferenças e a valorização das diferentes culturas.

Precisa estruturar essa escola, mas essa estrutura perpassa pela qualidade da educação. Aqui é cada um por si. Todos estão insatisfeitos... Eu nunca ouvi falar de projeto pedagógico nessa escola na verdade eu sempre acreditei que o município coordenava tudo e nós só tínhamos que obedecer. (Professora Ana Cláudia 26/10/2011)

Por meio de tal depoimento, sentiu-se a necessidade de ir mais fundo, para verificar a real existência de um norteamento pedagógico. A próxima ação foi identificar quais os professores já estavam familiarizados com a importância de um Projeto Pedagógico. Segue os depoimentos dos professores:

Eu senti a necessidade de argumentar sobre essa proposta porque o nosso tempo é curtíssimo e não dispomos de outro tempo. Não conheço plenamente a proposta. No entanto as reuniões foram esclarecedoras. Sei que pode representar grande importância. Estou a disposição. (Professora

Na escola anterior trabalhávamos com Projeto Pedagógico, mas não em sua profundidade. Um dia tivemos uma palestra sobre o assunto e parou por aí. No início foi muito bom, depois parece que esqueceram e não houve mais atividade. Hoje prefiro não me comprometer porque o nosso tempo para planejar é muito curto. (Professora

Por meio das respostas e interações com a comunidade escolar obteve-se a compreensão sobre o não reconhecimento da importância do Projeto Pedagógico. Assim, apontou-se a necessidade de mais duas reuniões, além das planejadas, o que se obteve a concordância de

todos, observando-se todos os devidos cuidados em período pandêmico.

A reunião contou com a seguinte pauta: Reconhecer Projeto Pedagógico como instrumento fundamental para consolidação da identidade da escola quilombola, o que possibilitou maior participação da comunidade na luta pelos seus direitos; Destacar os principais problemas da escola e do Quilombo de Itacoatiara/AM; Articular ações do PP com as propostas educacionais das redes Municipal e Estadual por meio do reconhecimento das reais necessidades do Quilombo; Propor a implantação de um Projeto Pedagógico que reflita a realidade da escola e do quilombo e que contemple o histórico de vida dos remanescentes de quilombolas; Criar momentos para organização das discussões pedagógicas com participação dos diversos segmentos existentes na escola e no quilombo.

A reunião ocorrida no dia 25 de outubro de 2021 contou com representantes da comunidade Quilombola, alunos e professores, num total de 93 participantes. Por motivo desconhecido, não houve participação do gestor da escola em estudo. Contudo, tanto gestor como os representantes da escola em foco, contribuíram em seus depoimentos de forma escrita.

Em tal reunião, observou-se a necessidade de mais 3 reuniões que pudessem dirimir as dúvidas que ainda persistiam. As reuniões ocorreram nos dias 27 a 29/10/2021 e contou com 110 participantes. Das reuniões para explanação dos objetivos e benefícios de um Projeto Pedagógico, elencou-se as principais dúvidas e questionamentos:

Por que o Projeto Pedagógico não se denomina Projeto Político Pedagógico? (Professora Carolina em 27/10/2021);

Qual o fundamento legal do Projeto Pedagógico? (Professor Yan em 28/10/2021);

Quais os benefícios para a comunidade quilombola (Presidente da comunidade quilombola em 28/10/2021);

O que vai melhorar para nós? (Márcio, aluno menor, em 29/10/2021).

Como será organizado a questão do trabalho pedagógico? (Professor Roberto Soares em 29/10/2021);

Vão deixar de querer roubar nossa terra? (Sr. Ronaldo, membro da comunidade quilombola em 28/10/2021);

Será que vão ampliar a escola e colocar uma quadra? Assim não dá para os nossos filhos estudarem. Aí temos que ir para a cidade (Sra. Socorro, membra da comunidade 29/10/2021)

De forma participativa, procurou-se esclarecer cada dúvida e questionamento, sem contudo, ter a pretensão de por fim a discussão que foi avaliada como proveitosa e esclarecedora. O primeiro questionamento da professora professora Carolina, levou alguns minutos para explicação e perpassou pelo fato de que todo projeto Pedagógico é político<sup>79</sup>. Nesse aspecto, explorou-se passo a passo de um Projeto Pedagógico para uma escola quilombola.

Para resposta ao questionamento sobre o porquê não consta o termo “político” pedagógico, explicou-se inicialmente a compreensão de tratar-se de um Projeto Pedagógico com ação de intencionalidade e em sua essência ser um projeto político, pois está intrinsecamente ligado a representatividade coletiva e individual. Portanto, torna-se intencional por ter como um dos objetivos principais, atender aos interesses pedagógicos da escola e da comunidade a qual está inserida. Nesse aspecto, acredita-se que político e pedagógico são palavras que caminham juntas pela própria ação de intencionalidade da educação ligada diretamente a formação de cidadãos, o que contará com a organização do trabalho pedagógico.

Quanto a indagação sobre a base legal para um Projeto Pedagógico, delineou-se alguns aspectos como a prerrogativa legal constitucional, Artigos 205 ao 214 que trata da organização da educação e a LDB 9.394/96, em seu artigo 3º e do 12º ao 14º. A discussão sobre o Art.13 referente a responsabilidade do professor (a) onde retrata o dever de participar e elaborar juntamente com o coletivo, o Projeto Pedagógico da escola, assim como cumprir o planejamento de trabalho conforme rege o inciso segundo.

Por meio de apresentação power point, com exposição no próprio computador da pesquisadora, expôs-se os artigos nomeados no parágrafo anterior com o título “Projeto Pedagógico, o parceiro de todas as horas” de autoria da pesquisadora. O ponto culminante foi o artigo 14, onde define os princípios de uma gestão verdadeiramente democrática e propõe a participação de forma ativa dos profissionais que atuam na área educacional na elaboração do Projeto Pedagógico.

Quanto a Lei 9394/96, explicou-se a ampliação dos horizontes educacionais e estabeleceu-se a importância da educação ir além da sala de aula. Nesse momento, deu-se ênfase a participação dos professores, alunos, comunidade estudantil e dos membros do próprio

---

<sup>79</sup> É político porque a escola representa um espaço de formação de cidadãos, conscientes (ou não). É um espaço de formação de opiniões, onde os sujeitos atuarão de forma individual e/ou coletiva provocando mudanças na sociedade. Tais mudanças poderão gerar fortes impactos de forma positiva ou negativa.

Quilombo na elaboração do documento. Acrescentou-se ainda a importância de incluir a história do quilombo antigo e contemporâneo como uma das ferramentas do Projeto Pedagógico, o que poderá contribuir na luta pelos direitos fundamentais conquistados por meio da Constituição e outros ainda não conquistados.

Ainda na parte legal do Projeto Pedagógico, discorreu-se sobre as DCNs para a educação Básica oriunda da LDB, onde estabelece as normas para os estabelecimentos de ensino conforme preconiza o CNE e isso inclui todas as etapas de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio, Educação Profissional e todas as modalidades de educação Especial, Educação de Jovens e adultos, Educação do Campo, Educação escolar indígena, Educação Quilombola por meio da Resolução CNE/CEB nº 8/2012. Abrange ainda os temas transversais como Educação Ambiental, Direitos Humanos, Fiscal, Direito do Consumidor, das Relações Étnico-raciais por meio do Parecer de nº 3 CP/CNE, de 10/03/2004 e 22/2004-CEB/CNE e educação para o Trânsito.

E para que serve as Diretrizes? (Indagação do professor Áureo, em 29/10/2021). Explicou-se que o objetivo das Diretrizes Curriculares Nacionais será a organização dos currículos e dos Projetos Pedagógicos de tal forma que garanta uma formação integral e o desenvolvimento pleno do cidadão, o que preparará o aluno para a continuidade de seus estudos conforme sua opção.

Argumentou-se ainda sobre a importância do Parecer de nº 5 CEB/CNE instigando-os a refletir sobre a intencionalidade da educação quilombola. Nesse aspecto, a gestão de forma democrática foi apontada como de importância ímpar. Formar verdadeiros cidadãos, conscientes de seus direitos e deveres foi o pilar destacado pelos entrevistados. Nesse momento discursivo, o aluno maior, Márcio Afonso (entrevista em 29/10/2021), relatou que têm uma filha com síndrome de Down e que a criança já está com 10 anos e não estuda por falta de especialização dos professores que atuam na escola quilombola. Questionou ainda, se tinha como “esse projeto Pedagógico” ajudar a filha dele.

A discussão sobre as especificidades de atendimento educacional acalorou-se a tal ponto que algumas pessoas relataram sobre crianças e adultos que necessitavam desse apoio pedagógico. Regozijaram-se quando foi lhes explicado que o Atendimento Educacional Especializado deve representar a outra força propulsora do PP, o que representa um dos ícones de fundamental importância no Projeto Pedagógico de uma escola, seja ela quilombola ou não, em todas as suas etapas. Noutro aspecto, é orientação da SECADI (2009), conforme a Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13146/2015), que a Educação Inclusiva seja um dos pilares do Projeto Pedagógico.

Discorreu-se em outro momento da reunião, sobre a importância de avaliar e reestruturar o Projeto Pedagógico conforme o período estabelecido pela comunidade escolar. A Resolução nº 2 CNE/CEB instituiu as DCNEM e dentre as orientações, estimula a reescrita do Projeto Pedagógico, de forma coletiva, após a avaliação de sua execução, o que deverá, o que deverá respeitar as várias concepções na área educacional assim como a pluralidade de idéias.

A escola quilombola não oferece Ensino Médio, pela sua estrutura, número de salas de aulas e falta de professores especializados no Quilombo. Contudo, a membra da comunidade, Sra. Nazaré Leitão, demonstrou o desejo de a escola atender alunos nessa etapa de ensino. E talvez, motivados pela senhora Nazaré, outras mães e pais se manifestaram. Das entrevistas elencamos as falas abaixo:

“meu filho pega a estrada sozinho, até chegar no ônibus, muito perigoso, já sofreu assalto e um tio foi morto por ladrão, seria muito bom que a escola oferecesse ensino médio” (Sra. Nazaré Leitão, membra da comunidade, mãe de aluno do Ensino médio que precisa estudar na cidade, entrevista em 28/10/2021).

“minha filha precisou atrasar muito, precisava que ela ficasse mais adulta tinha muito medo de ela pegar a estrada sozinha. Sei que está muito atrasada mas só agora, ao completar 15 anos, deixei que ela estudasse na cidade. Ela parou na nona série. Na ocasião não tinha esse tipo de atendimento (Sr. Walmir Santana, membro da comunidade, pai de aluna do nono ano, entrevista em 30/10/2021).

Grandes obstáculos para a comunidade quilombola conseguir fazer parte da concorrência acirrada do mercado de trabalho. Apesar de não ser o foco da pesquisa, sem ao menos o ensino médio de qualidade, sempre ficarão aquém dos demais alunos. Para a oferta do Ensino médio, a escola Municipal em foco, não necessita apenas do espaço físico adequado, porém deverá contar com um quadro de professores especializados, de preferência quilombolas.

O papel da escola e a forma como é oferecido o trabalho escolar trará em seu bojo elementos físicos, culturais, religiosos, econômicos e políticos em todas as etapas de ensino e de forma mais abrangente, no ensino médio. Toda essa especificação faz parte de um Projeto Pedagógico de uma escola quilombola.

As Diretrizes Nacionais para a educação básica traz a Resolução nº 4 de 13/07/2010. E todas as Diretrizes curriculares de cunho Estadual. Para Libâneo (2004), o Projeto Pedagógico deverá explicitar e detalhar seus objetivos, metas e ações o que deverá expressar os principais

problemas que envolvem a comunidade com o intuito de amenizar ou resolvê-los por meio de uma ação participativa escola/comunidade e vice-versa.

Celso Vasconcelos (1995), afirma que o Projeto Pedagógico, por meio de sua metodologia, tem o poder de intervenção tanto na escola como na comunidade, num processo de transformação, o que estará ligado ao espaço para auto-crítica e mudanças contínuas na comunidade e na escola. Sua dimensão política estimula a participação e deverá estar ligado aos diversos segmentos escolares.

Outra vertente de fundamental importância de um Projeto Pedagógico é o fato de permitir o diálogo com diferentes campos do conhecimento. Nesse aspecto, entrará em foco, além da área científica, filosófica, política, artística, cultural e tecnológica, o momento ideal para o enxerto da história da comunidade, cidade, Estado e país onde está inserido o Quilombo.

Temas como: moradia, tempo e hora para organizar o trabalho em suas diferentes áreas, a importância da agricultura e do extrativismo, dentre outras, representam partes integrantes das propostas pedagógicas de uma escola quilombola. A questão territorial achará respaldo nas discussões políticas e culturais, o que encontrará legalidade conferida pela Constituição de 1988 e privilegiará o enfoque legal.

No diálogo com a representação pedagógica do município de Itacoatiara, sobre a existência de algum Projeto Pedagógico, norteador das atividades, ele respondeu que aguardava uma reestruturação da escola quilombola para propor um projeto pedagógico (Antônio Leal, responsável pela educação quilombola no município de Itacoatiara, entrevista em 28/10/2021)

A ação proposta em um projeto Pedagógico deve ser em primeiro lugar, transformadora (FREIRE, 2006) e possuir um cunho educador em todas as áreas. Elementos que gerem ação coletiva devem possibilitar acordos, diálogos do coletivo, focos motivacionais em prol do crescimento educacional. Para o autor, as propostas pedagógicas terão o objetivo de elevar o senso crítico da comunidade escolar.

O desafio da escola e comunidade é planejar a partir do que possui (VEIGA & RESENDE, 1998). Para o autor, esse ponto de partida permitirá elaboração de ações futuras cuja intenção é realizar algo comprovou haver necessidade. Nesse aspecto, fortalecer o diálogo e o respeito ao ser humano, deve representar o foco da proposta pedagógica de qualquer escola, principalmente em escolas quilombolas que possuem um vasto histórico de segregação. Tornar um ambiente escolar de fato democrático requer a motivação em prol do desenvolvimento da autocrítica, indica ainda, um diálogo tão aberto, capaz de recriar a prática pedagógica, o que gerará autonomia em todas as direções de aprendizagem. Esse é um caminho oposto às políticas capitalistas.

### 3.2 ESCOLA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA VERSUS ESQUECIMENTO.

A modalidade “Educação Quilombola” está vinculada, em parte, a nova cartografia, o que possibilitou o reconhecimento de um grupo historicamente excluído. Destaca-se ainda que a educação foi um dos ícones motivacionais para mobilização das comunidades quilombolas em nível nacional, com respaldo no artigo 68 da Constituição de 1988.

No mesmo enfoque, os movimentos sociais negros sempre tiveram a educação como uma das frentes de lutas, no entanto, a questão educação quilombola não era ícone central de discussão, o que é digno de compreensão, por constatar-se que antes da Constituição não existia documentos legais para reconhecimento dessas comunidades.

As comunidades quilombolas eram vistas como viés culturais, sítios arqueológicos e histórias do passado e isso representou um ponto positivo por mostrar a cultura dos quilombos da antiguidade, no entanto, tentaram engessar os quilombos da atualidade com o foco de não os deixar crescer com suas vertentes contemporâneas. Contudo, não houve emolduração em sua totalidade, graças aos movimentos sociais e outras interferências de teóricos e pesquisadores conscientes da causa.

O quilombo contemporâneo escreve uma nova história, dessa vez, por meio das reivindicações em todas as áreas, onde exigem seus direitos básicos, como: território próprio, energia elétrica, saúde, escola dentro do quilombo, dentre outros. Nesse aspecto, tais ações contêm em seu interior, o exemplo e a história de seus ancestrais que motivaram tais momentos de lutas.

A Educação escolar quilombola contemporânea, é considerada como marca de esquecimento, talvez pelo fato de sua especificidade, o que exige uma nova organização do currículo e um Projeto Pedagógico para cada estabelecimento de ensino. Tais propostas têm como dever primordial, considerar todo o histórico, cultural, social, religioso e aspectos singulares de alimentação e formas de sobrevivência no quilombo. Nesse aspecto, tal especificidade de educação, segue parâmetros legais quanto ao local e o tipo de aprendizagem a ser desenvolvida.

A educação escolar quilombola deve acontecer em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu

quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p. 1)

Pensar o currículo quilombola requer a apresentação de um Projeto Pedagógico para as escolas construídas nos quilombos, o que não existe na região do Baixo Amazonas. Contudo, da mesma forma que deve ser estruturada a educação dentro das comunidades, os remanescentes de quilombos atendidos em estabelecimentos externos aos quilombos de origem, devem ser partícipes de uma educação transformadora onde contemple a riqueza histórica dos quilombos, preservando-se as conexões entre o passado e presente em todas as suas dimensões, valorizando o crescimento alcançado pelo quilombo da atualidade.

Ressalta-se que a defesa da educação escolar dentro e fora dos quilombos é necessária e considerada via mobilizadora. Acrescenta-se ainda, ao histórico de segregação, as maiores sequelas a serem superadas como o racismo, preconceito e discriminação, ligados as desigualdades sociais, abismos históricos entre pretos e brancos. Tais pensamentos e atitudes são descritas intensamente, direta e indiretamente em materiais de toda ordem pedagógica, seja didática, de formação ou veiculada pela mídia. Representam as marcas do Brasil colônia.

Anteriormente, a construção da base nacional curricular, procedia de poucos que conheciam o histórico de segregação sofrida pelos negros e especificamente pelas comunidades quilombolas. Geralmente eram estabelecidas normas diretamente emanadas dos mecanismos de poder do Estado. A educação foi a maior arma usada contra um grupo social. Tal arma mortífera, tornou inferior, excluiu historicamente e consolidou suas ações no seio da escola.

Nesse aspecto, o foco é romper com a injustiça social histórica por meio da educação escolar quilombola. Utopia? Nunca foi, ao considerar que a função da educação é apagar definitivamente as marcas deixadas pela colonização e propor uma reparação sócio-histórica, cultural e religiosa. A Lei 10.639/003, traz como uma das metas a correção de tal injustiça social na vida dos remanescentes de quilombos. Tais desigualdades sociais apresentam-se em forma de exploração, dominação, dentre outras formas de usurpação dos direitos humanos.

O imaginário histórico Brasil colônia, impregnou-se na sociedade e mitificou a educação. Pode-se afirmar que a construção do currículo escolar nacional, apresentou melhoras significativas com a nova BNCC, onde iniciou-se uma consulta às comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras. Isso significa que o grito dos movimentos sociais tem alcançado êxito, ainda que parcial. Contudo, poucas são as escolas em território quilombola e a questão pedagógica ainda é uma lacuna a ser preenchida.

### 3.2.1 Implementação Da Lei 10.639 na Escola do Quilombo de Itacoatiara

A alteração da Lei de Diretrizes e bases da educação, no ano de 2003 e a chegada por meio da Lei 10639/03 que incluiu em todos os currículos oficiais de ensino a "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" representou uma grande conquista para o Quilombo do Lago de Serpa. Na entrevista com Márcio afonso, aluno maior, ao perguntar: “Como você descobriu que poderia se autodeclarar como remanescente de quilombo? Conte um pouco da sua história?” ele declarou:

Sempre soube que era remanescente de Quilombo, mas minha própria família me orientou a esconder isso, primeiro porque fomos ameaçados a não falar sobre o assunto porque havia gente querendo nossa terra. Minha mãe disse para não fazer o pessoal ficar com raiva pois garantiram que iríamos ficar sem terra. Sou tataraneto do Sr. Leal, um dos primeiros moradores do Quilombo, ele trabalhou na serraria daqui de Itacoatiara, mas a família sempre morou no Lago. Com a Lei que valoriza a gente, deu pra falar sem medo na escola. Agora a gente pode falar, ainda com um pouco de medo no Quilombo. Você sabe, as terras não são nossas ainda. (Márcio Afonso, entrevista, em 19/10/2021)

Alguns membros da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara, AM tinham medo de autodeclarar-se remanescentes de quilombo. Empreiteiros comerciantes. assumiram alguns terrenos como “verdadeiros donos” e fizeram um “acordo” vocês não falam que são quilombolas e permanecem o tempo que quiserem nas terras. Ocorre que nem todos aceitaram a farsa.

Não sabia que possuía esse direitos não. Um dia alguém procurou por mim e falou para assistir uma aula sobre essa lei ai que a senhora falou. Então fui. Ai intendi que não devo me envergonhar. A minha cultura tem valor. Ainda que seja só p gente. O professor Antonio disse que temo direito de mostrar nossa arte, cultura, até de fazer o samba do santo. A senhora não sabe? Pois é, precisa saber, cada santo tem um estilo de se apresentar. O samba do santo é uma forma de receber a entidade que

proteje nós. O padre disse que isso é do cão. A pastora dali expulsou isso de nós. Mais professora, eu amo Deus. Não sou do homem sujo não.

A declaração do aluno aponta para a sagacidade de um povo que chegou no Brasil para expulsar e denegrir a cultura, a representação religiosa e a riqueza histórica dos quilombos. A história antiga se repete na atualidade por meio da imposição de valores. Para eles, estabeleceu-se as suas “verdades”. O que o aluno disse em poucas palavras é que sabia de suas origens e o professor Antonio, citado no depoimento, o instruiu a assumi-las. Nesse aspecto, a implantação e implementação da Lei supra gerou resultados significados para aquele grupo de alunos.

A assinatura da Lei 10639/03 concretizou-se graças as lutas incansáveis dos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro (GONZALEZ, 1984). No primeiro parágrafo da lei supra, é citado que em todo conteúdo disciplinar deverá constar a história da cultura negra e a formação da sociedade com fins de trazer a memória, a contribuição do povo negro e sua importância para a história do Brasil.

A forma de aprofundamento da Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, outorgada no mês outubro do ano 2004 munuiu a comunidade escolar sobre as orientações, princípios e fundamentos para aplicar o conteúdo em sala de aula.

O Professor Antonio Pedro, em sua entrevista do dia 21/10/2021, ao ser arguido sobre a forma de implementar a Lei em sala de aula, respondeu: “ pra mim é edificante saber que falarei dos direitos de um povo tão sofrido... Os alunos são motivados ao reconhecer isso”. Como relatado pelo aluno, na entrevista anterior, de uma forma ou de outra, o ensino sobre a cultura africana no Brasil era lembrada nos livros de História. Assim, todos que responderam a pergunta, ouviram falar, assistiram palestra ou aprenderam com um professor de forma individual. O importante é que contemplavam o referido ensino, inclusive com grandiosas festas no dia da consciência negra.

Para melhor estabelecer a obrigatoriedade imposta pela lei 10639/03 foi homologada a Lei 11.645/08 com fins de orientar a sua forma de implantação. Não seria apenas a obrigatoriedade, porém, foi estabelecido que o ensino da cultura afro brasileira constasse nos currículos do ensino fundamental ao ensino médio, o que elevou o nível de exigência pedagógica quanta a sua forma de implementação.

### **3.2.1.1 Descendência de escravos: “Não sou e nem fui escravo”**

A reflexão sobre o significado da palavra escravo levou a pesquisadora a compreensão de que a frase “não sou e nem fui escravo” na entrevista com o professor Antonio (Entrevista em 19/10/2021) se referia a situação do trabalho escravo, o que acontece até nos dias atuais. Portanto, ser escravo atualmente, na visão do educador, está ligado a condição de exploração do trabalho (MARX, 1984). Para ele, as pessoas foram escravizadas e algumas permanecem nessa condição.

Naturalizar o termo escravo, remete aos interesses dos que hierarquicamente detêm o poder. Além de ser termo pejorativo, traduz passividade e submissão, o que com certeza não aconteceu (NASCIMENTO, 1968) . Eles lutaram pelos seus direitos, contra toda força dominante da época. Muitos morreram, porém foram referência para os que ficaram para contar a história (GONZALEZ,1984). E isso o fizeram com dignidade e respeito. Desmistificar a história imposta pelo colonialismo é a função da escola. No entanto, muitas dúvidas ainda residem ao referir-se a Lei 10639/2003.

Professora, eu sei que vem nos livros didáticos e precisamos obrigatoriamente ensinar, mas ha necessidade de um maior aprofundamento. Eu sei que houve escravidão, mas como falar da luta de um povo se até ha pouco tempo, falava-se sobre o descobrimento do Brasil, quando sabemos que nunca houve descobrimento porque a terra era habitada e desprezaram os primeiros moradores. Sei também que em Pernambuco, devido o crescimento do comércio canavieiro eles lutaram para que os negros nunca fossem libertos. Isso aconteceu em 1631, mas eles e outros comerciantes, representados até os dias atuais lutam pela permanência da escravidão. (Entrevista realizada em 19/10/2021, Helena Cláudia, professora e historiadora)

A proposta da Lei 10.639/03 é justamente essas novas diretrizes, não só ensinar porque consta nos livros didáticos, porém, a sua importância na formação e construção do Brasil. São sujeitos históricos comprovadamente (GONÇALVES, 2006). Valorizá-los é questão sócio-histórico e cultural.

Professora, a senhora me fez uma pergunta difícil, primeiro porque o que eu entendo disso é que deve haver festa para a consciência negra. Um dia fizemos uma grande festa e teve um palestrante de fora. Em sala de aula ... só lembro de ter passado atividade sobre a cultura dos escravos. Ah professora, segundo não se refira a mim como descendente de escravos , todos nós nos sentimos mal com isso. Remanescente (só) ou quilombola é melhor. Por que? Digamos que é muita humilhação pra

nós. (Entrevista em 21/10/2021, Sr Carlos Eduardo, aluno maior)

O aluno maior, Carlos Eduardo, demonstrou pouco conhecimento sobre a real importância da Lei, no entanto, uma visão mais ampliada do “ser quilombola”. Pensamentos, artigos, música, dança, culinária, religiões de matrizes africanas, representam a cultura de um povo que resistiu aos maltratos da escravidão e permanecem construindo história.

A luta contra o preconceito e discriminação étnico- racial é um dos ícones para ser lembrado no dia demarcado para essas discussões, no entanto, tal discussão deve ser latente durante o ano todo. O dia da consciência negra, 20 de novembro, é um direito conquistado por meio da Lei supra, no entanto, deve representar o ponto culminante e não o único dia de estudo sobre o tema.

### 3.3 A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO : ZUMBI DOS PALMARES “O PONTAPÉ NA VIDA ESCRAVA”

Ao perguntar do Sr Alvaro, morador antigo do Quilombo de Serpa, Quem foi Zumbi? ele respondeu” “Ele deu o pontapé na vida escrava”.Resposta consciente de um povo que sabe o motivo do início da luta. Contudo, de 33 entrevistados com a pergunta: Quem foi Zumbi? informaram pouco sobre os bastidores da luta, o que demonstrou falta de intimidade com o tema. Apenas 5 disseram que não sabiam falar nada sobre o assunto.

Os livros de história não falam com propriedade do histórico do grande líder dos quilombos, nem sobre a vida dos escravos. Djamila Ribeiro (2019), expressa na introdução de seu livro “Pequeno manual antirracista” como foi repassada a história da escravidão para ela quando estava na posição de aluna. Os livros didáticos, repassam a história como se fosse uma história única sem passado e nunca explicaram que os escravos eram arrancados de sua família, de sua forma de viver, de sua cultura.

Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o

Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava— palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem. (RIBEIRO, 2019, p. 7-8)

O relato de Djamila Ribeiro refere-se a sua infância. A autora reflete ainda que mesmo sendo filha de negros e participando de debates sobre o assunto, foi difícil compreender as farsas do racismo, tornando-se assunto de maior complexidade para quem refletiu pouco ou nada sobre o tema. Nesse aspecto, nas entrevista com a comunidade escolar, alunos e professores, cuja pergunta foi: “Pra você, quem foi Zumbi dos Palmares?”. Segue as respostas dos 4 Professores (entrevista realizada com 2 professores brancos e 2 remanescentes de quilombo em 17/10/2021)

Foi um homem que lutou pelos direitos dos escravos. Só lembro disso. Por que ele lutou. As causas que o levaram a luta já não lembro, mas já ouvi falar muita coisa sobre os seus feitos. Sei que era negro e filho de escravos (Prof João, Entrevista realizada em 21/10/2021)

Foi o herói do quilombo antigo. O porquê dessa luta deve ser pelo fato de não ser bom ser escravo, né? Mais acredito que ainda hoje tem muito escravo disfarçado. Não é bom trabalharmos para os outros sem ganhar nada. Pelo menos isso que eu penso. (Prof Antonio, Entrevista realizada em 21/10/2021)...

Nossa!!! faz tanto tempo que até esqueci...Ja ensinei esse assunto quando fui professor do oitavo ano. Genteeee quem imaginaria que pudéssemos falar sobre esse assunto de novo. Quando falo de Brasil Colônia não posso deixar de falar que ele foi o precursor da luta. (Prof Carlos, Entrevista oral realizada em 21/10/2021)...

Foi o primeiro que morou nos quilombos. Não conheci a história dele não. Um dia um professor aqui mesmo da escola, no dia da consciencia negra fez uma peça teatral que retratava a luta dos escravos. Um aluno representou o zumbi. (Prof Ricardo, Entrevista realizada em 21/10/2021).

Dos 5 alunos, 3 menores (porque 1 não recebeu autorização para participar) e 2 adultos, nas questões de múltipla escolha, 3 marcaram que foi “um homem que lutou pela liberdade dos negros”, 2 não sabiam responder. Ao questionar se tinha algo mais a colocar sobre a vida do grande lider precursor dos quilombos, todos foram unânimes em responder que não conseguiam

lembrar, ou que desconheciam.

Os membros da Comunidade quilombola (32) responderam na seguinte proporção, 12 afirmaram ter sido um homem de luta, 20 desconhecem a história (entrevista realizada em 17/10/2021). Se o próprio quilombo, em sua maioria desconhece a história de Zumbi dos Palmares e a comunidade escolar ainda que de forma parcial e simplificada, reconhece a importância do precursor da luta quilombola, o Projeto Pedagógico encontrou o ponto chave para unir essas duas forças em prol do fortalecimento de ambas.

Zumbi dos Palmares e os escravos que o acompanharam reagiram contra toda discriminação e preconceito que os colocavam a margem da sociedade. Contudo, na atualidade isso ainda é um fato comum. A pergunta a seguir “você já sofreu algum preconceito ou discriminação pelo fato de ser negro (a)? Pode relatar?”

Na antiga escola que eu trabalhava, o diretor me chamou para sair, eu recusei, afinal, não era o meu tipo. Ele disse, demonstrando ódio: tinha que ser preta!! Outra vez, chegou uns notebooks para os professores, eu sou a primeira pessoa por ordem alfabética. Ele me deixou por última e quando fui receber o estoque “acabou”. Fiquei sem receber e precisei ir até a Seduc/Am para adquirir o meu (Professora Anne Levis, entrevista realizada em 20/10/2021)

Cheguei numa loja de roupa íntima e a moça foi catedrática em dizer “não temos roupas para o seu estilo” eu perguntei, como assim? Por quê? A moça respondeu que era preciso que eu sáísse dali... Depois me explicou que todas as moças que entravam eram filmadas, geralmente no estilo da dona, branca e loira, e esse vídeo concorreria a prêmios. Ela precisava que eu sáísse porque eu era negra. E ainda acrescentou que ela saiu da frente da loja por uns minutos (porque orientava a todas que não entrassem), como ela precisou ir ao banheiro eu tinha entrado repentinamente e ela corria o risco de perder o emprego. Processei aquela loja que em pleno Shopping era descaradamente racista. (Professora Ana Cláudia, entrevista realizada em 20/10/2021)

Ao ir para a escola, estudava na cidade, não tinha escola no quilombo de Serpa, um amigo que é bem branquinho, disse: Olha parece que vai ser escura a nossa aula hoje. Eu perguntei o porquê e ele respondeu porque uns “neguinhos” iam estudar com ele e eu era um deles porque ele já tinha visto o meu nome. Eu falei: pior é tu que é encardido. Fiquei triste tia, mas isso já estamos acostumados. (Antonio Carlos, aluno menor de idade, entrevista realizada em 20/10/2021)

Em todos os momentos na escola, me mandavam fazer limpeza do ambiente, como eu gostava de ajudar, não percebia o que eles diziam, um dia os ouvi falar: deixa ele limpar, afinal ele não é escravo? Aí eu disse que não era escravo. Que tinha descendência, mas não era escravo. Carlos Eduardo, aluno maior de idade entrevista realizada em 20/10/2021)

Professora, a única coisa que lembro muito forte é a minha Diretora dizendo que eu precisava cortar o cabelo porque cabelo ruim tinha que estar bem curtinho porque não entrava pente. Minha mãe cortou e eu fiquei muito triste (Joana, aluna menor de idade, entrevista realizada em 20/10/2021)

A discriminação começa pelo fato de não existir antes do amigo Claudemilson, história do Quilombo. Gente, não é de hoje que existimos. Meu pai era bisneto do sr. Melo, veio de Sirinhaém, falava o Bantu, aliás eu também falava e esqueci um pouco. Se forçar ainda escrevo. Ouvi de uma pessoa influente na comunidade “vou provar que essa pretaria não tem descendência” disse também “vou tirar de um por um por que essa negada estraga o ambiente. Quer discriminação e preconceito maior que esse? Luto até a morte se for preciso... (João Augusto, membro da comunidade quilombola, entrevista realizada em 21/10/2021)

Ao entrar no comércio daqui de Serpa, umas pessoas residentes aqui e não quilombolas, informaram que tivessem cuidado comigo porque “preto quando não suja na entrada, com certeza na saída não escapa” acontece que o comércio também era de um deles. Então todos riram...Foi muito constrangedor. Por que não respeitam a gente? Tinham mesmo era que tirar esse pessoal daqui. Agora dizem que a nossa religião não é de Deus. Credo!!! Eu amo Deus (Sebastiana, membro da comunidade Quilombola, entrevista oral realizada em 21/10/2021)

Bom seria que a escola quilombola fosse ampliada porque aqui falamos a nossa língua, nossa história. Nossos filhos precisam ir para a cidade, correm todo risco, não gostam, os coleguinhas falam que os “macacos invadiram a cidade” já chamam o quilombo de “planeta dos macacos” (Sra. América, membra do quilombo, mãe de aluna menor que estuda na cidade, entrevista realizada em 21/10/2021)

Dos 4 professores, 3 passaram por constrangimentos em decorrência da cor da pele. Todos os alunos, adultos e crianças (no total de 5 pessoas) sofreram preconceito. Da Comunidade Quilombola, ao todo 28 participantes da pesquisa, apenas 10 afirmaram não ter sido vítima de preconceitos e discriminação. A importância de conhecer a vida de Zumbi remeterá a motivação de sua luta. Assim, a comunidade quilombola, em pleno século XXI ainda sofre as mesmas injustiças do primeiro quilombo.

Sem engessamento histórico, a história de Zumbi fortalece toda proposta pedagógica nos quilombos, o que representa um dos focos principais do Projeto Pedagógico nas escolas construídas dentro e fora dos quilombos e isso inclui propor políticas públicas para o combate ao preconceito, discriminação e racismo contra o negro.

Firmar ações dentro e fora do ambiente escolar, com parceria da comunidade, demonstrará na prática, a transposição da dimensão física da escola e sua atuação na sociedade

como um todo. Nesse aspecto, os governantes devem prezar pelo cumprimento das leis contra todo tipo de racismo com fins de punir qualquer tipo de preconceito ou discriminação dentro e/ou fora do ambiente escolar.

Como já explanado nos capítulos 1 e 2 o racismo é estrutural e estruturante (NASCIMENTO, 2002; RIBEIRO, 2019). Contudo, essa proposta de formação do cidadão exigirá da sociedade como um todo, uma postura crítica. Há importância de se trabalhar tal com responsabilidade tais temáticas dentro e fora de sala de aula.

As crianças continuam sendo vítimas de preconceito e discriminação e sem saber como reagir, ficam a margem da sociedade. Aos adultos, assim como aos menores, torna-se essencial o apoio Estado para o combate a tal tipo de crime (ALMEIDA, 2018). Assim, não basta constar nos livros didáticos leis que respaldam tal respeito, porém, o cumprimento dessas, é fundamental para que essas comunidades adquiram independência necessária como cidadãos ativos na sociedade.

Como discutido anteriormente, um dos objetivos da Lei 10.639/2003 é não deixar morrer a história dos quilombos antigos por representar na atualidade, resultado positivo de tal luta. Para a continuidade na implementação da Lei, as escolas, quilombolas ou não, poderão recorrer aos recursos didáticos como pinturas, fotografias, cinema, iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas (RIBEIRO, 2019). Tudo que puder contribuir para esse fim. A aplicação da Lei supra precisa ter vivência e participação ativa da comunidade escolar.

A constatação que tenha tardado a orientação para a implementação da publicada pela SECAD no ano de 2006, trouxe mudanças significativas para aprendizagem, o que permitiu que as ações para a educação quilombola fossem organizadas especificamente, inclusive, quanto ao local de aprendizagem, formal e informal.

A pesquisa referente as Leis Estaduais, Federal (LDB), as diversas resoluções do Conselho Nacional de Educação sobre a educação escolar quilombola, constataram a importância da conservação dos valores socioculturais, econômicos e principalmente o histórico. A escola terá a função de transformar-se em um espaço educacional onde prevaleça o diálogo, conhecimento secular, trabalho e cultura, dentre outros aspectos.

Para Freire & Horton (2003), os temas elencados em um Projeto Pedagógico devem se relacionar aos conteúdos ensinados que correspondam a vida do aluno. Daí a importância do relato da vida de Zumbi e os reais motivos de luta. Motivações antigas de tais lutas, repetem-se na atualidade e remetem aos resultados positivos alcançados pelos primeiros quilombos.

### 3.4 O ESPAÇO ESCOLAR QUILOMBOLA

Um outro aspecto a ser considerado em um projeto pedagógico quilombola é o local onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas (RESENDE, 1998). O primeiro passo é a compreensão do que significa uma escola quilombola. Tais escolas atendem apenas remanescentes de quilombos? Como o censo caracteriza uma escola como quilombola?<sup>80</sup>. Qual a importância para a comunidade? Tais informações são fundamentais para a construção da Proposta Pedagógica de uma escola com esse fim.

No Brasil as escolas construídas dentro das comunidades quilombolas conforme relata o IPEA<sup>81</sup>, estão em condições precárias para o atendimento e possuem salas pequenas, sem ou com pouca refrigeração, no mínimo duas salas e no máximo 10 (MIRANDA, 2012). Algumas escolas funcionam em sedes paroquianas ou na própria casa de alguns professores ou membros da comunidade e “poucas” são as escolas com prédio próprio” (DIAS, 2015, p. 21), como o caso da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo.

O espaço educacional é o local das propostas de aprendizagens onde serão traçadas ações que provavelmente alcancem outros ambientes pedagógicos. Nesse aspecto, a escola construída no quilombo de Serpa, não possui as condições necessárias para o bom desenvolvimento da aprendizagem, inclusive na questão motivação para o alcance dos objetivos (SOUZA, 1998). Portanto, não basta ter escola no Quilombo, porém, o seu perfeito funcionamento é de fundamental importância.

O espaço informal emergirá do espaço formal de educação. Todas as iniciativas devem partir da formalidade para informalidade. Na construção do Projeto Pedagógico da escola quilombola do Lago de Serpa, grande parte dos membros da comunidade compartilharam histórias de vida e a emoção tomou conta de alguns ao narrar a história de seus ancestrais. Esse seria um espaço informal rico de informações, trocas de saberes. A educação escolar quilombola, fará interligação desses saberes que serão alicerces do Projeto Pedagógico.

Para Freire (1981), a questão espaço escolar é fundamental para o bom desenvolvimento da educação. Com a pedagogia do oprimido há um novo olhar para as questões pedagógicas. Tal questão é amplamente discutida por grandes teóricos por considerar que a escola pode ser um dos locais onde floresce o aprendizado, o que levou a atenção para os contextos educativos,

---

<sup>80</sup> São escolas construídas dentro das próprias comunidades quilombolas.

<sup>81</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

inclusive sobre a educação nos quilombos.

O local específico para aprendizagem estará além do teto com piso e paredes, deve ser ilimitado (FREIRE, 2006). Nesse ambiente acontecerá os grandes encontros que marcam a vida inteira do aluno e comunidade escolar com toda bagagem sociocultural. Assim, todas as pessoas em suas diversas funções terão igual importância para o desenvolvimento da aprendizagem.

A questão espaço escolar de aprendizagem é motivo de discussão dentro e fora do meio acadêmico e entre grandes teóricos e movimentos sociais (GONZALEZ, 1984). A missão complexa será a construção de uma proposta significativa que eleve o aluno em todos os níveis de experiências e aprendizagens o que deve levar em conta todo o espaço informal de educação.

As comunidades quilombolas no Brasil representam mais que um símbolo de resistência, é o local de preservação de sua cultura (ALMEIDA, 1989). Uma escola que valorize a cultura da comunidade eleva a vida dos professores e equipe pedagógica como um todo, o que tornará significativa cada minuto de aula. A preocupação será sempre um espaço educativo humanizado que estimule a riqueza intelectual intrínseca a cada ser humano.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve orientar o fazer pedagógico, em todos os seus níveis. Nesse diálogo, Freire (2003) afirma que as teorias e conceitos assumirão seu espaço. Concernentes a educação quilombola, o ambiente de aprendizagem, tanto formal como o informal tem a função de proporcionar o crescimento do aluno em todas as áreas alicerçado a preservação da sua cultura.

A escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (código INEP:13033581), Lago de Serpa Itacoatiara, é o foco da pesquisa. Tal escola, não fornece ambiente para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais. Atende nos turnos matutinos a pré-escola (7), Anos Iniciais (26) assim distribuídos: 1º ano- 6, 2º ano- 3, 3º ano- 3, 4º ano-10, 5º ano- 4 no sistema multisseriado e no turno noturno 25 alunos da Educação de Jovens e adultos EJA do 1º e 2º segmento (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP). A parte pedagógica da Educação de Jovens e Adultos recebe o suporte da Escola Estadual Ronaldo Marques, situada na zona urbana da cidade de Itacoatiara/Am.

Na parte física, conforme o censo (2020) e visita in loco, a escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, conta com: 2 salas de aulas, 1 pequeno sanitário dentro da escola. Não existe no ambiente escolar: sanitário fora da escola, Biblioteca, Cozinha, Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Sala de leitura, Quadra de Esportes, Diretoria, Sala de Professores e Sala de Atendimento Especial.

Há necessidade de água tratada pela rede pública, a água chega direto do poço artesiano,

sem o devido tratamento periódico. Não existe gerador de eletricidade, a energia vem da rede pública com muita dificuldade. Conforme o Censo 2020, o esgoto não recebe tratamento da rede pública, existe apenas uma fossa. A coleta de lixo é periódica, porém, não existe reciclagem.

A escola supra, não possui internet, banda larga, computadores para os alunos e possui apenas 1 computador completamente arcaico para a escola. Não tem aparelho DVD, impressora, copiadora, retroprojeto, projetor e nem possui parabólica, não existe aparelho de TV (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP). A Escola supra está incompleta em sua estrutura tanto administrativa como didático-pedagógica, o que deverá ser proposta uma definição que conste num projeto pedagógico.

A escola quilombola em pauta é a única em território quilombola existente no Baixo Amazonas. Tem como mantenedora, a Prefeitura Municipal de Itacoatiara, Estado do Amazonas. Ressalta-se que das inúmeras competências da prefeitura de Itacoatiara, destaca-se a de suprir a escola na parte física e pedagógica, conforme legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

A comunidade quilombola em questão, não é contemplada em suas maiores necessidades. O local para atendimento de seus membros é precário, precisa de reforma. A escola não possui uma proposta educacional específica para o seu desenvolvimento dentro do quilombo, onde haja pleno desenvolvimento de sua cultura, valorização de seu histórico de vida, dentre outros.

Sem condições físicas educacionais adequadas, os objetivos pedagógicos da escola quilombola do Lago de Serpa são prejudicados, salvo pelo espaço informal de educação que ocorre por meio de atividades dentro do Quilombo, o que corresponde a utilização das ações pedagógicas ligadas as riquezas do lago, a caça, pesca e uma pequena fabricação de carvão e farinha e atividades realizadas na quadra de areia, terreno pertencente a um membro do quilombo.

Todas as informações dos parágrafos anteriores foram analisadas por esta pesquisadora que acrescenta as inúmeras solicitações para ativação da escola em todas as etapas de ensino. Pode-se afirmar que a Comunidade Quilombola está desmotivada pelo descaso do poder público. Para eles, não existe uma escola completa, porém, cidadãos que resistem a ação do capitalismo, conforme afirma alguns membros:

Só vamos ter escola boa quando a prefeitura e o governo quiserem. Não temos

nem esperança, eles não acreditam na comunidade quilombola que existe desde 1869. Se chega recurso par as escolas da cidade, aqui é esquecido. Nossos alunos não conseguem participar de nenhuma atividade que os outros alunos da cidade participam. Isso chama-se descaso do poder público. Desprezo com o povo do Quilombo de Serpa. (Professor Luiz Candido, professor. Entrevista em 29/10/2021)

Não há como dizer que temos uma escola completa. A escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, não possibilita uma educação de qualidade eu precisaria estudar não terminei o ensino médio gostaria de estudar no curso normal, mas não tem no quilombo, e se tivesse, qual seria o espaço a escola só tem 2 salas não tem nada mais do que isso muitos professores se dedicam, mas isso não é tudo (Sra. Mariluci, membra da comunidade. Entrevista em 28/10/2021)

Precisamos de escola no quilombo com urgência. Nossos filhos passam as maiores dificuldades tentando pegar um transporte e muitas vezes não temos o dinheiro para o transporte... Minha filha já foi agredida e já... bem... não me sinto à vontade de falar, mas a nossa família sofreu muito eles já não respeitam a gente quilombola imagine nossos filhos. (Sra. Cláudia, membra da comunidade e mãe de aluna. Entrevista em 28/10/2021)

Eles iludiram a gente todo dizendo que a escola ia funcionar, mas não aconteceu nada disso a escola praticamente fechou e nós ficamos preocupado os professores não viam para a escola aí pensamos que a escola tinha fechado acho que foi a pandemia né, mas como vamos fazer as avaliações ninguém sabe responder nada. (Adriana, aluna maior de idade, mãe de aluna e membra da comunidade e mãe de aluna. Entrevista em 29/10/2021)

Escola no quilombo é um direito nosso não é um favor prometeram que a escola iria funcionar, mas não funcionou direito. Minha prima está sem estudar ela está na oitava série a mãe dela tem medo de deixá-la ir sozinha se tivesse aqui ela estaria estudando, mas ela ficou em casa talvez ano que vem lá estude a escola precisa funcionar. (Márcio Afonso, aluno maior, pai de aluno entrevista em 29/10/2021)

Minha mãe brigou muito para que houvesse escola no quilombo, mas não consegui... ou consegui por algum tempo entregaram até uma escola bonita, mas não manda o professor e quando o professor chega já quer ir embora não tem nada para ele trabalhar a gente fica triste, mas gostamo da escola assim mesmo. Quero saber o que vai acontecer se fecharem essa escola onde a gente vai estudar, mas eu acho que o pessoal lá do seu Aldemilson vai ajudar. (Joana, aluna menor de idade. Entrevista em 29/10/2021)

São inúmeros os desafios de uma escola dentre os quais, buscar alternativa para o crescimento das crianças, adolescentes e jovens de forma que auxilie e fortaleça as diferentes culturas locais que sobrevivem a tantos descasos. Por esse e outros motivos, o Projeto

Pedagógico deve dialogar com os diversos setores da sociedade. Num país como o Brasil, com tantas diversidades culturais, tais propostas educacionais não podem visar apenas um grupo social. Assim preconiza a lei.

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político- -pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. (Brasil, 2012, p. 26)

Torna-se inquestionável a necessidade de reestruturação física e pedagógica da escola quilombola do Lago de Serpa. A comunidade possui demanda para ocupação das salas de aulas, contudo, a falta de apoio por parte de alguns representantes do poder atrasa o desenvolvimento desses alunos e comunidade. Ao contemplar a falta de cumprimento das políticas educacionais, conclui-se que o problema em pauta, não é a inexistência de Leis a favor da educação quilombola, porém, o descumprimento delas.

O cenário educacional em várias comunidades quilombolas, no Brasil e especificamente no Estado do Amazonas, mostra a necessidade de projetos pedagógicos que contemplem a realidade de cada Quilombo no qual a escola está inserida. Superar tal abismo que levou a exclusão social e conseqüentemente educacional dos remanescentes de quilombos, deve ser a meta de toda proposta educacional.

### 3.5 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO QUILOMBO

No primeiro momento de Construção do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, contou-se com o histórico documental expostos em sites e relatórios das Secretarias Municipal (de Itacoatiara) e estadual (Amazonas, Seduc/AM). Nesse aspecto, registra-se a gratidão às secretarias que explanaram de forma excelente seus EX de monitoramento às escolas, o que subsidiou esta etapa de pesquisa.

Outro ponto de importância num PP quilombola é saber como é constituído o seu território. Para tal informação, cadastrou-se 120 famílias de remanescentes de Quilombos num

total de 590 pessoas. O mais novo tinha 8 meses de nascido e o mais velho 101 anos (dados levantados por meio de entrevista com a comunidade nos dias 16 a 31/10/2021).

Os dados cartográficos, de acordo com informação do INCRA, apontam que o quilombo do lago de Serpa possui: Área: 2.528,9363 há; Perímetro: 28.925,30m; Área de uso coletivo: 45,3389 há. O levantamento fundiário informa que há 89 Quilombola com lotes e 47 sem lotes. 20 não quilombolas (não se autodeclararam). Consta ainda nos registros, 10 Quilombolas que não moram no território por ausência de espaço territorial, dados levantados em 28/10/2021 por meio do site oficial do Instituto.

A Área com cultura permanente é representada por 35 há assim distribuída, Área com cultura temporária aprox. 18 há; Área com pastagem aprox.23 há; Área de capoeira aprox. 85 há. Os remanescentes Quilombos não criam gado. Ressalta-se ainda que 3 famílias não quilombolas, proibiram a entrada em seus terrenos. Acrescenta-se ainda que antes da ocupação atual, o Lago de Serpa apresenta indícios de sítios arqueológicos.



Fragmento cerâmico enterrado no roçado de D. Tereza Clarindo



INCRA (2017) Urna guardada embaixo da casa de D. Maria Joana / Peças encontradas e guardadas por uma moradora da comunidade

Para a construção Proposta pedagógica, considerou-se vinte e uma reuniões de monitoramento ao quilombo na qual registrou-se algumas atividades por meio do cargo exercido pela pesquisadora na ocasião dos fatos. Como doutoranda, acrescenta-se 4 reuniões e 47 entrevistas, porque 7 membros da comunidade e 1 aluno deixaram de assinar os TCLE.

Alguns pontos precisam ficar claros nesse documento: 1- A Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa é originada do tráfico ilegal de escravos da África. Tais remanescentes se dedicaram à atividade carvoeira na Amazônia (OLIVEIRA, 2007). A maioria dos membros do quilombo de Serpa comprovam tal afirmativa. Indagou-se: “Você sabe nomear os primeiros moradores dessa comunidade? Comente

Minha avó e a Bisa sempre falaram que somos descendentes de escravo e nossos antepassados vieram como escravos. Aí eu acredito que somos sim remanescentes de escravos que veio da África. Os moradores antigos que minha avó falava era: dona Dora, Ritinha, Rosa Barros, Diko, seu Tuniel, Sabino, Gaspar, Tiila, Biozão Barros, Enea Macedo, Maria Joana e outros (Carlos Eduardo, aluno maior, membro da comunidade quilombola. Entrevista realizada em 19/10/2021)

A fala do aluno maior, Carlos Eduardo, o coloca na linhagem da família Sabino, pertencente as primeiras famílias a chegar no Quilombo. Como não identificar os resquícios das primeiras famílias em tal linhagem? Oliveira (2007) relata a história do início do Lago de Serpa, Maria Joana é citada como uma das famílias fortes daquele tempo, A seguir a declaração do Sr. Antovaldo, bisneto de Manoel Antonio de Barros, da linhagem do Sr. Sabino.

Através dos estudos dos nossos antepassados e comparação através de documentos antigos descobertos por vários historiadores, a nossa cor, nossa cultura, nossa religião e nossa luta pela terra e permanece nela. Minha mãe é neta de Manoel Antonio de Barros, chegou cedo nessa comunidade (Sr. Antovaldo, membro do Quilombo, entrevista realizada em 19/10/2021).

Moça, você veio desapopia o nosso terreno. Você tem que entende q é de nosso descendente negro e africanos que veio para o Brasil trabalhar como escravo e o governo Federal criou essas áreas para corrigi nossa injustiza. Sou neta de). (Sra. Conceição, membra do Quilombo, entrevista realizada em 19/10/2021)

Professora, me perdoe a franqueza, mais sei que isso é coisa de Marco Antonio que roubou nossa terra p fazer sítio, ou será o Getúlio Bossa que compete com ele pra ver quem pegou mais terra do quilombo? Coisa do seu Emanuel não é

porque ele vai conseguir pelas terras que ele tem para criar gado. Parece ser um sujeito honesto. Seu Ronaldo Braga já vendeu a área dele para uma empresa. Agora vamos brigar com eles. Sou filho de Honorato Leal que é neto de Cristóvão Leitão Leal, primeiros moradores do quilombo (Sr. Gerônimo, membro do Quilombo, entrevista realizada em 19/10/2021)

Os depoimentos acima remetem aos antepassados dos membros dessa comunidade. Todos os entrevistados sabem o que os torna diferentes em nível cultural, religioso e são conscientes da luta pela terra. Não há como deixar de analisar as semelhanças nas falas. Pessoas sofridas que sobrevivem às injustiças.

Trabalhou-se com poucas linhagens. Comprovadamente há mais de 120 famílias de remanescentes de quilombos. Algumas delas, nomeadas no capítulo 2, onde estabeleceu-se o nível de parentesco dos alunos. Constatou-se historicamente a existência da comunidade desde 1889 outorgando-lhe a Etnia Quilombola. Contudo, o processo de autodefinição marcará o futuro dessa comunidade conforme afirma Arruti:

A etnicidade não marcaria, portanto, o reconhecimento de semelhanças previamente dadas, inscritas naturalmente nos corpos e nos costumes e cuja explicação estaria no passado, mas uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um **projeto comum**, ou seja, cuja vinculação e razão de ser está no futuro. (ARRUTI, 1997, p.25)

A adoção da identidade de remanescentes por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade (ARRUTI, 1997, p. 23)

A carga histórica leva a Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa ao seu autorreconhecimento como remanescente de Quilombo. Com tal mobilização, surge um novo momento de luta, dessa vez pela posse definitiva do território que já pertencia a comunidade há séculos. Tal direito conquistado constitucionalmente.

A prova incontestável de que a Comunidade do Lago de Serpa é um quilombo, retrata-se na voz da comunidade, moradores jovens e idosos. Pelos motivos destacados no capítulo anterior, apenas 15 por cento da comunidade não se autodeclarou como quilombola. A comunidade tem como parceira a escola do quilombo para execução de tão grandes objetivos, dentre eles: A recuperação ambiental da área. A gestão do território: compartilhada e sustentável, dentre outros.



A comunidade se autodenomina católica, devota de Aparecida.

O depoimento dos membros da comunidade comprova a tendência religiosa do quilombo. Acrescenta-se que a religião católica se expandiu no território após a aparição da santa conforme afirmam 22 membros dos 47 membros entrevistados. Contudo, elegeram-se 3 depoimentos que melhor expressaram tal afirmação.

Nosso padroeiro é o sagrado coração de Jesus, no entanto, um achado da Santa Aparecida no Lago de Serpa foi um momento emocionante e envolvente que fez a Comunidade se unir em torno de um motivo que era a de festejar este momento que ocorre até os dias de hoje. Nossa família era da Umbanda, depois da santa nos tornamos católicos. (Antonio Campos, membro antigo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus. Entrevista em 27/10/2021)

Nossa família se estabeleceu e cresceu ao redor do Lago. Nossa Comunidade se tornou católica. Afinal foi apontada pela santa que essa deveria ser nossa religião. Ser católica significa obediência. Hoje participamos das missas e das novenas, sabemos que o Sagrado Coração de Jesus é o nosso padroeiro (Giulia, membra antiga da Comunidade Sagrado Coração de Jesus. Entrevista em 27/10/2021)

Minha família é evangélica, mas uma parte ainda é católica. Os que são evangélicos entenderam que só Jesus Cristo salva e não é por um achado que vamos fazer adoração. Aqui a comunidade é católica por esse descobrimento. Uma parte da família já entendeu um pouco sobre esse assunto, porém entendem que o padroeiro é o sagrado coração de Jesus (Júlio Roberto, membra antiga da Comunidade Sagrado Coração de Jesus. Entrevista em 27/10/2021)

As afirmativas acima representam as demais respostas. Todas elas, sendo desnecessária a exposição, apontam para o mesmo enfoque das expostas, com acréscimo ou subtração de algumas palavras. Contudo, o foco principal foi a afirmativa de que o padroeiro eleito é o Sagrado Coração de Jesus e a santa protetora é Aparecida.

Anteriormente, conforme o depoimento de Sara (membra da comunidade, entrevista em 19/10/2021), “predominava o candomblé como parceiro do catolicismo”. O protestantismo chega quase no mesmo momento. A percepção é que houve a predominância do sincretismo religioso, movido pela aparição.

### 3.6 MULTICULTURALISMO ÉTNICO COMO FATOR DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO

O pensamento social no Brasil, desde o início do século XX, alardeava ao mundo o mito histórico da democracia racial. Afirmava-se que etnias e culturas diferentes eram harmônicas em seu convívio e havia superação do período escravocrata. Guimarães (2006) aponta que esse pensamento recebe uma ruptura. Tal pensamento é impulsionado por muitos teóricos, dentre eles, Florestan Fernandes que denuncia o racismo existente na sociedade por meio da discriminação e preconceito, caindo por terra a igualdade racial tão propagada.

O mito da democracia racial é desmascarado pela Constituição Federal de 1988 com o compromisso da promoção do bem comum sem a existência de “preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). O racismo (e outros) é denunciado, com a proposta de igualdade. Para Guimarães (2006), esse caráter democrático da Lei magna é um marco positivo após o período de Ditadura Militar. Para Gay & Quintans (2014), representa um resultado positivo da frente de reivindicações exercida pelo Movimento Negro.

Na área educacional, há o surgimento de inúmeras leis e políticas públicas com fins de promover o multiculturalismo e respeito a diversidade, emergidas a partir da Constituição de 1988. Dentre elas, promulga-se a nova LDB em 1986, cujo objetivo seria cumprir o preconizado na Carta Constitucional (SAPIO, 2011). Alguns parágrafos da Lei 9394/96 instituíam uma preocupação (ainda que de leve alcance) com o ensino que contemple o multiculturalismo:

- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura [...]
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XII – Consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996).

O Multiculturalismo étnico no Brasil, é um termo complexo, não pode ser englobado no conjunto do termo multiculturalismo, por se tratar de lutas singulares. A formação do *ethos* do

país está entrelaçada ao período escravocrata (MOURA,1988). A luta estará no cenário das desigualdades sociais (HENRIQUES, 2001). Em entrevista realizada com os alunos e professores, diante da pergunta ligada a importância do Projeto Pedagógico, o que você entende por multiculturalismo étnico, destacou-se duas respostas:

Acho que tem a ver com o preconceito que nunca deixou de ser uma realidade. E de todas as formas de preconceito, o racismo é que se manifesta com maior frequência, muitas das vezes, de forma sutil e disfarçada. Etnia eu sempre confundi com outras ciências (Márcio Afonso, aluno maior, entrevista em 21/10/2022)

Na qualidade de professor do Quilombo, o simples fato de se assumir quilombola, provoca olhares diferentes. A sociedade brasileira guarda resquícios e cicatrizes de um histórico de racismo. Acredito que o multiculturalismo étnico é conceder o direito do negro. (Rodolfo, professor da Educação de Jovens e adultos- EJA, Entrevista em 21/10/2022)

As experiências das classes minoritárias, reconfigurarão às questões étnicas, como exemplo de grande contribuição da Lei 10639/03 cuja linha de frente de ação consiste no direito dos negros ao ingresso nas universidades públicas e a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos afrodescendentes. Contudo, não basta a implementação da Lei, mas o acompanhamento de sua execução. Nesse aspecto, torna-se fundamental que o multiculturalismo étnico seja uma ferramenta fundamental para inclusão escolar.

A garantia da implementação de políticas de inserção social das minorias, promovendo inclusão e identidade, via pluralidade cultural, precisa ter ênfase na educação. Os docentes podem garantir aos sujeitos sociais a promoção de políticas pedagógicas que efetivem projetos baseados no multiculturalismo étnico como forma de aliar pluralidade e justiça social.

O Multiculturalismo étnico está ligado às políticas igualitárias. São mecanismos fundamentais para trabalhar cidadania no espaço escolar. Há necessidade de mobilização dos sujeitos envolvidos no contexto social. Munanga (2003), aponta que a história do Brasil tem herança na cultura colonial, o que resulta na supervalorização do europeu e minimiza ou exclui a história afro-asiática.

Munanga (1999) aponta ainda, a força da ideologia dominante sobre toda política pública e propõe o rompimento com esses laços por meio da mobilização. Como exemplo disso, as conquistas alcançadas por meio da Lei 10.639/03. Nesse aspecto, o papel do professor torna-

se fundamental no combate a ideia estereotipada do negro no decorrer da história. A falsa visão afrodescendente chega erroneamente nas escolas. Ribeiro (1999) aponta que a referência da história muitas vezes causa alienação e opressão de quem transmite e recebe o conhecimento.

Para Campos (2007) as políticas públicas em benefício do negro, não possuem concretude, uma vez que não resultam em conscientização e mobilização de professores e estudantes em prol da inclusão social e educacional. Costa (2006), corrobora com o autor ao afirmar que Currículo, Projeto Pedagógico e escola precisam ser ícones de reflexão e mudanças sociais concretas por meio da práxis educacional afirmativa, o que levará a uma sociedade mais justa que contemple verdadeiras políticas igualitárias.

### 3.7 TECNOLOGIA VERSUS PANDEMIA NO QUILOMBO: POR UM PROJETO PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLE A INCLUSÃO DIGITAL

A ausência de tecnologias adequadas para o ensino a distância prejudicou a aprendizagem dos alunos do Quilombo de Serpa. Em outro aspecto, os professores tornaram complexos seus trabalhos tendo que levar de canoa as atividades para os alunos. O governo afirmou que já previa essa situação.

O programa “Fantástico” documentou e expôs através da rede Globo, o ensino realizado em algumas escolas ribeirinhas. O que não contaram foi como aconteceu a aprendizagem nos quilombos da Amazônia. Em entrevistas com os professores ouvimos as seguintes declarações, dentre muitas, cito as mais relevantes:

Por se tratar de uma área rural onde a comunidade se divide em propriedades rurais distintas, adotamos a estratégia de levar os materiais didáticos nas casas dos alunos que, posteriormente, era (e são) recolhidos pela equipe de professores em visitas periódicas. A pandemia, como sabemos, se intensificou no ano de 2020 e, desde então, temos adotado a mesma estratégia. Nunca tivemos auxílio de nada. Se precisasse de moto, a gasolina era nossa. Se fosse a rabeta também. Mas fazer o quê?? (Professor Jonas, Entrevista em 16/10/2021)

Em 2020 a estratégia era a de levar o material didático aos alunos (as). Na oportunidade que tínhamos de recolher, quando podíamos, sanávamos as possíveis dúvidas. Fazíamos visitas periódicas. Alguns alunos usavam o WhatsApp para perguntar, quando podiam, eles chegavam até a cidade ou

pegava sinal na estrada. Não era sempre, mas quando havia oportunidade. Em 2021 - Com a intensificação da pandemia, continuamos adotando a mesma estratégia de 2020. Nunca recebemos auxílio, mas tá valendo. (Professor Carlos, Entrevista em 16/10/2021)

Tenho acompanhado o material recebido da SEDUC através do programa Aula em Casa. A Secretaria do Estado tem dado esse suporte, oferecendo esse material para a efetivação do trabalho pedagógico, como: apostilas, vídeos-aulas, bem como a sistematização do processo de avaliação. As videoaulas foram impossíveis acompanhar. Só quando chegávamos até a cidade. Nunca recebemos auxílio para acompanhar os alunos. (Professor Antenor, Entrevista em 16/10/2021)

Enxergar não é o mesmo que ver. É o que afirma Ruben Alves (2000). As políticas públicas deixam de lado o cidadão quilombola no momento pandêmico em que passa o mundo. O que justificam é que eles estão incluídos no “todos”. A visão repassada na prática é que estão apáticos a exclusão social notória e vigente nos diversos níveis e áreas da sociedade. Os quilombolas precisam ser enxergados pelo poder público como cidadãos de fato, possuidores dos direitos intrínsecos a todo ser humano.

A LDB 9394/96, em seu Artigo 32 e parágrafo 4º torna o ensino presencial de forma obrigatória, exceto em caso emergencial “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 2012). As atividades pedagógicas a distância durante a pandemia COVID 19, foi amparada por lei no aspecto emergencial.

A sociedade somatizou no período pandêmico outro problema além da saúde, agora o caos estava instalado na área educacional. Desestruturou-se todo o sistema de ensino, o que tornou obrigatório uma proposta pedagógica para tal período, haja vista, o perigo das aulas presenciais e recomendações expressas dos órgãos de saúde, como a OMS (2020), para evitar disseminação do vírus.

Com a ausência do modelo presencial de aula, o jeito foi apelar para o uso das tecnologias. A instrução dada por todas as secretarias de ensino foi utilizar as ferramentas tecnológicas como apoio. Introduziu-se as Lives, Zoom, Google Meet dentre outros. Tais recursos tecnológicos seriam quase perfeitos se em todos os estabelecimentos de ensino e residências houvesse internet de qualidade e os ribeirinhos possuíssem sinal de internet, aparelhos de celulares, computadores, tablets de forma a possibilitar um ensino de qualidade.

Detectou-se no decorrer da pesquisa, um problema sério no quilombo do Lago de Serpa, especificamente, na escola quilombola Engenheiro Casseano Secundo, a fragilidade do sistema de internet que além de parcial, sem potência suficiente para atender a demanda de alunos, só

alcançava determinado perímetro de forma insatisfatória. Na comunidade, o sinal de celular era precário e nem todos os alunos e professores possuíam aparelho de celular ou computador.

Todas as redes de ensino, do Brasil e do mundo tiveram que ser ressignificadas em todos os seus aspectos. O desafio do quilombo de Serpa, foi implantar um planejamento pedagógico de forma virtual. Contudo, sem as ferramentas necessárias, internet, aparelhos celulares, computadores, não foi possível e esse foi o gargalo para a escola quilombola Engenheiro Casseano Secundo e “como realizar o ensino híbrido sem suporte para tal ação?”<sup>82</sup>

Algumas localidades da zona rural, como o quilombo de Serpa, não têm acesso ao ensino de forma virtual, lhes faltam meios físicos e um planejamento para alcançar todos os alunos e alunas. Contudo, para Gomes (2011), o acesso às aulas virtuais enfrenta o desafio que vai muito além da necessidade de uma excelente rede de internet que suporte a demanda pedagógica, a comunidade escolar precisa estar capacitada para utilização de recursos no repasse das aulas a distância.

O modelo de ensino à distância não é novo, antes da pandemia covid 19 o ensino superior utilizava com frequência essa ferramenta de ensino. Os cursos de capacitação, licenciaturas, utilizavam a tecnologia logrando determinado êxito (WERNECK, 2016). Ainda segundo o autor, a educação básica não trabalha de forma constante com essa metodologia, exceto na área complementar e /ou cursos técnicos profissionalizantes.

A educação a distância surgiu em meados de 1990, e ganhou notoriedade no Brasil, entretanto, a Associação Brasileira de Educação a Distância, insere a o ensino de datilografia a distância no ano de 1904 (ABED, 2016). Assim, o Decreto nº 5.622/2005 recebeu atualização por meio do Decreto nº 9.057/2017, com plena vigência.

Com todo esse percurso de Educação a distância, a escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, não estava preparada para tal modalidade de ensino emergencial. O sinal de Internet passa a alguns quilômetros de distância. A escola localiza-se na estrada AM 010 km 08, onde não há acesso de internet e o sinal parcial origina-se de servidor ainda mais distante. Nesse aspecto, não foi possível o Ensino Virtual pela ausência de política pública que contemplasse a Comunidade de Serpa.

Conforme todo o exposto, a escola supra, reduziu o número de atendimento. No ano de 2020, funcionou nos três turnos de ensino. No ano de 2021 somente nos turnos matutino e noturno, com a Pré-escola, Ensino Fundamental e Educação de jovens e adultos, primeiro e segundo segmento (INEP, 2020). Ainda segundo o censo supracitado, a parte pedagógica da

---

82 Depoimento do professor João da educação básica.

Educação de alunos Jovens e Adultos recebeu o suporte total da escola Estadual Ronaldo Marques, localizada na área urbana da cidade de Itacoatiara. Se não houvesse tal apoio, não haveria condições de continuidade.

Após dezesseis anos de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por meio da Resolução CNE/CEB n.º 08/2012 que contemplou a especificidade da educação quilombola, ainda persiste a ausência de diálogos nas políticas públicas que “desconhecem” a realidade dos remanescentes de quilombo, o que emerge a necessidade de ressignificar tal momento num Projeto Pedagógico que contemple momentos emergenciais.

Assim como histórico dos alunos da escola municipal quilombola Engenheiro Casseano Secundo da comunidade Sagrado Coração de Jesus, lago de Serpa, Itacoatiara/Am, são fundamentais para a construção do Projeto Político Pedagógico, as condições físicas e socioeconômicas da escola e do Quilombo teriam que ser avaliadas para implantação e implementação de tal modalidade de ensino a distância.

A escola municipal Engenheiro Casseano Secundo atende alunos oriundos das famílias de remanescente de quilombos, que residem na comunidade. O espaço físico da escola é considerado pequeno e não consegue atender a demanda. A própria estrutura física da escola não deixou opção para adequação do ensino online ou semipresencial. Recriar o mundo é a proposta Freiriana e apesar do período crítico pandêmico, a era digital exige que a educação não estacione a prática pedagógica.

Freire (2006) instiga o homem para o foco de repensar sua própria existência com fins de transformá-la. O próprio homem é seu auto agente de mudanças. Tais mudanças são necessárias na área educacional. O desafio está posto na área educacional e consistirá em adaptar-se as novas ferramentas.

Em pleno século XXI, professores devem perseguir o grau de excelência em ensinar/aprender para a vida (FREIRE, 2006) a fim de aplicar as aulas de forma virtual com qualidade em todas as áreas. Por outro lado, sem políticas públicas que contemplem tal ação, haverá estagnação dos processos educacionais, como o caso da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo que deixa de atender um turno por falta de suporte em todas as áreas. Na pergunta: “você deixou de ser contemplado em alguma política pública pelo fato de ser quilombola?” elencamos 3 respostas de maior impacto.

O direito a internet, pois todos os alunos das outras escolas da comunidade tinham esse direito. como cidadão, muitas dos nossos direitos não são

respeitados como a falta de segurança, desemprego e o direito de caçar e pescar sem interferência de pessoas alheias a comunidade (Márcio Afonso, aluno maior. Entrevista em 25/10/2021)

Temos muito medo de dizer que nós é do quilombo. Tem um povo que não gosta da gente não tia. Eles não deixam a gente fazer nada. Na cidade tinha como estudar como ir p aula na internet. Nós não. Ah, esqueci de dizer que o pessoal não gosta de preto. Pessoal branco (Márcio, aluno menor. Entrevista em 25/10/2021)

Gente, nunca pensei que alguém me fizesse essa pergunta. Mas vamos lá. Gosto de morar no quilombo. Aqui está minha origem, mas falta tanta coisa. Bom seria que a escola tivesse uma boa quadra. Os meninos precisam jogar bola e disputam a quadra de areia. (Ana Maria, membra da comunidade. Entrevista em 25/10/2021)

Para Macêdo (2015), no cenário pandêmico em que vive o mundo, entra em cena a era educacional 4.0<sup>83</sup> que desponta como uma boa alternativa para a comunidade escolar. Os projetos que envolvem as Ciências em todos os seus níveis principalmente o tecnológico, terão que receber alicerces desse modelo educacional para o bom desenvolvimento da aprendizagem. Nesse aspecto, a comunidade quilombola não pôde participar dessa evolução.

Arruti (2011) destaca que a função do professor de comunidades quilombolas ou de outros estabelecimentos de ensino, não deve se limitar a de um repassador de conteúdo, mas daquele que proporciona a todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem, momentos de reflexão e criticidade. Para Craveiro (2010) o conteúdo não deve ser concebido como algo estático e sem sentido, porém, deve contar com a contribuição dos que compõem a comunidade educacional.

O quilombo do Lago de Serpa não pode executar suas atividades pedagógicas pela ausência de internet banda larga<sup>84</sup> e aparelhos de Wi-Fi <sup>85</sup> suficientes para distribuição do sinal

---

<sup>83</sup> É resultado da quarta revolução industrial, desse vez a revolução da tecnologia, é um movimento da globalização. São partes intrínseca a tecnologia 4.0 a internet com todo seu conjunto de codificações

<sup>84</sup> A conexão Banda larga dispensa linha telefônica e é superior a 128KB o que facilita download de grandes quantidades de informação e upload. (MARRACH,1996).

<sup>85</sup> Wi-Fi significa Wireless Fidelity que traduzido remete a Fidelidade sem fio. Permite que vários aparelhos e dispositivos conectem-se sem necessidade de um fio, sua tecnologia possui a nomenclatura IEEE 802.11 e possui uma ação variante de até 300 metros de distância (FONTES,2007).

a todos os dispositivos móveis. Para Gomez (2015) o redimensionamento da prática pedagógica nos quilombos deve levar em conta as condições de cada comunidade.

A proposta de educação 4.0 por meio das políticas públicas educacionais, não levou em conta as peculiaridades das comunidades quilombolas (ARRUTI, 2011). A internet destinada ao meio educacional deve ter o suporte de armazenamento e distribuição de grandes volumes de informação. É a capacidade exigida por ser intrínseca a essas atividades, abertura e reprodução de vídeos online, conferências, dentre outras ferramentas pedagógicas que demandarão alta velocidade de internet.

No período pandêmico, de março a dezembro/2020, a educação no quilombo de Serpa funcionou de forma precária<sup>86</sup>, em dois momentos, nas formas semipresencial, com alunos da pré-escola, alguns alunos da primeira etapa do ensino fundamental e híbrida<sup>87</sup> com alguns alunos da segunda fase do ensino fundamental e EJA, primeira e segunda etapa.

Na forma semipresencial a comunidade pedagógica e os alunos compareciam em grupos específicos, duas vezes por semana, enfrentando os riscos de contaminação e sem o completo acompanhamento presencial<sup>88</sup>. O ensino virtual só era possível quando conseguiam conectar-se parcialmente, devido o sinal recebido não comportar vídeos, filmes nem conteúdos extensos.

Com ausência dos recursos tecnológicos e pedagógicos necessários<sup>89</sup>, a escola contou com a colaboração de professores residentes na própria comunidade, no entanto, outro problema complexo foi a constatação de que apenas 30 por cento dos professores residiam no quilombo do Lago de Serpa<sup>90</sup>, o que dificultou o acompanhamento pedagógico.

Em busca de um sinal de internet, alunos e professores da segunda fase do ensino fundamental e do EJA, saíam do quilombo e conseguiam pequeno êxito por meio das escolas da comunidade vizinha<sup>91</sup> o que possibilitou um maior crescimento pedagógico. Contudo, sem o devido acompanhamento nas atividades<sup>92</sup> tornou-se impossível um ensino de qualidade.

Em todos os momentos, em especial no período pandêmico, na questão educacional, de acordo Gomez (2015), toda a forma de apreensão do conhecimento estará ligada ao acesso a

---

<sup>86</sup> Depoimento do coordenador geral da Associação quilombola do Lago de Serpa.

<sup>87</sup> Depoimento do diretor da escola municipal Engenheiro Casseano Secundo.

<sup>88</sup> Os professores que residem na comunidade, reversaram-se duas vezes por semana, dois professores por vez, para evitar contaminação, o que representou medida paliativa para não paralisar as aulas.

<sup>89</sup> Depoimento da pedagoga da escola, professora MLS.

<sup>90</sup> Depoimento do presidente da Comunidade quilombola do Lago de Serpa.

<sup>91</sup> Depoimento da pedagoga AMS.

<sup>92</sup> Depoimento da pedagoga MAS.

um bom sinal de internet. Nesse aspecto, Marrach (1996) aponta a exclusão social dos quilombos em geral por desconhecerem na totalidade a realidade do Quilombo. A comunidade de Serpa foi excluída do partilhamento de encontros, das interações via comunidade virtual, além do desenvolvimento curricular fundamental.

De forma nenhuma essa pesquisadora pronuncia-se criticamente contra a gestão pedagógica da escola do quilombo. Ao contrário, todos os professores e alunos contavam com atividades programadas, entretanto, apenas 25% dos alunos e professores conseguiram participar dessas atividades<sup>93</sup>. Ninguém pode ser responsabilizado por atitudes de outrem. O poder público não enxergou o quilombo com toda sua peculiaridade, o que causou um grande impacto negativo nas comunidades.

### **3.7.1 O modelo de ensino híbrido na proposta pedagógica: “afinal, o que é isso?”**

A pergunta no título desse momento discursivo foi de um professor ao afirmar que não sabia o que seria o ensino híbrido, apesar de ter lido algo sobre o assunto, não conseguia entender o que significava. No entanto, o termo foi altamente propagado no meio educacional em período pandêmico. Para Moraes (1999), tal modelo de aprendizagem pode ser uma arma poderosa contra toda desmotivação educacional.

O modelo educacional híbrido exigirá um planejamento específico e um esforço mútuo, tanto por parte do professor como do aluno. Infelizmente, as escolas, especificamente, as construídas nos quilombos, não tiveram chances de executar seus planejamentos. Contudo, poderia ser uma proposta de êxito num projeto pedagógico. A luta travada seria a favor de um sinal potente de internet.

O Ensino híbrido poderá representar o modelo de ensino do século. Para melhor entendimento, tal modelo apresenta-se de 4 formas: Rotação, Virtual, À La Carte e Flex. Gómez (2015) e Moraes (1999) acrescentam que o modelo de Rotação possui uma subdivisão: Rotação por Estações de Trabalho, Laboratório Rotacional, Sala de Aula Invertida e Rotação Individual, onde terão uma interconexão da sala de aula no modelo tradicional ligada a educação on-line. A metodologia proposta leva o aluno a passar todas as estações, mesmo que não seja em um só dia. De forma on-line o aluno poderá usar os modelos Flex, À La Carte e Virtual.

---

<sup>93</sup> Idem.

As estratégias de aprendizagem que poderiam ser exploradas nos quilombos são referentes a dois modelos: 1- o modelo de rotação que visará a estação de trabalho e 2- o modelo que corresponde a sala de aula invertida. As vantagens de tais modelos, consistem no engajamento dos docentes para que possam planejar suas aulas conforme a necessidade da turma.

Em muitos locais do mundo, como Estados Unidos, Europa e alguns estados do Brasil como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul utilizaram a metodologia durante muito tempo e aperfeiçoaram em período pandêmico (MORAES, 1999). Tais tendências de modelos educacionais conseguiram invadir as salas de aulas do mundo por unirem as abordagens de forma on-line e off-line.

A utilização do modelo híbrido de educação mostra que a educação precisa ser auto superada, principalmente em relação ao tradicionalismo, por não corresponder às exigências educacionais do século XXI. Combinar o ensino presencial e o semipresencial talvez seja o modelo de aprendizagem do futuro.

Para fins de averiguação sobre a aplicação do ensino híbrido indagou-se professores e alunos. “Professor, o senhor falou que trabalhou no modelo híbrido durante a pandemia, como foi o seu trabalho?” Para o aluno entrevistado, maior de idade, indagou-se: “Você tem algum conhecimento acerca do ensino híbrido?”. Das respostas, selecionou-se as de maior relevância.

Uns dias os meninos e meninas vem na escola outros não. Isso que eu entendo. Estamos acompanhando o material oferecido pelo programa "Aula em Casa", suporte etc., dado pela Secretaria do Estado para a efetivação do trabalho pedagógico em meio à pandemia. Acho boa a proposta e melhoraria se houvesse internet. (professora Roberta. Entrevista em 17/10/2021)

Não houve acompanhamento por não haver sinal de Internet, também não fomos avaliados, mas fiz tudo que o professor enviava. Ele disse que o ensino era híbrido porque faltava internet (Aluno maior, Carlos Eduardo, entrevista em 17/10/2021)

Quando os alunos chegavam eu entregava o material, ou ia na casa deles. Não tinha internet. Fui várias vezes na casa deles. Acho que hibridismo é isso. Mas não tenho muita segurança em responder. (Professora Nonata, Entrevista em 17/10/2021)

O quilombo de Serpa tentou adequar o uso do modelo híbrido, sem sucesso devido à falta de conhecimento do modelo de aprendizagem e a ausência de internet. Contudo, num

mundo contemporâneo onde extinguiu-se o tradicionalismo quase em sua totalidade e em pleno século XXI, considerado o espaço da tecnologia educacional, torna-se fundamental o conhecimento do ensino híbrido ou o Blended Learning, onde blend significa combinar no sentido de misturar (GOMEZ, 2015), como uma das possíveis soluções para o momento educacional.

No ensino e aprendizagem, o enfoque é a combinação do modelo presencial e semipresencial por meio do blended learning que significa ensino semipresencial híbrido. Nos modelos de Rotação alunos de determinados cursos, disciplinas ou reuniões informativas, por meio de um planejamento de roteiro estabelecido pelo professor terão a oportunidade de imergir nas diferentes estações de aprendizagens, as quais, ao menos uma poderá ser de forma on-line. Para Gentili (1998), o planejamento pedagógico será o eixo condutor de todo processo.

O professor pode fazer o processo rotativo por disciplina ou ainda em um conteúdo específico. A escola do Quilombo de Serpa, não reuni condições espaciais para atendimento de todas as séries de alunos, assim, usa o sistema multisseriado (VASCONCELOS,1995) no turno matutino. O modelo híbrido poderia ser muita valia nesse aspecto. Moraes (2007) acrescenta que para organizar tal modelo de ensino, os objetivos educacionais deverão estar implícitos em todos os momentos.

A principal dificuldade para aplicação do modelo de educação híbrida no quilombo de Serpa seria a ausência de um bom sinal de internet, o que representa às afrontas neoliberais para a educação quilombola (GALVÃO,1997; ANDRADE, 2009; ALMEIDA,2010). Abdias Nascimento, deixa clara tal hostilidade com a população afro-brasileira.

Condenada a sobreviver rodeada ou permeada de hostilidade, a sociedade afro-brasileira tem persistido nesses quase 500 anos sob o signo de permanente tensão. Tensão esta que consubstancia a essência e o processo quilombista”. (NASCIMENTO, 2002, p. 264).

Dessas lutas promovidas por constantes tensões, emerge a importância dos Movimentos Sociais que são incansáveis a favor dos direitos da população negra. O emergencial para suprir a urgência tecnológica seria a banda larga. Em um dos momentos da pesquisa, ao sugerir como uma das alternativas de aprendizagem, o modelo híbrido, os professores responderam da seguinte forma:

Você explicando desse jeito fica muito fácil de entender, mas precisamos é saber como vamos fazer esse planejamento. Acredito que temos que tomar decisões em cima das matérias prioritárias ou reunir com os colegas e fazer propostas de metodologias diferentes. Eu sei que é todo um conjunto. O planejamento será nossa arma. Aí chamaria alguns professores de outras áreas e poderíamos fazer. Gostei muito dessa proposta assim acho que podemos fazer e vai ficar melhor quando tiver internet (Professora Luíza, entrevista em 19/10/2021)

Que legal eu acho que os alunos vão ficar mais motivados nessa situação sabe por quê às vezes eu acho que eles ficam entediados de ficar isso é de ficar de estar em sala de aula mas isso é natural né eles não gostam mesmo de ficar em sala de aula acredito que se fizermos assim eles terão mais motivação e principalmente se dividirmos as disciplinas e observarmos para que eles possam passar por todas as etapas acho que as etapas são fundamentais valeu professora acho que vamos conseguir (Professor Leonardo, entrevista em 19/10/2021)

Professora, acho que temos que ter cuidado para que esse aluno não deixe de assistir às aulas, isso tem que ser bem observado, porque alguns deles podem querer sair antes de terminar o rodízio. mas acredito que se houver acompanhamento eles não irão sair. Os professores também têm que ter compromisso nisso, mas com certeza professora vai ser uma experiência inovadora. Eu Acredito que vai ficar melhor do que está. As salas de aulas do quilombo são ótimas aí já até pensei que nós poderíamos usar lá fora também como os locais de subdivisões, tipo aquela areazinha que nós temos, poderia servir para dividir os alunos em equipes ou montar os espaços de forma separada. Com o sinal de internet a coisa vai funcionar bem melhor. Professora eu gostei da proposta!!! (Professora Lúcia, Entrevista em 19/10/2021)

Os professores ficaram empolgados com a sugestão e fizeram muitas perguntas. Tiramos algumas dúvidas, porém, explicou-se que para aplicar o modelo, o professor teria que organizar a sala com pontos específicos, com uma programação fixa, para que os alunos possam fazer um rodízio nesses pontos (MORAES, 1999), em um tempo que poderá ser estabelecido por ele ou até que o aluno cumpra o objetivo da aprendizagem da estação.

Um desses pontos específicos determinados deverá ser uma estação para aprendizado on-line e os outros podem incluir atividades, como instruções para o rodízio. Aí reside o primeiro obstáculo para apresentação de tal proposta. A comunidade não possui internet e possui apenas dois celulares compatíveis para as atividades.

Quando o Quilombo supra for contemplado com sinal de internet, poderá ser utilizado

o modelo da sala de aula invertida que consiste no estudo do assunto em casa, com acompanhamento on-line do professor tutor. Após uma semana docentes e discentes retornam para sala de aula de forma presencial para as discussões sobre o tema.

Como explicado nos parágrafos anteriores, tais modelos de aprendizagem contam com o suporte diário do professor, onde orientará todo percurso da atividade seja online ou presencial. O objetivo dessa metodologia é desenvolver a criticidade e possibilitar a pesquisa, com conteúdo estratégias prévias e acréscimos dessas.

A avaliação diagnóstica nos laboratórios de rotação deve ser formativa e ter o foco de produzir o diagnóstico do quadro pedagógico. Há necessidade da presença e acompanhamento do professor cuja função será promover a participação e engajamento do aluno, assim como detectar as barreiras e dificuldades nos grupos de trabalho, o que lhe dará oportunidades de propor e otimizar suas metodologias e conteúdo.

Para Dupas (1998) é possível a metodologia na escola do Quilombo, desde que a exclusão digital seja vencida. Nesse aspecto, Estado e o Município precisam ser parceiros da comunidade e da escola e para o êxito dos modelos rotacionais propostos, os objetivos precisam estar claros e a comunidade escolar com alto grau de motivação, o que possibilitará o inter-relacionamento grupal e contribuirá para apresentação das propostas de melhoria em todas as áreas observadas.

### 3.8 QUILOMBO E COMUNIDADE ESCOLAR: A ESSÊNCIA DO PROJETO PEDAGÓGICO

A realidade Brasileira quanto as condições físicas e pedagógicas para o bom desenvolvimento da aprendizagem são preocupantes, mesmo comprovando-se a matrícula de 96% das crianças de 7 a 14 anos- Censo 2020 (INEP 2020), ao considerar que as áreas atendidas continuam com ineficiência educacional. Nesse aspecto, a educação do campo, a qual pertence a educação quilombola, tem índices elevados de evasão, reprovação e abandono escolar por inúmeros motivos, dentre os quais, a distância para chegar no local de atendimento escolar.

De acordo com o IBGE 32 milhões de brasileiros, o que representa um quinto da população, residem na área rural do país, o que significa que a atenção deveria ser voltada de forma especial para o meio rural. Arroyo (2014) informa que a educação do campo, nela incluído os quilombos rurais, contempla 20%, de jovens de 15 anos ou mais, 40% de 3 e 4 anos

e 40 por cento de 7 anos. De acordo com dados IBGE (2017), 27,8% da população adulta do campo, é analfabeta.

A dívida histórica com a população do campo ocorre em diversos campos. Contudo, o acesso e permanência na escola é um direito legal conquistado constitucionalmente. A precariedade no funcionamento da Escola Quilombola do Lago de Serpa, a ausência de um mínimo de condições de funcionamento para a execução do trabalho pedagógico, insuficiência de infraestrutura e a formação específica dos professores para atuar em escola quilombola, contribui para o aumento do analfabetismo, abandono escolar e reprovação.

A educação oferecida pela Escola quilombola do município de Itacoatiara, Lago de Serpa, apesar do esforço da comunidade escolar, contribui pouco para a valorização, respeito a cultura, valores e a sua própria aquisição de conhecimentos. Representa uma das vertentes responsáveis pela evasão de adultos, jovens e crianças para o meio urbano em busca da série pretendida e da melhoria de aprendizagem. Dessa forma, a comunidade escolar não possui a motivação devida para o seu enriquecimento intelectual em todas as áreas.

A informação de que escolas em comunidades quilombolas são mais onerosas estimulam o êxodo educacional, do campo para a cidade. E, para piorar a situação, alunos são tratados de forma preconceituosa, discriminadoras e pejorativas pelos alunos do meio urbano quando precisam compartilhar a mesma sala.

Além dos saberes necessários pertencentes a base nacional curricular comum, a relação com o meio ambiente e com a terra, a forma de vida da comunidade e o respeito aos hábitos, costumes, cultura, religião, são pilares que representam suportes fundamentais de um PP quilombola.

Outro fator a ser respeitado numa proposta pedagógica para escolas do campo, são os horários que ocorrem as atividades escolares. Para o bom êxito da aprendizagem, o tempo reservado ao trabalho nos quilombos, metodologias e calendário escolar precisam caminhar juntos. Dessa forma os direitos e deveres dos cidadãos quilombolas, como sujeitos sociais serão respeitados, o que oportunizará a sua intervenção na sociedade.

Paulo Freire (2011) considera a educação essencialmente cultural. Contudo, para se tornar transformadora deverá permitir que os alunos conservem sua cultura, reconheçam e respeitem a forma de vida de outras localidades. Tal reflexão, remeterá conseqüentemente aos assuntos da atualidade, o que elevará o aluno ao nível de reflexão e autocrítica.

Quando o aluno consegue exercitar a reflexão e autocrítica sobre a sociedade a qual está inserida, não responderá uma questão porque o professor apontou como o certo. Porém, ele analisará o texto e o contexto, o que elevará a oportunidade de construir e reconstruir a sua

história inicialmente. O objetivo de todo esse exercício pedagógico é que o aluno seja consciente do seu papel na sociedade, o que o levará a lutar por humanidade e justiça em todos os sentidos.

Após todas essas contribuições, construiu-se uma proposta pedagógica, não estática mais flexível e dinâmica, preservando o diálogo com os saberes, culturas. Contudo, é apenas uma sugestão a ser enriquecida com aqueles que continuarão o ciclo de aprendizagem. A propósito, nenhuma proposta pode ser acabada, porém, deverá ser construída avaliada, reavaliada por todos que participam do

## A GUISA DE CONCLUSÃO

A proposta pedagógica em foco está ancorada sob três vertentes, o histórico de inclusão/exclusão do negro, Quilombo e escola quilombola como símbolo de resistência e os preâmbulos para construção Projeto Pedagógico. Ao ler esta tese talvez o leitor questione o porquê de a autora elaborar um histórico sobre a dialética inclusão/Exclusão. É complexa a resposta pela compreensão de que o cenário capitalista usurpador sempre existiu, o que representa impedimento para que a escola do quilombo resista a tais afrontas e cumpra sua missão de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

As reflexões sobre os significados da dialética inclusão/exclusão social, o valor do quilombo e da escola como ícones fundamentais de resistência étnica, ligados as histórias de vidas dos quilombolas da comunidade Sagrado coração de Jesus, Lago de Serpa, Itacoatiara-Am foram pontos fundamentais de discussão para a construção da proposta de projeto pedagógico na escola construída dentro do quilombo do Lago de Serpa. Tais discussões remeteram ao estudo sobre a qualidade da proposta de educação em escolas quilombolas.

A abolição da escravatura escancara a desigualdade social. Os escravos recebem a liberdade sem direito à moradia. Dessa forma, voltaram para as fazendas que residiam, com exceção de alguns que se reuniram nos quilombos, apenas pelo direito de morar. A liberdade, prerrogativa legal, existia apenas no papel para grande parte deles. Assim, a existência de um quilombo tem origem na desigualdade social

Para o desvendar da problemática da pesquisa foi inevitável a viagem pelos principais contextos históricos e sociais que envolvem a trajetória dos quilombos e conseqüentemente a exclusão social comprovada em toda a história. Dessa forma, |o capítulo 1 procurou resgatar o significado de estar incluído e integrar a partir de Holanda (1993), perpassando por Sasaki (1999), onde aponta para igualdade como um estado de direitos iguais e permanentes inerente a todo cidadão e outros teóricos dedicados ao tema.

No contexto do significado da dialética inclusão/exclusão, Almeida (2004) afirma que a abolição da escravatura não deu aos escravos o direito de uma efetiva inclusão ou integração social. Nesse aspecto, o apelo para o cumprimento do que preconiza o artigo 68 da Constituição vigente, foi retomado em quase todas as pautas dos movimentos sociais, o que comprovou a detenção dos direitos pelos remanescentes de escravos, contudo na prática, um número expressivo dessas comunidades, dentre as quais a localizada no Lago de Serpa, não consegue usufruir deles, sendo obrigatória tais intervenções reivindicatórias.

O quilombo antigo por meio de Zumbi dos Palmares deixa a herança de luta e não conformação com maus tratos. Nesse aspecto, a abolição da escravatura foi resultado do grande esforço de ativistas intelectuais envolvidos em tais causas. Verena Alberti (2007) aponta que a abolição da escravatura não ocorreu unicamente sob vontade política, porém contou com todo tipo de pressão dos inconformados com tamanha injustiça social. O quilombo de Serpa preserva esse legado por meio da luta pelo território, saúde e educação.

A trajetória de luta do negro(a) para uma inclusão social de fato, como cidadão comum, possuidor de todos os direitos que lhes são conferidos, continua sendo o ponto focal dos movimentos sociais. Assim, integrar, incluir, estar incluído perpassa pelo estudo da construção da sociedade. Sasaki (1999) enfatiza que a sociedade terá que se modificar para incluir todo cidadão, independente de nacionalidade, etnia ou cor da pele.

A comunidade de Serpa, como outros quilombos, sofre em consequência de uma visão europeia de sociedade em pleno século XXI. Sob o ângulo da dialética inclusão/exclusão, Sawaia (1999) inaugura o termo Inclusão perversa ao referir-se a algumas ações governamentais e propõe leis e projetos em prol das classes minoritárias que tendem a gerar a exclusão. Foi o que ocorreu com o quilombo de Serpa que se esforçou para adquirir os benefícios legais sem condições reais de usufruir deles pela burocracia ou regras específicas do próprio sistema.

A luta pelos territórios, saúde e escolas dentro das comunidades, assim como o direito de sobreviver das atividades econômicas geradas pela agricultura, caça e pesca, teve como uma das consequências, o desemprego. Isso foi constatado nas entrevistas realizadas com a comunidade quilombola de Serpa. Como exemplo, estrategicamente, o capitalismo promove a baixa de preços para que o público consiga comprar e vender. Tal ação, denominada por Sawaia (1999) como inclusão perversa, tem o objetivo de tornar natural tal desigualdade social.

Bourdieu (2002) nomeará a “conformidade” com os desmandes do capitalismo como um tipo de violência simbólica, onde a sociedade aceitará todo tipo de desigualdade por meio da naturalização do fato, o que ampliará o leque de exclusão social. A Inclusão perversa defendida por Sawaia (1999) assemelha-se ao fato, por exemplo, do governo não gerar políticas públicas para corrigir a alta inflação e conseqüentemente gerar o caos.

Ainda como parte do exemplo anterior, para tentar “amenizar” os impactos da desigualdade social, o Estado lança a baixa de preços como um “presente” porque a população não tem condições de adquirir os produtos devido ao fato de estar desempregada. O governo faz a intervenção lançando tais promoções numa tentativa de mascarar a situação latente dos que estão à margem da sociedade, o que gera um tipo de inclusão perversa.

Os menos favorecidos beneficiam-se das promoções, políticas e projetos para “inclusão”. Nesse aspecto surge um certo “comodismo”, afinal, quem está passando por necessidades agarra toda oportunidade que aparece e não consegue entender que é obrigação do Estado gerar políticas geradoras de emprego para inclusão de todos. A comunidade quilombola do Lago de Serpa recebeu a autodefinição depois de uma longa luta. Contudo, os terrenos ainda passam pelo dilema da regularização.

Rousseau (1712-1778) bem antes dos estudos de Sawaia (1999), aponta que nas desigualdades sociais estão intrínsecos o cunho moral e político com intenção de perpetuar fracos e fortes, ricos e pobres. O Quilombo de Serpa existiu desde 1889 no anonimato. Um povo que escreveu a história do Brasil sempre sofreu as agruras em todas as áreas pela ausência de políticas sociais que os beneficiasse.

Na Ditadura militar os processos sociais foram ainda mais complexos. Francisco de Oliveira (1981), destaca que sempre foi objetivo dos que detém o poder manter a exclusão e segregação econômica. Dupas (1998) classificará os tratados internacionais como os responsáveis pelo aumento das desigualdades sociais. O Quilombo de Serpa, assim como as demais comunidades quilombolas, possuem histórias ímpares, o que torna imprescindível que haja um olhar voltado para suas realidades sociais.

No Brasil, nos anos 60 a 2000, com o patamar de melhoria no saneamento e alfabetização acentua-se a competição em todos os níveis sociais, o que será o pano de fundo da nova exclusão social cuja nova roupagem virá caracterizada pela pobreza. Sposati (1998) acrescenta que há um avanço no campo das questões éticas e culturais. Nesse aspecto, pobreza remete a privação parcial ou total do indivíduo em sua participação na sociedade. Contudo, ele terá a chance de superar essa fase. O que ocorre com os remanescentes de Quilombo do Lago de Serpa que resistem por meio de tais confrontos.

Contradição é o termo que Martins (1997) usará para referir-se à inexistência de exclusão social e acrescenta que as vítimas dos processos excludentes estão dentro das sociedades. A exclusão social envolve as classes minoritárias e está ligada ao preconceito, discriminação, o que resultará na fragilização dos vínculos sociais. A luta social será o caminho apontado pelo autor para emancipação. Nesse aspecto, entra em cena a compreensão do que significa fazer parte da sociedade.

O negro nunca foi incluído de fato na sociedade, conforme aponta Florestan Fernandes (1965). O autor defenderá a integração social proposta por Lockwood (1992) seguindo na contramão do capitalismo vigente onde enfatiza que a história do Brasil concebe a origem da sociedade de classes. A Comunidade de Serpa recebe a alcunha dessa herança excludente

originária do Brasil colônia. Contudo, por meio da luta haverá a possibilidade de transformação social.

Norbert Elias (1993) enfatizará que nenhuma sociedade poderá ser analisada isoladamente por uma visão sob o único cume econômico. Nesse aspecto, o autor apresenta o ponto de divergência com Marx (1984). Para Elias (1993) indivíduo e sociedade não podem ser analisados isoladamente. Assim, a história Brasil Colônia faz parte do histórico de vida do quilombola do século XXI. Há necessidade de reconstrução da história do quilombo da atualidade. Tal proposta inclui a denúncia de todo tipo de segregação e exclusão.

A discriminação e o Preconceito contra o negro desencadeiam a exclusão social, e a sociedade está alicerçada nesse berço de desigualdade social. O termo raça é ferramenta poderosa geradora de todo tipo de segregação. Para Almeida (2018) o racismo é individualista, patológico, Institucional e Estrutural apresentando-se em todas as relações sociais. Torna-se impossível falar de educação sem o estudo das consequências do racismo em todos os setores da sociedade.

Essa “normalidade racista”, está presente nos setores jurídico, religioso, econômico, educacional, saúde. O Doutorando Claudemilson Oliveira, por meio da resposta a entrevista realizada, afirmou que reuniu forças para lutar contra a segregação sofrida pelo Quilombo de Serpa, comprovando-se que os movimentos sociais são de fundamental importância na luta contra todo tipo de desigualdade social.

No passado, destaca-se como êxito dos Movimentos Sociais o Teatro experimental Negro -TEN fundado em 1944 por Abdias Nascimento extinto em 1968. No ano de 1964, a Ditadura militar contribui para o fim de algumas representações. Atualmente, a luta de tais frentes de resistência fazem o diferencial para a posse dos terrenos dos quilombolas de Serpa e uma escola que valorize e defenda a sua cultura, dentre outros direitos adquiridos legalmente.

Contudo, registra-se alguns avanços a partir de 1995, eventos significativos e referenciais para os quilombos como: o I encontro das comunidades Quilombolas Rurais, as reivindicações do movimento, o programa Brasil Quilombola em 2004, o Decreto 6261/2007, por meio das 4 ações: 1-Legalização das Terras 2- Moradias e melhoria da qualidade de vida; 3: Produção local; 4- Direito e cidadania, o que requer uma inclusão social de fato das comunidades quilombolas.

Na área educacional, foco da tese em pauta, a desigualdade social histórica permanece até a atualidade, apenas com roupagem diferente e com um progresso ainda considerado mínimo. Contudo, o negro sempre ascendeu culturalmente. Como exemplo, na literatura brasileira, a partir do Marques de Pombal (1759).

No passado, a imprensa negra exerceu um papel fundamental por reivindicar o direito do negro ao ensino público, o que demonstra a força intelectual dos homens e mulheres negras. Mesmo com fatos que comprovam a intelectualidade latente do povo negro, até a Constituição de 1988 continua sua invisibilidade no cenário educacional. Paiva (2003) afirma que grande parte dos negros eram alfabetizados e ocupavam cargos importantes. Conquista notória dos negros por meio das lutas, o que resultou, anos mais tarde, na criação de suas próprias escolas.

Em 1889, após a abolição da escravatura a reforma educacional por Leôncio de Carvalho, concedeu aos negros, o direito de matricular-se em escolas públicas. Contudo, as condições socioeconômicas deles era precária e não continuavam os estudos, logrando algum privilégio os que eram ligados a casa grande.

De 1920 a 1930 destaca-se as reformas de Fernando de Azevedo (RJ), Anísio Teixeira (BH) e Francisco campos (MG). Em 1960, o negro marca sua presença nas universidades, o que recuou em 1964. E a partir de 1970, a valorização da cultura e riqueza afrodescendente é reivindicada pelos movimentos sociais.

O cenário de luta pelo reconhecimento intelectual do negro é comprovado até os dias atuais. Regados ao tempero do preconceito e discriminação, os livros didáticos, em grande maioria ainda apresenta o negro como aquele que realiza trabalhos para beneficiar os brancos, a cinderela da literatura infantil ainda é a moça branca, a cor do pecado continua a preta e as piadas com pretos são as favoritas do meio social.

Tal realidade apontada nos parágrafos anteriores, foi constatada na entrevista com alunos, professores e comunidade quilombola. Todos os entrevistados sofreram com algum tipo de preconceito e discriminação. A comunidades quilombola de Serpa continua lutando pela educação de qualidade em seu território. E nunca se mantiveram aquém da realidade. Por meio dos movimentos sociais, apresentam suas demandas.

Essa hierarquia de etnias sempre existiu e é fruto das desigualdades sociais. Os reis apoiavam a igreja na missão de “civilizar” os povos. Assim, a escola exerce forte influência em todos os níveis da sociedade o que gera controle social como herança de tal período. Na atualidade, no que se refere ao Brasil e especificamente na Amazônia continua escasso o estudo discursivo sobre a luta do negro para ascensão social.

As comunidades quilombolas, assim como o povo indígena, mulheres, dentre outras, sofrem o mesmo tipo de discriminação e preconceito. Em relação ao crescimento intelectual do negro, a ausência de reconhecimento não é justificável em face ao seu destaque em todas as áreas de conhecimento. Alguns teóricos apontam como uma das soluções para a inclusão social das classes consideradas minoritárias, integrar o Brasil aos padrões da economia mundial.

Integrar o Brasil aos padrões da economia mundial poderia representar uma das alternativas para o equilíbrio social, é a proposta de alguns autores. Frigotto (2000) considera impossível tal evento assim como a proposta de formação técnica. Para o autor a escola não defini a posição que o indivíduo ocupará no mundo do trabalho.

A força de decisão é inerente aos que detêm o poder. Nesse aspecto, considera-se covardia as forças que se levantam para aniquilar os direitos dos quilombolas de Serpa, dentre os quais, ter uma escola de qualidade, que respeite sua cultura e estimule os alunos na busca do saber crítico, dentro da comunidade. Direito esse, salvaguardado legalmente.

Contudo, o confronto entre rivais desiguais é apontado por Freire (2006) como um obstáculo a ser vencido e uma forma de rever o posicionamento dos que detêm o poder. O autor aponta para o exemplo da resistência negra no continente africano. Prática essa que perdura atualmente e consiste no oposto a desistência. Assim, seguindo o exemplo, conforme depoimentos, a comunidade de Serpa não desiste de lutar por seus ideais.

No livro a Pedagogia do oprimido, Freire (1981), propõe um estudo mais aprofundado da sociedade, e que não adianta a preparação técnico profissional se a sociedade não mudar a sua concepção de quem deve estar incluído e a margem dela. Frigotto (2000), chamará de ideológica a qualificação para o trabalho por conceber a responsabilidade sobre o indivíduo e não na sociedade.

No livro Pedagogia da Esperança (1992), Paulo Freire destaca a necessidade do pós-modernismo de forma progressista. A exclusão está ligada ao neoliberalismo e tanto os esfarrapados como os condenados da terra são os excluídos da sociedade. O grito dos movimentos sociais é pela igualdade, dignidade, liberdade e respeito ao ser humano. E isso contará com a parceria da escola para o seu êxito.

O combate ao racismo e preconceito trará como forte aliada a escola. Fiori (1986) e Freire (1997), destacam que o processo de educação trará diferentes visões de mundo e exigirá profunda conscientização, o que ultrapassará o simples fato de cumprir normas e regras. Petronilha Silva (2003), afirma que educação inclui a construção da vida dos sujeitos envolvidos. Assim, na visão dos autores, para que ocorra o aprendizado de fato, o grupo social deverá construir tal história.

A história de sofrimento e segregação dos negros no passado e no presente, foi foco de discussão principalmente na escola. Assim, a educação é arma poderosa contra todo tipo de segregação. Para dirimir tal polêmica, o estudo sobre *habitus* social das comunidades foi de fundamental importância. Para Bourdieu (2002) e Elias (1993), possui semelhanças pela busca de um afastamento de forma discreta, com a sociologia clássica.

Bourdieu (2002) defende em grande parte dos seus estudos, o materialismo, com um aprofundamento sobre a condição do homem na sociedade. Elias enfatiza a relação de interdependência existente entre homem/sociedade/homem e que o habitus dos europeus influenciou os indivíduos considerados por eles como subalternos e não poderá existir igualdade de oportunidades para as classes menos favorecidas sem respeito ao direito de todos.

A ausência do acesso à moradia, saúde, escola, gerou consequências desastrosas e desenhou o cenário que vive os legitimamente excluídos de seus direitos fundamentais, dentre eles, os quilombolas do Lago de Serpa. No capítulo 2 por meio da história de vida da família e dos alunos quilombolas da Escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, Itacoatiara/Am obteve-se alguns norteadores para a construção do Projeto Pedagógico.

A origem dos quilombos antigo e contemporâneo, dessa vez voltada para área educacional, levou ao estudo reflexivo sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a educação quilombola com foco na escola no quilombo e a educação básica. Todo o delinear histórico narrado no primeiro capítulo sobre a exclusão social vivida pelos negros, serviu como base para que a escola reconhecesse o legado escolar excludente do aluno quilombola provocado pelo capitalismo.

O legado histórico para a construção da proposta pedagógica abrangeu desde o período colonial até os dias atuais. Assim internalizou-se o importante papel da escola para a inclusão social desses alunos. Uma proposta pedagógica que não se debruce a tais discussões tende a cumprir as coordenadas do capitalismo usurpador. Foi identificada, por meio da leitura crítica de alguns livros de história e literatura, a visão do colonizador, comprovando-se uma determinada estagnação da história.

Ficou claro que o negro nunca aceitou calado o sofrimento que passou e lutou pela igualdade de direitos que ainda não se consolidou mesmo frente a todas as leis que visaram esse fim. Contudo, desde o quilombo antigo que reagiu por meio da fuga e os contemporâneos pelos seus direitos conquistados constitucionalmente e negados na prática, nunca houve um povo apático e sem ação.

A crítica permanente existente em todos os momentos discursivo foi o peso do significado de quilombo estabelecido pelo Brasil colônia que os identificou unicamente como povo isolado geograficamente cujas origens foram as fugas. Dessa forma eram concebidos como paralisados no tempo. A controvérsia alicerçou-se por meio do pensamento de Barth (2000) dentre outros, onde apontam que se deve considerar a formação e autodefinição de tais grupos. Professores e alunos, comunidade quilombola defenderam com veemência o quilombo

contemporâneo como aquele que preserva sua ancestralidade, porém nunca ficou parado ou congelado no tempo.

O quilombo na Amazônia, é um exemplo de quilombo que foi originado de diversos tipos de ocupação. Como exemplo, os quilombolas do Maranhão e do Pará tiveram origem por meio das fugas dos escravos das fazendas, locais onde ocupavam algum cargo de destaque. Os moradores de Óbidos e Santarém sofreram penosamente o descaso governamental, quando por meio de tratores, desapropriaram suas terras e os deixaram sem moradia. Em algumas entrevistas com alunos e professores, observou-se o conhecimento parcial de tais históricos.

No final do século XIX, registra-se alguns quilombos no Amazonas como o “rio dos pretos” ou “Pretos do Paunini”, localizado no rio Jaú, oriundo de Sergipe (ALMEIDA, 2002). Na área de influência do Rio Madeira, Bates (1979) aponta as comunidades de pretos nos municípios de Manicoré, Humaitá, Novo Aripuanã e Itacoatiara, Vila de Serpa, nomeados como pretos carvoeiros. Nesse aspecto, a pesquisa em pauta se debruçou as discussões pedagógicas sobre a formação do quilombo de Serpa e alguns alunos desconheciam ou conheciam parcialmente as origens de sua comunidade.

Foi comprovado teoricamente por Bates (1979), Almeida (2002), dentre outros autores e por meio da tese de Oliveira (2007), onde faz referência ao Diário Oficial da União n. 239, de 10 de dezembro de 2014 e através da pesquisa em foco que o quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, origina-se com trinta e quatro escravos livres, moradores da agro colônia de Itacoatiara.

O aluno maior, Márcio Afonso, dentre outros depoimentos, confirmou a existência do quilombo de Serpa por meio da história de seus antepassados. Em suas palavras ele afirma que não eram católicos nem evangélicos. Eram devotos de São Benedito. Atualmente consideram-se católicos sem deixar o culto as entidades. Assim, a história do município e do quilombo o qual reside a comunidade escolar, foi parte importante na proposta pedagógica em questão.

A escola no quilombo de Serpa é uma conquista legal e só foi possível depois de inúmeras tentativas junto aos órgãos de poder, porém, apesar de estar funcionando, não possui condições físicas e pedagógicas para o pleno atendimento. A educação quilombola, como visto no decorrer desta tese, tem especificidades em todas as áreas.

Uma escola que atenda do pré-escolar ao Ensino Médio é apenas uma das faces da luta do quilombo de Serpa. A principal é a posse territorial que apesar de comprovada a etnia e conquistada pela Constituição de 1988 ainda é um sonho para grande parte dos quilombolas de Serpa.

A questão territorial levanta interesses de pessoas, física e jurídica, utilizando-se de representatividade pública para impor por meio de resistência, a não concessão do registro de suas terras. Assim, tais indivíduos, por meio do poder que exercem, desconsideram o espaço quilombola como área de crescimento do município, excluem os quilombos da construção histórica do Brasil e ignoram o verdadeiro motivo que leva alguns moradores a rejeitarem suas origens, renunciando à autodenominação.

O elo de luta e o forjar guerreiros representam o símbolo dos dois quilombos, antigo e contemporâneo e por meio das entrevistas com a comunidade, obteve-se que os remanescentes do quilombo de Serpa, ainda de forma superficial, conhecem a história de luta de Zumbi dos Palmares e ligam o seu significado a atualidade. Alguns estudantes, sugeriram que a história de Zumbi, dos quilombos, fosse apresentada como uma das áreas amplas de aprendizagem e parte integrante da história do Brasil.

Os alunos entrevistados pertencem direta e indiretamente às primeiras famílias da comunidade. Muitos recusam-se a se autodeclarar quilombola por inúmeros motivos, e talvez não tenham forças para resistir diante das afrontas a seus direitos. Contudo, o Quilombo de Serpa é firme em defender sua história. Alunos maiores e representantes da comunidade insistem na ampliação da escola e contratação de professores quilombolas.

A inserção da história da Comunidade de Serpa na Proposta Pedagógica em pauta foi a demanda apresentada pela comunidade. Conforme comprovado em diversas instâncias, inclusive federal, os direitos da comunidade em foco não poderiam ser cerceados por tratar-se de remanescente de Quilombos, reconhecido inclusive pela liderança religiosa católica da localidade, sendo representada pela Associação da Comunidade Quilombola do Lago de Serpa.

A tese em pauta, constata ainda, por meio dos diversos depoimentos, dentre os quais, o de Otoniel Sabino e outros membros da comunidade que se identificaram como descendentes dos primeiros moradores da localidade “Ainda lembro de como minha avó falava... Minha mãe dizia que era coisa da África (Francisca, membra da comunidade,); “a tia Janete disse que é pertencente à família Lima, primeiros moradores. Roberta, membra da comunidade), “Minha família é a do Sabino. Só não recordo o parentesco -Arminia, membra da comunidade, 101 anos”, que a comunidade é originalmente quilombola.

Os depoimentos acima e outros citados no corpo desta tese, apontam para o direito legal intrínseco aos cidadãos quilombolas, contudo, o Quilombo de Serpa trava uma luta desumana na justiça por meio do MP para regularização de seus imóveis. O Incra, apesar de contribuir com orientações para que esses cidadãos adquiram legalmente seus imóveis, há mais de dois anos aguardam por tal decisão.

A escola no quilombo aguarda decisão do poder público, para pleitear a ampliação que só poderá acontecer após a legalização territorial pleiteada. Na área da saúde, devido a luta territorial, registrou-se o fato de não constar nos relatórios da SUSAM e dos órgãos locais de saúde-SEMSA, as contaminações e morte no quilombo. Ao perguntar de uma representante da saúde no município o porquê de tal descaso ela respondeu: “a área não era reconhecida” (Ana Mendes, representante da Saúde pública).

Sobreviver às tentativas de extermínio em todas as áreas é a meta dos quilombos. O respaldo para manter sua cultura e língua, encontra suporte com ênfase no Decreto 592/92. Para fins de garantir o diálogo, as comunidades tradicionais contaram com o apoio da OIT/2003, Decreto 6.040/2007, Resolução nº 7/2010 CNE, o Parecer nº 7/2010 e a Resolução nº 4/2010. Tais documentos respaldam os direitos e benefícios dos remanescentes de quilombos, inclusive na área educacional.

A Lei 10.639/03 representou um grande avanço na educação, no entanto não faz referência as comunidades de remanescentes de quilombos. O Decreto nº 4.887/2003, no artigo 2º, contempla a melhor definição para os quilombos, o que inclui os critérios de auto atribuição e sua trajetória histórica. Dessa forma o Quilombo de Serpa enriqueceu a proposta com a história da comunidade.

Compreender os íterins legais das Diretrizes para a educação quilombola é de fundamental importância. O Parecer nº 16/2012 do Conselho Nacional de Educação, refere-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Resolução nº 8/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A formação política e cultural do cidadão quilombola permite que ele lute por seus direitos, por isso a importância da escola e de um currículo próprio. Os que tiveram mais acesso ao saber sobressaíram-se nas entrevistas ao ressaltarem todo tipo de afrontas aos seus direitos. Assim, a tese proposta alcançou seu objeto geral, identificar os elementos culturais e políticos para a implantação do Projeto Pedagógico na escola existente no quilombo de Itacoatiara/Am, tomando como referência a Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

Alunos, professores, membros internos e externos ao Quilombo, comprovaram a existência dos elementos culturais e políticos, existentes desde a fundação do Quilombo. A abordagem qualitativa, por meios das técnicas de Entrevista em profundidade, Análise documental e Observação. Por meio das entrevistas, constatou-se:

- a) Os momentos históricos de Inclusão/Exclusão social, são desconhecidos por grande parte dos membros do Quilombo e da Comunidade Escolar;

- b) Que a comunidade tem em sua maioria, membros autodeclarados remanescentes de quilombos;
- c) A presença da cultura africana esteve presente em quase todos os momentos da pesquisa, o que comprovou oralidade, escrita, cultura, religião.
- d) Os elementos políticos, representativos da luta nos primeiros quilombos, se fazem presente nos quilombos da atualidade, mudando apenas o foco de tensão.
- e) A comunidade escolar não era consciente da importância de sua participação enquanto cidadãos.
- f) O campo simbólico apresentou a prevalência dos que detinham o poder (BOURDIEU, 2012). Contudo, o Quilombo se mantém de pé em sua luta.
- g) A escola e a Comunidade podem unir forças por meio de um projeto Pedagógico que fale a língua dos remanescentes de Quilombo.
- h) A pandemia nos anos de 2019 e 2020 contribuiu para exclusão social no meio educacional;
- i) A Exclusão digital, levou o Quilombo de Serpa a outras alternativas, não suficientes, de atividades pedagógicas, por meio da visita de professores, de canoa ou moto, usando seu próprio combustível, com fins de levar atividades aos alunos.
- j) O ensino híbrido, se bem acompanhado por meio de um Projeto Pedagógico eficiente, poderá contribuir para inclusão social;
- k) Comunidade e escola participaram da construção preliminar do projeto Pedagógico da escola quilombola do lago de Serpa.

Bourdieu (1996, 1992, 2002) e Norbert Elias (1993,1995, 2000) sustentaram a análise do campo social da tese, além de teóricos que se dedicaram a explanação do tema. Os resultados mostram que a exclusão social continua como em todos os momentos da história dos quilombos, antes e depois da constituição de 1988, no entanto, com menos intensidade que no período anterior a constituição.

É fato que há necessidade da participação ativa do cidadão quilombola em todos os momentos discursivos em prol da comunidade, para tal é indispensável a parceria da escola. Nesse aspecto, o Projeto Pedagógico foi o responsável por essa conexão. A pesquisa com todos os participantes da comunidade interno e externo, demonstrou tratar-se de uma comunidade de remanescentes de quilombos e que alguns moradores do Quilombo, não se autodeclararam por medo de perder algum benefício ou “voltar a ser escravo”.

Por conseguinte, a ausência de conhecimento da importância social, cultural e política dos primeiros quilombos, como construtores de uma nova visão social acerca da injustiça em todas as áreas, sofridas pelos negros no decorrer dos séculos, antes e depois da libertação dos escravos, o não reconhecimento da história de luta da comunidade, dificultaram a participação ativa dos membros e alunos quilombolas da escola em pauta, nas questões em defesa de seus direitos individuais, da escola e do próprio quilombo”.

Nesse aspecto, a dinâmica das redes de interdependência resultou em significados tanto individuais, de forma única, como coletivos, o que remeteu a incorporação do *habitus* educacional, por meio da rede de interdependência (ELIAS, 1995), o que proporcionou mudanças e perspectivas, comprovadas pela narrativa dos membros do Quilombo e comunidade escolar que lutam pela continuidade da educação na escola quilombola. Considera-se uma análise de um processo em continuidade.

No espaço escolar estão as reproduções das estruturas sociais (BOURDIEU, 2012). O remédio contra a força do capitalismo na vida escolar é um repensar consciente sobre a execução da proposta curricular. Para Freire (1981) esse tipo de aprendizagem exerce total significado na vida do aluno e nada mais é do que um ato politizado. Integrar é diferente de incluir. O ato de integrar estará ligado a adaptação. Adaptar entra pelo lado do conformismo.

Há necessidade de superar a acomodação herdada através dos tempos. O entrelaçamento Escola/Quilombo contribuiu para a conscientização da comunidade quilombola na luta contra todo tipo de exclusão, discriminação e preconceito.

A construção do Projeto Pedagógico identificou elementos culturais e políticos envolvidos na construção da identidade do sujeito quilombola, o que permitiu a clareza dos problemas no Quilombo e na escola. Nesse aspecto, tal modelo de projeto poderá contribuir para a construção Projeto Pedagógico de outros quilombos.

Assim, comprovou-se ainda a veracidade da tese, pelo fato do Projeto Pedagógico ser o coração de uma escola, seja ela quilombola ou não e a constatação de que na região do baixo Amazonas não existe projeto Pedagógico em escolas construídas dentro dos quilombos, o que é o caso da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo.

## REFERÊNCIAS

- ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt>. Acesso em: 7 set. 2015.
- ACERVO CÚRIA PRELATÍCIA DE ITACOATIARA. **Caixas documentais referente aos anos de exercício do Padre Manoel Florêncio da Costa**. Prelazia de Itacoatiara: ACPI, 1903, 1904, 1905. Itacoatiara: Cúria Prelatícia, 1905.
- ACERVO CÚRIA PRELATÍCIA DE ITACOATIARA. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Paróquia do Alto Amazonas Bispado do Grão-Pará. Pe. Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque. **Livro de Batismo n. 04, folha 17-v número de ordem 124, do ano de 1857 (batismo de Africano Livre)**. Itacoatiara: Cúria Prelatícia, 1857.
- ACEVEDO MARIN, R. E. **Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX**. Revista Estudos Econômicos, v.15, n. especial, p. 153-67, 1985.
- ACEVEDO MARIN, R. E. **Campesinato étnico na ilha de Marajó: acesso, controle e qualidade dos recursos hídricos**. Belém: Unamaz/UFPA, 2005.
- ACEVEDO MARIN, R. E. **Herdeiros das terras de Deus Ajude, Salvaterra, Pará**. Belém: Unamaz/ SEJU/UFPA/NAEA, 2006.
- ACEVEDO MARIN, R. E. **Roceiros de Paixão, nos limites da cerca, Salvaterra, Pará**. Belém: Unamaz/ UFPA, out. 2004.
- ACEVEDO MARIN, R. E. **Terras de herança de Barro Alto: entre a fazenda da EMBRAPA e a fazenda do Americano, Salvaterra, Pará**. Belém: Unamaz/UFPA, 2005.
- ACEVEDO MARIN, R. E. Uso e condições de acesso e controle de recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (ilha de Marajó), Pará. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÁGUAS DA PAN-AMAZÔNIA. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MARCOS REGULATÓRIOS, VISÕES DE ATORES POLÍTICOS E ESTRATÉGIAS, 2005, BELÉM. **Anais** [...] Belém: Unamaz/UFPA, CNPq, NAEA, NUMA, 2005.
- ACEVEDO MARIN, R. E; NOGUEIRA, C. Os quilombolas de Salvaterra, ilha de Marajó: processo de territorialização e acesso aos recursos naturais. *In*: ARAGÓN, Luis E. **População e Meio Ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2007
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, CPDOC, 2007.
- ALBUQUERQUE, Leda Maria de. **Zumbi dos Palmares**. 2. d. São Paulo: IBASA, 1978.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamentos de foguetes de Alcântara**. Laudo antropológico. Brasília, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2006. 2v.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. *In*: PROJETO VIDA DE NEGRO, frechal – terras de preto. São Luiz: SMDH/ CCNMA/PVN, 1996. (Coleção Negro Cosme).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, Belém, UFPA-NAEA, n. 10, p.163-96, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: Eliane Cantarino O'Dwyer (org.). **Quilombos – Identidade étnica e territorialidade..**). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SPRANDEL, A. **Palafitas do Jenipapo: uso comum das águas e conflito**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. *In*: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (orgs.). **Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: FUA, 2006.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**, 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALONSO Jr., Hamilton. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente e Ações Coletivas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Rubem. **A vida de Rubem Alves - um breve relato**. Rubem Alves Instituto. Disponível em: <https://institutorubemalves.org.br/rubem-alves-2/>. Acesso em: 7 set. 2015.

ALVES, Rubem. **Alegria de ensinar (a)**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2000.

ALVES, W. B. **A Reflexividade na Pesquisa Etnográfica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro. 2003.

AMAZONAS. **Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 01.º de Outubro de 1857, pelo Presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral**, Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert, 1858, p. 41- 42.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Novos Sujeitos de direitos e seus mediadores: uma reflexão sobre o processo de mediação entre quilombolas e aparelho de Estado**. 33ª Reunião Anual da Anpocs, 2009

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARRUTI, J. M.; CARVALHO, E; MAROUN, K. Educação quilombola em debate: a escola em Campinho da Independência (RJ) e a proposta de uma pedagogia quilombola. *In*: CUNHA, A. S.A. (Org.). **Construindo quilombos, desconstruindo mitos: a educação formal e a realidade quilombola no Brasil**. São Luís: Setagraf, 2011. p. 29-44.

ARRUTI, José Mauricio. “Quilombos”. *In*: Raça: **Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Mauricio. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/QBXXBw99XxgcmcS35sND3Rk/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2017.

ARRUTI, José Mauricio. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, jan/abr, 2017.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática**. Piracicaba, SP: Unimep, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais** (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994). **Boletim Informativo NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas / Fundação Cultural Palmares** – v. 1, Florianópolis: UFSC, 1997, p. 81-82. Disponível em: [http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff\\_boletim\\_nuer\\_1.pdf](http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff_boletim_nuer_1.pdf). Acesso em: 13 maio 2017.

BAKTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Lisboa, 1977.

BARTH, Frederik. **Ethnic groups and boundaries**. Oslo: University Press, 1969.

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BARTH, Frederik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. *In*: VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (orgs.). **Antropologia da etnicidade: Para além de “ethnic groups and boundaries”**. Lisboa: Edições Fim de Século, 2003.

BASTIDE, R. A imprensa negra do estado de São Paulo. *In*: BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983. p. 129-158.

BASTOS, Priscila da Cunha. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras**. Niterói: UFF, 2009.

BATES, Henry Walter. O Baixo-Amazonas – “De Óbidos a Manaus, ou a Barra do Rio Negro”. *In*: BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979, p. 109-138.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Um Pouco - Antes e Além-Depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BILLIG, M. **Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology**. London: Sage, 1991.

BLANCO, Yedda A. O. Caggiano; Ramiro C. H. Caggiano, BLANCO. **Um Quilombo**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ivjnf/15.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História do Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A construção do objeto. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo. Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004. Bibliografia sobre Amazônia

BOURDIEU, Pierre. **A delegação e o fetichismo político**. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992b.

BOURDIEU, Pierre. **A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico**. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Análise de discursos. *In*: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: a gênese e a estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Entrevista a Yvette Delsault: sobre o espírito da pesquisa. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 175-210, jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Autoanálise**. Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. Artigo reproduzido de BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Goût de classe et styles de vie. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 5, p. 18-43, out. 1976.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Le Seuil, 1992a.

BOURDIEU, Pierre. **Sur L' État: cours au Collège de France (1989-1992)**. Paris : Éditions Raison d'Agir / Éditions du Seuil, 2012.

BOWSER, B. P. Racism in the modern world community. *In*: BOWSER, B. P. (org.). **Racism and anti-racism in world perspective**. California: Sage, 1995, p. 27-45.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. 2010a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. 2010b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. DECRETO 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007?2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007?2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 3.912, DE 10 DE SETEMBRO DE 2001. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3912-10-setembro-2001-395404-norma-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm#art25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm#art25). Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Diário Oficial da União n. 239, de 10 de dezembro de 2014**. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/12/2014>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Parecer CNE/CEB no.16/2012**. Brasília/DF: CNE, 2012. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_quilombola.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.288/2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial. 2010c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20institui,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20institui,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico). Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Artigo 68 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#dtart68](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#dtart68):. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SEPPIR. SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. **Comunidades quilombolas brasileiras**: regularização fundiária e políticas públicas. 2008. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Programa\\_Brasil\\_Quilombola\\_2005.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Programa_Brasil_Quilombola_2005.pdf). Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, DF: SECADI, 2009.

BRITO, Roberta Kelly Lima de. **Vapores de Mauá: A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)**. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção primeiros passos).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL.1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza**. Revista Brasileira de Educação, n 24, set. / dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo**. Brasília, DF: SDE, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. Presidência da República do Brasil. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, DF, 1997.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O “Planeta” dos Negros no Mundo dos Brancos: Estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS**. 2003. 163f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Canoas, 2003.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Unicamp, 1992.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem – introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTEL, Robert. **Les matamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre alienação e estranhamento nos Manuscritos Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Revista Educação e Filosofia**, v 8 nº 16 jul\dez. 1994.

CHAMBOLEIRO, Rafael. Os escravos do atlântico equatorial. **Revista Brasileira de História**, v.26, n. 52, 2006.

CHIZZOTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e deságios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 79, 2003.

COSTA M. D. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 10, n. 1, jan/jun, 2016.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Pobreza e Desigualdade no século do desperdício**. Brasília, DF: ICSW/CBCISS, 2006.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CRAVEIRO, C. B. A. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2010d. 78p.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approach** (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CUNHA JR, Henrique. História Africana na Formação dos Educadores. **Cadernos de Apoio ao Ensino**, Maringá, PR, n. 6, 1999.

CUNHA JR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

CUNHA JR., Henrique. A História Africana e os Elementos Básicos Para o Seu Ensino. *In*: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse. **Negros e o Currículo. 271**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN. Serie Pensamento Negro em Educação. Número 2. 1997

D. & SIMON, F. O. Abordagem quantitativa de análise de dados de pesquisa: construção e validação de escala de atitude. **Cadernos do CERU**, v. 2, n. 16, p. 11-27, 2005.

DAVIS, Angela. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Vozes, 2003.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. New York: Random House, 1981.

DEMO, Pedro. **A Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

DIAS, F. V, GORCZEVSKI, C. A imprescindível contribuição dos tratados e cortes internacionais para os direitos humanos e fundamentais. **Sequência**, n. 65, p. 241-272, dez. 2012.

DIAS, T. S. **Educação escolar quilombola no censo da educação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

DIMOULIS, D., MARTINS, L. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 34, v. 12, set./dez.1998.

DURANA, A. A. G. **El concepto de exclusión em política social**. 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36013864.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade da Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania**. In: XXXII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 2006, Brasília, DF. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília, DF: ICSW, 2006. Disponível em: [https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/17\\_07\\_PDF/vicente\\_faleiros.pdf](https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. Do rio dos pretos ao quilombo do Tambor. Manaus: UEA Edições, 2003.

FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. Quilombolas na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de comunidades de pretos no Complexo Madeira. In: II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2017. **Anais [...]** Salvador: Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia/EDUFBA, 2007.

FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. Quilombolas no Amazonas: do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaí; CNPq, 2011.

FARIAS, M. R. S; FARIAS, K. T. R. Papel epistemológico da teoria e pesquisa em contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 3, p. 121–135, 2014.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume 1 - O legado da raça branca. São Paulo: Dominus / Universidade de São Paulo, 1965.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional, 1967.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional, 1967.

FERRARA, Miriam Nicolau Ferrara. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. *In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2007, São Leopoldo, RS. **Anais [...]**. 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>. Acesso em: 27 dez 2019.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jun. 1986.

FONTES, R. de S. **O desafio da Educação Inclusiva no município de Niterói**: das propostas oficiais às experiências em sala de aula. 2007. 160 f. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**; tradução Eduardo Jardim e Roberto Machado. 4.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; org. e tradução Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra – Graal, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** São Paulo: Paisagens, 2000

FRANCISCO, Oliveira de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRETIGNÉ, Cédric. **Sociologie de l'exclusion**. Paris: L'Harmattan, 1999.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regimen da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Fragmentos da globalização na educação**: uma perspectiva comparada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009.

FUNARI, P. P. A. La cultura material y la arqueología en el estudio de la cultura Africana en las Américas. **América Negra**, v. 8, p. 33-47, 1994.

FUNARI, P. P. A. The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the History of African American culture. **Historical Archaeology in Latin America**, v. 7, p. 1-41, 1995.

FUNARI, P. P. A., JONES, S. **Historical Archaeology**: Back from the Edge. London: Routledge, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo. CARVALHO, Aline Viera de. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNES, E. A. Nasci nas matas nunca tive senhor - histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 137-142, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v6i1.8645536. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645536>. Acesso em: 4 out. 2020.

FURNES, A. Eurípedes. *In*: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GALVÃO, A. M. **A crise da ética**: o neoliberalismo como causa da exclusão social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAY, A.; QUINTANS, M. T.D. Movimento negro e a luta por direitos: a participação na ANC e as conquistas na constituição federal brasileira. *In*: ROLIM, R. R.; NOVAES, A. M. C.; ROCHA, L. S. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1a, p. 90- 119.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998

GHANEM, E. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Ação Educativa, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, F. **La exclusión social**. Barcelona: Ariel, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **Noites de Insônias**. São Paulo: Record, 2008.

GOMES, Ana Beatriz S.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação e Afrodescendência**. Fortaleza: UFC, 2008

GOMES, Ana Beatriz Sousa . Universidade, universalidade e especificidade dos Afrodescendentes. *In*: III ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI / II CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO, 2004, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: EDUFPI, 2004.

GOMES, F. D. S. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, séc. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos**: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX). 1997. 773 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920>. Acesso em: 26 jan. 2020.

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015 (coleção Agenda brasileira).

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

GOMES, Robeilton de Souza. **Fuga, sublevação e conflito**: faces da resistência política na Amazônia colonial (sec. XVIII). XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH. 2011.

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. **Educação na era digital**: A Escola Educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006

GONDIN, Linda e LIMA, Jacob Carlos. **O projeto de pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre o método e o bom senso**. São Carlos: EDUFSCAR, 2010. Parte I. p. 7-34.

GONDIN, Linda M. P. **A pesquisa como artesanato intelectual: Considerações entre método e bom senso**. São Carlos: Edufscar, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod\\_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (A liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea**, São Carlos, SP, v. 1, n. 2, jul./dez., 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, pp. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, p. 68-75, 1996.

HEGEL, G. W. **Dissertatio philosophica de orbitis planetarum (Las órbitas de los planetas)**. Trad. D. Vaz e P. Menez. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2015

HELLER, A. **Além da Justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa: Aurélio**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira/ O Dia, p. 175, 1993.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003a.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo:** ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

ILLICH, I. **Deschooling society.** New York: Harrow, 1972.

ILSE, Scherer-Warren, **Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica, 2. ed., Florianópolis: UFSC, 1987.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013.** Brasília: INEP, 2014.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020.** Brasília: INEP, 2020.

KERN, Daniela. O conceito de hibridismo ontem e hoje: ruptura e contato. **Métis: História & Cultura**, v. 3, n. 6, p. 53-70, jul. 2004.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** Palavras de uma xamã yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do documento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39. Dez. 2008.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1984.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais:** análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: UFSC, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. *In:* O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo.** Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento – A comunidade de Casca em**

LEITE, Ilka Boaventura. **O quilombo trans histórico, jurídico-formal e pós-utópico**, 2007. Disponível em: <http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/disciplines/socialanthropology/postgraduate/clacs/documents/IBoaventurav2.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** Questões conceituais e normativas. Caderno de textos e debates do NUER n. 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** Questões conceituais e normativas. Caderno de textos e debates do NUER nº 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de Negros no Brasil.** Cadernos de

LENOIR. **Les exclus:** un français sur dix. Paris: Seuil, 1974.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOCKWOOD, David. **Solidarity and schism: “the problem of disorder” in Durkheimian and Marxist sociology**. Nova York: Oxford University Press, 1992.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2000.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A grande crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1989.

LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MACÊDO, D. J. S. **Educação em comunidades quilombolas do território de identidade do Velho Chico/BA: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais**. 2015. 216f. Tese (doutorado) Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

MACÊDO, D. J. S. **O currículo escolar e a construção da identidade étnico-racial da criança e do adolescente quilombola: um olhar reflexivo sobre a auto-estima**. 2008. 144f. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

MACIEL, Cleber da Silva Maciel. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)**, 2. ed., Campinas, CMU -UNICAMP, 1997.

MAGGI, Belisa. **Projeto Cultura na Escola**. 2017. Disponível em: [http://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/falm\\_-\\_projeto\\_cultura\\_na\\_escola\\_-\\_apostila\\_visualizacao-VERSAO-INTERNET.pdf](http://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/falm_-_projeto_cultura_na_escola_-_apostila_visualizacao-VERSAO-INTERNET.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. *In*: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARSHALL, T. H. **Class, citizenship, and social development: essays**. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1977

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MARX, Karl. (1859) **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1984
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Revista INES-ESPAÇO**, n. 16, jul./dez., p. 42-59, 2001.
- MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. 3. ed. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MCCOWAN, T. Reframing the universal right to education. **Comparative Education**, v. 46, n. 4, 2010, p. 509-525.
- MELLO, Marina Pereira de Almeida. **O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição, identidade e alteridade na imprensa negra paulista (1915-1923)**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MELO, S. C. de. **Autismo e educação: a dialética na inclusão**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2004.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 2001. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf) . Acesso em: 13 jan. 2019.
- MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: Experiências da comunidade negra rural de Tijuacu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOURA, Clóvis. A Imprensa Negra em São Paulo: *In*: MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra: estudo crítico**. São Paulo: Imprensa Oficial: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Edição Fac-Similar, 2002.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala – quilombos, insurreição, guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Maria da Glória. **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica, 2011.

MULLER, Liane. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MULLER, Ricardo Gaspar. **Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2. ed. São Paulo: Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele. **O Negro no Brasil de Hoje**: São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, dez./fev.,1995/1996. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1968.

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**. 2. ed. Brasília: Fundação Palmares, 2002.

NASCIMENTO, A. do. Teatro negro no Brasil: Uma experiência sócio racial. **Revista Civilização Brasileira**, Caderno Especial, n. 2, Rio de Janeiro, 1968, p. 193-211.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? *In*: DINIZ, Eli (org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Anpocs/ Ipea/ Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 152, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? *In*: DOWBOR, Ladislau (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NUNES, Alberto. **Indisciplina na sala de aula – Uma reflexão a partir da realidade**. 2006. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article-imprim.php?id\\_article=17387](http://www.asemana.cv/article-imprim.php?id_article=17387). Acesso em: 21 nov. 2020.

NUNES, Edson de O. **A Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar 1978

NUNES, Georgina Helena. **Educação Quilombola - Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico- Raciais-** Brasília: SECAD, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV, 296; Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia, 2002

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169**. 2003. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/513>. Acesso em: 11 jan. 2018.

OLIVEIRA, A. da R. e OLIVEIRA, N.A. Opressão por exclusão: uma troca lesiva. *In*: C.I. HENZ e G. GHIGGI (orgs.), **Memórias, diálogos e sonhos do educador**: homenagem a Balduino Antonio Andreola. Santa Maria, RS: Pallotti, 2005, p. 417-434.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Educação e exclusão**: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. 2002. 226f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Urbanização no Médio Amazonas**: a importância de Itacoatiara/AM como cidade intermediária. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico - Conceitos - Metodologia-Práticas**. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. *In*: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, S. N. **Diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola: o caso da Bahia e o contexto nacional**. 2013. 232 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ORSER Jr, FUNARI P.P. **Arqueologia da Resistência Escrava**. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/809>. Acesso em: 19 set. 2020.

PAIVA, Eduardo França. **Leituras (im)possíveis**: negros e mestiços lavaseitores na América portuguesa. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO, Belo Horizonte, 2003. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v. 1.

PALIOTTI, Oreste. Escravidão, nunca mais. **Cidade Nova**, São Paulo, p. 36, set. 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: Um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.

PAUGAM, S. La constitution d'un paradigme. *In*: PAUGAM, S. (Org.). **L'exclusion: l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 1996. p. 7-19

PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool**: uma ponte marítima centenária - anos finais do Império/meados do século XX. Manaus: EDUA, 2009.

PEREIRA, Amilcar A. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

**perícia**. Florianópolis: NUER / UFSC, 2002.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida. Brasil**: do Primeiro Reinado aos dias de hoje. São Paulo: Ática, 2000. vol.2

PINTO, Regina Pahim. Movimento Negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 86, ago. 1993.

PLETSCH, M. D. **O ensino itinerante como suporte para em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

PLETSCH, M. D; GLAT, R. O ensino itinerante como suporte para inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na rede pública de ensino: uma abordagem etnográfica. **Revista Iberoamericana de Educacion**, v. 12, n. 41, 2007.

PONTES, Aldrin Bentes; PONTES, Joyce Karoline Pinto Oliveira. O direito à cultura religiosa: reflexões sobre a festividade de São Benedito em Manaus. **Revista de sociologia, antropologia e cultura jurídica**, Manaus, v. 2, n. 1, 10'6.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Ética e História Oral. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

POTTER, J. & WETHERELL, M. Social representations, discourse analysis, and racism. *In*: FLICK, U. (org.). **The psychology of the social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 138–155.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. *In*: PEREIRA, E de A. (Org). **Um tigre na floresta dos signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. (Coleção Setefalas).

REIS, Arthur César Ferreira. **Manaós e outras vilas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Edua, 1999.

REIS, Francisco Paraibuna dos. **Planta do meio território pertencente à Companhia de Navegação do Amazonas na Vila de Serpa**. 1 mapa ms.: aquarelado; 31,5 x 58 cm, escala de 500 braças. Biblioteca Pública Nacional-BN. Belém, PA: [s.n.], 1864. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=34654](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34654). Acesso em: 22 fev. 2019.

REIS, Francisco Paraibuna dos; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de; VEIGA, Ilma Passos Alancastro (orgs.) **Escola: Espaço do projeto pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

RIBEIRO, A. S. S. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no quilombo de Mesquita – Goiás**. 2014. 280 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**, 1ª ed. São Paulo-Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1991.

RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1994.

RIBEIRO, Renato J. Não há pior inimigo do conhecimento que terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 189-195, 1999.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, F. Racismo cordial. In: TURRA, C.; VENTURI, G. (orgs.). **Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995, p. 11-56.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1995. (Original publicado em 1933).

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

SALLES, Vicente. **Vocabulário Crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico**. Belém-PA: IAP; Programa Raízes, 2003.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açai / CNPq, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: EDUA, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne**. Manaus: EDUA, 1997.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília, DF: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos)

SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. São Paulo: Moderna, 1985

SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. Qual “Retrato do Brasil”? raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 10, n. 1, p. 61-95, 2004a.

SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. Tribunal racial. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 6 dez. 2004b.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. 197f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 165.

SAPIO, G. A LDB e a constituição brasileira de 1988: os dois pilares da atual legislação educacional nacional. **Revista Jurídica Eletrônica da IUNIB**, Belo Horizonte, nov., 2011. Disponível em: <https://www.doutoradoemestrado.com.br/nova-edicao/a-ldb-e-a-constituicao-brasileira-de-1988-os-dois-pilares-da-atual-legislacao-educacional-nacional/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

SARUP, M. **Marxismo e Educação**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? *In*: SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 7- 13.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SENNA, Adriana Kivanski de. **História Oral e Ensino: Memórias sobre os Cursos de História da FURG**. Trabalho apresentado ao 6º Encontro Regional Sul de História Oral: Narrativas, Fronteiras e Identidades, Pelotas, 2011.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronografia de Itacoatiara**. Manaus: Papyros, 1997

SILVA, José Alexandre; CERRI, Luis Fernando. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: Biografia,

conceitos e influências na pesquisa educacional. **Revista Linhas**, v. 14, n. 26, p. 171-198, 2013.

SILVA, Joselina da. **União dos homens de cor (UHC):** uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo. 2005. 215f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. *In:* BARBOSA, Lúcia M. A.; SILVA, Petronilha B. G. e.; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). **De Preto a Afro-Descendente: Trajetos de Pesquisa sobre o Negro, Cultura Negra e Relações Étnico-raciais no Brasil.** São Carlos-SP: EdUFSCar, 2003. p. 181-197.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo com fetiche:** a poética e a política do texto curricular. 3. ed. Belo Horizonte, 2006.

SILVA, V. R. R. **Entre quilombos e palenques:** um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia. 2012. 291f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012c.

SILVER, Hilary. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. *In:* BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SILVER, Hilary. Reconceptualizing social disadvantage: thre paradigms social exclusion. *In:* RODGERS, Gerry; GORE, Charles; FIGUEIREDO, José B. (orgs.). **Social exclusion: rhetoric, reality, responses.** 1995. Disponível em: [www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/gerrypart1.pdf](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/gerrypart1.pdf) . Acesso em: 10 out. 2019.

SKIDMORE, T. **O preto no branco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. **"Ser quilombola":** identidade, território e educação na cultura infantil. 2015. 265f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000963444>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares No Brasil. *In:* SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XIX.** São Paulo: Autores Associados, 1998.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** 1998. Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

STAKE, R.E. **Investigación con estudio de casos.** Madrid: Morata, 2005.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories:** Studies in Social Psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

textos e debates do NUER n. 1. Florianópolis: NUER/UFSC, 1990.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TURNER, B. Outline of a theory of citizenship. **Sociology**, vol. 24, pp. 189-217.

TURRA, C. & VENTURI, G. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

VASCONCELOS, C.S. **Planejamento**: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1980.

VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANNA, J. O. **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. (Original publicado em 1932).

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983.

WERNECK, C. Acorda, Monstro! **Escritos da Criança**, v. 5, p. 107-112, 1998.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016. DOI 10.1590/S0104-129020162610.

YAMATO, R. V. A proteção das minorias na ordem internacional contemporânea. *In*: UBILUT, L. L.; BAHIA, A. G. M. F.; MAGALHÃES, J. L. Q. (coords.). **Direito à diferença**: aspectos institucionais e instrumentais de proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. v 3. São Paulo: Saraiva, 2013.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.



# APÊNDICES





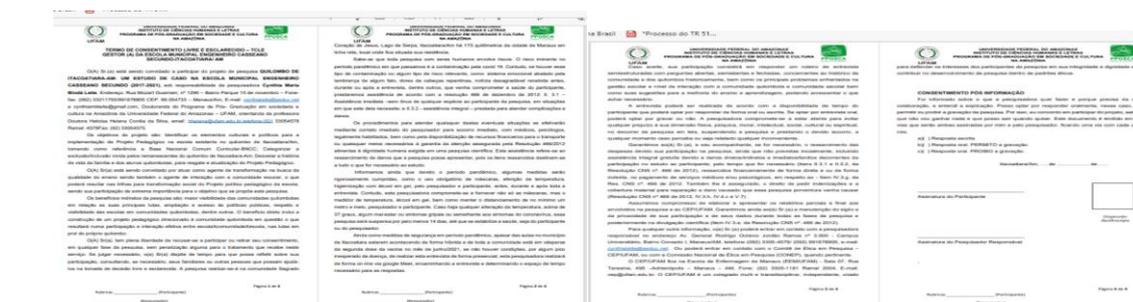
A7- TCLE- COORDENADOR DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO ESTADO DO AMAZONAS



A8- TCLE- GEÓGRAFO E HISTORIADOR



A9- TCLE- GESTOR DA ESCOLA MUNICIPAL ENG CASSEANO SECUNDO



A10- TCLE- GESTOR DA ESCOLA ESTADUAL RONALDO MARQUES



A11- TCLE- MEMBROS DA COMUNIDADE



### A12- PEDAGOGO DA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO



### A13- PEDAGOGO DA ESCOLA ESTADUAL RONALDO MARQUES



### A14- TCLE PRESIDENTE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA



### A14- TCLE PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO



**A15- TCLE PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL RONALDO MARQUES**



**A15- ALGUMAS FOTOGRAFIAS DO PERCURSO DE PESQUISA**



**Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



**Associação Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa**



**Lago de Serpa junto ao Presidente da Comunidade, Sr. Ernando**



**Momento Pandêmico, 2019/2020- Auxílio Emergencial por meio de uma ONG- MCT**



Escola Municipal Engenheiro Casseano  
Secundo em dia letivo em 2020, por ocasião da  
pandemia.



Escola Municipal Engenheiro Casseano dia  
letivo em 2021



Campo de grama utilizado pela Escola  
Municipal Engenheiro Casseano



Um dos modelos de residência daqueles que  
receberam ajuda de alguma forma



Estrada de barro dentro dos quilombos. Cada  
pessoa leva seus mantimentos nas costas até sua  
residência.



Forno de barro para fazer farinha. Uma das formas de subsistência atual da comunidade



Idem



Parceria firmada com o presidente da comunidade



Parceria firmada com o presidente da Associação



Reunião com a comunidade escolar após o período pandêmico



Estrada de acesso ao Quilombo. Aluna no caminho para a saída da comunidade.



Lago de Serpa- Itacoatiara/Am



Idem



Chegada de cestas básicas, segunda etapa



Identificação da Comunidade



Convite não aceito a pescaria. Sondagem do ambiente.



Entrega do resultado parcial da pesquisa

**Quadro 1 – Categorias, subcategorias e subtítulos de capítulos**  
De autoria da pesquisadora

<b>CATEGORIA</b>	<b>SUBCATEGORIA</b>	<b>SUBTÍTULO</b>	<b>CAPÍTULO</b>
<b>INCLUSÃO/EXCLUSÃO</b>	"Escravos como mercadoria"	Exclusão social na visão de Marx	I
	A responsabilidade de incluir é da sociedade	Exclusão social na visão de Paugam e Fretigné	I
	Confrontar é uma arma contra toda forma de injustiça social	Exclusão social na visão de Paulo Freire	I
	A Democracia racial é sinônima de desigualdade social	Exclusão social do negro sob o manto da formação colonial e democracia racial	I
	Exclusão social do negro, herança histórica	O quilombo antigo e a formação da sociedade brasileira	I
	A luta continua com nova roupagem	O quilombo contemporâneo	I
<b>QUILOMBOLAS</b>	Comunidade e escola, via de mão dupla	Quilombo, Comunidade e escola no currículo escolar	II
	Origem do quilombo do lago de Serpa	Da vila de Serpa a Cidade de Itacoatiara	II
	Políticas públicas para a educação nas comunidades quilombolas	A luta do negro pelo espaço escolar	II
	Ressemantizar o quilombo é igual a incluir socialmente	Por que ressemantizar o termo quilombo no currículo quilombola?	II
<b>PROJETO PEDAGÓGICO</b>	Escola quilombola é situada dentro da comunidade	Escola no quilombo: Direito conquistado	III
	Quilombo esquecido	Pandemia no quilombo	III
	"O que avaliar?"	Avaliação em período pandêmico	III
	A Resistência como herança do quilombo antigo	Resistência, a força que une os quilombos	III
	"Quem falará por nós?"	Comunidade, mostra a tua força	III
	" agora preciso ir para escola de meu filho? "	Escola, Comunidade e Projeto Político Pedagógico	III
	Primeiro Projeto Político Pedagógico em Escola Quilombola	Projeto Político Pedagógico de Escola Quilombola	III

Quadro 2 – Exclusão/Inclusão do Negro (antes da Qualificação)

VALOR RELATIVO A SOMATÓRIA DA DÉCADA (DADOS PESQUISADOS DE JULHO/2019 A JULHO DE 2020)							
TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
EXCLUSÃO/INCLUSÃO DO NEGRO	Capes	1988-1998	52	50	32	134	398
		1999-2009	40	45	27	112	
		2010-2019	54	40	58	152	
	SciELO	1988-1998	47	39	30	116	336
		1999-2009	32	41	25	98	
		2010-2019	42	43	37	122	
	USP	1988-1998	35	37	23	95	267
		1999-2009	25	25	25	75	
		2010-2019	29	33	35	97	
	UNICAMP	1988-1998	31	35	21	87	200
		1999-2009	21	21	22	64	
		2010-2019	27	21	31	79	

De autoria da pesquisadora

Quadro 3 – Exclusão/Inclusão do Negro (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	TEXTO	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
EXCLUSÃO/INCLUSÃO DO NEGRO	Capes	1988-1998	27	52	50	32	161	486
		1999-2009	32	40	45	27	144	
		2010-2019	29	54	40	58	181	
	SciELO	1988-1998	19	47	39	30	135	407
		1999-2009	27	32	41	25	125	
		2010-2019	25	42	43	37	147	
	USP	1988-1998	12	35	37	23	107	321
		1999-2009	20	25	25	25	95	
		2010-2019	22	29	33	35	119	
	UNICAMP	1988-1998	13	31	35	21	100	290
		1999-2009	22	21	21	22	86	
		2010-2019	25	27	21	31	104	
	UFAM	1988-1998	5	10	12	27	54	212
		1999-2009	21	29	21	22	93	
		2010-2019	18	13	23	11	65	

**Quadro 4- Inclusão/Exclusão social (dados antes da qualificação)**

VALOR RELATIVO A SOMATÓRIA DA DÉCADA (DADOS PESQUISADOS DE JULHO/2019 A JULHO DE 2020)							
TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	Capes	1988-1998	58	45	22	125	336
		1999-2009	45	40	29	114	
		2010-2019	36	31	30	97	
	SciELO	1988-1998	33	32	36	101	346
		1999-2009	53	43	29	125	
		2010-2019	55	35	30	120	
	USP	1988-1998	32	31	24	87	248
		1999-2009	27	19	26	72	
		2010-2019	35	29	25	89	
	UNICAMP	1988-1998	29	15	13	57	198
		1999-2009	23	19	17	59	
		2010-2019	35	25	22	82	

De autoria da pesquisadora

**Quadro 5– Inclusão/Exclusão social (após a Qualificação)**

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	TEXTOS	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	Capes	1988-1998	38	58	45	22	163	445
		1999-2009	39	45	40	29	153	
		2010-2019	32	36	31	30	129	
	SciELO	1988-1998	31	33	32	36	132	438
		1999-2009	28	53	43	29	153	
		2010-2019	33	55	35	30	153	
	USP	1988-1998	29	32	31	24	116	335
		1999-2009	25	27	19	26	97	
		2010-2019	33	35	29	25	122	
	UNICAMP	1988-1998	25	29	15	13	82	276
		1999-2009	22	23	19	17	81	
		2010-2019	31	35	25	22	113	
UFAM	1988-1998	10	13	14	15	52	207	
	1999-2009	15	17	20	12	64		
	2010-2019	28	31	18	14	91		

De autoria da pesquisadora

Quadro 6– Escolarização do negro (antes a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESES	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO	Capes	1988-1998	15	11	13	39	212
		1999-2009	20	13	15	48	
		2010-2019	44	47	34	125	
	SciELO	1988-1998	19	12	14	45	194
		1999-2009	14	14	11	39	
		2010-2019	39	36	35	110	
	USP	1988-1998	30	25	32	87	248
		1999-2009	20	21	31	72	
		2010-2019	32	28	29	89	
	UNICAMP	1988-1998	23	19	15	57	198
		1999-2009	25	16	18	59	
		2010-2019	32	23	27	82	

De autoria da pesquisadora

Quadro 7– Escolarização do negro (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	TESES	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO	Capes	1988-1998	15	11	13	39	212
		1999-2009	13	20	15	48	
		2010-2019	34	47	44	125	
	SciELO	1988-1998	19	12	14	45	194
		1999-2009	14	14	11	39	
		2010-2019	36	39	35	110	
	USP	1988-1998	30	25	32	87	248
		1999-2009	20	21	31	72	
		2010-2019	32	28	29	89	
	UNICAMP	1988-1998	23	19	15	57	198
		1999-2009	18	16	25	59	

		2010-2019	32	23	27	82	
	UFAM	1988-1998	10	17	25	52	285
		1999-2009	31	38	32	101	
		2010-2019	45	56	31	132	

De autoria da pesquisadora

Quadro 8– Currículo Quilombola (antes da Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESES	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
CURRÍCULO QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	10	9	7	26	211
		1999-2009	13	11	8	32	
		2010-2019	55	52	46	153	
	SciELO	1988-1998	14	13	12	39	202
		1999-2009	19	18	11	48	
		2010-2019	41	39	35	115	
	USP	1988-1998	25	34	38	97	333
		1999-2009	44	25	22	91	
		2010-2019	55	51	39	145	
	UNICAMP	1988-1998	21	11	10	42	159
		1999-2009	25	13	11	49	
		2010-2019	33	20	15	68	

De autoria da pesquisadora

Quadro 9– Currículo Quilombola (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	TEXTOS	DISSERTAÇÃO	TESES	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
CURRÍCULO QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	10	45	9	7	71	361
		1999-2009	13	50	11	8	82	
		2010-2019	55	55	52	46	208	
	SciELO	1988-	14	3	13	12	42	217

		1998						
		1999-2009	19	5	18	11	53	
		2010-2019	41	7	39	35	122	
	USP	1988-1998	23	3	34	31	91	251
		1999-2009	20	5	25	22	72	
		2010-2019	22	3	32	31	88	
	UNICAMP	1988-1998	21	6	11	10	48	172
		1999-2009	25	5	13	11	54	
		2010-2019	33	2	15	20	70	
	UFAM	1988-1998	22	7	11	3	43	163
		1999-2009	19	15	13	1	48	
		2010-2019	25	23	21	3	72	

De autoria da pesquisadora

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	68	32	20	120	362
		1999-2009	78	36	18	132	
		2010-2019	65	30	15	110	
	SciELO	1988-1998	61	31	20	112	325
		1999-2009	50	32	17	99	
		2010-2019	59	36	19	114	
	USP	1988-1998	47	29	11	87	215
		1999-2009	40	18	13	71	
		2010-2019	33	15	9	57	
	UNICAMP	1988-1998	14	11	7	32	144
		1999-2009	27	21	13	61	
		2010-2019	23	17	11	51	

Quadro 10– Comunidade Quilombola (Antes da Qualificação)  
De autoria da pesquisadora

Quadro 11– Comunidade Quilombola (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	TEXTOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	68	51	32	20	171	546
		1999-2009	78	75	36	18	207	
		2010-2019	65	58	30	15	168	
	SciELO	1988-1998	61	27	31	20	139	425
		1999-2009	50	38	32	17	137	
		2010-2019	59	35	36	19	149	
	USP	1988-1998	47	33	29	11	120	319
		1999-2009	40	39	18	13	110	
		2010-2019	33	32	15	9	89	
	UNICAMP	1988-1998	14	12	11	7	44	197
		1999-2009	27	22	21	13	83	
		2010-2019	23	19	17	11	70	
	UFAM	1988-1998	10	11	9	4	34	116
		1999-2009	13	12	9	3	37	
		2010-2019	12	15	11	7	45	

De autoria da pesquisadora

Quadro 12– Comunidade e Escola Quilombola (antes da Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE E ESCOLA QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	71	45	22	138	410
		1999-2009	68	41	18	127	
		2010-2019	77	47	21	145	
	SciELO	1988-1998	53	25	17	95	391
		1999-2009	99	43	25	167	
		2010-2019	79	31	19	129	
	USP	1988-1998	61	35	15	111	326
		1999-2009	69	30	19	118	
		2010-2019	45	37	15	97	
	UNICAMP	1988-1998	42	30	10	82	254
		1999-2009	39	31	11	81	
		2010-2019	43	36	12	91	

De autoria da pesquisadora

Quadro 13– Comunidade e Escola Quilombola (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	TEXTOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE QUILOMBOLA	Capes	1988-1998	71	72	45	22	210	621
		1999-2009	68	70	41	18	197	
		2010-2019	77	69	47	21	214	
	SciELO	1988-1998	53	41	25	17	136	539
		1999-2009	99	58	43	25	225	
		2010-2019	79	49	31	19	178	
	USP	1988-1998	61	50	35	15	161	492
		1999-2009	69	65	30	19	183	
		2010-2019	45	51	37	15	148	
	UNICAMP	1988-1998	42	39	30	10	121	372
		1999-2009	39	37	31	11	118	
		2010-2019	43	42	36	12	133	
	UFAM	1988-1998	25	13	29	25	92	385
		1999-2009	38	41	45	23	147	
		2010-2019	39	37	39	31	146	

De autoria da pesquisadora

Quadro 14– Comunidade e Quilombola Sagrado Coração de Jesus/ Lago de Serpa (antes da Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS/ LAGO DE SERPA	Capes	1988-1998	1	1		2	8
		1999-2009	1	2		3	
		2010-2019	2	1		3	
	SciELO	1988-1998	1	1		2	7
		1999-2009	1	1		2	
		2010-2019	2	1		3	
	USP	1988-1998	1			1	4
		1999-2009	1	1		2	
		2010-2019	1			1	
	UNICAMP	1988-1998				0	3
		1999-2009	1	1		2	
		2010-2019	1			1	

De autoria da pesquisadora

Quadro 15– Comunidade e Quilombola Sagrado Coração de Jesus/ Lago de Serpa (após a Qualificação)

TERMO	BASE DE DADOS	PERÍODO	ARTIGOS	TEXTOS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL PARCIAL	TOTAL GERAL
COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS/ LAGO DE SERPA	Capes	1988-1998	1	1	1		3	12
		1999-2009	1	1	2		4	
		2010-2019	2	2	1		5	
	SciELO	1988-1998	1	1	1		3	9
		1999-2009	1		1		2	
		2010-2019	2	1	1		4	
	USP	1988-1998	1	1			2	8
		1999-2009	1	2	1		4	

		2010-2019	1	1			2	
UNICAMP		1988-1998					0	5
		1999-2009	1	1	1		3	
		2010-2019	1	1			2	
UFAM		1988-1998	5	5	2	1	13	56
		1999-2009	6	8	4	3	21	
		2010-2019	9	7	3	3	22	

De autoria da pesquisadora

Quadro 16- Participantes da pesquisa

<b>PARTICIPANTES DA PESQUISA</b>			
<b>UNIDADE</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
<b>COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS</b>	Membros representantes das famílias de quilombolas	35	35
	Coordenador Geral da Associação quilombola	1	1
	Presidente e Representante da Comunidade Quilombola	1	1
<b>ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO</b>	Professores	2	2
	Alunos	4	4
	Pedagogo	1	1
	Administrativo	1	1
	Gestor (a)	1	1
<b>DOSSIÊ DA VILA DE SERPA/LAGO DE SERPA</b>	Historiador/geógrafo	1	1
	Documentarista	1	1
<b>ESCOLA ESTADUAL RONALDO MARQUES</b>	Professores da EJA	2	2
	Alunos da EJA	2	2
	Pedagogo	1	1

	Gestor (a)	1	1
<b>PARTICIPANTE EXTERNO</b>	Coordenador da educação quilombola no Município de Itacoatiara	1	1
<b>TOTAL</b>			<b>55</b>

De autoria da pesquisadora

**PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO  
SECUNDO- ITACOATIARA/AM**

**PREFEITO**

MÁRIO JORGE BOUEZ ABRAHIM

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITACOATIARA/AM**

VANESSA RAQUEL SILVESTRE MIGLIORANZA

**COORDENADOR DE EDUCAÇÃO D ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO  
CASSEANO SECUNDO**

HÉLIO ANDRARES SOARES

**GESTOR DA ESCOLA ESTADUAL RONALDO MARQUES (PARCEIRA DA  
ESCOLA MUNICIPAL)**

ROSINALDO DA SILVA RABELO

## **OBJETIVO GERAL**

Organizar, propor, democratizar, junto à comunidade escolar e o Quilombo do Lago de Serpa as ações pedagógicas **da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo-Itacoatiara/Am.**

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a importância do Projeto Pedagógico como instrumento consolidador da identidade quilombola;
- Promover a articulação do Projeto Pedagógico com as Leis e projetos que embasam a educação básica para os alunos em escolas construídas dentro dos quilombos.
- Sugerir estratégias para participação da comunidade escolar e dos membros do quilombo onde situam-se as escolas para elaboração e/ou reelaboração, implantação e/ou implementação do Projeto Pedagógico.
- Propor a implantação e implementação do Projeto Político Pedagógico.
- Apresentar um modelo de Projeto Pedagógico a ser modificado e construído em conjunto com a Escola e Quilombo onde estão situadas as escolas quilombolas;
- Subsidiar as escolas quilombolas do Estado do Amazonas, com modelo de Projeto Pedagógico, implantado na Escola quilombola Engenheiro Casseano Secundo, para fins de elaboração e/ou reelaboração de forma coletiva, Escola/Quilombo do Projeto Pedagógico, conforme levantamento de histórico e principais lacunas, específicas de cada quilombo do Estado do Amazonas.

## **I -PARTE INTRODUTÓRIA**

### **1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A organização do ensino nos quilombos representa um desafio que é o cumprimento do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola sem excluir a história do Quilombo. Nesse aspecto, não só a história contemporânea do quilombo será essencial, porém as conquistas do passado como resultado das lutas nos primeiros quilombos. Ainda segundo o autor, as leis que regem a educação brasileira não conseguem suprir tamanha complexidade.

O atendimento Educacional especializado é outro ponto fundamental no PP das escola quilombola -MEC/SECADI/2008 em cumprimento da Lei nº 13146/2015- Lei Brasileira de Inclusão. Além de toda normativa legal as NTs 13/2008 e 11/2010-MEC/SEESP/GAB, o também Decreto 6571/2008 e Resolução 04/2009 - CNE/CEB e o Regimento das Escolas Estaduais e Municipais das escolas do Amazonas.

A função social da escola contempla os elementos culturais e sociais, econômicos e políticos. A escola, deverá proporcionar o conhecimento da cultura história de todos os povos envolvidos no processo ensino e aprendizagem. O Projeto Pedagógico – PP tem por base:

- Parecer nº 7/2010
- Resolução nº 4/2010
- Resolução CNE 08/2012 (BRASIL, 2012) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- A Constituição Federal de 1988 (Artigos, 205 a 214);
- Lei 9.394/96-LDB (Artigos 3º,12,13 e 14);
- O artigo 12, em seus incisos I e II, a LDB onde incumbe as escolas do dever de elaborar e executar suas propostas pedagógicas e manter os pais e responsáveis informados da frequência e notas das avaliações efetuadas, bem como, a de construir a proposta pedagógica com a participação da comunidade.
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica DCNs (Resolução nº 4/2010) oriunda da LDB cuja função é orientar o planejamento das Atividades Escolares e dos Sistemas de Ensino. Consolidada e promulgada pelo CNE e envolve todas as etapas de ensino desde a Educação Infantil ao ensino médio e as modalidades:
  1. Educação de Jovens e Adultos;
  2. Educação Escolar Indígena -Parecer 14/99 – CNE;
  3. Educação Escolar Quilombola -Resolução CNE/CEB nº 8/2012;
  4. Educação Escolar do Campo -Resolução CNE/CEB n.º 01/2002;
  5. Educação Profissional;
  6. Educação Especial-Resolução nº 2/2001 – CNE;
  7. Os temas transversais às áreas de conhecimento, com orientações curriculares conforme a especificação:
    - a) Educação das Relações Étnico-raciais por meio do Parecer CNE/CP n.º 3/2004;

- b) Educação Ambiental -Resolução CNE/CP nº 2/ 2012,
- c) Educação em Direitos Humanos, por meio da Resolução CNE/CP nº 1/ 2012),
- d) Educação Fiscal e Educação para o Direito do Consumidor, como base a Resolução 07/2010;
- e) Educação para o Trânsito amparado pelo Parecer CNE/CEB nº 22/2004.

A formação do aluno de forma integral está assegurada nas DCNs e visam nortear a operacionalização do currículo, portanto, torna-se impossível separar escola e comunidade, com toda a bagagem cultural trazida por cada aluno.

## 2. DA OBEDIÊNCIA AO CURRÍCULO

O currículo obedecerá:

1. A LDB (1996) que direcionará como um todo a educação quilombola, em seu Art. 28 onde orienta que haja:
  - I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural
  - II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
  - III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.
2. A resolução nº 08/2012 que orientará especificamente a Educação Escolar Quilombola em seus artigos, incisos e parágrafos, conforme segue:
 

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

  - I -Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
    - a) da memória coletiva;
    - b) das línguas remanescentes;
    - c) dos marcos civilizatórios;
    - d) das práticas culturais;
    - e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
    - f) dos acervos e repertórios orais;
    - g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
    - h) da territorialidade.
  - II – Compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;
  - III – destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;
  - IV – Deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem

como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V – Deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI – Deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Diante disso, a Escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, deverá implementar a prática cotidiana de organização de conteúdos e atividades de ensino e aprendizagem, refletindo-se e submetendo-se a reanálise da comunidade escolar, inserindo e retirando conteúdos não adequados ao crescimento do aluno. A meta é sempre aprendizagem significativa

### **3. ALICERCE DO PROJETO PEDAGÓGICO**

Respaldado na LDB em seu artigo 3º e inciso IX, o Projeto Pedagógico da escola quilombola em foco será alicerçado na igualdade de direitos em todas as áreas de aprendizagem. A organização curricular será o ponto fundamental conforme aponta o Art. 13 da Resolução Nº 2 /2012 do Conselho Nacional de Educação- CNE, onde define o que deve contemplar uma proposta pedagógica.

A Seleção de conhecimentos, envolverá: currículo e metodologias para fins de cumprimento de objetivos, com respeito ao espaço e tempo escolar, alternativas e variadas formas de avaliação, o que visará:

- Trabalho dimensionado nas diversas áreas: científica, cultural e tecnológica;
- Democratização da gestão com garantia da participação da comunidade escolar e o Quilombo de Serpa;
- Liberdade e autonomia pedagógica para fins de participação dos diferentes setores da escola;
- Formação Inicial e Continuada para os professores do Quilombo embasados nas Diretrizes para educação quilombola e metodologias de ensino em todas as áreas de aprendizagem;
- Ampliação da parte física da escola e aquisição de novos equipamentos tecnológicos e didático-pedagógicos conforme necessidade apontada pela gestão, professores e alunos

A construção do Projeto Pedagógico levou em consideração o conhecimento e reconhecimento da comunidade quilombola e da escola municipal em foco. Para tal, foi necessário participação de representantes da comunidade escolar e do Quilombo de Serpa.

#### **4. FUNÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO EM ESCOLA QUILOMBOLA**

Para Libâneo (2004), O Projeto Pedagógico detalhará os objetivos e atividades da Instituição escolar. Tal documento deverá conter os propósitos e anseios da comunidade quilombola e expressará o cumprimento da legalidade concernente a modalidade de educação. Celso Vasconcelos (1995) afirma que tal proposta contribui para mudança positiva da realidade tanto da escola como da comunidade.

A proposta em foco fortalecerá a identidade tanto da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo como dos alunos quilombolas pertencentes a comunidade do lago de Serpa. O envolvimento da comunidade nesse trabalho, fará com que a escola e a comunidade lutem por um mesmo objetivo. As atividades da escola terão sempre a dimensão pedagógica, política e social com fins de participação ativa de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem.

A identidade da Escola e dos alunos será concretizada em em seu Projeto Pedagógico. Elaborar, reelaborar, implantar a proposta possibilitará consolidação da gestão democrática e com a participação coletiva, o que visará a melhoria do processo Ensino e aprendizagem.

## **II APRESENTAÇÃO**

### **5. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

#### **4.1 REALIDADE EDUCACIONAL DAS ESCOLAS DO CAMPO (DENTRE ELAS AS ESCOLAS QUILOMBOLAS)**

No Brasil, apesar de uma década de considerável melhoria no tocante ao acesso à escolarização, em que 96% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas, ainda permanecem os problemas da baixa qualidade e eficiência dos sistemas de ensino. Nesta perspectiva, uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental encontra-se relacionada à efetividade da educação presente no meio rural brasileiro (BOF, 2006).

Um meio rural que, segundo os dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2019), tem uma população residente de aproximadamente 32 milhões de brasileiros. Ou seja, que apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural.

O nível de instrução de uma população são indicadores de realidade educacional. E essa é complexa no meio rural do Brasil

Os índices de analfabetismo do Brasil são elevados, principalmente no meio rural. Conforme o IBGE (2021), 29,8% da população adulta é analfabeta e 6% das crianças, de 7 a 14 anos, estão fora da escola; e mesmo que 65,3% dos jovens, de 15 a 18 anos estejam matriculados, 85% deles estão em distorção de idade-série e apenas 2% dos jovens cursam o ensino médio (MEC/INEP/2020).

Os dados demonstram total negação e exclusão social das populações do campo na área educacional. O quadro crítico da escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo precisa ser mudado. Além da infraestrutura e pessoal qualificado que atendam o que preconiza a legislação para educação quilombola, há que se observar o lado socioeducacional. Diante disso, a educação deve contemplar os interesses da comunidade mediante os mecanismos de interesse e crescimento comunidade e quilombo.

#### **4.2 DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E ESCOLA QUILOMBOLA**

O histórico de resistência e a luta dos negros quilombolas em geral alicerçada as perspectivas sócio-político-econômicas (ILLICH, 1972) reflete nas comunidades quilombolas contemporâneas e em especial na comunidade Sagrado coração de Jesus, lago de Serpa, Itacoatiara, induzem ao estudo, em especial na área pedagógica, sobre o real significado de inclusão /exclusão social defendido pela Constituição Federal, pelas leis de inclusão social, Base Nacional Comum Curricular- BNCC, especificamente para o aluno quilombola.

A luta dos quilombolas pelo respeito aos direitos adquiridos, ainda representa uma afronta ao poderio econômico dos que detêm o poder e daqueles que possuem suas próprias concepções excludentes sobre etnias (GIL, 2002). Ainda segundo o autor, os reflexos do capitalismo neoliberal e da historicidade dos quilombos herdada desde os primórdios, são representatividades de exclusão social na contemporaneidade.

O Quilombo da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, lago de Serpa, Itacoatiara/Am, localizado a 258 km de Manaus/AM, na estrada AM 010 km 08 local onde está situada a Escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, única escola legalmente quilombola no Baixo Amazonas. Local onde residem 95 (noventa e cinco) famílias de remanescente de quilombos, que ainda lutam pelo respeito e cumprimento de todos os seus direitos fundamentais adquiridos legalmente e os que ainda vislumbram a conquista de muitas que não existem nem no plano legal.

A escola municipal Engenheiro Casseano Secundo CEP 69100-003, atende nos turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, Pré-escola, Ensino Fundamental e EJA cuja a parte pedagógica da Educação de Jovens e Adultos recebe o suporte da Escola Estadual Ronaldo Marques, situada na zona rural da cidade de Itacoatiara/Am.

(Texto extraído da tese intitulada: Quilombo de Itacoatiara: Um estudo de caso na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo)

## **6. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA- IMPASSE INICIAL**

**A ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO-ITACOATIARA/AM** está incompleta em sua estrutura tanto administrativa como didático-pedagógica, o que deverá ser sugerida uma definição que conste nessa proposta pedagógica.

A escola quilombola em pauta é a única em território quilombola existente no Baixo Amazonas. Tem como mantenedora, a Prefeitura Municipal de Itacoatiara, Estado do Amazonas e a parceria da Escola Estadual Ronaldo Marques no mesmo município. Ressalta-se que das inúmeras competências da prefeitura de Itacoatiara, destaca-se a de suprir a escola de forma física e pedagógica, conforme legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

### **6.1 Do quadro de funcionários da Escola Quilombola do Quilombo do Lago de Serpa, Itacoatiara/Am**

#### **Gestor/ Coordenador de Educação**

Hélio Andrade Soares

#### **Coordenador Pedagógico:**

(inexistente)

#### **Auxiliares Administrativos:**

Existe 1 no turno matutino

#### **Professores:**

7 (5 no turno Matutino e 2 no Noturno)

#### **Auxiliar de Professor / Cuidadora**

(inexistente)

#### **Auxiliar de Serviços Gerais / Merendeiras**

Há uma merendeira

**Vigias / Porteiros:**

Há 1 que exerce a função algumas vezes na semana e em um só turno. Não é contratado pelo município.

**7. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

A Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (código INEP:13033581), Lago de Serpa Itacoatiara, atende a etapa inicial do ensino fundamental, da seguinte forma:

<b>NÍVEIS DE ATENDIMENTO</b>	<b>ALUNOS</b>	<b>SISTEMA DE ENSINO</b>	<b>TURNO</b>
Educação Infantil	5	Multisseriado	Matutino
1º	6,	Multisseriado	Matutino
2º ,	3,	Multisseriado	Matutino
3º	3,	Multisseriado	Matutino
4º ,	10,	Multisseriado	Matutino
5º	4	Multisseriado	Matutino
EJA 1º e 2º segmento	25	Etapa	Noturno

No sistema multisseriado a escola atende a educação infantil e o ensino fundamental, primeira etapa, no turno Noturno 25 alunos da Educação de Jovens e adultos EJA do 1º e 2º segmento (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP). A parte pedagógica da Educação de Jovens e Adultos recebe o suporte da Escola Estadual Ronaldo Marques, situada na zona urbana da cidade de Itacoatiara/Am.

A Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo conta com 1 responsável pela gestão, no entanto, não é gestor. Nos anos de 2014 a 2015 a Secretaria Municipal enviou um gestor, não quilombola. De 2017 a 2018 a escola contou com um gestor quilombola. Nos anos de 2020 e 2021 existe apenas um responsável pela escola que fornece também o suporte Pedagógico.

Na escola, há 7 professores, 5 atuam no turno matutino e 2 no turno noturno, todos residentes na cidade. São professores da escola quilombola, contudo, apenas 2 são quilombolas, o que contraria a resolução nº 8/2012. Os professores possuem a habilitação em: magistério para as séries iniciais (2), matemática, ciências, Língua Portuguesa. Esses profissionais são responsáveis por todas as áreas de atendimento.

No turno Noturno, os alunos (quilombolas) e professores são da Escola Estadual Ronaldo Marques, parceira da Escola Municipal.

## **8. A PARTE FÍSICA DA ESCOLA**

Na parte física, a escola municipal Engenheiro Casseano Secundo, conta com: 2 salas de aulas, 1 pequeno sanitário dentro da escola. Não existe no ambiente escolar: sanitário fora da escola, Biblioteca, Cozinha, Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Sala de leitura, Quadra de Esportes, Diretoria, Sala de Professores, Sala de Atendimento Especial (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP).

### **Principais problemas na área pedagógica**

- Não há professores qualificados de acordo com disciplinas afins;
- O 5 ano não conta com professores de todas as disciplinas;
- 85% dos professores, não são quilombolas e residem na cidade, o que contraria a Resolução nº 08/2012;
- Não conta com gestor (a), nem pedagogo (a). Um coordenador de educação exerce todas as funções, sem, contudo, haver legalidade;
- Não há material didático-pedagógico;

## **II CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

### **9. O SIGNIFICADO DE EDUCAÇÃO NO QUILOMBO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, LAGO DE SERPA ITACOATIARA**

Devido as dimensões educacionais de cada região, na Amazônia e ao considerar sua localização, seus aspectos sociais, políticos e culturais significativos e as particularidades como

localização comparado as demais regiões, tanto no que diz respeito à localização, quanto às condições socioeconômicas, tudo se torna mais complexo. Na questão educação quilombola, pode-se afirmar que também pode-se contemplar conquistas na área como a homologação da Resolução CNE 08/2012 (BRASIL,2012) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A organização do ensino quilombola representa outro grande desafio que é o cumprimento do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola sem excluir a história da comunidade e a valorização de um passado que apesar de muito sofrimento, representou apogeu para o Brasil (MACÊDO,2015). Contudo, não só a contemporaneidade será essencial, mas também a história dos quilombos no passado. Ainda segundo o autor, as leis que regem a educação brasileira não conseguem suprir tamanha complexidade.

A exigência fundamental para o cumprimento e a execução do currículo quilombola é o respeito à especificidade étnica e cultural (ARRUTI,2017) de cada comunidade, o que perpassa pela formação de seu quadro docente, materiais didáticos dentre outras e isso deverá convergir no Projeto Político Pedagógico da escola (SILVA,2006) que deverá ser construído conforme as dificuldades e desafios da Comunidade como um todo.

As lutas e desafios são enfrentadas pelos quilombos no Brasil inteiro, dentre eles está o quilombo da comunidade Sagrado coração de Jesus, Lago de Serpa que conforme levantamentos bibliográficos, essa comunidade tem início no século XIX, no ano de 1855 (OLIVEIRA,2007) e compõe o histórico da cidade de Itacoatiara.

Dentre as inúmeras lutas dos moradores do quilombo de Serpa estava o anseio de uma escola na própria comunidade, assim, após inúmeras reuniões com Ministério Público, petições junto ao MEC (OLIVEIRA,2007), que contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, inaugurou-se a Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, dentro da comunidade quilombola, conforme orienta a Lei.

O objetivo da educação quilombola deve ser valorizar a diversidade e troca de vivências, o que contará com professores capacitados e materiais didáticos para o estímulo ao conhecimento dos alunos. Conhecer e compartilhar a realidade da comunidade, com aulas motivadas que contam com material pedagógico diferenciado e adequado para. Currículo diferenciado que vise respeitar a realidade do campo e proporcione um conhecimento e compartilhamento com outras realidades.

Ensinar nunca foi transmitir conhecimentos, mas a criação de oportunidades para a aprendizagem (FREIRE,1984). A valorização dos saberes dos ancestrais, o uso dos espaços

alternativos, como o Lago de Serpa. O compartilhamento de conhecimentos por meio do ensino híbrido, como uma das alternativas de aprendizagem, poderá representar avanço no processo ensino aprendizagem.

(Texto extraído da tese intitulada: Quilombo de Itacoatiara: Um estudo de caso na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo)

## **10. O QUE ENVOLVEU O TRABALHO COLETIVO**

- Definição de equipe responsável para elaboração do PP
- Reuniões com os diferentes segmentos da escola e comunidade quilombola para organização do trabalho;
- Sistematização das discussões
- Definição de um cronograma de reuniões para discutir as etapas de elaboração, implantação e implementação do PP;
- Composição de equipe responsável pela redação final do PPP (no mínimo dois representantes de cada segmento).
- Reunião com os alunos com fins de incentivo à representatividade por meio da criação de um Grêmio Estudantil para resolver ao menos de forma parcial, os;
- Reuniões com professores para fins de identificar os principais entraves pedagógicos;
- Reuniões com a comunidade para motivação visando a construção do PP;
- Realização de palestras sobre a construção da proposta pedagógica e currículo, dentre outros.

## **11. ELEMENTOS DE DESTAQUE PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA**

Para a construção do projeto pedagógico destacou-se a necessidade de:

- Intencionalidade da escola na promoção de uma educação que compartilhe os saberes, escola/comunidade e vice-versa bem como a história do quilombo ligada aos saberes curriculares;
- Organizacional, administrativa e curricular: Administrativa ligada as ações financeiras. Pedagógicas, estrutura do currículo e sua prática;

- Estrutural Pedagógica: A organização histórica dos quilombos, história das comunidades, os objetivos de uma escola em território quilombola, envolveu interação de todos os participantes, desde os alunos do ensino fundamental ao aluno da EJA.
- Tempo Escolar: Visando a Reflexão e planejamento dos professores, o que viabilizará a formação inicial e continuada, sem comprometer o ano letivo;
- Acordos Pedagógicos bimestrais, com redistribuição de atividades conforme acordado, o que envolverá: organização de Conselho escolar, criação de Grêmio Estudantil e participação ativa da associação.
- Otimização do trabalho pedagógico por meio da boa relação entre os pares dentro e fora da Instituição para fins de garantir a participação de todos;
- Um novo olhar sobre a avaliação: por meio de uma prática diagnóstica, qualitativa, que envolvendo metodologias e processos de aprendizagem com vistas às decisões para melhoria do processo ensino e aprendizagem.

A proposta tem como objetivo: contribuir, propor, organizar e democratizar as ações pedagógicas Da Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo- Itacoatiara/Am.

## **12. ETAPAS QUE NORTEARAM A PROPOSTA PEDAGÓGICA**

O Projeto Pedagógico da Escola Quilombola do Lago de Serpa, Itacoatiara/Am ocorreu de forma participativa e coletiva com os envolvidos na pesquisa da tese proposta. Em todos os momentos, reuniu-se os segmentos representativos do Quilombo e da Comunidade Escolar. Por meio dos momentos discursivos elaborou-se todas as etapas do projeto conforme segue:

- Na parte introdutória do Projeto – Reuniu-se com o Quilombo e a Comunidade escolar para destacar os principais benefícios do Projeto Pedagógico. Dessa forma, contou-se ainda com as pesquisas informativas sobre o quilombo e a escola. Assim, construiu-se a parte introdutória desta Proposta.
- Histórico da Escola e do Quilombo de Serpa – Por meio das entrevistas em profundidade, com membros do Quilombo, comunidade escolar, destacou-se as lutas para construção da escola, e a exclusão social vivida pelos remanescentes de quilombos. Assim, os aspectos culturais e sociais, econômicos e geográficos, envolvendo quilombo e escola, infraestrutura física e materiais pedagógicos; perfil dos profissionais da escola, origem e documentação legal da escola, dentre outros, contemplaram os momentos de discussão.

- Para construção do Diagnóstico: Conforme o perfil destacado para os participantes do Projeto de Pesquisa, foram ouvidos, membros mais antigos do quilombo, professores e servidores. Os pontos de maior destaque foram: A ausência de Infraestrutura adequada para realização das atividades, o que deve contar com a acessibilidade. Ausência de área de lazer, recreação e cultura. A principal luta da escola consiste na legalização das terras do quilombo, cujo processo encontra-se no Incra e segundo depoimentos, alguns quilombolas não querem mais se autodeclarar remanescente de quilombos por medo de perder as terras ou “voltar a ser escravo”.
- Mantenedora: A mantenedora da escola é a prefeitura municipal de Itacoatiara-AM com parceria da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-AM por meio da Escola Estadual Ronaldo Marques situada na zona urbana da cidade Itacoatiara-AM.
- Base Legal- Obedeceu-se a LDB- Lei de Diretrizes e bases da educação, O PNE- Plano Nacional de Educação, as DCNs- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica e educação quilombola e a Resolução nº 8/2012. Em todas os seus dispositivos legais atenderá as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Fundamentação teórico-metodológica- Por meio da prerrogativa legal, concedida pela LDB, para que cada escola elabore sua proposta pedagógico, obedecendo um currículo comum, após reuniões com a comunidade escolar, propôs-se que a educação quilombola terá como meta o reconhecimento e defesa de sua identidade. Assim todas as atividades didático-pedagógica, em toda a sua extensão, deverão privilegiar: os desafios e enfrentamentos do mundo moderno, o que deverá ter como foco uma educação integral, que vise o desenvolvimento crítico do aluno para atuar em atividades no quilombo e fora dele, o desenvolvimento e aprendizagem das tecnologias, voltados para a produção científica e cultural. Tal formação, remeterá a inclusão social. Nesse aspecto, será fundamental a gestão democrática e participativa, a abertura para as avaliações institucionais e de aprendizagem, ensino comprometido com a aprendizagem significativa e com o uso das tecnologias.
- Fundamentação filosófica – Por meio das entrevistas com a comunidade escolar, acordou-se que a formação do cidadão quilombola trará em seu bojo o histórico dos quilombos antigos e que os remanescentes de quilombos da contemporaneidade deverão desenvolver plenamente suas competências, com base na cultura afro-brasileira. Os valores fundamentais para o desenvolvimento do cidadão crítico, contarão com as habilidades e conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular e os saberes inerentes

a história e cultura dos quilombos da antiguidade e contemporaneidade, em foco o quilombo de origem.

- O espaço escolar quilombola- Nesse aspecto, Quilombo e Escola reuniram-se para o debate da representação do espaço escolar quilombola, o que prevaleceu a ideia de que esse espaço, além da infraestrutura e materiais pedagógicos adequados, deverá levar em conta a formação integral do cidadão quilombola. Argumentaram ainda que a escola deverá possibilitar o acesso do aluno ao conhecimento de forma geral e específica que contará com a mediação do professor e trabalhará as estratégias de aprendizagem de forma a possibilitar a aplicação dos conteúdos, interligados com a realidade do aluno, com fins de aprendizagem e levantamento de questões sobre os conhecimentos alcançados e não alcançados e assim, avaliar as ações executadas.
- Reconstrução do conhecimento- Ao identificar as lacunas na aprendizagem do aluno, a comunidade escolar, de forma coletiva e participativa, elencará as possíveis falhas do processo ensino e aprendizagem e por meio da utilização dos princípios teóricos e metodológicos, sob a utilização das práticas de leitura, interpretação e escrita das diversas áreas de conhecimento, pesquisa envolvendo tudo que foi estudado, raciocínio lógico, dentre outros, apresentar as formas de recuperar as áreas não alcançadas.
- A proposta pedagógica- Após entrevistas para a construção do Projeto Pedagógico considerou as respostas da comunidade escolar e membros da comunidade quilombola assim como as orientações da LDB e das Diretrizes Curriculares para a educação básica e a educação quilombola como forma de atender os conteúdos da BNCC; o que constou: interdisciplinaridade ,transversalidade; tempo de cada componente curricular; prática e orientação didática; material didático pedagógico; definição dos instrumentos e parâmetros para coletar dados para avaliação, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular. Trabalhar a história de vida dos quilombos antigos e contemporâneos de forma transversal é romper com o ensino meramente conteudista. O caminho percorrido, antes de entrar na discussão dos conteúdos disciplinares, as discussões e análises de cada tema transversal nas diversas áreas, representarão temas de integração ao conteúdo a ser ensinado. Assim, possibilitará a interconexão dos saberes.
- Metodologia didático pedagógica: O trabalho pedagógico nas diversas áreas do conhecimento, considerará a história de vida dos alunos quilombolas e o legado deixado pelos antepassados. Os eixos temáticos serão os propostos pela secretaria municipal de

educação de Itacoatiara/Am. O apoio financeiro será de fundamental importância para realização do parte pedagógica. O resultado do Trabalho Pedagógico deverá possibilitar:

- a. A boa convivência com participação Escola X Quilombo;
  - b. O desenvolvimento e cuidados com o ecossistema, o meio ambiente, a cultura de sobrevivência dos quilombolas;
- Um Mural informativo que contemple a organização pedagógica da escola e o suporte pedagógico existente e/ou necessário para o bom desenvolvimento da comunidade escolar;
  - Objetivo da Avaliação na escola do Quilombo: Por unanimidade professores e alunos responderam que o foco da avaliação será o que o aluno obteve de aprendizado. Nesse aspecto, meios e condições de aprendizagem serão fundamentais para o bom resultado da avaliação. As formas de avaliação obedecerão ao que preconiza a LDB e as DCNs, assim como as orientações da secretaria municipal/Am e/ou estadual de educação. A Avaliação será contínua e de forma permanente, em todas as áreas do conhecimento, o que contemplará: a participação do aluno, o aprofundamento do pensamento crítico e reflexivo; -
  - Metas a serem alcançadas: A escola deverá fazer um plano de gestão educacional para o ano letivo/2023. A efetivação das ações pedagógicas, ocorrerão a partir dessa premissa e incluirá:
    - a. Gestão de Recursos Humanos com a capacidade de rever e aprimorar processos no compartilhamento das principais dificuldades; a gestão de recursos com fins de motivação da comunidade
    - b. Gestão Pedagógica que englobará a organização do processo pedagógico e obedecerá a operacionalização das leis educacionais e DCNs, o que contemplará os temas transversais contextualizados.
    - c. Gestão administrativa que contemplará todo trabalho administrativo aliando-se às práticas do Projeto Pedagógico.
    - d. Gestão Patrimonial As condições materiais serão fundamentais para a escola caminhar com êxito e envolverá a ampliação e conservação da escola com todos os espaços para a melhoria do processo ensino e aprendizagem como: materiais didático pedagógicos, salas de aula, computadores ou tablets para os alunos e professores, laboratórios e biblioteca física e digital.
    - e. Gestão econômico-financeira – Envolverá a participação de todos, escola e quilombo com fins de exercitar a cidadania e a democratização na gestão da escola. A participação

coletiva possibilitará uma reflexão mais profunda e remeterá a exclusão da gestão centralizadora envolverá: Recursos financeiros da própria escola e recursos externos recebidos para escola.

- f. Autonomia e Responsabilidade social – Remeterá ao relacionamento da escola com outras esferas de administração pública, como escolas estaduais e outras escolas municipais, preservando-se o princípio de legalidade contido na CFB e na LDB no que tange a Educação. O acesso a escola foi ponto fundamental de discussão, o que se constatou a necessidade de reestruturação do programa de transporte escolar e ampliação da escola do quilombo para atendimento aos alunos que residem no quilombo. Os projetos e programas digital e cultural envolvendo escola e comunidade foi outro foco de discussão e dispositivo apontado para inclusão social no quilombo.
- g. Composição e execução do Planejamento: A base do planejamento serão as DCNs contendo os objetivos, e os caminhos seguidos pelo Projeto Pedagógico. No planejamento constará o que a avaliação de tudo que foi executado, por meio de identificações, comparações:

### **III SUGESTÕES DE MELHORIA**

#### **13. NA PARTE FÍSICA DA ESCOLA**

- **AMPLIAR A ESCOLA** Ampliação da escola com a construção de mais 10 salas de aulas; Sala de Professores, Diretoria, Refeitório, Sala de repouso para as crianças da pré-escola, Sala de informática; Biblioteca; Sala de Jogos educacionais para estimular a aprendizagem, miniauditório para reuniões e filmes pedagógicos. de forma a atender todos os segmentos de ensino nos 3 turnos. De preferência que a escola receba os parâmetros de construção exigidos para um ETI;
- **QUADRA POLIESPORTIVA** Construção de quadra poliesportiva coberta na área da escola
- **ÁGUA TRATADA** Tratamento do poço artesiano, periodicamente e Programa de Reciclagem de Lixo. Há necessidade de água tratada pela rede pública, a água chega direto do poço artesiano, sem o devido tratamento periódico. O esgoto não recebe tratamento da rede pública, existe apenas uma fossa. A coleta de lixo é periódica, porém, não existe reciclagem (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP).

- GERADOR DE ELETRICIDADE Aquisição de um gerador de eletricidade. a energia vem da rede pública com muita dificuldade.
- INTERNET BANDA LARGA 5G A escola supra, não possui internet, banda larga,

#### **14. QUANTO AOS MATERIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES**

- COMPUTADORES PARA ALUNOS, PROFESSORES, PEDAGOGOS E GESTORES computadores para professores alunos e gestores. A escola possui apenas 1 computador completamente arcaico para a escola.
- PEN DRIVE E HD -Não tem nem ao menos aparelho DVD;
- IMPRESSORAS 2 impressoras de alta potência
- COPIADORAS 2 copiadoras,
- RETROPROJETOR 2 retroprojetores
- DATA SHOW Dois Data shows para as principais atividades educacionais
- CAIXAS DE SOM- Duas caixas de som, com potência alta, acompanhada de microfones sem fios para as atividades socioculturais, religiosas de cunho educativo
- CELULARES CORPORATIVOS, com sinal de internet para uso dos professores, pedagogos e gestor escolar
- TV Um aparelho de Tv para cada sala de aula
- ANTENA PARABÓLICA Antena parabólica atualizada.

#### **15. OUTROS MATERIAIS DE USO CONTÍNUO**

- MERENDA ESCOLAR Pratos, copos, talheres, para os alunos e professores
- MATERIAL DE LIMPEZA
- MATERIAL ESPORTIVO, bolas, redes, jogos, equipamentos, etc

A escola funciona sem impressora, copiadora, retroprojetor, projetor e nem possui parabólica, não existe aparelho de TV (Fonte: Censo Escolar 2020, INEP). Assim, os resultados esperados são prejudicados. Salvo pelo espaço informal de educação que ocorre por meio de atividades dentro do Quilombo, utilização das riquezas do Lago de Serpa, utilização da quadra de areia (terreno pertencente a um membro do quilombo).

#### **16. RECURSOS HUMANOS**

- Concurso específico para professores quilombolas;
- Lotação de professores (as) de acordo com disciplina ministrada e pedagogos (as),
- Pedagogos (as) para os turnos de atendimento;

- Administrativo (a) nos turnos atendidos;
- Gestor (a) quilombola

### **17. MONITORAMENTO DAS AÇÕES**

- Semanal: Por meio de simples relatório: Planejado e executado;
- Mensal: Reunião para expor as principais dificuldades com sugestões verbais e escritas de melhoria;
- Bimestral por meio de Reunião consolidando-se de forma escrita com: Meta: Planejado Executado Resultado e entraves com proposta de Ações corretivas com prazo para execução.

### **18. MECANISMOS DE SUPERAÇÃO**

Por meio do diagnóstico dos principais problemas, tanto da comunidade como da escola em questão, assim como as possíveis soluções para os problemas apresentados poderá mudar a história da educação dos remanescentes de quilombos do Lago de Serpa e auxiliar a comunidade por meio de uma representação estudantil, nas principais lutas envolvendo a comunidade.

### **19. AVALIAÇÃO EM CLASSES MULTISSERIADAS**

É importante compreender que a educação em classes multisseriadas deve ter o objetivo fundamental de preparar o aluno para os meios de sobrevivência na própria comunidade e externa a ela. O Papel social da escola é esse entrelaçamento com a comunidade. A avaliação deve objetivar a inclusão social dos remanescentes de quilombos.

Depois de discussões e esclarecimentos sobre os norteadores avaliativos, propôs-se que a escola selecione as aprendizagens significativas com fins de definição dos objetivos e procedimentos avaliativos e instrumentos mais coerentes com a realidade do aluno.

Avaliar perpassa pela responsabilidade, ética e moral e não só medir. Deve-se refletir sobre este cenário tendo em vista as novas demandas sociais. Os métodos de avaliação devem ser repensados a cada avaliação. A educação deverá preparar o aluno para o exercício da cidadania. educativa mais justa e igualitária.

Avaliar nunca deverá remeter a exclusão, mas ao pleno desenvolvimento da comunidade escolar, o que envolverá, alunos, professores, pais e todos envolvidos no processo. O sistema avaliativo proposto pelo Quilombo e pela Escola Quilombola, deverá passar da arguição através de números para o uso de letras, assim representada:

MA – Meta alcançada

MNAM– Meta Não Alcançada no Momento

MAA- Meta A Alcançar.

O aluno somente poderá ficar retido ao final do ciclo de alfabetização e primeira etapa do Ensino fundamental, em caso conceito final seja MAA em todos os momentos de recuperação paralela

## **20. DA GESTÃO ALMEJADA**

Que tenha como objetivo formar cidadãos, sendo facilitador(a) da aprendizagem dando-lhes a possibilidade de apreensão das habilidades e conhecimentos para inserção social de indivíduos críticos atuantes ativamente na sociedade.

## **21. O PAPEL DO PROFESSOR**

O papel do professor será o de facilitar a aprendizagem, numa relação de empatia com o aluno. Tudo deverá girar em torno do posicionamento crítico do aluno com fins de torná-lo verdadeiro investigador, curioso, persistente. Ensinar os conteúdos implica em abrir para os questionamentos.

## **22. DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Seu desenvolvimento deverá ser preferencialmente em período previamente planejado considerando a política de formação da SEMED ITACOATIARA E SEDUC e com a legislação educacional vigente. A premissa é que sejam remanescentes de quilombo, em respeito a resolução nº 08/2012. Será fundamental a formação dos professores em obediência a Lei nº 9.394/96. Conforme Freire (1991) os professores precisam de formação continuada "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática".

## **23. DA EQUIPE PEDAGÓGICA: PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS, PAIS E ALUNOS E COMUNIDADE**

Que construam e façam parte do ambiente social e cultural da escola e comunidade, pelas suas ações, considerando que- suas formas de agir são fundamentais para a formação de identidade escola e repercutirá no quilombo de forma positiva ou não. Para tal, seu perfil deve ser de flexibilidade, esperança e de um lutador que exala alegria, porém, sabe posicionar-se frente as afrontas diárias, principalmente na luta contra os domínios capitalistas.

#### **24. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DEVERÁ CONTER ALÉM DAS PRERROGATIVAS LEGAIS A OBRIGATORIEDADE SOBRE OS SEGUINTE ESTUDOS DE FORMA INTERDISCIPLINAR:**

O Estudo sobre o Brasil colônia e a exclusão social do negro na História;

- A história dos primeiros quilombos e a importância de Zumbi dos Palmares;
- Aplicação e ensinamento da Lei 10639/03 com culminância semanal;
- Estudo sobre o combate ao racismo, discriminação e preconceito contra o negro de forma interdisciplinar;
- História da comunidade do Lago de Serpa e origem do Quilombo naquela localidade;
- Palestra com moradores antigos e autoridades que conheçam e reconheçam o quilombo de Serpa;
- Exposição cultural e Religiosa semestralmente.
- Dentre outros

#### **25. IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA COM A ESCOLA E COMUNIDADE CONFORME PROPOSTO NESTE DOCUMENTO**

##### **25.1 PLANO DE AÇÃO NO INÍCIO DO ANO LETIVO**

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (DO PROJETO PEDAGÓGICO)**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, nas Escolas Públicas. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, nas Escolas Públicas. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:**

introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.

**Caderno de orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. (Programa Escola Ativa).

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

**ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UFAM**

Fluxo de origem - R\$ 0,00

UF de origem - UFAM

Centro de Pesquisa - Escola Estadual e Municipal de Ilheus.

Instituto pesquisador - Universidade Federal do Amapá.

Processo de seleção de estudos científicos de 2021

**Condições sobre os Termos de Apresentação Científica**

Tudo de caráter científico e técnico, com todo as informações e materiais, conforme as orientações da Resolução 0002/2011.

Atualização de pesquisa - apresentação e atualização.

Prévio de pesquisa - apresentação e atualização, em conformidade com as normativas das resoluções 0002/2011 e 0003/2011.

Termo de pesquisa - apresentação e atualização - apresentação e atualização, em conformidade com a resolução 0002/2011 e a Resolução 0003/2011 da CONEP.

Comprovações - apresentação e atualização.

TCE - apresentação e atualização.

**Condições de Publicação e Lista de Indicações**

O processo de pesquisa apresenta referências nos áreas de Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nas áreas de saúde e educação no âmbito do desenvolvimento das pesquisas no estado do Amapá.

As pesquisas e projetos, o Conselho de Coordenação de Ilheus em pesquisa científica que todas as documentações apresentadas foram submetidas a análise de conteúdo e são de natureza científica nas Resoluções 0002/2011 e 0003/2011 sobre. Pesquisas com ênfase humana no país, além de estar adaptadas ao contexto científico, em conformidade com as exigências da Organização Mundial de Saúde e Carta de Rio de Janeiro (Conselho Nacional de Pesquisas) no que tange aos processos de investigação.

Resolução que trata a seleção de pesquisa, a apresentação e atualização em um processo e relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a resolução de Item 7º - C de Resolução 0002/2011 que trata de uma pesquisa com ênfase humana em saúde, ciência e tecnologia da UFAM (Conselho de Ilheus em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, a entrega dos relatórios parciais e final são obrigatoriamente anexados).

Desde que o autor não apresente em Conselho Municipal de Coordenação de Ilheus em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, condições que a pesquisa não apresenta.

Endereço: Rua Francisco 4000  
Bairro: Ilheus  
UF: AP - CEP: 68100-000  
Telefone: (95)3361-1311 E-mail: reu@ufam.gov.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UFAM**

Fluxo de origem - R\$ 0,00

UF de origem - UFAM

Centro de Pesquisa - Escola Estadual e Municipal de Ilheus.

Instituto pesquisador - Universidade Federal do Amapá.

Processo de seleção de estudos científicos de 2021

**Condições sobre os Termos de Apresentação Científica**

Tudo de caráter científico e técnico, com todo as informações e materiais, conforme as orientações da Resolução 0002/2011.

Atualização de pesquisa - apresentação e atualização.

Prévio de pesquisa - apresentação e atualização, em conformidade com as normativas das resoluções 0002/2011 e 0003/2011.

Termo de pesquisa - apresentação e atualização - apresentação e atualização, em conformidade com a resolução 0002/2011 e a Resolução 0003/2011 da CONEP.

Comprovações - apresentação e atualização.

TCE - apresentação e atualização.

**Condições de Publicação e Lista de Indicações**

O processo de pesquisa apresenta referências nos áreas de Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nas áreas de saúde e educação no âmbito do desenvolvimento das pesquisas no estado do Amapá.

As pesquisas e projetos, o Conselho de Coordenação de Ilheus em pesquisa científica que todas as documentações apresentadas foram submetidas a análise de conteúdo e são de natureza científica nas Resoluções 0002/2011 e 0003/2011 sobre. Pesquisas com ênfase humana no país, além de estar adaptadas ao contexto científico, em conformidade com as exigências da Organização Mundial de Saúde e Carta de Rio de Janeiro (Conselho Nacional de Pesquisas) no que tange aos processos de investigação.

Resolução que trata a seleção de pesquisa, a apresentação e atualização em um processo e relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a resolução de Item 7º - C de Resolução 0002/2011 que trata de uma pesquisa com ênfase humana em saúde, ciência e tecnologia da UFAM (Conselho de Ilheus em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, a entrega dos relatórios parciais e final são obrigatoriamente anexados).

Desde que o autor não apresente em Conselho Municipal de Coordenação de Ilheus em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, condições que a pesquisa não apresenta.

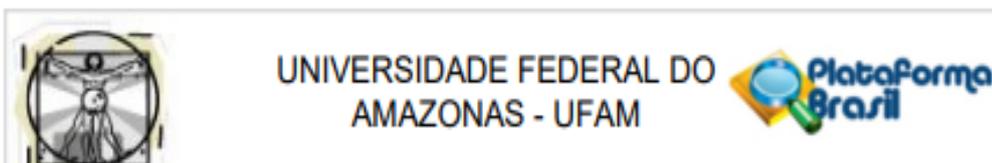
Endereço: Rua Francisco 4000  
Bairro: Ilheus  
UF: AP - CEP: 68100-000  
Telefone: (95)3361-1311 E-mail: reu@ufam.gov.br

Contribuição do Pesquisador: R\$ 0,00,00

Arquivo	Data	Assinatura	Assinatura
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:21:50	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:28:34	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:27:35	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:28:30	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:28:29	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:28:31	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:24:26	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 18:25:58	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
TCE_E_Ferramentas de Assessoramento / Justificativa de Assessoramento	28/09/2021 17:41:35	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
RECEITA_unic_at.pdf	10/09/2021 17:27:08	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
CRONOGRAMA_pesq_at.pdf	10/09/2021 17:27:08	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto
Projeto Detalhado	10/09/2021	CYNTHIA MARIA BANDA LEITE	Acerto

Endereço: Rua Francisco 4000  
Bairro: Ilheus  
UF: AP - CEP: 68100-000  
Telefone: (95)3361-1311 E-mail: reu@ufam.gov.br

11...



Continuação do Parecer: 5.008.235

/ Brochura Investigador	brochura_pesquisa_pesquisador.pdf	17:16:53	BINDA LEITE	Aceito
Brochura Pesquisa	brochura_pesquisa.pdf	10/09/2021 17:15:31	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Entr_pedag_cass_ronald.pdf	10/09/2021 12:27:44	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_prof_Ronald.pdf	10/09/2021 12:25:05	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_prof_Cass.pdf	10/09/2021 12:24:35	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_memb_comunid.pdf	10/09/2021 12:21:47	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_geog.pdf	10/09/2021 12:20:09	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_Document.pdf	10/09/2021 12:19:04	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_coord_geral.pdf	10/09/2021 12:18:01	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_coord_ed_quil.pdf	10/09/2021 12:17:31	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_alun_menor.pdf	10/09/2021 12:16:37	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_alun_maior.pdf	10/09/2021 12:16:16	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Outros	Ent_adm.pdf	10/09/2021 12:15:42	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_anuenc_gest_ronald_at.pdf	10/09/2021 11:40:47	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	10/09/2021 09:52:10	CYNTHIA MARIA BINDA LEITE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 30 de Setembro de 2021

Assinado por:  
Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador(a))

## ANEXO B- TERMOS DE ANUÊNCIAS



**ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA**  
 CNPJ nº 28.343.327/0001-85  
 Rodovia AM 010 km 08 – Lago de Serpa – Itacoatiara/AM - CEP 69.109-899  
 E-mail: [paucroim20@gmail.com](mailto:paucroim20@gmail.com) ou [csantos1759@hotmail.com](mailto:csantos1759@hotmail.com)  
 Contatos: João Rolim (92) 99535-8856 fixo ou (92) 99221-0363 celular com  
 WhatsApp/ Claudemilson Oliveira (92) 99429-6867 celular com WhatsApp

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**, sob a responsabilidade da pesquisadora, Doutoranda **CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE**, sob a orientação da Profa. Dr. **HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA**, PPGSCA/UFAM, a realizar-se na Comunidade e na escola da Comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, município de Itacoatiara-Am no período de 30/09/2021 a 01/11/2021 e/ou após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Ufam.

**NOME:** ERNANDO SOARES MACÉDO

**CPF:** 111.745.872.53

Itacoatiara, 09 de setembro de 2021

*Ernando Soares Macêdo*

**PRESIDENTE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, LAGO DE SERPA, ITACOATIARA/AM**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO  
 SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DO INTERIOR

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora, Doutoranda **CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE**, sob a orientação da Profa. Dr. **HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA**, PPGSCA/UFAM, com o gestor, o pedagogo, os professores e alunos da EJA da Escola Estadual Ronaldo Marques (Itacoatiara-AM) que estudam na escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (Lago de Serpa/Itacoatiara-AM), em nível de parceria e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa que será realizada na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, município de Itacoatiara-AM no período de 30/09/2021 a 01/11/2021 e/ou após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da UFAM.

Manaus, 27 de setembro de 2021.

*Helena Helena Corrêa da Silva*  
 Profa. Dr. Heloísa Helena Corrêa da Silva  
 Orientadora do Projeto de Pesquisa  
 em Educação  
 01/11/2021  
*Juliano*



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora, Doutoranda **CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE**, sob a orientação da Profa. Dr. **HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA**, PPGSCA/UFAM, a realizar-se na Comunidade e na escola da Comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, município de Itacoatiara-Am no período de 30/09/2021 a 01/11/2021 e/ou após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Ufam.

**NOME:** ROSINALDO DA SILVA RABELO

**CPF:** 229.640.962-87

Itacoatiara, 09 de setembro de 2021

*Rosinaldo da Silva Rabelo*

**Gestor da Escola Estadual Profº Ronaldo Marques da Silva**

*Rosinaldo da Silva Rabelo*  
 Gestor Escolar  
 I.E. Profº Ronaldo Marques da Silva  
 Portaria 05 522 de 21.06.2015  
 Itacoatiara-Am



MUNICÍPIO DE ITACOATIARA  
 Poder Executivo – Prefeitura Municipal de Itacoatiara  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Gabinete da Secretária

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **QUILOMBO DE ITACOATIARA-AM: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ENGENHEIRO CASSEANO SECUNDO (2017-2021)**, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora, Doutoranda **CYNTHIA MARIA BINDÁ LEITE**, sob a orientação da Profa. Dr. **HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA**, PPGSCA/UFAM, na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (Lago de Serpa/Itacoatiara-Am) e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa que será realizada na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Lago de Serpa, município de Itacoatiara-Am no período de 30/09/2021 a 01/11/2021 e/ou após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Ufam.

**NOME:** Vanessa Raquel Silvestre Miglioranza

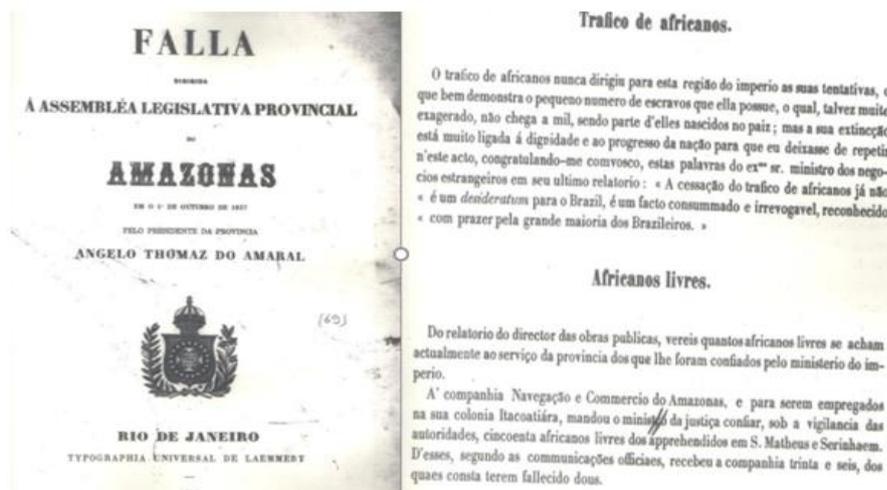
**CPF:** 607.658.602-87

Itacoatiara, 27 de setembro de 2021

*Vanessa Raquel Silvestre Miglioranza*  
 Secretária Municipal de Educação  
 Decreto nº003 de 04 de janeiro de 2021

Av. Parque nº 344 – Centro – Itacoatiara/AM  
 Fone/WhatsApp: (92) 985194142  
 E-mail: [semed.gab.itacoatiara@gmail.com](mailto:semed.gab.itacoatiara@gmail.com)





Fonte: Typ. Universal Laemmert, 1858, p. 41- 42.

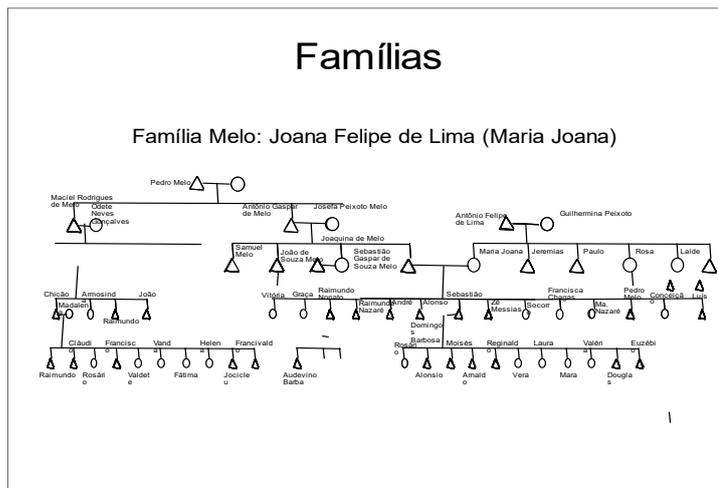
**Anexo 2:** Relação dos africanos que foram apreendidos no Palhabote de Serinhaém e depositados nos Arsenalis da Marinha e da Guerra e no Colégio de Órfãos. AN- RJ, II-1, fl.327. Officio da policia de Pernambuco, datado de 19 de agosto de 1856.

N <sup>os</sup>	Nomes	Idades	Data de depósito	Onde depositados	Ocupações
1	André 1 <sup>o</sup>	22	25 de outubro de 1855	No arsenal da Marinha	Os africanos de n <sup>o</sup> 1 à 118 occupam-se nos trabalhos próprios do arsenal da marinha e das diferentes officinas do mesmo como

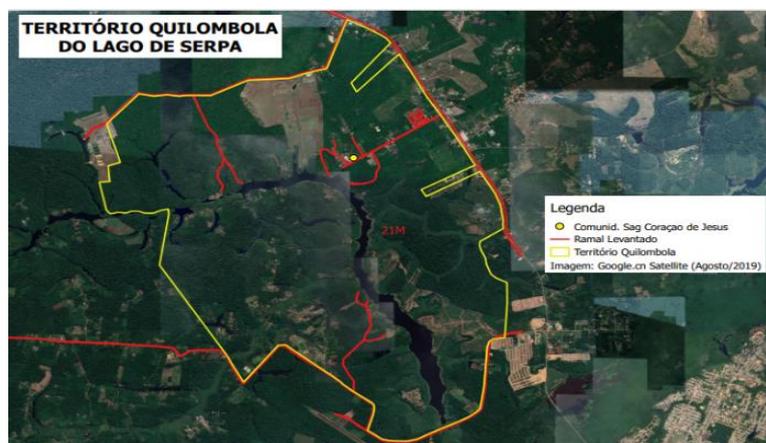
81	Roberto	22			
82	Rufino	20			
83	Simplicio 1 <sup>o</sup>	13			
84	Sabino 1 <sup>o</sup>	16			
85	Simião	14			
86	Sebastião 2 <sup>o</sup>	20			
87	Soledonio	18			
88	Trajano 1 <sup>o</sup>	17			
89	Trajano 2 <sup>o</sup>	18			
90	Tito	13			
91	Tomaz 1 <sup>o</sup>	21			
92	Virginio	13			
93	Veríssimo	14			

CYRA LUCIANA FERNANDES, Relação das famílias, chegadas na Vila de Serpa e logo a seguir as que povoaram o Lago de Serpa/Itacoatiara/Am -CIRA

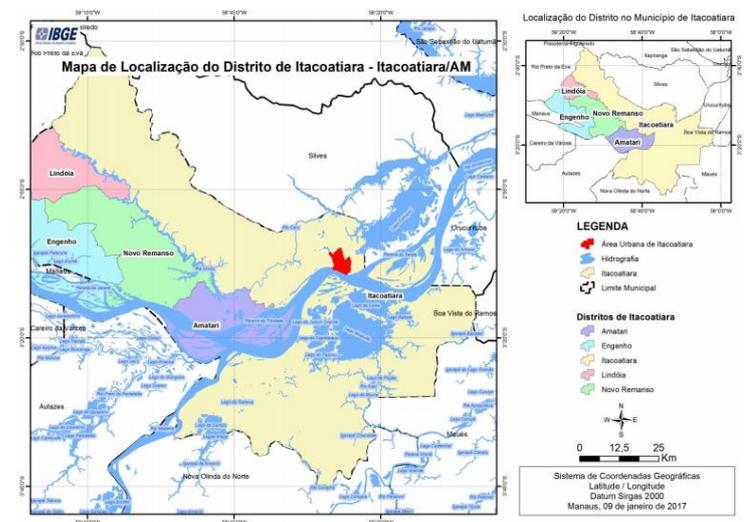




Fonte: (OLIVEIRA, 2021)



Localização da Comunidade do Sagrado Coração de Jesus, Itacoatiara/Am – GOOGLE MAPS -NOV 2021



Fonte: IBGE (2017)



Fonte: INCRA-2017



Fragmento cerâmico enterrado no roçado de D. Tereza Clarindo



Villa de Serpa, 1864 Fonte: (REIS, 1864).



D. Tereza Clarindo